Hong Kong

HAITONG

Relatório e Contas 2016

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE ---- 4

1. *GOVERNANCE* ---- 6
Órgãos Sociais ---- 6
Comissão Executiva ---- 7
Sucursais, Subsidiárias e Escritórios de Representação ---- 8
Responsabilidades do *Senior Management* ---- 10
Princípios e Valores ---- 14
Organigrama ---- 15

2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS ---- 17

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE ---- 18

4. ESTRATÉGIA GLOBAL E PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS ---- 20
Estratégia Global ---- 20
Eventos Societários ---- 21
Enquadramento Macroeconómico ---- 23
Principais Indicadores Financeiros ---- 28
Análise Financeira ---- 29
Rating ---- 31

5. ACTIVIDADE E RESULTADOS ---- 32
Modelo de Negócio ---- 32

5.1. INVESTMENT BANKING ---- 33
Fusões e Aquisições ---- 33
Mercado de Capitais ---- 36
Project Finance ---- *43*
Acquisition Finance ---- 44
Outros Financiamentos ---- 47

5.2. MARKETS ---- 48
Acções ---- 48
Research ---- 50
Emerging Markets Fixed Income ---- 51
Fixed Income, Currencies and Commodities ---- 51

5.3. WEALTH AND FUND MANAGEMENT ---- 53
Asset Management ---- 53
Wealth Management ---- 54
Private Equity ---- 55

6. TESOURARIA ---- **57**

7. RECURSOS HUMANOS ---- **59**

8. GESTÃO DE RISCO ---- **61**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

Demonstrações Financeiras Consolidadas ---- 82
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas ---- 87
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal ---- 185
- Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria ---- 189

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ÀS CONTAS

Demonstrações Financeiras Individuais ---- 198
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais ---- 203
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal ---- 279
- Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria ---- 283

ANEXOS

I - Participações Accionistas e Obrigacionistas dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização ---- 292
II - Participações de Accionistas ---- 293
III - Estrutura e Práticas do Governo Societário ---- 294
IV - Indicadores de Referência do Banco de Portugal ---- 296
V - Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e Colaboradores com a Categoria de *Senior Managing Directors* e Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo -- 298

RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO

O ano de 2016 ficou marcado pela integração plena do Haitong Bank no Grupo Haitong Securities. Durante o ano, foram lançadas diversas iniciativas de cooperação de grande relevo:

- A venda da Haitong Securities India Private Limited à Haitong International Securities (Hong Kong), alavancando a integração Pan-asiática dos negócios do Grupo;
- A criação de equipas de trabalho conjuntas ("China desks") dentro do Grupo Haitong Securities, permitindo ao Banco participar em operações *cross-border* - tanto na área de Mercado de Capitais de Dívida como na actividade de Fusões e Aquisições - originadas conjuntamente com a Haitong Securities Co. Ltd. e a Haitong International Holdings Limited.

Não obstante, o Banco enfrentou sérios constrangimentos no decorrer do ano de 2016. O ambiente global adverso à banca de investimento foi agravado pela deterioração das condições macroeconómicas e pela incerteza política em algumas das principais geografias onde o Banco está presente, nomeadamente no Brasil e no Reino Unido, bem como por um crescimento mais lento na Península Ibérica, sobretudo na primeira metade do ano. O Banco teve ainda de gerir o processo de transição para um novo grupo financeiro.

2016 foi assim um ano muito desafiante para o Haitong Bank, que apresentou um resultado líquido negativo de 96 milhões de euros. Em termos operacionais, o resultado negativo ficou a dever-se não só à alteração do modelo de negócio, que penalizou as receitas, mas também a uma estrutura de custos desequilibrada. Esta resultou do legado estratégico anterior e da necessidade recente de desenvolver uma nova infra-estrutura de suporte, na sequência da separação do Novo Banco. Por fim, verificou-se a necessidade de reconhecer novas imparidades nas carteiras de crédito nas áreas de *Project Finance* e *Acquisition Finance*. Após alguns anos de perdas sucessivas nesta carteira, esperamos finalmente ter entrado na última etapa do seu processo de reestruturação.

Neste contexto, a Haitong Securities decidiu implementar no final de 2016 uma reorganização da equipa de gestão com o objectivo de relançar o negócio. Este processo será suportado por um novo posicionamento estratégico, que aliado à recapitalização do balanço deverá impulsionar uma nova fase de crescimento. O novo posicionamento estratégico, designado por "Haitong Bank 2025", assenta em dois pilares estratégicos - *China Angle* e Mercados Emergentes - e três áreas de actuação – *Investment Banking, Markets* (com ênfase na área de Renda Fixa) e *Alternative Investments*. Esse novo modelo de negócios será implementado nos principais mercados domésticos - Península Ibérica, Polónia e Brasil - assim como nos centros de distribuição - Nova Iorque e Londres. O reposicionamento do negócio será acompanhado, em 2017, por uma redução estrutural de custos.

A implementação da nova estratégia está alicerçada nos seguintes valores corporativos: (i) Trabalho de Equipa; (ii) Transparência; (iii) Responsabilização; (iv) Comunicação; (v) Iniciativa; e (vi) Orientação para Objectivos.

Pretende-se preparar o Haitong Bank para assumir um papel central a nível de Grupo: o Banco possui uma forte capacidade de originação em mercados locais como a Península Ibérica, o Brasil e a Polónia, alavancada pela sua capacidade de distribuição nos mercados de Londres e Nova Iorque, que poderá estender-se a Xangai e Hong Kong. O nosso objectivo é desenvolver essa posição competitiva, ajustando a dimensão e o custo da nossa plataforma, garantindo a sustentabilidade do negócio e a expansão internacional do Grupo Haitong Securities.

A integração plena no Grupo Haitong Securities e a implementação do novo posicionamento "Haitong Bank 2025" constituem a base deste novo projecto e abrirão o caminho para o retorno do Banco à rentabilidade. A reformulação da estrutura de custos e a conclusão da restruturação dos activos de crédito contribuirão igualmente para a melhoria da performance do Banco.

Desde o primeiro momento que a Haitong Securities tem reconhecido a necessidade de efectuar a reorganização e reposicionamento do negócio. Para tal, tem vindo a prestar o necessário apoio operacional e financeiro. Nesse sentido e demonstrando, uma vez mais o seu compromisso com o plano de desenvolvimento do Haitong Bank, a Haitong Securities está a considerar a tomada de um conjunto de medidas que visam o reforço da solvabilidade do Banco:

- A conversão em capital de instrumentos financeiros subordinados (elegíveis para fundos próprios adicionais de nível 1) no montante de 80 milhões de euros;
- Um aumento de capital adicional, resultante da conversão de um empréstimo accionista em capital, no montante de 139 milhões de euros;
- Uma entrada adicional de fundos, no montante de 200 milhões de euros.

Este reforço de capital, uma vez aprovado, irá permitir ao Haitong Bank cumprir com os requisitos regulamentares de capital e promover o crescimento da sua actividade.

As nossas primeiras palavras de reconhecimento vão assim para a Haitong Securities, pelo seu compromisso estratégico de longo prazo com o Banco.

Aos nossos Clientes reafirmamos o nosso empenho em continuar a prestar um serviço de excelência. Somos hoje o único banco de investimento de capitais chineses que oferece um serviço diferenciado e inovador na Europa e nas Américas.

Aos nossos Colaboradores, ao Conselho Fiscal e aos Auditores, agradecemos a dedicação e profissionalismo demonstrados. Ao Banco de Portugal, à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e às Entidades de Supervisão dos países onde estamos presentes, agradecemos a sua cooperação e confiança.

Hiroki Miyazato

Presidente do Conselho de Administração e
da Comissão Executiva do Haitong Bank S.A.

1. *GOVERNANCE*

ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente[1]

Secretário
José Miguel Alecrim Duarte

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Hiroki Miyazato

Vogais
Christian Georges Jacques Minzolini
Mo Yiu Poon
Paulo José Lameiras Martins
Alan do Amaral Fernandes
Pan Guangtao
Lin Yong
David Charles Denholm Hobley
Vincent Marie Camerlynck

CONSELHO FISCAL

Membros Efectivos
José Manuel Macedo Pereira (Presidente)
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Membro Suplente
Paulo Ribeiro da Silva

[1] Vacante em função da renúncia apresentada pelo anterior titular

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Hiroki Miyazato

Vogais
Christian Georges Jacques Minzolini
Mo Yiu Poon
Paulo José Lameiras Martins
Alan do Amaral Fernandes

Directores Centrais com Assento na Comissão Executiva Alargada
Bartlomiej Dmitruk
José Pinto Basto
Krzysztof Rosa
Nuno Cardoso
Paulo Araújo
Pedro Costa
Pedro Toscano Rico
Pedro Ventaneira

Secretário da Comissão Executiva
José Miguel Alecrim Duarte

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC S.A.
representada por
João Carlos Henriques Gomes Ferreira

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

SUCURSAIS

HAITONG BANK, S.A. - SUCURSAL DE ESPANHA
Ricardo Domenech
José Miguel Rego[2]

HAITONG BANK, S.A. - SUCURSAL DE LONDRES
Aníbal Paçó
Paulo Araújo[3]

HAITONG BANK, S.A. - SUCURSAL DE VARSÓVIA
Krzysztof Rosa
Bartlomiej Dmitruk

HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL, S.A. - SUCURSAL DAS ILHAS CAYMAN
Frederico Alegria

FILIAIS

HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL, S.A. (BRASIL)
Alan Fernandes

HAITONG SECURITIES DO BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, S.A. (BRASIL)
Alan Fernandes

HAITONG DO BRASIL DTVM, S.A. (BRASIL)
Alan Fernandes

HAITONG CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A. (PORTUGAL)
José Pinto Basto
Luís Valença Pinto

HAITONG INVESTMENT IRELAND P.L.C. (IRLANDA)
Mo Yiu Poon

HAITONG (UK) LIMITED (REINO UNIDO)
Keith Jones
Paulo Araújo

[2] Em processo de registo
[3] Em processo de registo

HAITONG SECURITIES (UK) LIMITED (REINO UNIDO)
Keith Jones
Paulo Araújo

HAITONG SECURITIES USA LLC (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)
Nuno Cardoso

LUSITANIA CAPITAL, S.A.P.I. DE C.V., SOFOM, E.N.R. (MÉXICO)
Nuno Cardoso
Hugo Villalobos

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

NOVA IORQUE
Nuno Cardoso

CIDADE DO MÉXICO
Hugo Villalobos

ALEMANHA
Mário Vieira de Carvalho

RESPONSABILIDADES DO *SENIOR MANAGEMENT*

Na sua reunião de 16 de Dezembro de 2016, o Conselho de Administração decidiu alterar a composição da Comissão Executiva assim como a distribuição de funções, que são actualmente as seguintes:

Hiroki Miyazato

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Estratégia Corporativa
Recursos Humanos e Organização

Christian Minzolini

Chief Operating Officer

Recursos Humanos e Organização
Jurídico
Operações
Comunicação e Imagem
Informática
Informação
Assessoria em Estrutura de Capitais

Mo Yiu Poon

Chief Financial Officer

Contabilidade e Informação de Gestão
Tesouraria
Relações com Instituições Bancárias e Financeiras
Asset Management
Wealth Management
Global Markets
Haitong Investment Ireland plc

RESPONSABILIDADES DO *SENIOR MANAGEMENT*

Global Head of Investment Banking

Fusões & Aquisições
Mercado de Capitais
Clientes
Acquisition Finance e Outros Financiamentos
Project Finance

Paulo Martins

***CEO* do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.**

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. e subsidiárias

Alan Fernandes

Global Head of Markets

FICC
Acções
Research
EMFI
Lusitânia Capital, SAPI, SOFOM

Nuno Cardoso

RESPONSABILIDADES DO *SENIOR MANAGEMENT*

José Pinto Basto

Haitong Capital – SCR, S.A.

Pedro Toscano Rico

Comité de Crédito Global

Pedro Ventaneira

Departamento de Gestão de Risco
(*Chief Risk Officer*)

RESPONSABILIDADES DO *SENIOR MANAGEMENT*

Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Varsóvia

Bartlomiej Dmitruk

Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Varsóvia

Krzysztof Rosa

Haitong Securities (UK) Limited

Paulo Araújo

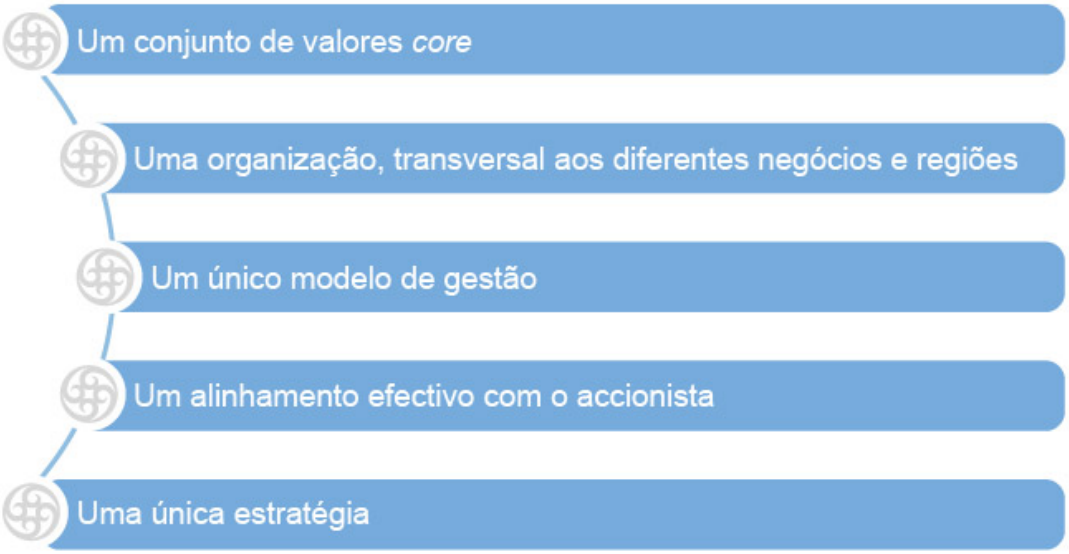
Departamento de Estratégia Corporativa

Pedro Costa

VALORES CORPORATIVOS

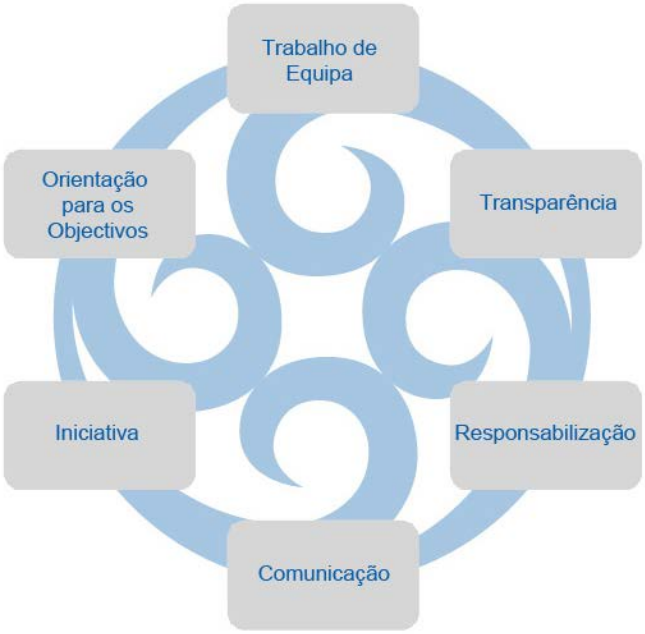
Nova Cultura de Gestão - Um Haitong Bank

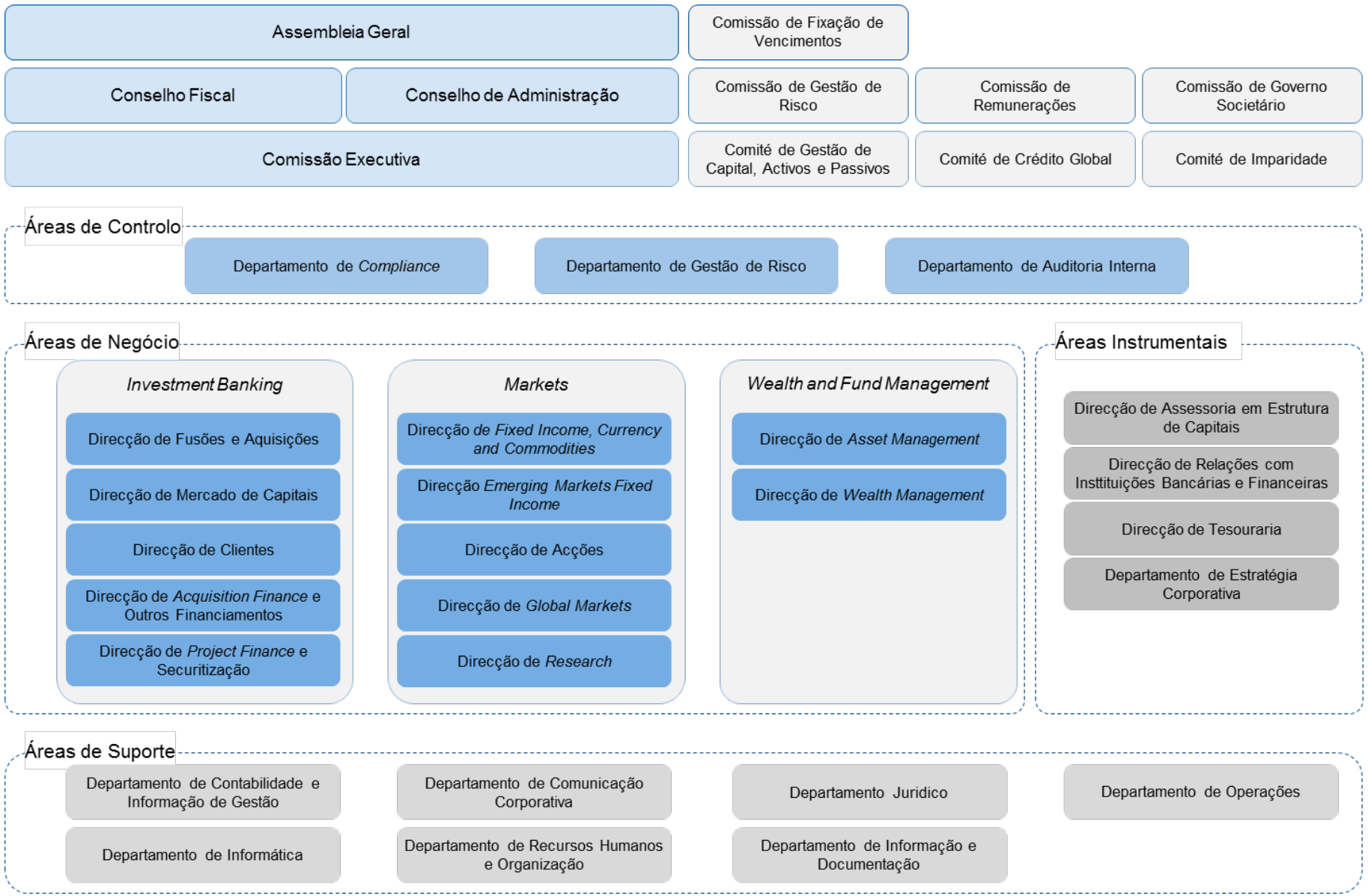
A nova cultura empresarial reflecte uma abordagem de gestão mais coesa, sob o princípio "Um Haitong Bank", que se consubstancia em:



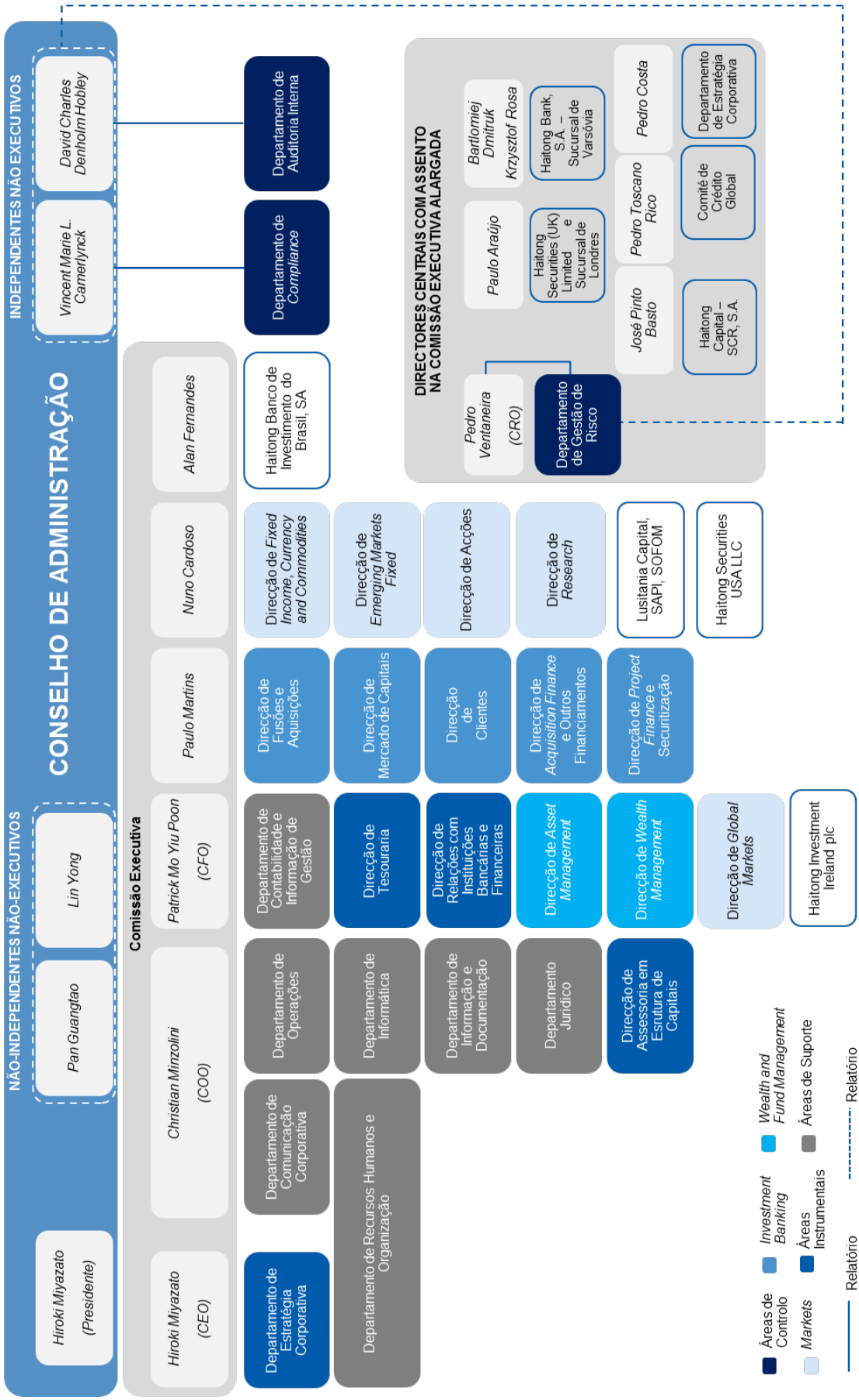
Esta nova abordagem de gestão deverá permear toda a organização, reforçando o espírito de equipa, o sentido de responsabilização e uma maior integração.

Os novos Valores Corporativos são os seguintes:




Assembleia Geral
Comissão de Fixação de Vencimentos
Conselho Fiscal
Conselho de Administração
Comissão de Gestão de Risco
Comissão de Remunerações
Comissão de Governo Societário
Comissão Executiva
Comité de Gestão de Capital, Activos e Passivos
Comité de Crédito Global
Comité de Imparidade
Áreas de Controlo
Departamento de Compliance
Departamento de Gestão de Risco
Departamento de Auditoria Interna
Áreas de Negócio
Investment Banking
Direcção de Fusões e Aquisições
Direcção de Mercado de Capitais
Direcção de Clientes
Direcção de Acquisition Finance e Outros Financiamentos
Direcção de Project Finance e Securitização
Markets
Direcção de Fixed Income, Currency and Commodities
Direcção Emerging Markets Fixed Income
Direcção de Acções
Direcção de Global Markets
Direcção de Research
Wealth and Fund Management
Direcção de Asset Management
Direcção de Wealth Management
Áreas Instrumentais
Direcção de Assessoria em Estrutura de Capitais
Direcção de Relações com Insttituições Bancárias e Financeiras
Direcção de Tesouraria
Departamento de Estratégia Corporativa
Áreas de Suporte
Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão
Departamento de Comunicação Corporativa
Departamento Juridico
Departamento de Operações
Departamento de Informática
Departamento de Recursos Humanos e Organização
Departamento de Informação e Documentação

ORGANIGRAMA



2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a conta de resultados individuais do exercício apresentou, em 31 de Dezembro de 2016, um saldo negativo de 151.280.504,05 euros, o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício:

- PARA OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS -151.280.504,05 euros (cento e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e quatro euros e cinco cêntimos negativos)
- TOTAL: -151.280.504,05 euros (cento e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e quatro euros e cinco cêntimos negativos)

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

a) As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com a legislação nacional, conforme o disposto no número 3 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários;

b) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários;

c) As demonstrações financeiras referidas nas alíneas a) e b) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;

d) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no exercício de 2016, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 20 de Março de 2017

Hiroki Miyazato
(Presidente do Conselho de Administração
e da Comissão Executiva)

Christian Georges Jacques Minzolini
(Membro da Comissão Executiva)

Mo Yiu Poon
(Membro da Comissão Executiva)

Paulo José Lameiras Martins (Membro da Comissão Executiva)	Alan do Amaral Fernandes (Membro da Comissão Executiva)
Pan Guangtao (Vogal não Executivo do Conselho de Administração)	Lin Yong (Vogal não Executivo do Conselho de Administração)
David Charles Denholm Hobley (Vogal não Executivo do Conselho de Administração)	Vincent Marie Camerlynck (Vogal não Executivo do Conselho de Administração)

4. ESTRATÉGIA GLOBAL E PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

ESTRATÉGIA GLOBAL

O Haitong Bank está actualmente a reposicionar a sua estratégia, passando de um modelo de negócio *asset-based* para um modelo de negócio que tem como base actividades geradoras de comissões e foco no Cliente.

A ambição do Haitong Bank é tornar-se um banco de investimento auto-sustentável nas geografias *core* onde opera – Ibéria, Polónia e Brasil - fazendo a cobertura das Américas e da Europa através daquele que é o seu angulo diferenciador, i.e., o profundo conhecimento do mercado chinês ("China Angle"), com o objectivo de se tornar um *player* de referência nos Mercados Emergentes, sobretudo no que respeita a actividades, entre elas o Mercado de Capitais - Renda Fixa. O reposicionamento do modelo de gestão tem como base:

- **Valores**: Trabalho de Equipa; Transparência; Responsabilização; Comunicação; Iniciativa e Orientação para Objectivos.
- **Factores de diferenciação**: "*China Angle".* O Haitong é o único banco de investimento chinês com capacidade de cobertura de mercados fora da Ásia.
- **Accionista**: Alinhamento com o Accionista; o Haitong Bank norteia a sua actividade tendo em mente o objectivo estratégico do Accionista que é a expansão internacional do Grupo Haitong.
- **Clientes**: Negócio focado no Cliente. O objectivo é aumentar o peso do negócio relacionado com os Clientes, reduzindo o peso das actividades puramente de balanço.
- **Gestão**: Uma nova cultura empresarial. Um único modelo de Gestão. Um Haitong Bank.
- **Geografias**: Presença em mercados-chave (Península Ibérica, Brasil e Polónia) e nas principais praças financeiras do mundo ocidental (Londres e Nova Iorque).
- ***Expertise*:** O legado do Haitong Bank, nomeadamente no que respeita à *expertise* reconhecida em Mercados Emergentes e nas regiões *core.*

EVENTOS SOCIETÁRIOS

- Em Janeiro de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente a realização do capital inicial da Haitong Securities USA LLC, no montante de 300.000 dólares.
- Em Fevereiro de 2016, o Haitong Bank, S.A. estabeleceu um acordo relativo à aquisição da totalidade das 1.477.491 acções detidas pelo accionista minoritário da Haitong Securities India Private Limited, pelo montante de 245.795 milhares de rupias indianas. Esta aquisição foi concluída em Maio de 2016.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities USA LLC, no montante de 10.000 milhares de dólares.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities India Private Limited, a que correspondeu um investimento de 344.748 milhares de rupias indianas. O Haitong Bank, S.A. subscreveu 13.725.289 novas acções, passando assim a deter 19.635.252 acções da empresa.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. concluiu a liquidação da sua Sucursal de Nova Iorque, tendo devolvido a respectiva licença ao New York Department of Financial Services. O Banco manteve uma presença neste mercado, passando a desenvolver as suas actividades através de um Escritório de Representação, cuja licença tinha sido atribuída pela mesma autoridade supervisora em Janeiro de 2016. Em Outubro de 2016, o Haitong Bank, S.A. iniciou a actividade de *broker dealer* através da sua subsidiária Haitong Securities USA LLC.
- Em Março de 2016, o Senhor Dr. Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro apresentou renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A..
- Em Abril de 2016, os Senhores Dr. Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz e Dr. Miguel António Igrejas Horta e Costa apresentaram renúncia aos cargos de Vogal e de Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente, do Haitong Bank, S.A..
- Em Abril de 2016, o Banco de Portugal autorizou o início de funções do Senhor Dr. Lin Yong como Vogal do Conselho de Administração, as quais exercerá até ao termo do mandato em curso (2013 a 2016).
- Em Maio de 2016, o Haitong Bank, S.A. procedeu à emissão de *Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments,* no montante global de 80.000 milhares de euros.
- Em Junho de 2016, o Haitong Bank concluiu o refinanciamento da facilidade de crédito do Novo Banco, no montante de 750.000 milhares de euros, junto de um sindicato de instituições financeiras chinesas e com a garantia da Haitong Securities.
- Em Junho de 2016, o Haitong Bank obteve um empréstimo de 138.500 milhares de euros, com o prazo de cinco anos, concedido pela Haitong International Holdings Limited.
- Em Julho de 2016, o Banco de Portugal autorizou o início de funções do Senhor Dr. David Charles Denholm Hobley como Vogal do Conselho de Administração, as quais exercerá até ao termo do mandato em curso (2013 a 2016).
- Em Julho de 2016, o Haitong Bank, S.A. concluiu a liquidação da Haitong & Company (UK) Limited.
- Em Outubro de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu e realizou integralmente o aumento de capital da Haitong Securities USA LLC, a que correspondeu um investimento de 3.438 milhares de dólares.

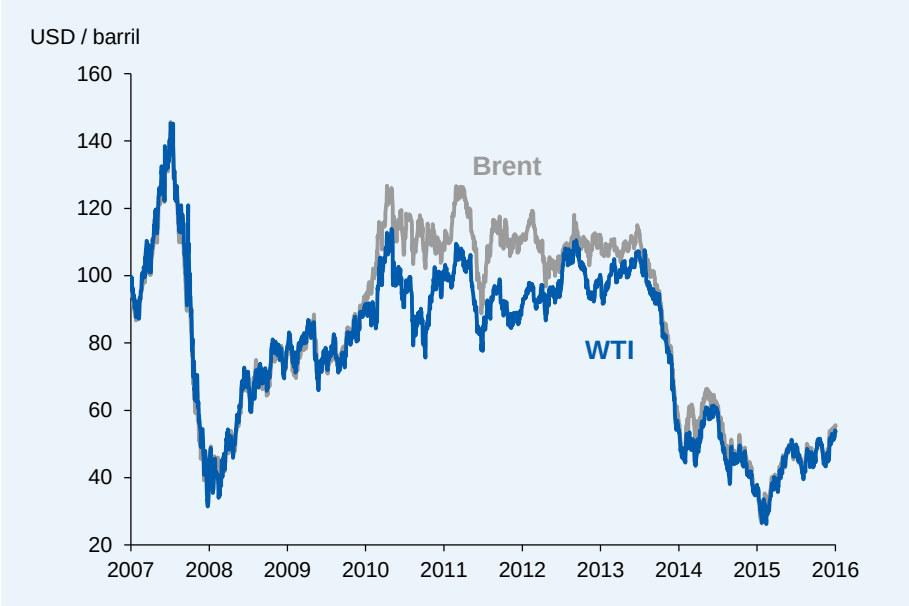
- Em Outubro de 2016, a denominação social da Espírito Santo Investimentos, S.A. foi alterada para Haitong Negócios, S.A..
- Em Novembro de 2016, o Banco de Portugal autorizou o início de funções do Senhor Dr. Vincent Marie Camerlynck como Vogal do Conselho de Administração.
- Em Dezembro de 2016, o Haitong Bank, S.A. concluiu a venda da sua subsidiária Haitong Securities India Private Limited (19.635.252 acções), pelo montante de 11.365 milhares de dólares.
- Em Dezembro de 2016, a Haitong Capital – SCR, S.A. concluiu a venda de uma participação de 20% na Coporgest – Companhia Portuguesa de Gestão e Desenvolvimento Imobiliário, S.A., pelo montante de 1.993 milhares de euros.
- Em Dezembro de 2016, o Senhor Dr. José Maria Ricciardi apresentou renúncia aos cargos de Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Haitong Bank, S.A..
- Em Dezembro de 2016, os Senhores Dr. Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde, Dr. Félix Aguirre Cabanyes e Dr. Frederico dos Reis de Arrochela Alegria apresentaram renúncia aos cargos de Vogais do Conselho de Administração e Membros da Comissão Executiva do Haitong Bank, S.A..

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O início de 2016 foi marcado pela instabilidade e aversão ao risco nos mercados financeiros, sobretudo associadas a uma forte queda dos preços do petróleo (no caso do Brent, de 37 dólares para um mínimo de 26 dólares/barril no início de Janeiro), mas também a preocupações com uma potencial desaceleração da economia chinesa, impulsionando um aumento das saídas de capitais e a desvalorização do renminbi. Estes movimentos no preço do petróleo e no renminbi alimentaram receios de pressões deflacionistas globais, com potenciais impactos negativos no crescimento económico global. A queda dos preços do petróleo reflectiu-se ainda no aumento dos *defaults* no sector extractivo (particularmente nos EUA), levando ao alargamento dos *spreads* da dívida *high yield* emitida por empresas e, por sua vez, suscitando receios de contágio ao sector financeiro.

Estes receios atenuaram-se no decorrer do 1º semestre, com a recuperação dos preços do petróleo e com a China a revelar sinais de uma gradual estabilização do crescimento económico. O aumento do preço das *commodities* estendeu-se a outros sectores, tendo o índice do preço dos metais do *Commodity Research Bureau* subido perto de 45% em 2016. Depois de subir 27% até o início de Setembro, o preço do ouro caiu nos últimos meses do ano, penalizado por uma rápida valorização do dólar. No total do ano, o ouro apresentou uma valorização de 10%.

Preço do Petróleo



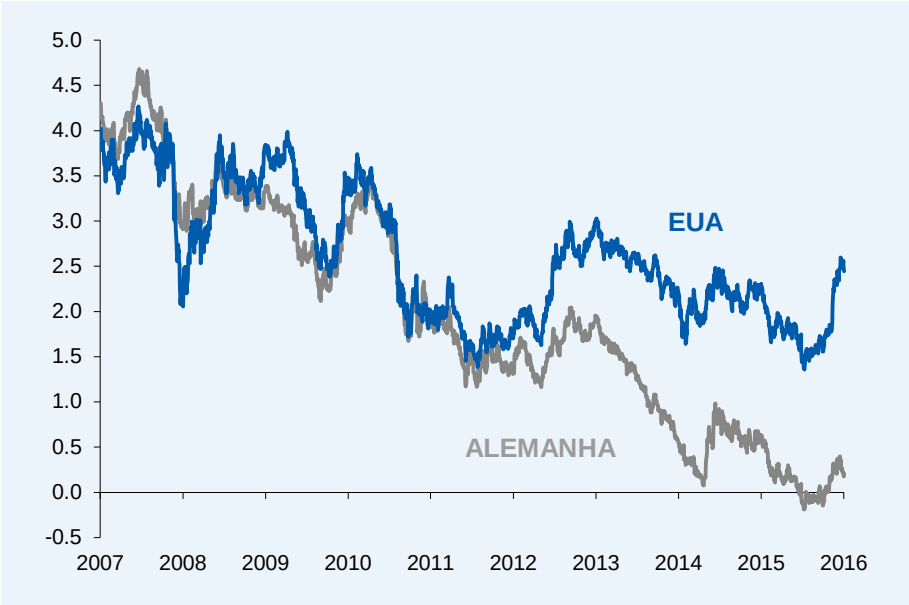
Fonte: Reuters EcoWin Pro.

No final do 1º semestre assistiu-se a um novo aumento da instabilidade e aversão ao risco nos mercados, em resultado da votação para a saída do Reino Unido da União Europeia. Depois de uma forte reacção *risk-off*, os mercados financeiros acabaram por estabilizar, embora as expectativas globais de taxas de juro "mais baixas por um período mais longo" tenham sido reforçadas, sustentadas pela afirmação de um *easing bias* pelo Banco de Inglaterra, pelo BCE e pelo Banco do Japão. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal sinalizou um adiamento da esperada subida das taxas de juro, as quais prolongaram a tendência de descida observada no 1º semestre do ano, com as *yield curves* a registarem uma menor inclinação. Entre Janeiro e Junho, a *yield* dos *Treasuries* norte-americanos a 10 anos recuou de 2,27% para 1,47%, enquanto a *yield* dos *Bunds* alemães a 10 anos baixou de 0,629% para -0,13%. A Euribor a 3 meses, por sua vez, baixou de -0,131% para -0,286% neste período. Na Zona Euro, o BCE tinha já contribuído para este ambiente de baixas taxas de juro através do anúncio, em Março, das seguintes medidas, entre outras: corte da taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 5 pontos base para 0%; descida da taxa de juro da facilidade de depósitos

em 10 pontos base, para -0,4%; expansão em 20 mil milhões do programa mensal de aquisição de activos, para 80 mil milhões de euros; e lançamento de quatro novas *Targeted Longer-Term Refinancing Operations*. Este ambiente de taxas de juro muito baixas criou dificuldades significativas aos investidores, levando-os a privilegiar, selectivamente, activos com maior risco e maturidades mais longas, assim como investimentos em activos alternativos, tais como no sector imobiliário e no mercado accionista (sectores defensivos e empresas com dividendos estáveis e sólidos).

No 2º semestre do ano assistiu-se a uma viragem no ambiente económico e financeiro global. As políticas fiscais e monetárias expansionistas traduziram-se gradualmente numa recuperação da procura nos EUA, na Europa e na China. O aumento dos preços do petróleo permitiu uma recuperação da actividade industrial, particularmente no sector extractivo dos EUA, melhorando os termos de troca e as perspectivas para a actividade económica nas economias exportadoras de mercadorias, incluindo os mercados emergentes. Com a recuperação da procura e dos mercados de trabalho (particularmente nos EUA) e o aumento dos preços do petróleo, as pressões deflacionistas diminuíram e deram lugar a algumas pressões ascendentes sobre os preços. A expectativa de um aumento da inflação a nível global foi ainda suportada pela vitória não esperada de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em Novembro. Entre as principais propostas políticas do novo Presidente Eleito incluem-se estímulos agressivos à política fiscal (sob a forma de cortes de impostos e despesa em infra-estruturas), bem como uma forte desregulamentação da actividade económica e diversas medidas proteccionistas. Nos EUA, o cenário de uma política fiscal agressivamente expansionista numa economia já próxima do seu potencial suportou expectativas de maior crescimento, subida da inflação e taxas de juro mais elevadas, conduzindo por sua vez à valorização do dólar. A *yield* dos *Treasuries* a 10 anos subiu de 1,47% para 2,45%, enquanto a *yield* dos *Bunds* alemães a 10 anos aumentou de -0,13% para 0,21%. Depois de cair 3,2% face ao euro entre Janeiro e Setembro, para EUR/USD 1,123, o dólar subiu 6,5% no 4º trimestre, para EUR/USD 1,054 (3% no total do ano de 2016).

Yields dos *Treasuries* e *Bunds* a 10 anos (%)



Fonte: Bloomberg.

Neste ambiente de subida moderada de preços, os investidores dirigiram a sua atenção para os sectores cíclicos nos últimos meses do ano. Nos Estados Unidos e na Europa, os principais índices accionistas apresentaram ganhos em 2016, beneficiando de uma combinação de políticas monetárias expansionistas, por um lado, e da recuperação da actividade económica e dos lucros das empresas, por outro. Na China, as saídas de capitais contribuíram para uma descida de 12,3% no índice Shanghai Composite.

Apesar deste ambiente volátil, marcado por períodos de instabilidade financeira e incerteza política, o crescimento do PIB global permaneceu relativamente estável em 2016, descendo apenas marginalmente, de 3,2% para 3,1%. As economias desenvolvidas, no seu todo, desaceleraram, com o crescimento do PIB a cair de 2,1% para 1,6%, enquanto os mercados emergentes cresceram 4,1%, o mesmo ritmo de crescimento observado em 2015. Nos EUA, o PIB aumentou 1,6% em termos reais, após um crescimento de 2,6% em 2015. Depois de um início de ano menos positivo, a actividade económica acelerou gradualmente, principalmente devido ao crescimento do consumo privado e das exportações líquidas. O investimento fixo, sobretudo em infra-estruturas, também aumentou o seu contributo para o crescimento na segunda metade do ano. Neste contexto, as condições no mercado de trabalho melhoraram ao longo do ano, tendo a taxa de desemprego baixado de um máximo de 5% da população activa em Abril para 4,7% em Dezembro. Esta melhoria reflectiu-se na média dos rendimentos horários do trabalho, que registou um aumento de 2,9% no ano, o maior desde 2009. Com a inflação *headline* a subir de um mínimo de 0,8% em Julho para 2,1% em Dezembro, a Reserva Federal aumentou os juros de referência em 25 pontos base em Dezembro, para o intervalo 0,5%-0,75%, mantendo um *tightening bias*. A inflação foi essencialmente ditada pela subida homóloga dos preços da energia, mas uma procura interna mais forte e um maior crescimento dos salários contribuíram igualmente para suportar a inflação *core*, que se situou em torno de 2,2% -2,3% em 2016.

Em 2016, a economia chinesa cresceu 6,7% em termos reais, abrandando face ao registo de 6,9% em 2015, mas mantendo-se em linha com o objectivo de crescimento de médio prazo das autoridades, de 6,5% a 7%. Não obstante esta estabilização da actividade, as saídas de capital prosseguiram ao longo do ano, levando a uma desvalorização gradual do renminbi. Depois de uma apreciação para USD/CNY 6,44 desde meados de Janeiro até Abril, a moeda chinesa recuou depois gradualmente, atingindo US /CNY 6,94 no final do ano. No total do ano o renminbi caiu 6,6% face ao dólar. Os esforços das autoridades para estabilizar a moeda - incluindo restrições às saídas de capital - resultaram numa revalorização do renminbi no início de 2017, para cerca de USD/CNY 6,85. Estes mesmos esforços - nomeadamente intervenções no mercado cambial - resultaram igualmente numa queda das reservas cambiais no 2º semestre de 2016, que baixaram de 3,33 biliões de dólares no mesmo no mesmo período do ano anterior para 3,01 biliões de dólares. A existência de períodos de escassez de liquidez em renmimbi resultaram num aumento das taxas interbancárias em 2016 (e no início de 2017).

No Brasil, o PIB registou uma contracção de 3,5% em 2016 (-3,8% em 2015). No entanto, a actividade económica mostrou sinais de estabilização, com o crescimento homólogo do PIB a subir de -5,8% no 1º trimestre para -2,9% no 3º trimestre, esperando-se o retorno a uma expansão (ligeira) do crescimento anual da economia em 2017. Esta estabilização foi sustentada por uma recuperação da confiança das empresas e dos consumidores, resultante da menor incerteza política e descida da inflação. Nos primeiros meses de 2016 o sentimento tinha sido afectado pela incerteza em torno do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (em Maio), que acabou por levar à sua substituição pelo Presidente Temer (em Agosto). A consequente estabilização política e a adopção de políticas económicas mais favoráveis ao mercado pelo novo governo também contribuíram para melhorar a percepção dos investidores relativamente ao Brasil. No contexto de um ambiente de mercado geralmente favorável para as economias emergentes, o índice Bovespa registou uma forte subida de 38,9% no ano e o real apreciou-se 21,7% face ao dólar (para USD/BRL 3,26) e 25,5% face ao euro (para EUR/BRL 3,43). A inflação recuou de 10,7% para 6,3% em 2016, permitindo ao Banco Central começar a baixar a taxa SELIC em Outubro, de 14,25% para 14%. A taxa de referência sofreu um novo corte em Novembro (de 25 pontos base, para 13,75%), e novamente em Janeiro de 2017 (-75 pontos base, para 13%).

No Reino Unido, o crescimento anual do PIB recuou, de 2,2% para 1,8%, apesar das preocupações em torno do Brexit. Ao longo do ano, a actividade económica foi sendo suportada pela indústria e empresas de serviços públicos, enquanto os sectores dos serviços e construção evoluíram a um ritmo mais lento. Com o défice da balança corrente do país em cerca de 6% do PIB em 2016, a decisão de deixar a UE resultou numa depreciação acentuada da libra esterlina. Embora recuperando nos últimos meses do ano, a moeda britânica perdeu cerca de 13% face ao euro e ao dólar em 2016. Esta desvalorização e, sobretudo, o aumento dos

preços da energia contribuíram para um aumento da inflação, de 0,3% para 1,6%. Na Zona Euro, o crescimento anual do PIB foi de 1,7%, abaixo dos 2% registados em 2015, mas acima das expectativas iniciais. A procura interna foi suportada pelo impacto desfasado da descida do preço da energia sobre o rendimento real e o poder de compra dos consumidores, bem como por políticas fiscais e monetárias expansionistas. As condições de financiamento melhoraram, impulsionando uma recuperação do crescimento do crédito, apesar das preocupações com o sector bancário em algumas regiões. No entanto, o crescimento económico foi ainda insuficiente para gerar pressões inflacionistas significativas. Efeitos de base favoráveis relacionados com os preços da energia levaram a que a inflação *headline* subisse de um mínimo de -0,2% em Abril para 1,1% em Dezembro, enquanto a inflação *core* aumentou de 0,7% para 0,9% no mesmo período. Em Dezembro, o BCE anunciou uma extensão do programa de aquisição de activos, de Março de 2017 para (pelo menos) Dezembro de 2017, embora reduzindo as compras mensais de 80 para 60 mil milhões de euros. A Euribor a 3 meses prosseguiu a tendência de queda durante o 2º semestre, atingindo -0,319% em Dezembro.

Apesar do impasse político que impediu o novo governo de tomar posse até Outubro, a Espanha manteve-se como um *outlier* na Zona Euro, com o PIB a expandir-se 3,2% em 2016, repetindo o registo de 2015. A procura interna desacelerou, mas continuou a crescer a um ritmo relativamente forte, sendo mais uma vez o principal motor do crescimento do PIB. O crescimento do investimento fixo deverá ter desacelerado de 6% para 3,6% de crescimento, enquanto o crescimento do consumo privado aumentou de 2,9% para 3,1%. A despesa das famílias foi inicialmente suportada pelos efeitos desfasados da descida dos preços da energia, mas também, ao longo do ano, por uma melhoria nas condições de financiamento, nomeadamente com a redução das taxas de juro resultante das políticas expansionistas do BCE. De um modo geral, a procura interna beneficiou ainda de uma política fiscal expansionista, do reforço do *deleveraging*, e do crescimento do emprego, com a taxa de desemprego a cair de 20,9% para 18,6% da população activa. O mercado imobiliário manteve uma trajectória de recuperação, tendo os preços da habitação registado uma subida homóloga de 4% no 3º trimestre de 2016. As exportações líquidas também aumentaram a sua contribuição para o crescimento do PIB, de -0,1 para 0,4 p.p., tendo o abrandamento do investimento contribuído para a desaceleração das importações. A alta dos preços da energia levou a um aumento da inflação, em termos médios anuais, de -0,5% para -0,2%. A incerteza política não impediu a redução dos *yields* da dívida pública, tendo a Espanha beneficiado de uma melhoria da confiança dos investidores na economia, bem como do impacto do programa de compra de activos do BCE. Na maturidade a 10 anos, o diferencial face à rendibilidade dos *Bunds* alemães subiu marginalmente de 114 para 117 pontos base, mas a taxa de rendibilidade dos títulos caiu de 1,77% para 1,38% (embora evidenciando uma tendência de subida que continuou no início de 2017, relativamente ao mínimo de 0,92% registado em Agosto).

Em Portugal, o PIB real aumentou 1,4% em 2016, abaixo dos 1,6% registados em 2015, mas ligeiramente acima das expectativas. A procura interna reduziu a sua contribuição para o crescimento, reflectindo uma desaceleração do consumo privado, de 2,6% para 2,1%, e uma descida do investimento (que deverá ter descido para cerca de 1,5%). A taxa de desemprego reduziu-se de 12,4% para 11% da população activa. Apesar do forte dinamismo dos serviços de turismo, o crescimento global das exportações caiu de 5,2% em 2015 para cerca de 3,7% em 2016. Os preços da habitação mantiveram uma tendência ascendente, crescendo 7,6% no 3º trimestre, face ao mesmo período do ano anterior. A actividade económica beneficiou ainda de uma melhoria das condições de financiamento, reflectindo em grande parte a orientação expansionista da política monetária do BCE. No entanto, as restrições relacionadas com os elevados níveis de endividamento e com os ajustamentos em curso no sector bancário continuam a penalizar o crescimento do crédito e da actividade. O défice público terá baixado de 4,4% (ou 3% excluindo operações extraordinárias) para 2,1% do PIB, enquanto a dívida pública permaneceu estável, aumentando apenas ligeiramente (de 129% para 130,2% do PIB). Num contexto de incerteza política, de aumento da inflação a nível global e de especulação em torno de uma futura atenuação da política de *quantitative easing* do BCE, as *yields* dos títulos da dívida pública portuguesa a 10 anos subiram de 2,5% para 3,8% em 2016, estendendo esta tendência para Janeiro de 2017 e ultrapassando os 4%. O diferencial face ao *Bund* alemão aumentou assim de 190 pontos base para 356 pontos base em 2016 (e para 364 pontos base em Janeiro de 2017).

Yields da dívida pública portuguesa a 10 anos

Fonte: Haitong Bank.

Relativamente às perspectivas para 2017, espera-se que o ritmo de crescimento da actividade económica global acelere moderadamente, de 3,1% para cerca de 3,4%, impulsionado por um maior dinamismo tanto nos mercados desenvolvidos como nos mercados emergentes. A inflação deverá aumentar nas principais economias desenvolvidas, sobretudo em resultado do aumento dos preços da energia, mas também reflectindo melhorias nos mercados de trabalho e o crescimento dos salários. Embora a inflação deva manter-se ainda relativamente contida em termos históricos, espera-se uma subida das taxas de juro em 2017, particularmente nos EUA, à medida que os bancos centrais moderem a orientação expansionista da política monetária. Por último, mas não menos importante, a economia global deverá continuar marcada por um clima de elevada incerteza e riscos políticos.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados Consolidados	2016	2015		Variação
		Publicado	Reexpresso	
Produto Bancário Consolidado	**109.036**	**135.842**	**132.895**	**(18,0%)**
Comissões	45.187	82.471	82.471	(45,2%)
Margem Financeira	57.110	44.444	44.444	28,5%
Mercados	6.739	8.927	5.980	12,7%
Total de Custos Operacionais	**(155.939)**	**(141.089)**	**(141.089)**	**10,5%**
Custos com Pessoal	(92.955)	(80.785)	(80.785)	15,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	(56.569)	(53.694)	(53.694)	5,4%
Amortizações	(6.415)	(6.610)	(6.610)	(3,0%)
Resultado Operacional	**(46.903)**	**(5.247)**	**(8.194)**	**472,4%**
Imparidade e Provisões	(57.660)	(38.865)	(104.252)	(44,7%)
Resultados antes de Impostos	**(104.563)**	**(44.112)**	**(112.446)**	**(7,0%)**
Impostos	9.771	15.123	19.906	(50,9%)
Interesses que não controlam	(1.389)	(6.413)	(5.788)	(76,0%)
Resultado Líquido Consolidado	**(96.181)**	**(35.402)**	**(98.328)**	**(2,2%)**

(milhares de euros)

Balanço Consolidado	2016	2015		Variação
		Publicado	Reexpresso	
Activos financeiros detidos para negociação	1.494.915	1.346.489	1.346.489	11,0%
- Títulos	1.121.297	1.002.550	1.002.550	11,8%
Activos financeiros disponíveis para venda	790.346	468.311	457.198	72,9%
Aplicações em instituições de crédito	853.687	258.795	258.795	229,9%
Crédito a clientes	841.095	1.041.341	1.035.158	(18,7%)
Outros activos	774.704	1.057.646	1.007.143	(23,1%)
Total de Activo	**4.754.747**	**4.172.582**	**4.104.783**	**15,8%**
Passivos financeiros detidos para negociação	1.042.681	502.350	502.350	107,6%
Recursos de outras instituições de crédito	1.974.169	1.632.522	1.632.522	20,9%
Recursos de clientes	735.708	567.038	567.038	29,7%
Responsabilidades representadas por títulos	341.567	547.266	547.266	(37,6%)
Outros passivos	310.099	492.563	494.830	(37,3%)
Total do Passivo	**4.404.224**	**3.741.739**	**3.744.006**	**17,6%**
Capital	426.269	426.269	426.269	0,0%
Prémios de Emissão e Outros Instrumentos de Capital	92.527	12.527	12.527	638,6%
Reservas	(113.767)	(11.732)	(17.372)	554,9%
Resultado Líquido	(96.181)	(35.402)	(98.328)	(2,2%)
Interesses que não controlam	41.675	39.181	37.681	10,6%
Total de Capital Próprio	**350.523**	**430.843**	**360.777**	**(2,8%)**
Total de Capital Próprio e Passivo	**4.754.747**	**4.172.582**	**4.104.783**	**15,8%**

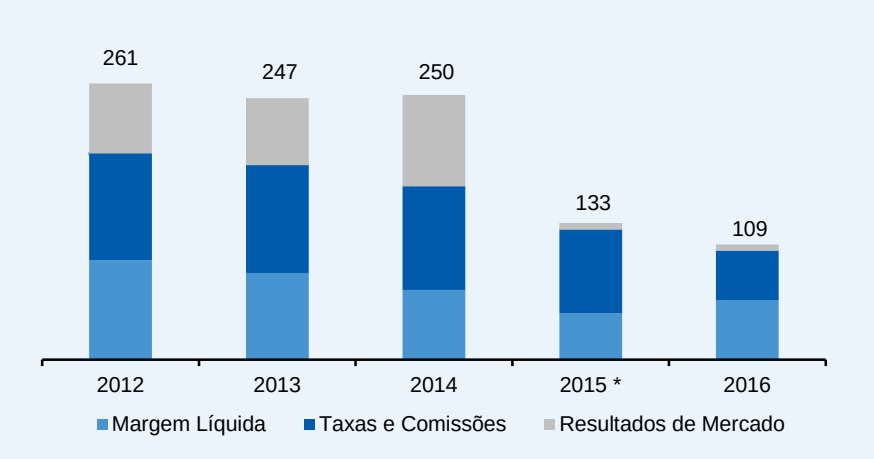
ANÁLISE FINANCEIRA

A deterioração do ambiente macroeconómico e político (Brasil, Brexit e eleições nos EUA) condicionou fortemente a actividade de banca de investimento em 2016. Além disso, a carteira de crédito existente reduziu a capacidade para desenvolver novas iniciativas de balanço e impôs a constituição de imparidades de crédito adicionais.

Consequentemente, o Resultado Bancário Consolidado de 2016 cifrou-se em 109 milhões de euros, uma redução de 18% face ao ano anterior. A actividade internacional representou 82% do Produto Bancário consolidado do período, tendo a actividade desenvolvida no Brasil apresentado o maior contributo.

Produto Bancário Consolidado

(milhões de euros)



* 2015 reexpresso

Fonte: Haitong Bank.

A Margem Financeira atingiu 57 milhões de euros, um aumento de 28,5% em relação a 2015. As iniciativas desenvolvidas para melhorar o custo de *funding* do Banco, incluindo o refinanciamento em Junho da linha de crédito de 750 milhões de euros concedida pelo Novo Banco, negociado com um sindicato de instituições financeiras chinesas, tiveram como principais consequências a redução dos *spreads* e o alongamento das maturidades da dívida.

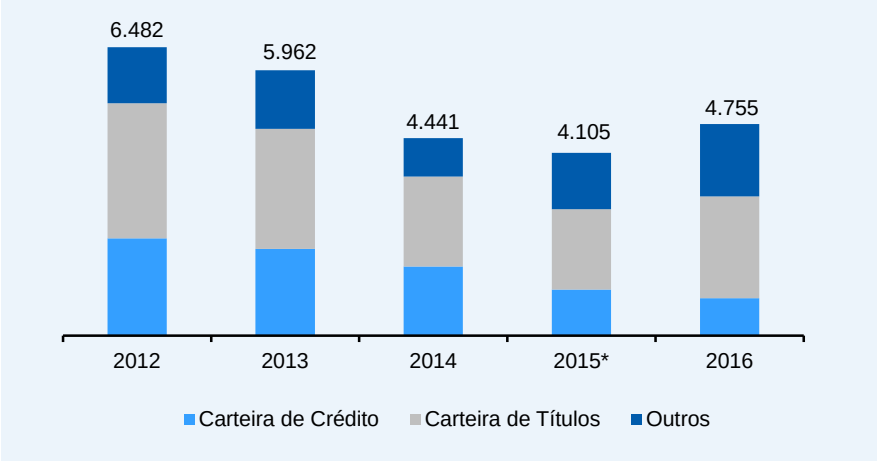
O montante de Comissões líquidas ascendeu a 45 milhões de euros, uma redução homóloga de 45,2% com origem sobretudo nas áreas de Mercados e Banca de Investimento, devido às condições adversas dos mercados, principalmente no Reino Unido e no Brasil.

Os Custos Operacionais aumentaram 10,5% em 2016 em relação ao ano anterior, atingindo 156 milhões de euros. Durante o ano, o Banco iniciou o processo de racionalização de custos, incluindo uma significativa redução de pessoal nos escritórios de Londres e São Paulo. Estas iniciativas tiveram um impacto negativo imediato nos Custos Operacionais.

O Activo Total registou um crescimento de 15,8%, atingindo 4.755 milhões de euros, suportado pelo aumento das carteiras de activos financeiros e, em particular, das Aplicações em Instituições de Crédito. A Carteira de Crédito reduziu-se em 18,7%, atingindo um montante líquido de 841 milhões de euros.

Total do Activo

(milhões de euros)



* 2015 reexpresso

Fonte: Haitong Bank.

Os rácios de solvabilidade determinadas à luz dos métodos Padrão previstos no regime de Basileia III, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	Dez-16		Dez-15 Publicado		Dez-15 Reexpresso	
	Período transitório	Implementação plena	Período transitório	Implementação plena	Período transitório	Implementação plena
Fundos Próprios Principais de Nível 1	7,1%	5,3%	10,5%	8,9%	9,9%	8,2%
Fundos Próprios de Nível 1	9,6%	8,2%	10,5%	9,0%	9,9%	8,3%
Fundos Próprios Totais	9,7%	8,4%	10,6%	9,3%	10,0%	8,5%

Fonte: Haitong Bank.

RATING

No dia 18 de Agosto de 2016, a Standard & Poor's (S&P) reafirmou as notações de Longo e Curto Prazo do Haitong Bank, S.A. em BB- e B, respectivamente, considerando o Banco como uma subsidiária "estrategicamente importante" do seu Accionista, a Haitong Securities Company Limited. A S&P manteve igualmente o *outlook* positivo, reflectindo a sua perspectiva de poder vir a melhorar o *rating* de longo prazo nos próximos 12 meses.

A 16 de Janeiro de 2017, a S&P reviu o *outlook* dos *ratings* do Haitong Bank de positivo para estável devido às dificuldades que afectam todo o sistema bancário português. A S&P considera agora que a tendência de risco do sector em Portugal é estável, mais do que positiva, sobretudo devido à dificuldade em restabelecer os níveis de rentabilidade dos bancos e em gerir os elevados volumes de crédito malparado. Em consequência, o *outlook* do Haitong Banco de Investimento do Brasil foi igualmente revisto, de Positivo para Estável.

Empresa	*Rating*
Haitong Bank, S.A.	
Counterparty Credit Rating	BB- / Stable / B
Junior Subordinated	CCC
Haitong Investment Ireland plc	
Senior Unsecured	BB-
Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.	
Counterparty Credit Rating	
Global Scale	BB- / Stable / B
Brazil Nationale Scale	brA / Stable / brA-2

Fonte: S&P.

5. ACTIVIDADE E RESULTADOS

MODELO DE NEGÓCIO

O Haitong Bank tem como principal objectivo prestar uma vasta gama de serviços financeiros a Clientes empresariais de média e grande dimensão, a Clientes institucionais e, em algumas vertentes mais específicas, a Clientes Particulares.

O Banco está numa posição privilegiada para fomentar o investimento e captar fluxos financeiros internacionais entre a Ásia, a Europa, a América Latina e a África. A sua plataforma *cross-border,* alavancada na cobertura geográfica do Banco e na sua ligação com a China, constitui um forte suporte à estratégia internacional do Accionista.

O Banco continua focado nos seus Clientes, no crescimento das actividades geradoras de comissões, assente num modelo de negócio de crédito *asset light*, tirando partido da sua capacidade de distribuição nas principais praças financeiras de Londres e Nova Iorque.

No final de 2016, o modelo de negócio do Banco assentava em três áreas principais: Investment Banking (incluindo a actividade de crédito das áreas de *Project Finance* and *Acquisition Finance* e Outros Financiamentos), Markets e Wealth and Fund Management.

O Banco continua a analisar detalhadamente a sua estrutura de negócios, visando encontrar o modelo de organização melhor vocacionado para apoiar a sua estratégia *core*: (I) Captar os crescentes fluxos *cross-border* provenientes de fusões e aquisições de empresas chinesas e (ii) originação de operações nos Mercados Emergentes, incluindo transacções de Mercados de Capitais na China para distribuição na Europa e nas Américas.

5.1. INVESTMENT BANKING

FUSÕES E AQUISIÇÕES

ENQUADRAMENTO DE MERCADO

O ano de 2016 foi mais um ano de grandes desafios para o Banco, o qual foi severamente afectado por diferentes fontes de turbulência nos mercados financeiros, nomeadamente o resultado do referendo sobre o Brexit e as eleições presidenciais nos EUA, assim como preocupações com o crescimento económico global, que penalizaram diversas transacções.

Em Portugal, onde o Haitong Bank tem a sua sede, o desempenho da economia não foi excepção. A partir de 2015, ano em que a recuperação económica foi marcada pela saída do programa de resgate, a economia tem vindo a mostrar ligeiros sinais de crescimento, impulsionada pelo consumo privado devido à diminuição do desemprego e ao aumento do rendimento disponível. O sector bancário tem vindo a enfraquecer, pressionando em baixa a nova produção de crédito e fazendo aumentar os riscos para as finanças públicas.

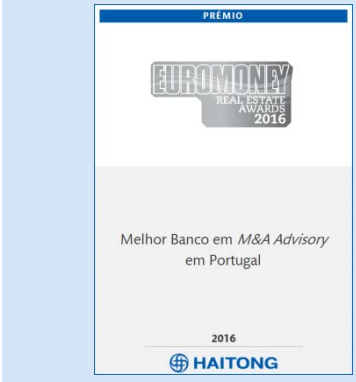
A actividade de Fusões e Aquisições (F&A) do Banco em Espanha, no Reino Unido, no Brasil e nos EUA foi também marcada pela agitação política a nível local e global. Por outro lado, regiões como a Europa Central e de Leste, onde o Banco está presente, registaram um ano excepcional no mercado de F&A, contando com várias transacções de grande relevo.

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

Neste contexto, o Haitong Bank prestou assessoria em 20 operações de F&A, com um valor total aproximado de 2 mil milhões de euros, maioritariamente em Portugal, onde manteve a posição de liderança no mercado de fusões e aquisições (de acordo com a MergerMarket e a Bloomberg).

A aquisição do BESI pela Haitong Securities foi distinguida na categoria de 'M&A Deal of the Year' pela prestigiada publicação financeira World Finance. Esta transacção foi considerada um marco histórico por diversas razões, nomeadamente por se tratar da primeira aquisição de um banco de investimento europeu por uma empresa de serviços financeiros chinesa e por facultar um amplo acesso aos serviços chineses por parte de clientes institucionais fora da China.

Em 2016, o Haitong Bank recebeu o prémio de “Melhor Banco em *M&A Advisory in Portugal*”, atribuído pela Euromoney nos “Real Estate Awards”. Também neste ano, o Banco foi considerado o "Banco de Investimento Mais Inovador na Ásia-Pacífico" pela Global Finance.



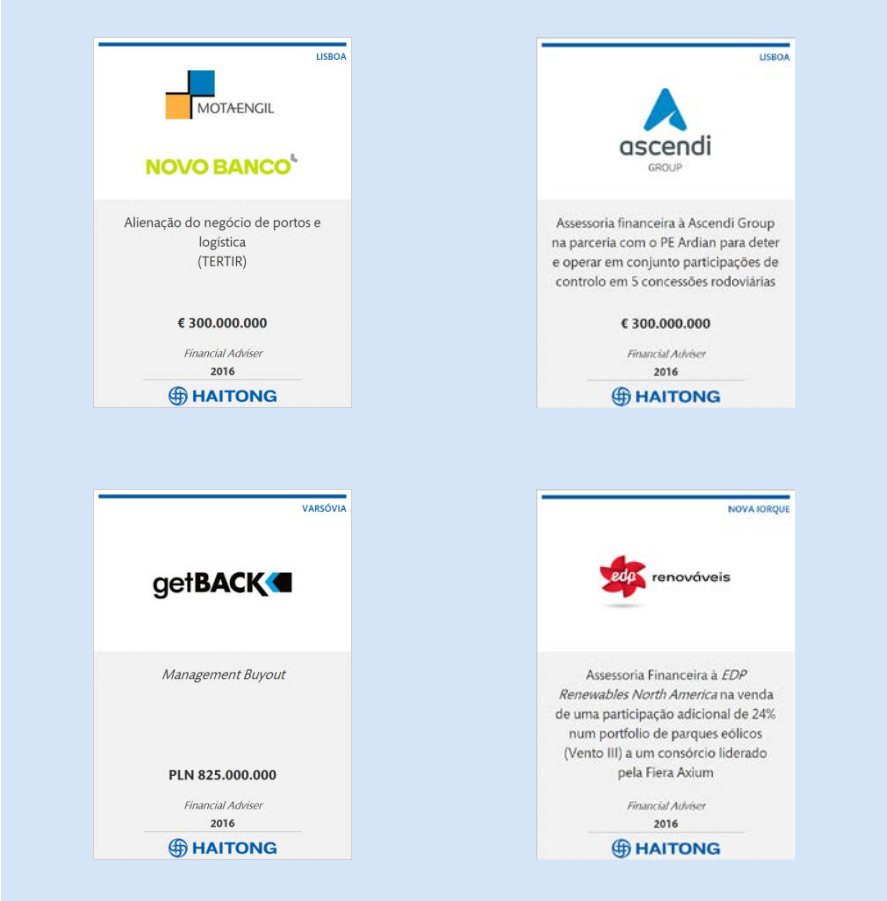
Durante o ano de 2016, o Haitong Bank participou em algumas das mais emblemáticas e complexas operações de F&A:

- Assessoria financeira ao Novo Banco S.A., na venda conjunta com a Mota-Engil SGPS S.A. da Tertir-Terminais de Portugal S.A., uma empresa de gestão portuária, ao Grupo Yildirim, empresa com sede na Turquia com actividade nos sectores da mineração, energia, gestão portuária, fertilizantes, transporte marítimo, construção naval, construção, e operações de *private equity*, por um total de 300 milhões de euros;

- Assessoria financeira ao Grupo Ascendi, operadora de auto-estradas com portagem (subsidiária da Mota-Engil SGPS S.A.), na parceria estabelecida com o fundo de investimento francês Ardian, para deter e operar em conjunto cinco concessões rodoviárias em Portugal. A Ardian investiu 300 milhões de euros na parceira em troca de uma participação de 50% no capital social de uma empresa recentemente constituída (Ascendi PT II) que detém as participações accionistas nas cinco concessões;

- Assessoria financeira à Administração da getBack, uma empresa líder na Polónia e na Roménia na gestão de dívida e prestação de serviços de assessoria, na aquisição por *MBO* (por 825 milhões de zlotys) ao Idea Bank, um banco cotado na Bolsa de Valores de Varsóvia detido maioritariamente por um investidor polaco. A operação, um dos maiores MBO na região em 2016, teve como *sponsor* a Emest Investments, um consórcio de fundos de *private Equity*;

- Assessoria financeira à EDP Renewables North America, na venda de uma participação adicional de 24% no portefólio renovável da EDPR Wind Farm (Vento III) a um consórcio liderado pela Fiera Axium, John Hancock e Swiss Life.



Também em 2016, o Haitong Bank actuou em transacções emblemáticas de F&A *cross-border* envolvendo entidades chinesas:

- Assessoria financeira à Hunan Dakang Pasture Farming Co. Ltd., uma empresa chinesa dedicada à pecuária e agricultura, subsidiária do grupo chinês Shanghai Pengxin Group Co, na aquisição de uma participação de 57,57% na Fiagril Ltda., uma das maiores empresas brasileiras nesta actividade, pelo montante total de 200 milhões de dólares. A operação envolveu ainda a concessão de facilidades de crédito à Hunan Dakang Pasture Farming, pela empresa-mãe, o Shanghai Pengxin Group;

- Assessoria financeira ao Novo Banco S.A., na venda do Novo Banco Asia, S.A., com sede em Macau, à Well Link Group Holdings Limited, sociedade constituída em Hong Kong, com interesses nas áreas de seguros, corretagem de títulos e futuros e serviços financeiros. A concretização do negócio encontra-se pendente das necessárias aprovações regulamentares;

- Assessoria financeira ao Tandem Bank, um banco digital *challenger* sedeado no Reino Unido, na colocação privada de acções junto de investidores liderados pelo Grupo Sanpower, um conglomerado chinês líder com actividades nas áreas da tecnologia, serviços financeiros, retalho, serviços de informação, saúde e cuidados médicos e imobiliária, proprietário da House of Fraser, uma cadeia de grandes armazéns líder no Reino Unido. A concretização do negócio encontra-se pendente das necessárias aprovações regulamentares.

PERSPECTIVAS

A incerteza em torno do Brexit no Reino Unido e o resultado das eleições nos Estados Unidos irão certamente influenciar a actividade em 2017, com a mudança do ciclo de juros e as eleições em França e na Alemanha, constituindo igualmente factores de imprevisibilidade relativamente ao próximo ano. O reforço da regulamentação sobre saída de capitais imposta pelo governo chinês representa outro grande desafio dado o impacto que terá nas transacções *cross-border* envolvendo entidades chinesas, um vector estratégico da actividade de F&A do Banco.

Independentemente dos desafios que se perfilam à actividade de F&A durante 2017, as perspectivas do Haitong Bank permanecem optimistas em relação à Europa e às Américas, regiões onde opera. As perspectivas para 2017 no sector de F&A em Portugal, a principal geografia onde o Banco opera, permanecem robustas e em linha com o forte índice de execução que nos permitiu consolidar a nossa posição como banco de investimento líder em serviços de assessoria, ao longo dos anos. O crescente interesse dos investidores internacionais em Portugal, juntamente com um forte *pipeline*, reforçam a expectativa de que 2017 será mais um ano de desempenho positivo para o Banco. Também em Espanha as perspectivas são favoráveis para a actividade de F&A, salientando-se o aumento do negócio *cross-border* com a China. Estas

expectativas positivas baseiam-se no actual clima de estabilidade económica e política no país, na melhoria da confiança das empresas e no actual contexto de liquidez, tendo-se assistido recentemente ao lançamento de novos fundos de *private equity* direccionados para a Europa Central e de Leste, bem como fundos associados à iniciativa chinesa "One Belt One Road". A actividade de F&A no Reino Unido deverá manter-se forte, impulsionada pelas transacções relacionadas com a China nos sectores das empresas tecnológicas de serviços financeiros, tecnologia automóvel, instituições financeiras, Tecnologia, Media e Telecomunicações nas vastas regiões económicas europeias cobertas pelo banco, como a Alemanha e a Europa Central. A tendência positiva de F&A na Polónia registada em 2016 deverá manter-se em 2017, tendo um grupo de empresas de *private equity* constituído recentemente um conjunto de novos fundos dedicados à Europa Central e de Leste, e existindo novos fundos de *private equity* na região associados à iniciativa chinesa "One Belt One Road". A "repolonização" do sector das instituições financeiras, novas oportunidades resultantes das tendências globais para a redução de emissões no sector das *Utilities* e o impacto político nos sectores do grande consumo e imobiliária, traduzidos em valorizações atractivas e na consolidação do mercado, são alguns dos principais factores impulsionadores da actividade de F&A a serem tidos em conta na Polónia em 2017.

As perspectivas para 2017 no sector de F&A nas Américas são igualmente promissoras. Apesar da actual incerteza em torno da recente eleição do Presidente dos EUA, as novas reformas regulatórias e fiscais esperadas poderão criar um ambiente positivo para a realização de operações. O Banco construiu um forte *pipeline* para as Américas, existindo diversas oportunidades activas envolvendo Clientes chineses que procuram investir nos EUA e na América Latina, essencialmente nos sectores da Energia e Infra-estruturas. Além disso, o Haitong Bank continuará a angariar investidores para o negócio de F&A noutras regiões, nomeadamente na Europa Ocidental e na Índia. No que diz respeito ao mercado brasileiro de F&A, o Banco espera melhorar a sua penetração em empresas chinesas interessadas em investir no país, especialmente nos sectores da Energia e Infra-estruturas, tendo como objectivo tornar-se um assessor de referência em negócios *cross-border* envolvendo ambas as geografias. A equipa brasileira de F&A continuará igualmente focada na manutenção do fluxo de negócios domésticos de média dimensão, com base na sua actuação passada com grupos locais.

MERCADO DE CAPITAIS

ENQUADRAMENTO DE MERCADO

A actividade de *equity capital markets* (*ECM*) registou uma contracção em 2016, com o volume global de ofertas a apresentar uma redução de 21% face ao ano anterior, para 724,2 mil milhões de dólares (correspondente a 5.288 transacções), o valor anual mais baixo desde 2012, de acordo com a Dealogic. O montante total de operações de *follow-on* registou uma redução homóloga de 19%, para 508,4 mil milhões de dólares, embora o seu peso no total tenha atingido 70% (61% in 2015). O volume total de *IPOs* seguiu a mesma tendência, tendo caído 30% face a 2015, para 135,6 mil milhões de dólares, também o valor mais baixo desde 2012.

Pela primeira vez desde que há registo, a Ásia-Pacífico liderou o volume global de *ECM* pelo segundo ano consecutivo, com um volume total de 313,5 mil milhões de dólares (43% do total), resultante de 2,868 transacções, o que representou uma quebra de 12% comparado com 2015 (355,2 mil milhões de dólares). A China contribuiu com 69% (215,7 mil milhões de dólares) para o volume total da Ásia-Pacífico, a maior contribuição de sempre e 14% superior à do ano anterior. O *IPO* do Postal Saving Bank of China, no valor de 7,4 mil milhões de dólares, foi a maior operação de *ECM* a nível global em 2016 e a maior operação desde o *IPO* da Alibaba em 2014 (25,0 mil milhões de dólares).

A actividade global de *debt capital markets* (*DCM*) alcançou um recorde histórico de 7,0 biliões de dólares (mais de 21.000 emissões) em 2016, aumentando 16% em relação a 2015 e atingindo o maior volume anual desde que há registo (1980), de acordo com a Thomson Reuters.

As emissões *high grade* de dívida de empresas a nível global atingiram também um valor recorde de 3,4 biliões de dólares em 2016, um aumento de 11% face a 2015. As emissões em dólares bateram igualmente um recorde, totalizando 1,3 biliões de dólares, sendo o oitavo aumento anual consecutivo registado pela dívida *investment grade* norte-americana. Em 2016, o total de emissões em euros de *investment grade* atingiu 876 mil milhões de euros, face a 840,1 mil milhões de euros em 2015, tornando este ano o segundo mais dinâmico desde o pico de 1,07 biliões de euros registado em 2009.

O volume de emissões de dívida corporativa *high yield* atingiu 305,8 mil milhões de dólares a nível global, uma descida homóloga de 13% e representando o pior ano para este tipo de emissões desde 2011.

O volume de dívida emitida por governos e organismos públicos alcançou 1,9 biliões de dólares em 2016, representando uma subida de 48% face a 2015, a maior registada nesta área de actividade. A dívida corporativa de emitentes dos mercados emergentes registou um aumento de 34% face a 2015, ascendendo a 267 mil milhões de dólares. Cerca de 56% do volume total de dívida corporativa emitida em mercados emergentes em 2016 teve origem na Índia, no México, no Brasil e na Rússia.

As emissões asiáticas de dívida em moedas dos países do G3 (USD, Euro, Yen) atingiram 217,3 mil milhões de dólares (402 emissões), um aumento de 18,9% face a 2015 e correspondendo ao maior volume anual desde sempre.

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

Em 2016, o Haitong Bank participou em mais de 20 transacções de mercado de capitais, com um volume total superior a 7,5 mil milhões de euros, nas geografias *core* em que opera.

2016 foi um ano crucial para o Haitong Bank na medida em que promoveu a entrada pela primeira vez nos mercados de capitais internacionais de uma série de emitentes chineses. No seu primeiro ano completo de actividade após a aquisição, o Banco participou em diversas operações relacionadas com a China, entre as quais:

- Emissão inaugural de obrigações Panda pela República da Polónia, a primeira emissão em moeda chinesa efectuada por um país europeu, no montante de 3,0 mil milhões de renmimbi, com um prazo de 3 anos e um cupão anual de 3,4%, na qual o Banco actuou como *Co-Manager.* Esta emissão realizou-se no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações em Renmimbi 2016 da República da Polónia, no total de 6 mil milhões de renminbi;

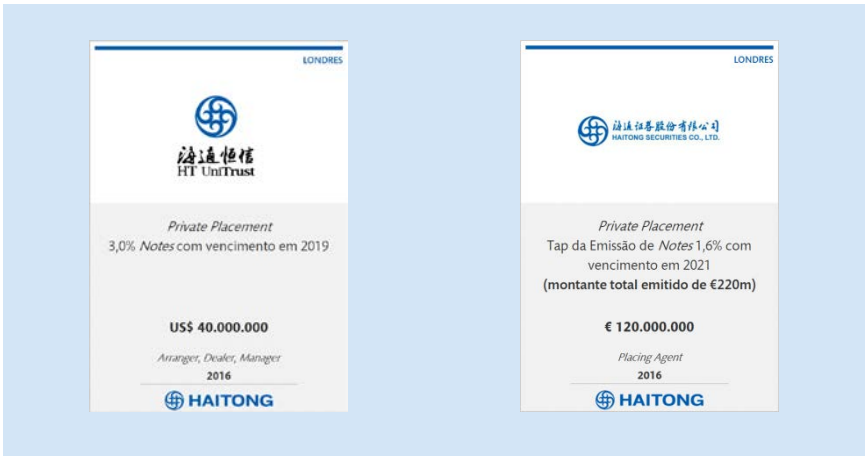
- Emissão inaugural de Eurobonds (*Reg Senior Notes*, não garantidas), no montante de 150 milhões de dólares, pelo grupo chinês Fujian Zhanglong Group Co., Ltd., na qual o Banco actuou como *Joint Bookrunner & Joint Lead Manager;*

- Colocação privada de obrigações sénior não garantidas (*Reg S Notes*) no montante de 250 milhões de dólares, pela Zunyi Tourism Industry Development (Group) Co. Ltd., uma empresa chinesa de engenharia e prestação de serviços de construção. O Banco actuou como *Joint Placing Agent* nesta colocação;

- Colocação privada de emissões (40 milhões de dólares; 3%; 3 anos - Série 4; e 24 milhões de dólares; 2,9%; 3 anos - Série 5) da Unican Limited ao abrigo do programa de MTN (no total de mil milhões de dólares) garantido pela Haitong UT Capital Group Co., Limited, beneficiando de um

Keepwell Deed prestado pela Haitong Securities Co., Ltd.. O Banco actuou como *Manager* nesta colocação;

- Colocação privada de obrigações sénior não garantidas (*Reg S Notes*) da Haitong Securities Co., Ltd: emissão inicial de 100 milhões de euros, taxa de 1,6% e prazo de 5 anos, e uma segunda emissão no montante de 120 milhões de euros, perfazendo o total de 220 milhões de euros. O Banco actuou como *Joint Placing Agent* nesta colocação.



No mercado de emissões de dívida *investment grade*, salienta-se a liderança do Haitong Bank de diversas emissões de obrigações em Portugal, actuando como *Joint Lead Manager* e *Joint Bookrunner*, nomeadamente nas seguintes operações:

- Emissão de obrigações sénior não garantidas a 7 anos, no montante de 600 milhões de euros, pela EDP – Energias de Portugal, S.A.;
- Emissão de obrigações sénior garantidas a 7 anos, no montante de 300 milhões de euros, pela Brisa Concessão Rodoviária, S.A.;
- Emissão de obrigações sénior não garantidas, no montante de 200 milhões de euros, pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A, ao abrigo do seu programa de 300 milhões de euros com maturidade em Fevereiro de 2025, aumentando o montante total emitido para 500 milhões de euros.

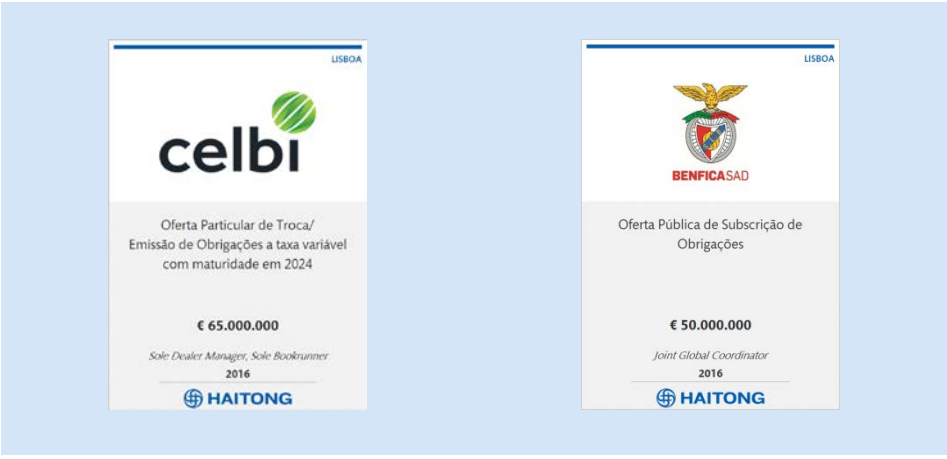
No mercado da dívida *high-yield* sem *rating*, o Haitong Bank desempenhou um papel de destaque em diversos tipos de operações, nomeadamente nas seguintes:

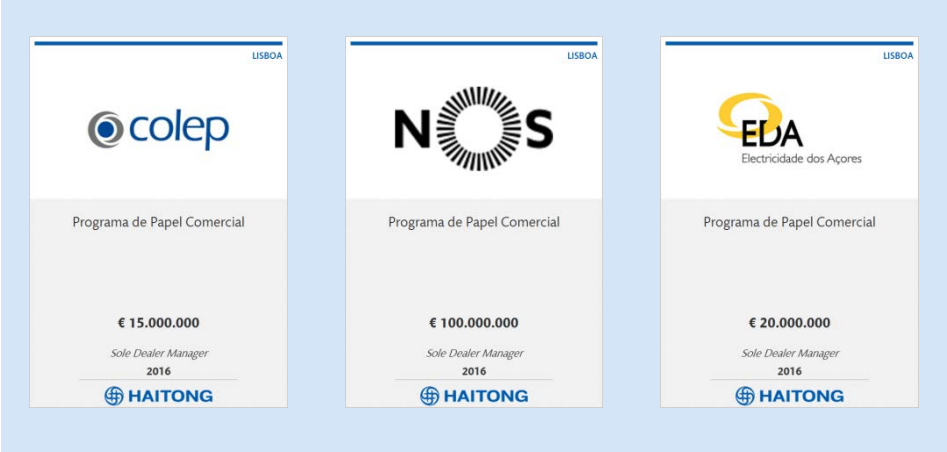
- Emissão de obrigações no montante de 5 mil milhões de dólares, com um cupão anual de 6,5%, pela República da Venezuela, a emissão de referência efectuada pelo país em 2016, sendo a maior efectuada desde 1990 e a primeira nos mercados de capitais internacionais desde 2011. Esta emissão marca igualmente a primeira participação do Haitong Bank numa emissão soberana da América Latina, em que actuou como *Exclusive Dealer Manager*;

- Oferta de troca de obrigações e nova emissão no montante de 65 milhões de euros pela produtora de celulose portuguesa Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A., em que o Banco actuou como *Sole Dealer Manager* e *Bookrunner*;

- Emissão de obrigações no montante de 50 milhões de euros pelo clube de futebol português Benfica SAD, com vencimento em 2019 e com um cupão anual de 4,25%, em que o Banco actuou como *Joint Global Coordinator*;

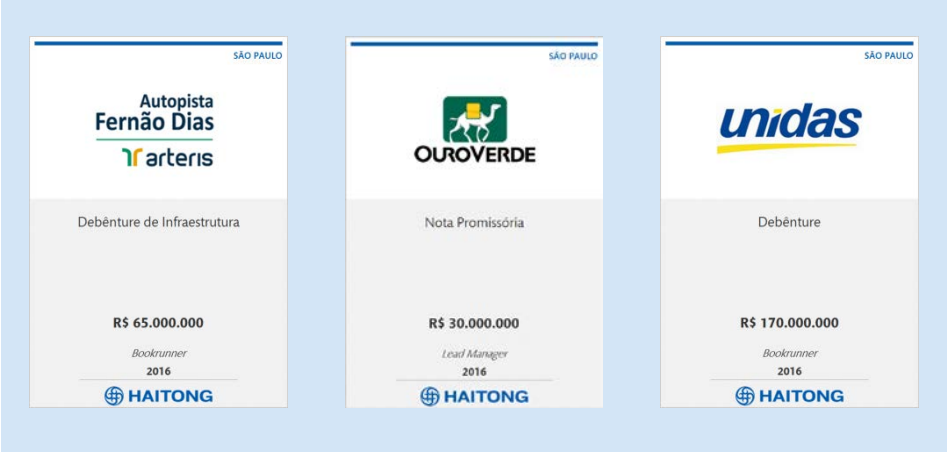
- Actuação como *Sole Dealer Manager* em novos Programas de Papel Comercial lançados pelas seguintes empresas portuguesas: NOS, SGPS, S.A. (100 milhões de euros), Electricidade dos Açores, S.A. (20 milhões de euros) e Colep Portugal, S.A. (15 milhões de euros).





- Participação em diversas emissões de obrigações por parte de empresas polacas: (i) no montante de 51 milhões de zlotys, pela produtora e distribuidora de equipamentos de reabilitação e ortopedia Medort S.A. (em que o Banco actuou como *Sole Arranger*); ii) no montante de 100 milhões de zlotys, pela Arctic Paper S.A. (actuação como *Sole Arranger*), no âmbito de uma operação complexa de refinanciamento no valor total de 350 milhões de zlotys, que o Banco ajudou a finalizar; (iii) e no montante de 100 milhões de zlotys, pela HB Reavis Finance PL 2 Sp. z.o.o. (actuação como *Co-Arranger* e *Joint Bookrunner*).

- Actuação como *Bookrunner* num *Project bond* local no Brasil, uma emissão de debêntures de infra-estruturas pela empresa Fernão Dias, no montante de 65 milhões de reais;
- Actuação como *Lead Manager* na emissão de papel comercial no montante de 30 milhões de reais, com vencimento em 2017, pela empresa brasileira de locação de veículos e equipamentos Ouro Verde;
- Actuação como *Bookrunner* na emissão de debêntures no montante de 170 milhões de reais, com vencimento em 2019, pela Unidas, uma empresa brasileira de locação de veículos.



Na vertente de *ECM*, destacam-se as seguintes operações concluídas em 2016 pelo Haitong Bank:

- IPO da PBKM S.A. (um dos principais bancos europeus de sangue do cordão umbilical) na Bolsa de Valores de Varsóvia (56,4 milhões de zlotys), no qual o Banco Haitong actuou como *Joint Global Coordinator*, *Joint Bookrunner* e *Joint Offering Agent*, representando o *sponsor* da transacção, a Enterprise Investors, um importante fundo de *private equity* da Europa Central e de Leste;

- Oferta pública de aquisição, seguida de uma alienação obrigatória e exclusão da cotação em Bolsa da empresa polaca GRAAL S.A. (143,8 milhões de zlotys), na qual o Haitong Bank atuou como *Global Coordinator*, no âmbito de uma operação de *Public-to-Private* executada para a Abris Capital Partners, um importante fundo de *private equity* da Europa Central e de Leste;

- Operação de *accelerated bookbuilding* de 30% das acções da Skarbiec Holding S.A. (56,7 milhões de zlotys), uma gestora de fundos de investimento polaca cotada na Bolsa de Varsóvia. Nesta operação, o Haitong Bank actuou como *Global Coordinator* e *Joint Bookrunner*, para a Enterprise Investors, um importante fundo de *private equity* da Europa Central e de Leste;

- Primeira emissão *equity-linked* relacionada com a China, uma emissão de obrigações convertíveis a cupão zero no montante de 3,88 mil milhões de dólares de Hong Kong pela Haitong International Securities Group Ltd., na qual o Haitong Bank participou como *Joint Bookrunner*.

PERSPECTIVAS

Tendo em conta o interesse crescente demonstrado pelos emissores em diversificar as suas fontes de financiamento para a Ásia, é expectável que se registe um número cada vez maior de operações em que o "*China angle"* represente um factor-chave de diferenciação.

Os acontecimentos geopolíticos de 2016 não afectaram a atractividade dos mercados de capitais internacionais para os emitentes chineses, tendo continuado a assistir-se a uma forte actividade de captação de fundos por parte da Ásia, em todas as moedas. Em 2017, o Haitong Bank espera potenciar os esforços desenvolvidos em 2016, tirando partido de um robusto *pipeline* de emitentes chineses interessados em aceder aos mercados de capitais internacionais, assim como de emitentes europeus (de obrigações e acções) que procuram investidores chineses.

Na América Latina, o ressurgimento da Argentina e do Brasil promete uma abundante oferta de emissões internacionais durante o próximo ano. No que diz respeito aos mercados de capitais brasileiros locais, é igualmente de esperar uma forte dinâmica, com um aumento do volume de emissões face a 2016 devido à queda das taxas de juro. De uma forma geral, com as taxas de juro ainda em níveis historicamente baixos, apesar do recente aumento do rendimento dos títulos do Tesouro, e um nível abundante de liquidez, não deverão faltar oportunidades para que os emissores de todas as regiões da América Latina concluam com sucesso operações nos mercados internacionais de dívida.

Na Europa de Leste, o Haitong Bank vai continuar a procurar oportunidades de realização de operações no mercado da dívida, enquanto no mercado de renda variável procurará reforçar e potenciar o seu relacionamento de longa data com os Clientes e empresas que ajudou a cotar na Bolsa de Valores de Varsóvia.

Na Europa Ocidental, depois da mudança de estratégia que se seguiu à sua aquisição, o Haitong Bank irá continuar a fortalecer a sua posição no seu mercado *core*, alavancando a apetência crescente pelo *DCM* por parte de grandes e médias empresas, tanto a nível doméstico como internacional. A melhoria das perspectivas para o mercado de acções em geral, e para a Europa em particular, deverá suportar a realização de operações de *ECM* na região.

PROJECT FINANCE

A actividade de *Project Finance* em 2016 foi afectada pelo débil dinamismo dos mercados *core* do Banco na Europa, nomeadamente em Portugal, onde as restrições orçamentais continuaram a impedir o lançamento de novos projectos de infra-estruturas, e pelo aumento da concorrência por parte dos grandes bancos comerciais, impulsionada pelo ambiente de liquidez abundante e baixos custos de financiamento resultante da política monetária de *quantitative easing*.

Em linha com a tendência recente, o sector das energias renováveis tem sido o mais dinâmico em Portugal, tendo também surgido diversas oportunidades nos sectores das infra-estruturas e imobiliário, essencialmente decorrentes de operações de F&A e processos de reorganização.

Embora ainda condicionado pelo processo de transição para a nova estrutura accionista, que continua a decorrer, a actividade de *Project Finance* tem mantido um desempenho positivo e perspectivas favoráveis.

Em Portugal, o Banco concluiu a renegociação e reestruturação da concessão de um projecto de infra-estruturas e actuou como *Mandated Lead Arranger* em duas operações de refinanciamento. Em Espanha, o Banco concluiu com êxito duas operações de reestruturação no sector das energias renováveis.

Na América Latina, a equipa de *Project Finance* continuou a expandir a sua presença em países de língua espanhola, focando a sua actuação na assessoria e estruturação de projectos de financiamento para os seus Clientes na região. Embora o mercado mexicano continue a ser o mais relevante para a área de *project finance,* devido à reforma do sector da energia que veio gerar importantes oportunidades para os nossos serviços de montagem e assessoria, o Banco tem feito progressos na expansão da sua actividade para a região andina, principalmente para o Peru e Colômbia, onde se estão a desenvolver ambiciosos projectos de investimento no sector das infra-estruturas. Finalmente, e tirando partido da sua integração no grupo Haitong, o Banco tem cooperado activamente com a casa-mãe no sentido de desenvolver relações com empresas chinesas com presença na América Latina e apoiar as suas necessidades de financiamento para projectos na região.

No Brasil, o Banco manteve o seu papel de assessor financeiro em projectos de infra-estruturas em curso, nomeadamente nos sectores da energia (geração e transmissão) e saúde pública, procurando posicionar-se para a próxima ronda de leilões no sector das infra-estruturas anunciada pelo Governo no 4º trimestre de 2016. Adicionalmente, a equipa de *Project Finance* concentrou ainda os seus esforços na angariação de mandatos de assessoria em áreas do sector das infra-estruturas não afectados pela crise e que representam ainda grandes oportunidades para as empresas e investidores, tais como Iluminação Pública, Água e

Saneamento, Energias Renováveis e Transmissão de Energia. Finalmente, o Banco procurou posicionar-se como assessor financeiro junto de potenciais investidores, em especial grupos asiáticos e europeus interessados em participar nas futuras concessões e privatizações anunciadas pelo novo Governo, chefiado pelo Presidente interino Michel Temer.

PERSPECTIVAS

No contexto do novo posicionamento estratégico, baseado num modelo de negócio que privilegia uma estrutura de balanço *asset-light* e está focado no desenvolvimento de transacções com potencial de distribuição e *cross-selling* com as actividades de *Debt Capital Markets* e F&A, as perspectivas para a actividade de *Project Finance* da Haitong permanecem positivas. O Governo português anunciou recentemente um novo programa de projectos de infra-estruturas, com particular ênfase nos caminhos-de-ferro e nos portos que, juntamente com o *pipeline* existente, augura boas perspectivas para o futuro próximo.

A sólida experiência do Haitong Bank nos sectores das infra-estruturas e energia, alavancados agora por uma nova e forte estrutura accionista, juntamente com o vasto potencial de acesso a Clientes e investidores chineses e asiáticos, nomeadamente visando o universo de projectos de infra-estrutura contemplados na iniciativa "One Belt One Road", são elementos-chave que abrem o caminho para o negócio de *Project Finance* do Banco.

ACQUISITION FINANCE

ENQUADRAMENTO DE MERCADO

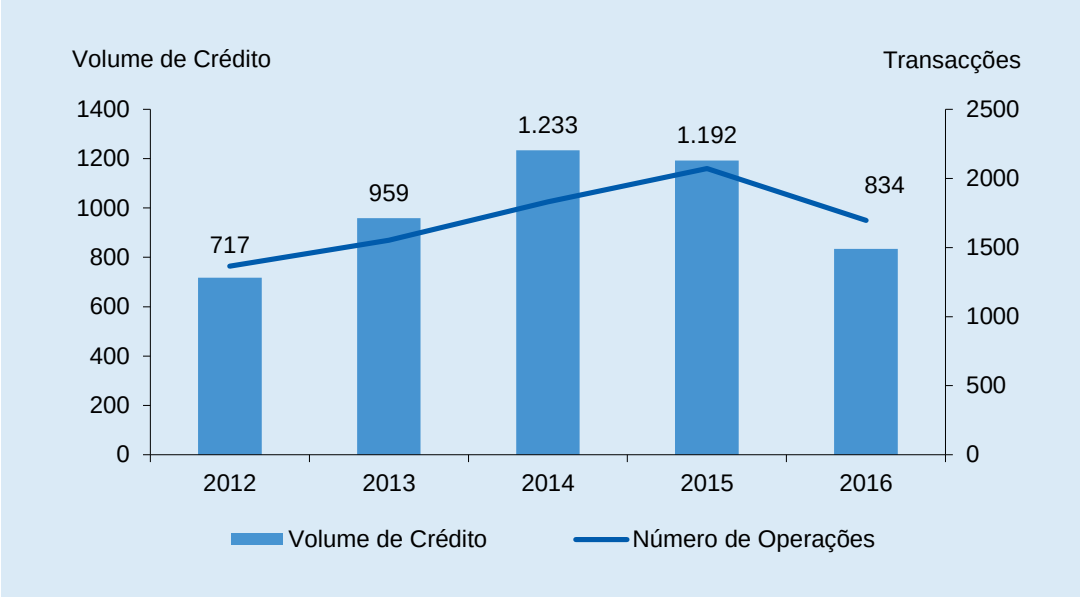
Em 2016 o volume global de crédito sindicado diminuiu 5%, para 4,3 biliões de dólares, o valor mais baixo desde 2012, enquanto o volume global de crédito a empresas baixou 3%, para 3,4 biliões de dólares. Mesmo assim, as receitas globais de crédito sindicado aumentaram 4%, invertendo a tendência dos dois anos anteriores. As Américas lideraram o volume global de empréstimos a empresas, representando 64% do total, com a maior contribuição a ser dada pelo sector tecnológico (12%).

Na Europa, o volume de crédito sindicado registou uma contracção de 30% em termos homólogos, para 834,2 mil milhões de dólares, o valor mais baixo desde 2012 (717,2 mil milhões de dólares) e correspondendo apenas a 85% do volume na região EMEA, o peso mais baixo desde que há registo.

O montante de crédito vivo a mutuários da região EMEA ascende actualmente a 2,6 biliões de dólares, com a Espanha a representar a maior fatia deste total em 2016 (69,7 biliões de dólares), seguida de perto pelo Reino Unido e pela França, com 63,6 biliões e 46,9 biliões de dólares, respectivamente.

Volume de Crédito na Europa

(mil milhões de USD)

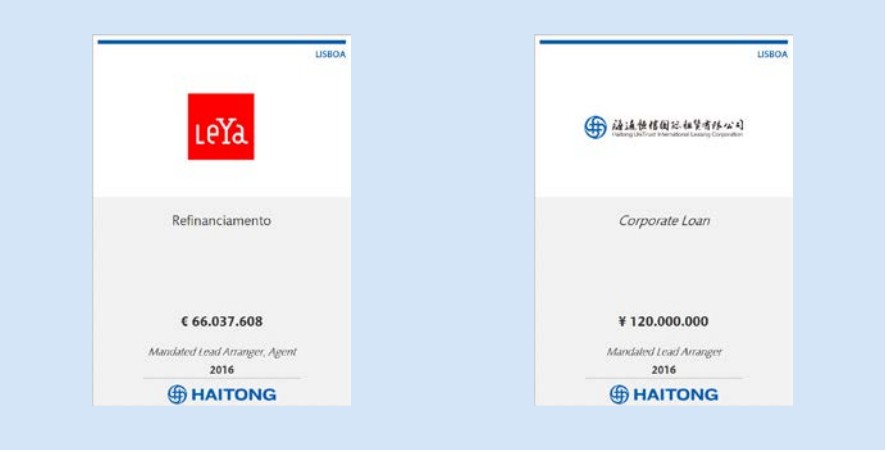


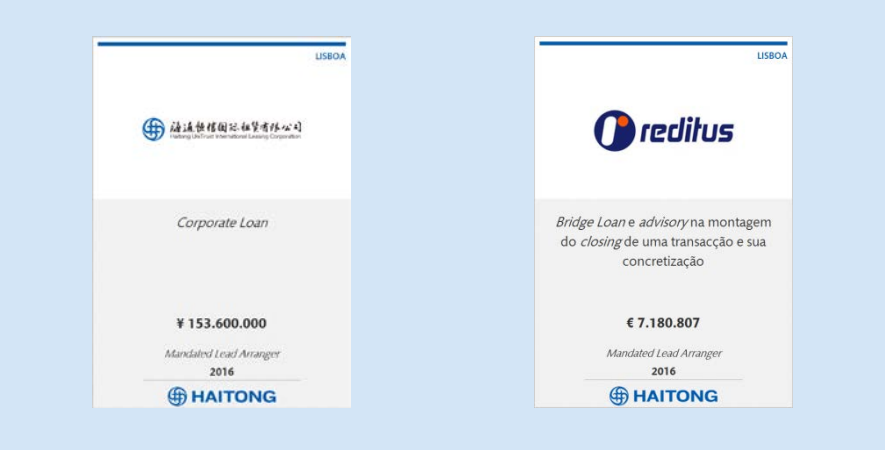
Fonte: Dealogic.

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

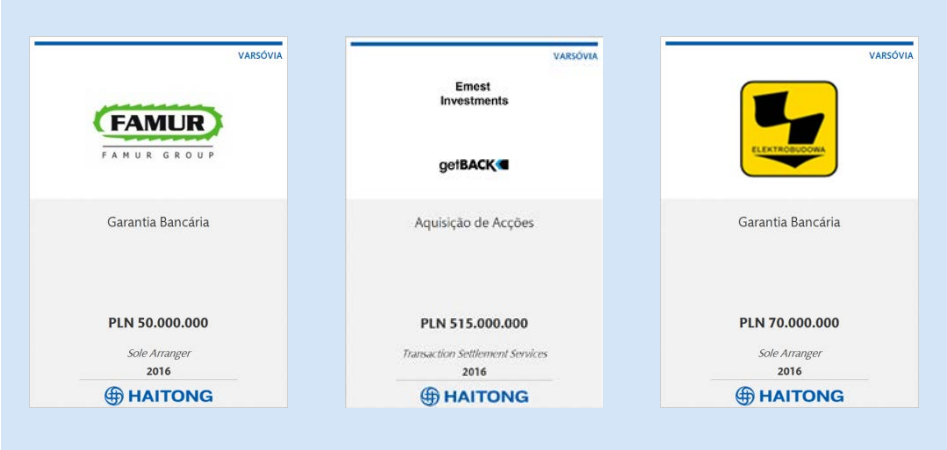
Em 2016, o Haitong Bank participou em diversas transacções na Europa e na Ásia, actuando como:

- *Mandated Lead Arranger* no refinanciamento da LeYa, S.A., uma editora portuguesa, no montante de 66 milhões de euros;
- *Mandated Lead Arranger* no empréstimo à Haitong Unitrust Financial Leasing Corporation, no montante de 120 milhões de renminbi;
- *Mandated Lead Arranger* no empréstimo à Haitong Unistrust International Leasing Corporation, no montante de 153,6 milhões de renminbi.
- *Mandated Lead Arranger* na assessoria e financiamento intercalar à Reditus Gestão, S.A., no montante de 7,2 milhões de euros.





Na Polónia, o Banco continuou a desenvolver a área de negócio relacionada com a emissão de garantias bancárias, prestando ainda serviços de liquidação aos seus Clientes, nomeadamente no âmbito da aquisição de acções da GetBack, no valor total de 515 milhões de zlotys.



PERSPECTIVAS

Em 2017, o Haitong Bank pretende continuar a trabalhar em conjunto com o Accionista no sentido de identificar potenciais sinergias na área de *Acquisition Finance*.

No que respeita a actividades transfronteiriças, o Banco continuará a alavancar a sua posição nos mercados ocidentais através da sua estreita relação com o seu accionista, Haitong Securities Co. Ltd, - instituição financeira chinesa com mais de 30 anos de experiência e com mais de 24 mil Clientes de elevado perfil representando, por isso, o melhor parceiro para todas as Empresas/ Clientes asiáticos que queiram expandir a sua actividade para o exterior.

OUTROS FINANCIAMENTOS

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

No que diz respeito à actividade de Outros Financiamentos no Brasil, o ano ficou marcado pela contracção da carteira de crédito em cerca de 25%, resultante do vencimento de operações e da ausência de novos desembolsos, em linha com a nova visão estratégica de utilização do crédito, isto é, exclusivamente para alavancar outras operações de banca de investimento.

A equipa tem vindo a cooperar com outras áreas de negócio no sentido de fomentar a sua relação com os Clientes, especialmente no sector das infra-estruturas, apostando no *cross-selling* com outros serviços e produtos bancários, nomeadamente nas áreas de F&A, Mercado de Capitais e Derivados. Este esforço tem vindo a dar frutos, tendo o Banco assinado quatro operações de F&A e duas operações na área de Mercado de Capitais, nos sectores da Água e Saneamento e da Energia. Foram igualmente originadas operações de Tesouraria sob a forma de produtos de cobertura para empresas chinesas.

PERSPECTIVAS

No que diz respeito a 2017, o Banco irá concentrar-se em atrair investidores asiáticos, captando oportunidades oferecidas pelo fluxo de comércio Brasil-China, procurando activamente oportunidades de assessoria financeira e estruturação financeira de projectos, bem como a originação e relançamento de negócios de *Trade Finance* e oportunidades na actividade de *leasing*, com a Unitrust.

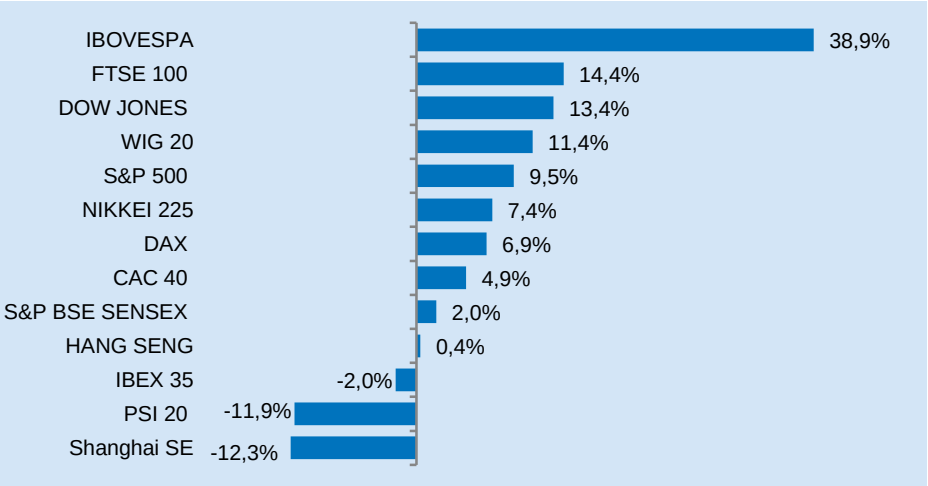
5.2. MARKETS

ACÇÕES

ENQUADRAMENTO DE MERCADO

O 1º semestre de 2016 foi um período difícil para os mercados accionistas europeus, penalizados no 1º trimestre por preocupações com a China e o mercado das *commodities*, e no 2º trimestre pelo Brexit. Na segunda metade do ano assistiu-se a uma estabilização e gradual recuperação da confiança, impulsionadas pelo efeito das eleições nos Estados Unidos no final do ano. A volatilidade e os volumes registaram grandes variações em resultado destes eventos. Como se pode observar no gráfico abaixo, assistiu-se a uma forte disparidade na performance registada nas diversas regiões analisadas.

Performance dos Principais Índices Bolsistas em 2016



Fonte: Bloomberg (moeda local).

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

O primeiro ano completo sob a égide do Haitong foi um período de acontecimentos marcantes, tanto dentro como fora do Banco. A política inevitavelmente influenciou os volumes transaccionados de acções, quer no que diz respeito ao referendo no Reino Unido sobre a permanência na UE, às eleições nos EUA ou às eleições em Espanha. A plataforma global de acções transversal a todas as geografias do Banco - China (Xangai), Reino Unido (Londres), EUA (Nova Iorque), Península Ibérica (Lisboa e Madrid), Brasil (São Paulo) e Polónia (Varsóvia) - beneficiou de uma abordagem cada vez mais integrada em termos de cooperação e enfoque em investidores-chave. O lançamento de um sistema de gestão do relacionamento com os Clientes no final de 2016 deverá melhorar substancialmente a capacidade do Banco de compreender as actividades, interacções e rentabilidade relacionadas com o Cliente. A relevância do Banco perante os investidores tem vindo a ser reforçada, suportada pela crescente importância da China no cenário global e pelo seu profundo e diferenciado conhecimento das realidades locais.

Em Londres, o Banco tem desenvolvido esforços para reconstruir a base de receitas em torno da nova estratégia de *research* "China na Europa". A reacção dos investidores tem sido praticamente unânime ao aderir ao potencial da nossa capacidade única de diferenciação no *research* de acções europeias, através de

uma visão aprofundada local sobre a crescente influência da China nas empresas europeias. A estabilização e progressos feitos nos últimos meses são já sinais encorajadores. Estamos igualmente a desenvolver uma área de negócio de fundos ETF (Exchange Traded Funds) relacionada com a China, no âmbito da qual iremos realizar uma conferência com a participação de 60 emitentes, fornecedores de índices, Bolsas de Valores e Sociedades Gestoras de Activos, na qual o *Global Head of Equity Research* do MSCI fará uma apresentação destinada a discutir a inclusão da China no índice.

Nos Estados Unidos, foi dado um importante passo no desenvolvimento da actividade do Banco, com a aprovação de uma licença que lhe permitirá distribuir e vender o seu produto de *research* a investidores baseados neste país. Trata-se de uma oportunidade relevante de gerar receitas no futuro. Ao mesmo tempo, o Banco tem contado com a aderência dos investidores à sua estratégia ligada à China.

Na Península Ibérica, o volume de acções transaccionadas em Espanha foi severamente impactado pelas alterações na regulamentação sobre liquidação de acções, assim como pelo ambiente de incerteza política, embora a economia tenha mostrado um bom desempenho em 2016. Em termos de valor, registou-se uma quebra de 32% no volume transaccionado em 2016 face a 2015. Em Portugal, o mercado accionista continuou marcado pelas dificuldades que atravessa o sector bancário.

Após uma significativa reestruturação do negócio no Brasil e da passagem de uma *broker dealer* para uma nova plataforma, as equipas de vendas e distribuição têm vindo a reorientar os seus esforços para contas que são elegíveis para trabalhar com o Haitong Bank neste novo enquadramento. As equipas têm trabalhado em estreita articulação no sentido de criar sinergias através do reforço da cooperação com todas as regiões e linhas de negócio e da distribuição de produtos relacionados com a China no mercado interno. Adicionalmente, a equipa no Brasil apoiou e organizou vários *non-deal roadshows* para investidores europeus, que se traduziram numa importante fonte de geração de receitas.

Na Polónia, o Banco prosseguiu a estratégia de venda do seu produto de *Research* de acções de países da Europa Central e de Leste, quer a fundos locais quer a fundos internacionais. Já em Janeiro de 2017, a equipa de *research* foi classificada em 5º lugar no *ranking* das melhores corretoras elaborado pelo jornal polaco Parkiet. A actividade dos investidores em 2016 contraiu-se visivelmente e apesar do forte dinamismo da economia, o volume transaccionado no mercado decresceu 10%. Os riscos para o sector bancário resultantes de alterações regulamentares e os riscos específicos para as empresas públicas têm vindo a criar constrangimentos à actividade. Nos primeiros meses do ano, a actividade dos Fundos de Pensões enfrentou um elevado nível de incerteza, mas depois da publicação no segundo semestre do projecto de reforma do sistema de pensões, a probabilidade de nacionalização do sector reduziu-se consideravelmente. Tirando partido do seu produto de *research* internacional, o Haitong Bank tem vindo a beneficiar da diversificação internacional dos Fundos de Investimento e de Pensões polacos. Durante o ano, foram organizadas diversas conferências locais focadas em temas como os sectores Imobiliário, Media & Lazer e Retalho & Consumo, em que participaram um total de 26 empresas.

Em termos de eventos destinados à interacção com empresas, o destaque de 2016 vai para a realização da primeira *Auto Tech Conference*, intitulada 'Mobility 2.0', que teve lugar em Setembro, em Londres, que pôs em contacto 30 empresas da China, da Europa, dos EUA e de Israel e 160 investidores. A Tesla patrocinou dois automóveis para a exposição - os modelos S & X - enquanto a Baofeng patrocinou os seus mais recentes óculos de realidade virtual. A conferência revelou-se um evento extremamente interessante e informativo para investidores, empresas e bancos de investimento, permitindo a todos os participantes aprofundar o seu conhecimento sobre o mundo em rápida mudança do sector automóvel e os desenvolvimentos tecnológicos associados. Adicionalmente, o Banco organizou, também em Londres, a sua 5ª Conferência Ibérica, que contou com a presença de 31 empresas e 100 investidores. As preocupações levantadas sobre as alterações políticas e a consolidação orçamental em Portugal e o impasse político em Espanha revelaram-se muito esclarecedoras.

RESEARCH

Durante o ano de 2016, o Haitong Bank continuou a desenvolver a sua oferta de *Research*, visando uma maior integração com o prestigiado Chinese Research Institute da Haitong Securities, onde mais de 200 analistas cobrem um número superior a 1.000 acções chinesas. O Haitong Bank Research apoia as actividades de acções e renda fixa, assim como as áreas de *Wealth Management* e *Asset Management*.

O Haitong Bank Research faculta análises aprofundadas e relevante sobre empresas cotadas em Bolsa, bem como uma visão diferenciada resultante do seu *cross asset research* a nível global. Os 30 analistas de *research* do Haitong Bank estão presentes em 6 países, fornecendo análises locais para investidores globais sobre mais de 175 empresas. No *Research* de acções, o Banco produz *research* pan-europeu através de três produtos:

- Cobertura de acções portuguesas e espanholas, através de uma equipa de analistas baseadas em Lisboa e Madrid;
- Cobertura de acções de empresas de Bens de Consumo do Reino Unido, através de uma equipa baseada em Londres;
- Cobertura de sectores pan-europeus seleccionados, reflectindo a abordagem diferenciada proporcionada pelo produto ‘China Insight’, onde a China se apresenta simultaneamente como uma oportunidade de negócio e como uma ameaça competitiva para as principais empresas europeias.

O relatório ‘China Insight’ é produzido em Londres, com o apoio de um analista baseado em Xangai, que dá uma perspectiva local e permite a articulação com os analistas de acções do Haitong Securities. O Haitong Bank produz diariamente o relatório 'Shanghai Expresso', que resume as principais notícias sobre a China e analisa o impacto da China nas acções pan-europeias. O produto ‘China Insight’ do Haitong Bank conta igualmente com o contributo do 'China Strategist', baseado em Londres, incluindo a publicação periódica do produto 'East Meets West', onde são analisados os dados macroeconómicos e a política governamental da China e identificadas as implicações para os activos globais.

O Haitong Bank publica ainda *research* de acções sobre os principais mercados emergentes, nomeadamente fazendo a cobertura de acções dos países do CE3 (Polónia, República Checa e Hungria) através de uma equipa baseada em Varsóvia, e de acções brasileiras através de uma equipa localizada em São Paulo. O Banco também fornece *research* sobre Estratégia Global *Cross Asset* através do seu produto ‘Week Ahead’, no qual a equipa de *research* económico analisa as principais fontes de informação prospectiva e identifica potenciais negócios que possam beneficiar de pontos de vista não consensuais. Adicionalmente, o Banco produz *Research* Técnico Global *Cross Asset*, com conteúdos específicos e ideias para potenciais transacções nas áreas de Renda Fixa, Divisas, *Commodities* e Acções. O Haitong Bank distribui ainda o *research* Macro e de Renda Fixa produzido pela prestigiada equipa de economistas da Haitong Securities baseada em Xangai, junto dos seus Clientes na Europa e nas Américas.

Finalmente, todos os analistas do Haitong Bank contribuem para o produto de *research* 'Haitong 5 Year Plan' onde são identificadas as principais tendências e temas de maior relevância a longo prazo, por sectores e classes de activos, e é analisado o impacto previsível da China nesses sectores e classes de activos.

EMERGING MARKETS FIXED INCOME

O Haitong Bank lançou em 2016 uma iniciativa estratégica global designada por *Emerging Markets Fixed Income (EMFI),* uma actividade centrada no Cliente e direccionada para a negociação de produtos de renda fixa de mercados emergentes com investidores institucionais globais, locais e de mercados emergentes.

A equipa comercializa créditos soberanos e corporativos a nível global, tendo ligações a Clientes institucionais em toda a Europa, Ásia e Américas. Nova Iorque e Londres são os principais centros onde é desenvolvida a actividade de *EMFI*, mas a equipa também tem vindo a negociar em Varsóvia e São Paulo.

Todos os elementos das equipas de vendas e negociação têm pelo menos 10 anos de experiência em mercados emergentes e trazem consigo fortes relacionamentos a nível global.

Espera-se que esta área de negócio aumente a massa crítica do Banco nos Mercados Emergentes, abrindo o caminho para o desenvolvimento da capacidade de distribuição relacionada com a China. Além disso, contribui com a capacidade de distribuição necessária para distribuir novas emissões de dívida de emitentes de mercados emergentes e relacionados com a China.

FIXED INCOME, CURRENCIES AND COMMODITIES

O Banco iniciou em 2016 o reposicionamento da actividade de *Fixed Income, Currencies and Commodities* (FICC), de forma a aumentar a proximidade com os Clientes, reforçar o *flow trading* e desenvolver oportunidades de geração de comissões.

As operações de Crédito e Taxa de Juro geraram mais de metade dos proveitos desta área em 2016. O Banco reafectou alguns recursos à negociação de Crédito e Taxas de Juro no Sul da Europa, onde pretende tornar-se um *player* de relevo, com rentabilidade acrescida na intermediação de *flow trading* com Clientes internacionais. Ao longo do ano, o Haitong Bank conseguiu reforçar a sua imagem junto dos Clientes e aumentar a capacidade de distribuição dirigida a investidores internacionais, tendo alargado substancialmente o número de títulos precificados, tanto no sector de crédito como no de soberanos. Num ano de grande volatilidade, o risco das carteiras de negociação foi gerido de forma eficiente, tendo-se terminado o ano com resultados positivos modestos. Espera-se que esta actividade se torne mais rentável em 2017, à medida que o Banco aumente a sua cobertura de Clientes.

O negócio de Crédito e Taxa de Juro inclui a actividade de *Corporate Derivatives Solutions* na Europa e no Brasil. 2016 foi um ano atípico para os nossos Clientes na Europa, os quais deixaram uma grande parte dos seus balanços sem cobertura de forma a beneficiar do baixo nível das taxas de juro e apostando numa lenta recuperação da economia na Zona Euro. Consequentemente, a parcela das receitas na Europa gerada através de soluções de cobertura de câmbios e *commodities* ultrapassou a decorrente da cobertura de taxa de juro. Além disso, esta actividade foi ajustada ao novo modelo de negócio adoptado pelo Haitong Bank, tanto na Europa como no Brasil, reduzindo a exposição a prazos mais longos assim como ao risco de contraparte através de um maior uso de *CSAs (Credit Support Annex*) e de um processo mais rigoroso de selecção das contrapartes. Mesmo assim, os Derivados contribuíram com cerca de 80% para as receitas do negócio de Crédito e Taxa de Juro.

A actividade de Produtos Estruturados gerou aproximadamente um terço das receitas da actividade de FICC, sobretudo através de negociação no mercado secundário e de recompras. O volume de novas emissões em 2016 foi extremamente reduzido, o que se explica não só pelo *rating* BB- do Haitong Bank, mas também pela necessidade de reorientar os esforços de venda dos nossos investidores históricos em Portugal para uma

nova base de investidores, muito mais internacional. Neste contexto, a equipa concentrou-se durante o ano na expansão da base de potenciais investidores nas Notas Estruturadas emitidas pelo Haitong Bank através da implementação no Reino Unido de um enquadramento totalmente alinhado com a regulamentação da Financial Conduct Authority (FCA) nesta área, que nos permitirá oferecer estes títulos a um grupo muito mais alargado de investidores. O Banco deu também início ao esforço de expansão das vendas para a Suíça, que a par da expansão para a Ásia e para a América Latina, será uma área de grande enfoque em 2017. Foi lançada uma nova actividade: a colocação de fundos. Dado que se trata de um novo produto para o Haitong Bank, não gerou ainda receitas no ano, mas o Banco associou-se a diversas grandes entidades gestoras de activos chinesas para actuarem como seus parceiros na distribuição europeia. Adicionalmente, o Banco assinou um acordo com um importante banco de investimento internacional que irá actuar como seu parceiro na distribuição de produtos Smart Beta na China. No que diz respeito a colocações privadas, o Banco conseguiu angariar fundos para o Tandem Bank através da colocação de acções junto da House of Frasers, com o apoio de um investidor estratégico chinês, o SanPower Group.

O negócio de Crédito Sindicado gerou aproximadamente 10% das receitas de FICC. O Haitong Bank actuou como *Joint Bookrunner* na sua primeira transacção pública fora da China, para a Fujian Zhanglong e como *Sole Bookrunner* na emissão de obrigações pela República da Venezuela, no montante de 5 mil milhões de dólares. A equipa de Crédito Sindicado realizou ainda, com sucesso, o primeiro leilão desde 2013, vendendo cerca de 60 milhões de euros da carteira de crédito, com resultados positivos para o Banco.

PERSPECTIVAS

A área de Markets iniciou uma importante transformação durante o 2º semestre de 2016. Foi dado um maior enfoque às actividades de *Fixed Income* e Produtos Estruturados, em particular à actividade de *Emerging Markets Fixed Income*. O negócio de Markets iniciou igualmente uma processo de actualização dos sistemas de mercado e dos procedimentos executados por várias funções de apoio, de que resultou uma maior automatização de tarefas e a possibilidade de negociar mais produtos. Este processo deverá manter-se ao longo do ano de 2017.

5.3. WEALTH AND FUND MANAGEMENT

ASSET MANAGEMENT

ENQUADRAMENTO DE MERCADO

De um modo geral, os índices de acções fecharam o ano com retornos mistos, traduzindo um período de grande instabilidade caracterizado por pesadas perdas no início do ano e uma forte disparidade nos desempenhos dos vários sectores de actividade. Destaca-se, em particular, o bom comportamento do mercado norte-americano (S&P 500: +9,5%) e dos mercados emergentes (MSCI Emerging Markets: +8,6%), que contrasta com as perdas registadas na Europa (STOXX 600: -1,2%).

Se analisarmos os primeiros meses do ano, verificamos que o principal factor que marcou este período, para além da queda muito acentuada dos preços do petróleo (mais de 30% até meados de Fevereiro), foi a deflação, com o mundo aparentemente à beira de uma nova recessão. Posteriormente deu-se uma forte inversão nas expectativas de crescimento a nível global que fez aumentar os preços dos activos na segunda metade do ano. A título de exemplo, refira-se que o sector financeiro europeu recuperou perto de 50% na sequência do voto a favor do Brexit e que o preço do petróleo acabou por ser um dos activos com maiores ganhos em 2016, tendo subido mais de 100% desde o seu ponto mais baixo e 46,7% no total do ano. Recorde-se também que, depois do período de fortes quebras que durou até meados de Fevereiro, e entre outros factores que contribuíram para a instabilidade, o ano foi marcado pela votação para a saída do Reino Unido da União Europeia, a que se somaram a vitória inesperada de Donald Trump nas eleições americanas, o referendo sobre questões constitucionais em Itália, o longo processo de formação de um novo Governo em Espanha, a crise dos refugiados, os ataques terroristas, e a instabilidade dos bancos italianos. Finalmente, uma breve nota sobre a *performance* dos vários sectores de actividade: pela positiva destaca-se a melhoria do desempenho das acções cíclicas (i.e., materiais e petróleo), com maior beta e beneficiando da subida da inflação; pela negativa, é de salientar o pior desempenho dos sectores teoricamente considerados mais defensivos, mais sensíveis à subida das *yields* e com maiores ganhos acumulados nos últimos anos, ou seja, as telecomunicações e a saúde.

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

Embora os resultados finais tenham sido apenas marginalmente positivos em 2016 (+ 0,9% e + 1,6% nos portefólios 'Flexível' e 'Agressivo' do Haitong Bank, respectivamente), estes resultados deixaram a equipa satisfeita, na medida em que ambas as carteiras registaram uma recuperação substancial relativamente aos mínimos verificados durante o ano (11 de Fevereiro), tendo fechado praticamente no valor mais elevado do ano e em terreno positivo. Não podemos esquecer que estes resultados foram alcançados num ano extremamente desafiante e certamente um dos mais difíceis das últimas décadas para a actividade de Gestão de Activos. Neste contexto, o Banco viu-se forçado a implementar uma estratégia ainda mais proactiva, fazendo ajustes contínuos ao seu posicionamento, em linha com a sua responsabilidade de proteger as carteiras em tempos de turbulência.

Pelo lado negativo, o volume de Activos sob Gestão registou um decréscimo de 31,9% em 2016, para 173,4 milhões de euros. Para além do contexto descrito acima, outros factores influenciaram negativamente os Clientes, nomeadamente a incerteza em torno do futuro do Novo Banco, que penalizou a distribuição das carteiras do Banco na sua rede de agências.

PERSPECTIVAS

Em 2017, o Banco continuará a esforçar-se por corresponder à confiança dos seus Clientes, acrescentando valor às suas carteiras de activos, quer através da sua valorização, quer, quando necessário, assegurando a sua protecção. O principal objectivo é reverter a tendência negativa relativamente às recentes saídas de activos sob gestão, através da implementação de diversas iniciativas. Pela primeira vez o Banco irá procurar captar clientes institucionais tanto em Portugal como em Espanha, esforçando-se simultaneamente por recuperar alguns Clientes através de uma campanha de proximidade permanente e coerente. Paralelamente a estes esforços, o objectivo do Banco passa pela obtenção de *share of wallet* desses Clientes, aumentando a oferta essencialmente através de produtos com menor risco. Finalmente, e para além do contínuo aprofundamento da sua relação com a China, o Banco continuará a procurar novos produtos ou estruturas que lhe permitam ampliar o âmbito de distribuição dos serviços de *Asset Management*.

WEALTH MANAGEMENT

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

A Direcção de *Wealth Management* deu os primeiros passos na sua actividade durante a segunda metade de 2016, com os esforços comerciais a materializarem-se já em algumas transacções significativas.

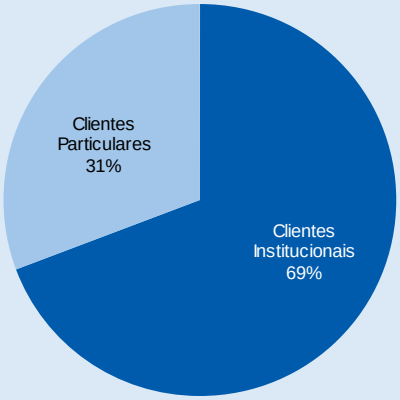
De facto, apesar de ainda estarem em curso alguns desenvolvimentos dos sistemas informáticos que limitam a oferta, e não obstante as restrições comerciais relacionadas com os contratos de separação do Novo Banco, a equipa conseguiu promover os serviços do Banco junto de um número substancial de Clientes.

Destacam-se em particular os avanços conseguidos ao longo do ano:

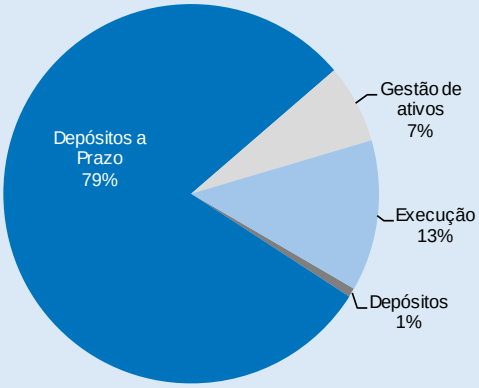
- Captação de vários Clientes Institucionais importantes, e consequentemente de novo *funding*;
- Início de diversas operações *cross-border* com Clientes particulares;
- Primeiros contactos com Clientes chineses no sentido de promover investimentos locais;
- Estabelecimento de uma parceria com uma distribuidora de fundos de investimento que permitirá reforçar a oferta de produtos do Banco;
- Estabelecimento de uma parceria com uma empresa de cartões de crédito para permitir operações de débito/crédito;
- Estabelecimento de um protocolo com uma seguradora, destinado a tirar partido de produtos de seguros;
- Criação de um *pipeline* de negócios e Clientes visando suportar o crescente fluxo comercial.

Activos sob Gestão em 2016

Por Cliente



Por Produto



Fonte: Haitong Bank.

PERSPECTIVAS

A estratégia para 2017 deverá passar pela consolidação desta nova área de negócio através da criação de novas linhas de produtos, como Produtos *Unit Linked*, Assessoria, ou produtos estruturados personalizados para Clientes Particulares, assim como pelo reforço do nível de serviço, nomeadamente com a produção de relatórios específicos para os Clientes e a utilização por estes da plataforma informática.

Pretende-se igualmente manter uma abordagem comercial dinâmica destinada a servir os Clientes do Haitong Bank noutras geografias, criando uma vantagem competitiva para o Banco.

PRIVATE EQUITY

O desenvolvimento da actividade de *private equity* prosseguiu normalmente durante o ano de 2016, através da respectiva sociedade de gestão. A Haitong Capital gere três fundos de *private equity* dedicados aos segmentos de mercado de infra-estruturas e de *buyout*/capital de desenvolvimento na Europa, os quais, no total, incluindo a carteira própria, representam um montante sob gestão de aproximadamente 166 milhões de euros. Durante o ano transacto, a sociedade iniciou os trabalhos de estruturação destinados à constituição de novos veículos de investimento, em linha com seu posicionamento no mercado como especialista tanto no comércio Oriente-Ocidente quanto no sector das infra-estruturas.

Ao longo do ano foram analisadas 22 oportunidades de investimento, maioritariamente ligadas à área de capital de desenvolvimento em Portugal. Como resultado deste esforço de originação, foi investido um montante superior a 3,4 milhões de euros em operações envolvendo PMEs.

No sentido oposto, a Haitong Capital concluiu operações de desinvestimento num montante total de cerca de 31 milhões de euros. Entre as alienações de activos realizadas, destaca-se a venda das participações detidas pelo fundo ES Iberia nas suas participadas Sicame e Protéines, dos títulos detidos pelo Fundo HIF na Sierra Sesnández e na Cova da Serpe II e da Coporgest (venda parcial). Relativamente à alienação da participação

na Cova da Serpe II, a parcela do valor da venda acima de 21 milhões de euros só será recebida em Março de 2017.

Quanto às distribuições de fundos do portefólio de activos sob gestão, foi recebido um total de 10,8 milhões ao longo de 2016. Estas distribuições, efectuadas sob a forma de dividendos, reembolso de suprimentos ou juros, foram recebidas essencialmente da Windpart, Cova da Serpe II, Sierra Sésnandez, Globalwatt, GLT e Epedal.

CARTEIRA DE PARTICIPADAS, RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA (BASE INDIVIDUAL)

Ao longo do ano manteve-se a abordagem interventiva no acompanhamento das empresas participadas, centrada na criação de valor no portefólio.

A carteira é valorizada duas vezes por ano (Junho e Dezembro) de acordo com as metodologias definidas pela entidade reguladora.

No final do exercício, o valor do conjunto das carteiras de investimento era de 114 milhões de euros, abaixo dos 125 milhões de euros apurados no final de 2015, em base comparável. No entanto, se incluíssemos os montantes recebidos dos accionistas relativamente ao mesmo grupo de activos, o montante teria sido semelhante ao registado no ano anterior.

Os resultados do exercício da área de *Private Equity* atingiram o valor de 658 mil euros, que inclui mais-valias realizadas no montante de cerca de 2,2 milhões de euros e um custo não recorrente de aproximadamente 0,9 milhões de euros. O capital próprio cifrava-se em 45,6 milhões de euros em Dezembro de 2016.

PERSPECTIVAS

Em 2017 deverão manter-se as práticas correntes de gestão de carteiras assim como o cumprimento dos mandatos de investimento tomados pela sociedade. Em paralelo, deverão prosseguir os esforços tendentes ao lançamento de novos fundos direccionados para o segmento de infra-estruturas e para o aproveitamento dos fluxos Oriente-Ocidente.

6. TESOURARIA

ENQUADRAMENTO DE MERCADO

Um dos principais aspectos que marcou o exercício de 2016 foi a postura acomodatícia da política monetária seguida pelo Banco Central Europeu. A redução adicional de 10 pontos base na facilidade de depósito, para -0,40%, contribuiu para uma diminuição geral dos custos de financiamento interbancários, ao mesmo tempo que desencorajou as instituições financeiras da Zona Euro de manterem disponibilidades, num ambiente de taxas de juro extremamente baixas.

O corte desta taxa de juro, juntamente com o aumento do montante e da extensão do programa de compra de títulos do BCE pressionou em baixa as *yields* da dívida soberana da Zona Euro, especialmente dos países *core*, que atingiram o valor mais baixo no terceiro trimestre do ano. Neste período, a *yield* da dívida pública alemã a 10 anos manteve-se em terreno negativo. O acesso aos mercados internacionais de dívida permaneceu, no entanto, fechado ao sector bancário português.

É igualmente de destacar a reposição da elegibilidade da dívida pública grega, por parte do BCE, no âmbito das operações de política monetária do Eurosistema. Esta decisão deverá dar um contributo importante para a capacidade de financiamento da banca grega, pese embora os elevados *haircuts* aplicados a estes activos.

Os riscos políticos e económicos do Brasil melhoraram desde que Dilma Rousseff foi substituída na presidência do país por Michel Temer, na sequência dos desenvolvimentos do processo Lava-Jato. Após um início do ano muito volátil, o real e as taxas de juro domésticas recuperaram consideravelmente, melhorando igualmente a confiança das empresas. O Governo conseguiu aprovar importantes medidas fiscais que ajudaram a conter a inflação e abriram o caminho ao Banco Central do Brasil para iniciar o corte das taxas de juro em 2017.

ACTIVIDADE DO HAITONG BANK

Em Maio de 2016, o Haitong Bank reforçou os seus rácios de capital regulamentares através da emissão de instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios (*Additional tier* 1), no valor de 80 milhões de euros. Em Junho, o Banco refinanciou, junto de um sindicato de instituições financeiras chinesas e em condições mais favoráveis, a facilidade de crédito de 750 milhões de euros, concedida pelo Novo Banco.

O Banco contraiu ainda, junto da Haitong International Holdings Limited, um empréstimo a 5 anos, no montante de 138,5 milhões de euros. Em Setembro, o Haitong Bank iniciou uma parceria com uma plataforma *on-line* destinada a captar depósitos a prazo de Clientes particulares alemães, esperando-se que esta fonte de financiamento se venha a tornar relevante para o perfil de financiamento do Banco.

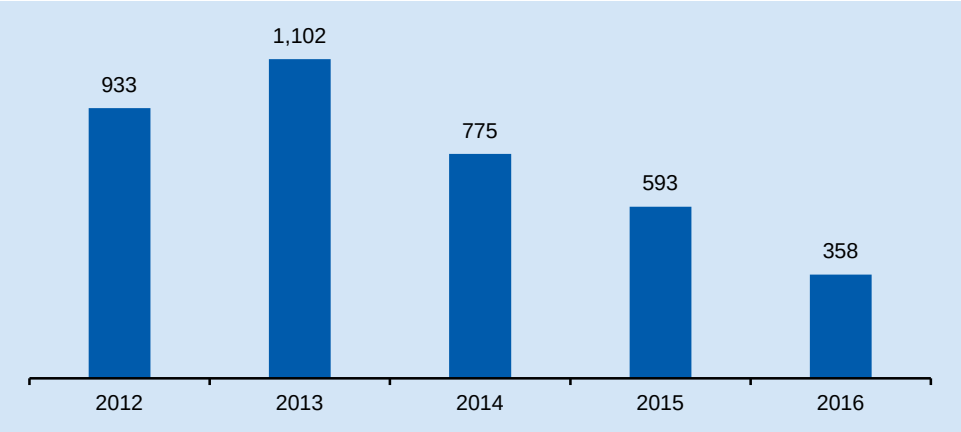
A dívida sob a forma de *Medium Term Notes* (MTNs) totalizava, a 31 de Dezembro de 2016, 358 milhões de euros, que comparam com 593 milhões de euros registados a 31 de Dezembro de 2015.

No Brasil, a área de Tesouraria concentrou os seus esforços em três principais objectivos: (i) manutenção da liquidez em níveis prudentes; (ii) diversificação das fontes de financiamento; e (iii) geração de receitas recorrentes através de operações estruturadas.

Foram alcançados progressos consideráveis no sentido de melhorar a percepção de risco da marca Haitong através de várias iniciativas que visaram divulgar a estratégia do Banco junto dos investidores. Estas iniciativas resultaram na abertura de diversas contas institucionais de relevo que contribuíram para a melhoria das condições de financiamento e para uma estrutura de passivos mais equilibrada.

Programa EMTN / Total *Outstanding*

(milhões de euros)



Nota: Valor de emissão *outstanding*, deduzido de recompras

Fonte: Haitong Bank.

PERSPECTIVAS

Para 2017, o objectivo prioritário da área de Tesouraria é o estabelecimento de novas fontes de financiamento, bem como o reforço das existentes, por forma a assegurar um nível de *funding* estável, diversificado e adequado ao balanço e ao modelo de negócio.

Na Europa, e dada a sua flexibilidade, o programa EMTN continuará a ser uma base fundamental desta estratégia, mantendo-se a lógica de serviço ao Investidor e adaptando a oferta às necessidades do Cliente.

No Brasil, destacam-se como objectivos para 2017 a melhoria contínua da estrutura de financiamento e a estruturação de operações visando a optimização da eficiência e rentabilidade na gestão de activos e passivos.

7. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores	Dez-16	Dez-15	Variação Absoluta	Variação %
Consolidado	**663**	**720**	**-57**	**-7,9%**
PORTUGAL	**274**	**254**	**+20**	**+7,9%**
Haitong Bank, S.A.	264	245	+19	
Haitong Capital - SCR, S.A.	10	9	+1	
ESPANHA	**88**	**91**	**-3**	**-3,3%**
Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Espanha	88	91	-3	
REINO UNIDO	**85**	**110**	**-25**	**-22,7%**
Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Londres	1	2	-1	
Haitong UK Limited	84	108	-24	
POLÓNIA	**53**	**58**	**-5**	**-8,6%**
Haitong Bank, S.A - Sucursal de Varsóvia	53	58	-5	
IRLANDA	**3**	**3**	**0**	**0,0%**
Haitong Investment Ireland Plc	3	3	0	
BRASIL	**119**	**156**	**-37**	**-23,7%**
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	108	120	-12	
Haitong Securities do Brasil S.A.	11	35	-24	
Haitong Brasil DTVM S.A.	0	1	-1	
EUA	**37**	**17**	**+20**	**+117,7%**
Haitong Securities USA LLC	37	17	+20	
MÉXICO	**4**	**4**	**0**	**0,0%**
Escritório de Representação da Cidade do México	4	4	0	
ÍNDIA	**0**	**27**	**-27**	**-100,0%**
Haitong Securities India Private Limited	0	27	-27	

Note: Pessoal Eventual e Estagiários não incluídos. Fonte: Haitong Bank.

QUADRO DE COLABORADORES

O número total de Colaboradores do Haitong Bank reduziu-se em 7,9% em 2016. No entanto, no Brasil (-24%) e no Reino Unido (-23%) as reduções foram mais expressivas, já que estão em curso processos de reorganização das actividades visando um melhor alinhamento com a estratégia do novo Accionista. A unidade na Índia foi vendida à Haitong International Holdings Limited.

Nos Estados Unidos, o Banco obteve uma licença para operar com uma *broker dealer*, o que lhe permitirá desenvolver as suas actividades nesta região. Consequentemente, foi dado início ao processo de formação da equipa, pelo que o número de Colaboradores mais do que duplicou. Em Portugal, o número de efectivos aumentou 7,9% em resultado da consolidação de determinadas áreas de suporte e controlo nesta região.

FORMAÇÃO

O Haitong Bank mantém a sua aposta na Formação, oferecendo aos seus Colaboradores diversos tipos de cursos (MBAs, Pós-Graduações, Mestrados, etc.).

Foi dada a oportunidade a todos os Colaboradores de frequentarem cursos de mandarim ministrados no Banco. Esta iniciativa foi muito procurada e teve bons resultados.

GESTÃO DE TALENTO

2016 foi o primeiro ano completo do Grupo Haitong como Accionista do Banco, sempre norteado pela ambição de se tornar uma referência na banca de investimento a nível global.

O Haitong Bank pretende desenvolver programas de Recursos Humanos focados na Selecção e Retenção de Quadros de elevado potencial, através do desenvolvimento de protocolos com as melhores Universidades em Portugal e no estrangeiro.

Irão também ser criados programas de Mobilidade que permitam a rotação de recém-licenciados e de quadros técnicos entre as várias geografias do Banco, incluindo as unidades de Xangai e Hong Kong.

ACÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Haitong Bank apoiou financeiramente as seguintes instituições

- **Instituto de Apoio à Criança (IAC)** - Aquisição de obras de artes do espólio do IAC;
- **Clube Inter Cultural Europeu (ONG)** - Oferta de equipamento informático para promoção de acções de formação a grupos de jovens carenciados.

Ainda no âmbito das acções de Responsabilidade Social, os Colaboradores do Haitong Bank foram convidados a participar nos seguintes eventos:

- **“Terra dos Sonhos”** - Possibilidade dada aos Colaboradores de utilizarem as instalações da Casa dos Sonhos para eventos particulares, ajudando desta forma a Instituição;
- **ECO Informação** - O Haitong Bank divulgou a sua contribuição para a redução da pegada ambiental através da destruição segura e confidencial (pela empresa Reisswolf) de mais de 12,5 toneladas de documentos.

8. GESTÃO DE RISCO

Na sequência da aquisição de 100% do seu capital por parte da Haitong Securities, Co., Ltd em Setembro de 2015, o modelo de gestão e *governance* do Haitong Bank encontra-se num processo de redefinição e de articulação com os objectivos e práticas do novo Accionista.

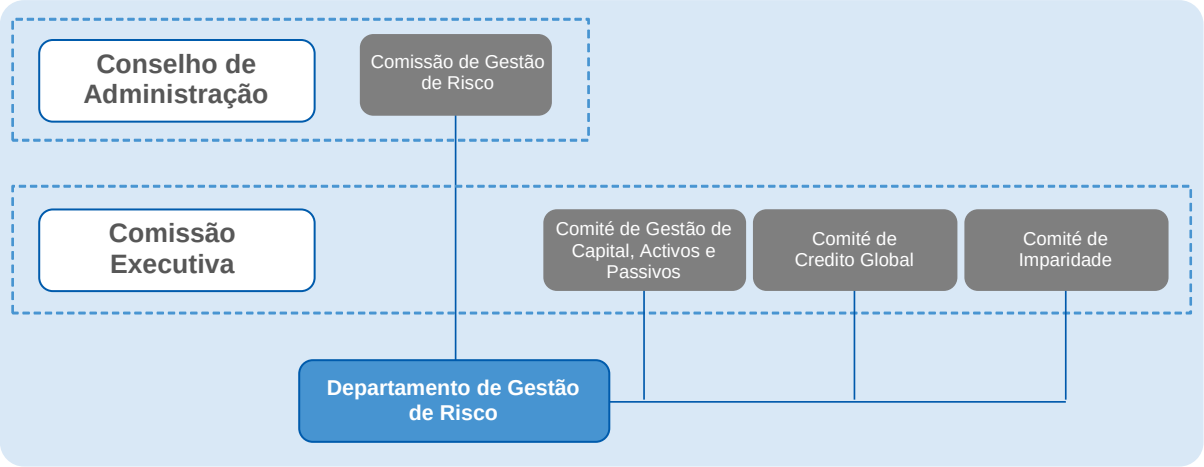
Actuando com independência face às linhas de negócio e unidades cujos riscos controla, a Gestão de Risco é um elemento central na organização do Banco, permitindo tomar decisões informadas e assegurando que os processos de gestão de risco aprovados pelo Conselho de Administração são devidamente implementados e seguidos.

GOVERNANCE

Cabe ao Conselho de Administração a definição do apetite de risco e do modelo de controlo dos riscos que assegura que o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos seus objectivos.

A função de gestão de risco é independente das áreas de negócio e supervisiona todos os riscos materiais a que as várias unidades do Banco estão expostas, incorporando de forma consistente os conceitos de risco, capital e liquidez na estratégia e nas decisões de negócio do Grupo.

O esquema que descreve a estrutura de Comités relevantes para a função de gestão de risco no Banco é o seguinte:



COMISSÃO DE GESTÃO DE RISCO

A Comissão de Gestão de Risco tem como missão monitorizar de forma contínua o desenvolvimento e implementação da estratégia de risco e apetite de risco da instituição e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo, assim como com o programa de actividade e orçamento aprovados, aconselhando o Conselho de Administração nestas áreas.

Em particular, a Comissão de Gestão de Risco tem as seguintes atribuições:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre o apetite e estratégia globais de risco, actuais e futuros, do Banco, tendo em consideração todas as categorias de risco e assegurando o seu alinhamento com a estratégia de negócio, objectivos, cultura e valores da instituição;
- Apoiar o Conselho de Administração na supervisão da implementação da estratégia de risco do Banco e no cumprimento dos respectivos limites;
- Rever periodicamente o perfil de risco e as políticas e estratégias de risco da instituição;
- Avaliar a coerência entre o modelo de negócio, a estratégia, o plano de recuperação, as políticas de remuneração e o orçamento, assim como a eficiência e eficácia da estrutura, procedimentos e instrumentos associados à implementação e execução das estratégias de risco;
- Emitir recomendações relativamente a ajustamentos na estratégia de risco em resultado de alterações no modelo de negócio, evolução do mercado ou contexto de negócio em que o Banco opera;
- Analisar e avaliar a metodologia subjacente ao processo de identificação, avaliação e medição dos riscos e os respectivos resultados;
- Examinar cenários, incluindo através de testes de *stress*, de forma a determinar o seu impacto no perfil de risco do Banco e avaliar a resiliência da instituição a alterações causadas por factores específicos, sistémicos ou mistos;
- Analisar se as condições dos produtos e serviços oferecidos aos clientes têm em consideração o modelo de negócios e a estratégia de risco do Banco e apresentar ao Conselho de Administração um plano de correcção, sempre que tal se revele necessário;
- Examinar se os incentivos estabelecidos na política de remuneração do Banco têm em consideração o risco, o capital, a liquidez e as expectativas quanto aos resultados e às receitas;
- Estabelecer a estrutura de reporte sobre risco para efeitos de reporte nas reuniões do Conselho de Administração;
- Assegurar a existência de procedimentos eficazes de monitorização dos riscos e monitorizar as deficiências de controlo interno relacionadas com o *framework* de gestão do risco;
- Especificar e rever as condições relativas aos poderes e independência que suportam o exercício de responsabilidades pela gestão de risco, incluindo a adopção do plano de trabalho da função de gestão de risco;
- Rever e monitorizar periodicamente o âmbito e a natureza das actividades desenvolvidas pelo Grupo Haitong Bank relacionadas com a gestão de risco; e
- Assegurar que a função de gestão de risco dispõe de recursos adequados para o desempenho das suas funções.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente e com os necessários poderes, estatuto e recursos, tem por objectivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as "regras sobre risco" aprovadas pelo órgão de administração são devidamente implementadas e seguidas.

Tomando parte activa em todas as decisões materialmente relevantes e estando alinhado com as orientações e práticas do Grupo, o Departamento de Gestão de Risco é responsável por:

- Aconselhar a Comissão de Gestão de Risco sobre a estratégia de negócio e a estratégia de risco globais, incluindo sobre o apetite de risco e respectivos níveis de tolerância;
- Assegurar que a instituição tem implementados processos eficazes de gestão de risco permitindo identificar, mensurar e controlar todos os riscos materiais, conforme estipulado pela Comissão de Gestão de Risco;
- Assegurar a adequada identificação, mensuração e controlo de todos os riscos materiais, de acordo com as orientações e instruções da Comissão de Gestão de Risco;
- Reportar e prestar informação abrangente e compreensível em matéria de risco, permitindo ao órgão de administração compreender o perfil geral de risco da instituição e supervisionar a implementação do seu apetite ao risco;
- Aconselhar a Comissão de Gestão de Risco sobre os montantes, tipos e distribuição do capital interno e do capital regulamentar de forma a assegurar a cobertura adequada do risco da instituição.

COMITÉ DE CAPITAL, ACTIVOS E PASSIVOS

O Comité de Capital, Activos e Passivos tem as seguintes atribuições, sob delegação da Comissão Executiva:

- Submeter à apreciação da Comissão Executiva a política e/ou estratégia por si definida relativamente à Política de Apetite de Risco do Banco e do Grupo;
- Elaborar o *Funding and Capital Plan*, assim como o Plano de Contingência de Liquidez, tendo em consideração a política e/ou estratégia de gestão de capital, *funding* e liquidez aprovada pela Comissão Executiva;
- Assegurar a plena eficácia da estratégia de gestão de *funding* e liquidez do Banco e do Grupo;
- Definir as medidas de mitigação necessárias para cumprir os objectivos estabelecidos na política de gestão de liquidez do Banco e do Grupo;
- Colaborar estreitamente com o Comité de Crédito Global e com a Comissão de Gestão de Risco no sentido de assegurar um alinhamento estratégico relativamente à política de gestão de liquidez;
- Informar regularmente a Comissão Executiva sobre quaisquer decisões e iniciativas no âmbito das atribuições acima descritas.

COMITÉ DE CRÉDITO GLOBAL

O Comité de Crédito Global avalia e decide sobre a aprovação de:

- Operações propostas por cada uma das geografias na Europa (Portugal, Espanha, Reino Unido e Polónia);

- Limites aos poderes de aprovação delegados no Conselho de Crédito do Brasil;
- Operações cujos valores ou características específicas excedam os limites pré-estabelecidos dos poderes de aprovação delegados no Conselho de Crédito do Brasil;
- Novos produtos e serviços relativamente a todas as geografias do Banco;
- Limites individuais, regionais e globais de exposição e tolerância ao risco, tendo em conta o apetite de risco e as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração.

COMITÉ DE IMPARIDADE

O Comité de Imparidade tem as seguintes atribuições:

- Monitorizar e controlar a evolução da carteira de crédito, tanto numa base individual como em termos globais;
- Analisar e decidir sobre os valores de imparidade a atribuir a Clientes de crédito;
- Definir e decidir sobre os créditos que deverão ser monitorizados pelo Departamento de Assessoria em Estrutura de Capitais;
- Verificar e confirmar todos os Clientes identificados como apresentando *triggers* de imparidade, situações de *default* ou empréstimos reestruturados devidos a dificuldades financeiras e informar a Comissão Executiva e os Responsáveis das áreas envolvidas através do *Risk Weekly Report*.

APETITE DE RISCO

O Haitong Bank pretende tornar-se um banco de investimento com enfoque chinês líder no mundo, suportado na sua sólida experiência e na posição de mercado da Haitong Securities na Ásia. Sendo um banco de investimento com uma oferta universal de produtos e serviços, o Haitong Bank estruturou a sua organização em torno de três principais áreas de negócio: *Investment Banking*, *Markets* e *Wealth and Fund Management*.

O Banco está ciente de que o seu modelo de gestão de risco é um factor chave para alcançar os objectivos estratégicos do Grupo, constituindo-se como uma linha de defesa adicional para proteger o valor da empresa. Tendo em consideração o seu actual perfil de risco e o equilíbrio adequado entre iniciativas de criação de valor empresarial e mecanismos de controlo destinados a proteger esse valor, o Haitong Bank está actualmente preparado para aceitar um nível moderado de tolerância ao risco de forma a prosseguir um crescimento sustentável e o reconhecimento.

A visão global do risco do Haitong Bank é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- **Capital**: O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- **Liquidez e *Funding:*** O Banco como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente, visam manter uma sólida posição de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio prazo;
- **Resultados**: O Grupo tem como objectivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Accionista.

8.1. RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do Cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade. A sua gestão e controlo são suportados pela utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

ESTABELECIMENTO DE LIMITES

A aprovação de todas as operações que envolvam risco de crédito ou risco de mercado, bem como os limites para todas as medidas de risco de cada unidade de negócio do Haitong Bank (Portugal, Espanha, Polónia, Estados Unidos da América, México, Brasil, Reino Unido e Irlanda) é efectuada pelo Comité de Crédito Global.

Deste modo, os limites de níveis máximos de exposição por contraparte, por *rating*, e por sector propostos e aprovados, são atribuídos tendo em conta as especificidades dos mercados, produtos, moedas e maturidades.

Previamente à atribuição de limites é efectuada uma análise profunda dos mercados, nomeadamente quanto à sua liquidez, no sentido de assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Banco, tanto a nível individual como consolidado. A utilização de *ratings* internos e externos para efeitos de definição de limites de portefólio que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringe a produção de crédito nas piores notações de risco.

RATINGS INTERNOS

A função de atribuição de *ratings* internos é da responsabilidade de uma equipa experiente de analistas, com o apoio de uma ferramenta de *rating* (notações e orientações) desenvolvida pela Standard and Poor's.

Foi desenvolvido internamente um novo sistema que permite gerir e monitorizar eficazmente os *ratings* internos e externos, nomeadamente através da auditoria do processo de *rating*, da mitigação de riscos operacionais, através de verificações, e da produção de alertas relativos a alterações no risco de crédito.

Os *ratings* internos medem a probabilidade de incumprimento para um horizonte temporal de um ano e são atribuídos a todos os Clientes e contrapartes do Haitong Bank. As notações de risco são obrigatórias na decisão de crédito e, para além disso, os *ratings* internos são usados na identificação de indícios de imparidade e de sinais de alerta. A actualização e manutenção anual dos modelos de notação interna de risco está assegurada através dos serviços contratados à Standard and Poor's.

MONITORIZAÇÃO

As actividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objectivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e, simultaneamente, numa lógica de mitigação de perdas potenciais, definir e implementar medidas relativamente a situações concretas que indiciem uma deterioração de risco, e elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspectiva, tendo como objectivo central a preservação da qualidade e dos padrões de risco, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respectivo desenvolvimento é objectivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo constituída essencialmente pelos seguintes processos:

- Acompanhamento diário e semanal do portefólio;

  O Haitong Bank dispõe de equipas em cada unidade de negócio que funcionam em estreita articulação com a equipa de gestão de risco em Portugal, assegurando a função de controlo e monitorização desses riscos com base nos seguintes processos:

  - Recolha, preparação, controlo e difusão diária pelas diferentes áreas de negócio das posições dos empréstimos, das carteiras de títulos, derivados e demais produtos e nível de utilização dos limites aprovados;
  - Elaboração semanal de um relatório de Risco onde são abordados os diferentes tipos de risco, nomeadamente o perfil de risco de crédito da carteira do Banco nos seus diferentes instrumentos, exposição global por instrumento, por país, por *rating*, por sector económico, por maturidade, margem, requisitos de capital, aprovações em Comité de Crédito Global, limites excedidos e indícios de imparidade;
  - Preparação da informação de apoio à elaboração dos diversos relatórios externos e internos sobre crédito e risco de contraparte.

- Acompanhamento de Clientes com *triggers* de imparidade;

  Tendo em vista o reforço da monitorização e controlo da carteira de crédito o Comité de Imparidade tem como propósito específico avaliar os créditos com imparidade numa base individual e em base de portefólio e onde é utilizada a informação de base dos modelos de risco de crédito complementada com a análise, entre outros:

  - da exposição global do Cliente e da existência de créditos em situação de incumprimento;
  - da viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e da sua capacidade de gerar meios capazes de responder ao serviço da dívida no futuro;
  - da existência de credores privilegiados;
  - da existência, da natureza e do valor estimado dos colaterais;
  - do endividamento do Cliente no sector financeiro;
  - do montante e dos prazos de recuperação estimados.

  É de notar que um crédito concedido a Clientes ou uma carteira de crédito concedido encontra-se em imparidade quando: (i) existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial; e (ii) esse(s) evento(s) tenha(m) um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

- Análise global do perfil de risco da carteira de crédito;

  A gestão das carteiras é um processo contínuo que requer interacção entre as várias equipas responsáveis pela gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito, sendo o perfil de risco dos portefólios de crédito (nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias) apresentado mensalmente à Comissão Executiva.

  Os limites de portefólio são utilizados para controlar a evolução do perfil de risco dos vários portefólios de crédito. O cumprimento dos limites estabelecidos é objecto de monitorização permanente, sendo a informação distribuída às áreas de negócio, bem como apresentada em Comité de Crédito Global.

  Relativamente ao risco de concentração - a possibilidade de uma exposição ou um conjunto de exposições produzir perdas suficientemente significativas que possam pôr em causa a solvabilidade da Instituição – existem limites definidos pelo Banco para as maiores exposições e para a distribuição sectorial. Sendo objecto de monitorização periódica, tais limites, em consonância com outros, nomeadamente de carácter regulamentar como sejam os Grandes Riscos, vieram reforçar o *framework* já existente no Banco para o acompanhamento e monitorização do risco de concentração de crédito. É de referir, por último, que o efeito do risco de concentração se encontra incorporado no modelo de capital económico para risco de crédito.

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

No âmbito da recuperação e reestruturação de crédito, a Direcção de Assessoria em Estrutura de Capitais do Haitong Bankmantém a sua actividade focada no aconselhamento e implementação de soluções para a gestão do passivo das empresas. Adicionalmente, esta Direcção dedica-se à reestruturação de financiamentos com o objectivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

CARTEIRA DE CRÉDITO

Estrutura da carteira de crédito

A 31 de Dezembro de 2016, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 1.097 milhões de euros, tendo diminuído 273 milhões de euros durante o ano de 2016. Esta redução verificou-se sobretudo nas carteiras de *Project Finance* (-170 milhões de euros) e *Acquisition Finance* internacional.

Carteira de Crédito por linha de produto e geografia

(milhares de euros)

	Dez-16			Dez-15		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Carteira de Crédito[1]	**481.996**	**615.048**	**1.097.044**	**582.896**	**787.111**	**1.370.008**
Project Finance	279.851	372.868	652.719	399.625	423.941	823.566
Acquisition Finance	199.153	222.397	421.550	180.379	363.138	543.517
Outros	2.992	19.783	22.775	2.892	33	2.925

[1] Bruta de Provisões

Fonte: Haitong Bank.

A distribuição sectorial da carteira de crédito espelha a estratégia de concessão de crédito que o Banco tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, salientando-se o particular enfoque nas operações em regime de *Project Finance*, nos sectores das Infra-estruturas de Transportes e Energia, nas diversas geografias onde o Banco está presente. Em 2016 verificou-se um aumento da parcela do sector financeiro resultante de novos empréstimos concedidos pela área de *Acquisition Finance*.

Carteira de Crédito por linha de produto por sector

	Dez-16				Dez-15			
	Project Finance	*Acquisition Finance*	Outros	Total	*Project Finance*	*Acquisition Finance*	Outros	Total
TOTAL	**59%**	**38%**	**2%**	**100%**	**60%**	**40%**	**0%**	**100%**
Financeiras	0,0%	16%	2%	**17%**	0,3%	11%	0%	**11%**
Construção e Obras Públicas	9%	3%	0%	**12%**	13%	2%	0%	**14%**
Energia	22%	1%	0%	**23%**	19%	1%	0%	**20%**
Infra-estruturas de Transporte	15%	0,0%	0,0%	**15%**	14%	0,0%	0,0%	**14%**
Transp. e Comunicações	1%	3%	0%	**4%**	1%	3%	0%	**4%**
Outros sectores industriais	1%	5%	0%	**6%**	1%	6%	0%	**7%**
Promoção imobiliária	0,0%	1%	0,0%	**1%**	0,0%	6%	0,0%	**6%**
Serviços	2%	7%	0%	**8%**	5%	5%	0%	**10%**
Comércio	6%	0%	0%	**6%**	5%	1%	0%	**6%**
Outros sectores	3%	4%	0%	**7%**	2%	6%	0%	**8%**

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de *Ratings* Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de *rating* interno.

Perfil de *rating* da Carteira de Crédito

	Dez-16	Dez-15
[aaa; a-]	0%	1%
[bbb+; bbb-]	5%	10%
[bb+; bb-]	50%	37%
[b+; b-]	31%	44%
[ccc+; lccc]	15%	8%

Em percentagem da carteira não *default* com notações de risco

Fonte: Haitong Bank.

Indicadores de Risco

Em 2016, o Haitong Bank manteve uma abordagem conservadora relativamente ao provisionamento da sua carteira de crédito, mantendo um esforço de provisionamento significativo.

Indicadores de Risco da Carteira de Crédito

(milhares de euros)

	Dez-16	Dez-15
Carteira de Crédito	1.097.044	1.370.008
Crédito Vencido > 90 dias	203.504	189.407
Crédito Vencido > 90 dias / Carteira de Crédito	*18,6%*	*13,8%*
Crédito em Risco[1]	483.574	502.048
Crédito em Risco / Carteira de Crédito	*44%*	*37%*
Provisões para Crédito	255.949	334.849
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	*126%*	*177%*
Provisões para Crédito / Crédito em Risco	*53%*	*67%*
Provisões para Crédito / Carteira de Crédito	*23%*	*24%*
Reforço de Provisões para Crédito	49.269	66.414
Reforço de Provisões / Carteira de Crédito	4,5%	4,9%

Fonte: Haitong Bank.

[1] De acordo com a definição constante da Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vincendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos reestruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na íntegra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO

Estrutura da carteira

A Carteira de Títulos de Rendimento Fixo atingiu, no final de 2016, o montante líquido de 1.877 milhões de euros, um aumento de 436 milhões de euros face ao ano anterior resultante da actividade do Haitong Banco de Investimento do Brasil, onde se destacam as Notas do Tesouro Nacional do Brasil e as Notas do Banco Central Brasileiro (denominadas e financiadas em moeda local).

Títulos de Rendimento Fixo por Sector

(milhares de euros)

	Dez-16	Dez-15
Total	**1.868.554**	**1.430.093**
Administrações Centrais	1.625.843	1.231.291
Financeiras	135.112	67.042
Construção e Obras Públicas	4.899	3.224
Energia	5.279	3.749
Infra-estruturas de Transporte	0	621
Transportes e Comunicações	6.307	12.226
Outros sectores industriais	49.476	18.646
Promoção imobiliária	4.013	8.384
Serviços	26.769	29.449
Comércio	1.611	0
Outros sectores	9.245	55.411

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de *Ratings* Internos

Em 2016 perfil de risco da carteira de títulos de rendimento fixo do Banco reflectia essencialmente a revisão em baixa do *rating* da dívida soberana do Brasil.

Perfil de Rating dos Títulos de Rendimento Fixo

	Dez-16	Dez-15
[aaa; a-]	0,6%	0,1%
[bbb+; bbb-]	1,3%	75,0%
[bb+; bb-]	86,7%	19,7%
[b+; b-]	11,1%	2,5%
[ccc+; lccc]	0,3%	2,8%

Em percentagem da carteira não *default* com notações de risco

Fonte: Haitong Bank.

CARTEIRA DE DERIVADOS

Estrutura da Carteira

O risco de crédito subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio e acções encerrou o exercício de 2016 com um valor de 274 milhões de euros.

No que respeita à distribuição sectorial, 28% da exposição global resultou de operações de taxa de juro com empresas do sector de infra-estruturas de transporte e 26% de transacções com contrapartes do sector financeiro.

Carteira de Derivados por sector

(milhares de euros)

	Dez-16	Dez-15
Total	**274.250**	**461.192**
Financeiras	71.783	231.884
Construção e Obras Públicas	20.749	24.290
Energia	34.092	41.832
Infraestruturas de Transporte	77.376	70.479
Transp. e Comunicações	15.357	24.672
Outros sectores industriais	2.611	740
Promoção imobiliária	74	145
Serviços	29.682	28.773
Comércio	4.581	12.726
Outros sectores	17.946	25.650

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de *Ratings* Internos

A exposição do Banco a instrumentos derivados está essencialmente concentrada em operações de *interest rate swaps* na actividade de *Project Finance*. A distribuição das exposições por *rating* era a seguinte:

Perfil de *Rating* dos Derivados

	Dez-16	Dez-15
[aaa; a-]	12%	28%
[bbb+; bbb-]	3%	8%
[bb+; bb-]	63%	40%
[b+; b-]	21%	19%
[ccc+; lccc]	2%	4%

Em percentagem da carteira não *default* com notações de risco

Fonte: Haitong Bank.

8.2. RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, de mercadorias, ou de imóveis, volatilidade e *spread* de crédito.

O Risco de Mercado é controlado numa visão de curto prazo (10 dias) para a carteira de negociação e numa visão de médio prazo (um ano) para a carteira bancária.

RISCO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

PRÁTICAS DE GESTÃO

O principal elemento de medição do risco de mercado consiste na estimativa das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para a qual é utilizada a metodologia *Value at Risk* (*VaR*). O VaR é calculado utilizando a simulação Histórica, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias úteis. As volatilidades e correlações são históricas, com base num período de observação de 1 ano.

As tarefas de identificação, valorização, monitorização e controlo do risco de mercado são desenvolvidas por uma área específica - Controlo de Risco - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco pelas diversas unidades de negócio, com competências adequadas, atendendo às especificidades da actividade desenvolvida, e dos riscos incorridos em cada unidade do Grupo Haitong Bank.

A esta área cabe a apresentação de propostas de limites precedida da análise dos factores relevantes a cada risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação do valor das transacções sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites propostos pelas áreas de negócio. Além do fundamento técnico dos limites, a área de Controlo de Risco tem ainda em consideração o *track record* e a experiência da área de negócio em questão e os respectivos objectivos estratégicos, para que os limites reflictam o apetite ao risco do Banco para cada um dos tipos de risco em que incorre.

As propostas de limites são apresentadas e aprovadas em sede dos Conselhos de Crédito e Riscos a nível local no Brasil e ao Comité de Crédito Global em Lisboa. Com periodicidade no mínimo anual procede-se à sua revisão, podendo esta ser igualmente iniciada sempre que as opções estratégicas ou as condições de mercado o justifiquem.

Por forma a construir uma imagem que se pretende completa sobre os riscos incorridos e a transmitir a toda a organização sinais claros acerca do apetite ao risco desejado, são utilizadas diversas medidas de risco complementadas com limites de posição, de *stop losses* e de concentração.

Para além do *VaR* (*Value at Risk*), são utilizadas outras medidas de risco como a medida de sensibilidade BPV (*Basis Point Value*) e os “Gregos” (Delta, Vega e Rho). A qualidade e o rigor do modelo de VaR são aferidos através de análise de *back testing*.

Os mercados em que cada entidade de negócio opera encerram especificidades que obrigam à adaptação da forma de implementação das referidas metodologias de medição e controlo do risco.

O Banco apresentou um valor em risco (*VaR*) total de 4,69 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2016 (4,45 milhões a 31 de Dezembro de 2015), nas suas posições de *trading* em acções, taxa de juro, volatilidade, *spread* de crédito e mercadorias, assim como na posição cambial (com excepção da posição cambial referente a acções das carteiras de activos disponíveis para venda e de activos ao justo valor).

VaR – 99% a 10 Dias

(milhões de euros)

	Dez-16	Dez-15
Risco cambial	2,54	1,78
Risco taxa de juro	1,85	1,16
Acções	0,73	0,10
Spread de Crédito	2,16	2,12
Covariância	-2,59	-0,71
Total	**4,69**	**4,45**

Fonte: Haitong Bank.

A 31 de Dezembro de 2016, a taxa de câmbio EUR/USD e o *spread* de crédito da República Portuguesa eram os principais factores de risco a que o Banco se encontrava exposto.

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária referem-se a movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis, em exposições que o Banco detém no seu balanço (*non-trading*).

RISCO DE TAXA DE JURO

O Risco de Taxa de Juro pode ser interpretado de dois modos diferentes mas complementares, como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor do capital, decorrente de movimentos nas taxas de juro que afectam a carteira bancária do Banco.

As variações nas taxas de juro de mercado afectam a margem financeira do Banco através da alteração dos proveitos e dos custos associados aos produtos sensíveis à taxa de juro e através da alteração do valor subjacente dos seus activos, passivos e instrumentos fora de balanço.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária é calculada com base na metodologia do Bank for International Settlements (BIS). Segundo este método, são classificadas todas as rubricas do activo, do passivo e extrapatrimoniais que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro e que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de refixação da taxa de juro.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de cálculo da *duration* e consiste num cenário de *stress test* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 pontos base, em todos os escalões de taxa de juro (Instrução 19/2005 do Banco de Portugal).

As medidas de risco de taxa de juro quantificam os efeitos das variações das taxas de juro na situação líquida e no resultado financeiro. Em 31 de Dezembro de 2016, o impacto do risco de taxa de juro na situação líquida do Banco foi positivo em 37.917 milhares de euros, que compara com um impacto igualmente positivo de 14.829 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015.

RISCO DE *SPREAD* DE CRÉDITO

O *spread* de crédito, um dos factores a considerar na avaliação de activos, representa a capacidade do emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade e visa reflectir a diferença entre a taxa de juro associada a um activo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um activo na mesma moeda e com a mesma maturidade.

O risco de *spread* de crédito de um activo decorre da variabilidade do *spread* de crédito do emitente. Para medir este risco, é calculado um *VaR* a 99%, considerando um período de detenção de 1 ano.

RISCO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL E DE OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

Quanto às Participações Financeiras e aos Fundos de Investimento, que têm como fontes de risco as suas cotações e os índices de acções, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de 1 ano. Inclui-se neste cálculo o risco cambial associado a acções da carteira de activos disponíveis para venda.

RISCO IMOBILIÁRIO

O risco imobiliário refere-se a movimentos adversos no valor de mercado dos imóveis, em exposições que o Banco detém no seu balanço através de Fundos.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

O risco de fundo de pensões é o risco resultante do valor dos passivos (responsabilidades do fundo) exceder o valor dos activos (investimentos do fundo). Nesta situação, o Banco tem a responsabilidade de financiar a diferença incorrendo na correspondente perda (contribuições para o fundo).

Com o objectivo de mensurar o risco do fundo de pensões do Banco, são estimados os activos e passivos com o horizonte temporal de 1 ano.

O rendimento estimado dos activos do fundo corresponde às perdas máximas que o Fundo pode incorrer num período de 1 ano. Este é determinado através do cálculo do *VaR* a 99%, considerando um período de detenção a 1 ano, da carteira de activos do Fundo de Pensões à data de referência.

As responsabilidades são actualizadas tendo como base o custo corrente projectado a 1 ano.

O Banco utiliza para a quantificação do risco do fundo de pensões, os mesmos modelos e metodologias que para a determinação dos riscos materiais incorridos pelos activos.

8.3. RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídico e de reputação incluem-se nesta definição. Desta forma, assumimos o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de *Compliance* e de Reputação.

PRÁTICAS DE GESTÃO

A gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco, mesmo que não se tenham materializado em perdas financeiras.

Em 2016, a função de Risco Operacional foi integrada no âmbito de actuação do Departamento de Gestão de Risco.

As metodologias de gestão definidas encontram-se suportadas nos documentos reconhecidos como melhores práticas, nomeadamente os princípios e abordagens de gestão do risco operacional emanadas pelo Comité de Basileia e a abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

O modelo de gestão de risco operacional implementado é suportado por uma estrutura organizacional, dedicada exclusivamente ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, mas que actua em estreita articulação com os seguintes elementos, cuja participação activa é crucial:

- Os departamentos, sucursais e filiais integradas no perímetro da gestão do risco operacional, aos quais compete assegurar a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional;
- O Departamento de *Compliance*, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos e da sua conformidade com as leis e regulamentos em vigor;
- O Departamento de Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;
- O Departamento de Informática, pelo seu papel no âmbito da continuidade de negócio.

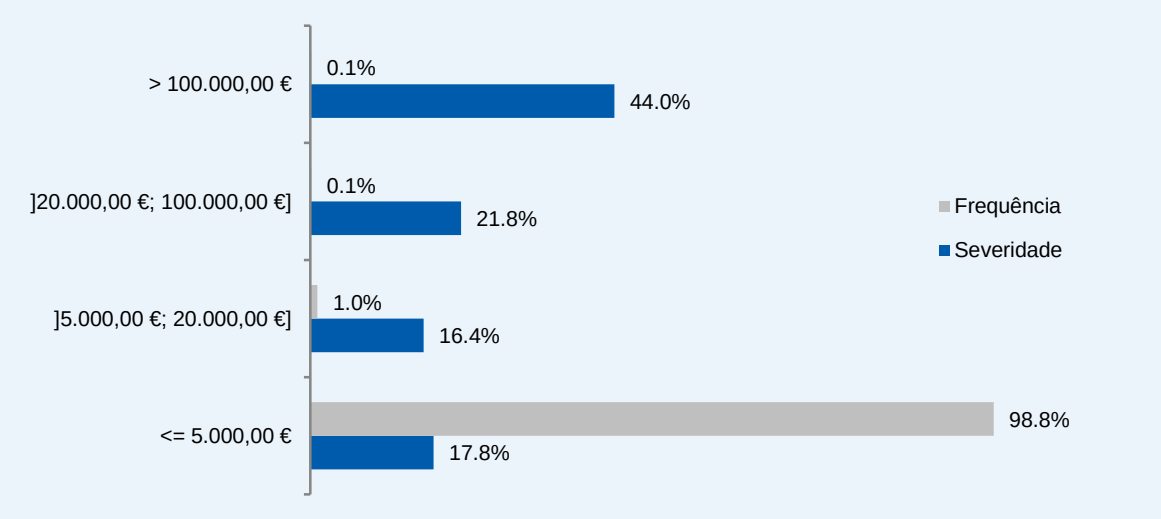
A implementação da gestão de risco operacional compreende os seguintes elementos:

- Identificação e reporte de eventos de risco operacional. Esta base de dados contempla eventos que originaram perdas, mas também as ocorrências com impactos positivos ou sem impactos relevados contabilisticamente;
- Execução de Processos de Controlo de Registo de Eventos, de modo a verificar a eficácia dos processos de identificação implementados em cada sucursal, filial, e em paralelo, garantir a captura e conformidade da informação relativa aos eventos com impacto financeiro;

- Realização de exercícios de *self-assessment* periódicos de modo a identificar os maiores riscos, bem como as acções a desenvolver para os mitigar;
- Cálculo dos requisitos de fundos próprios de acordo com o Método *Standard* (realizado pelo Departamento de Informação de Gestão).

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

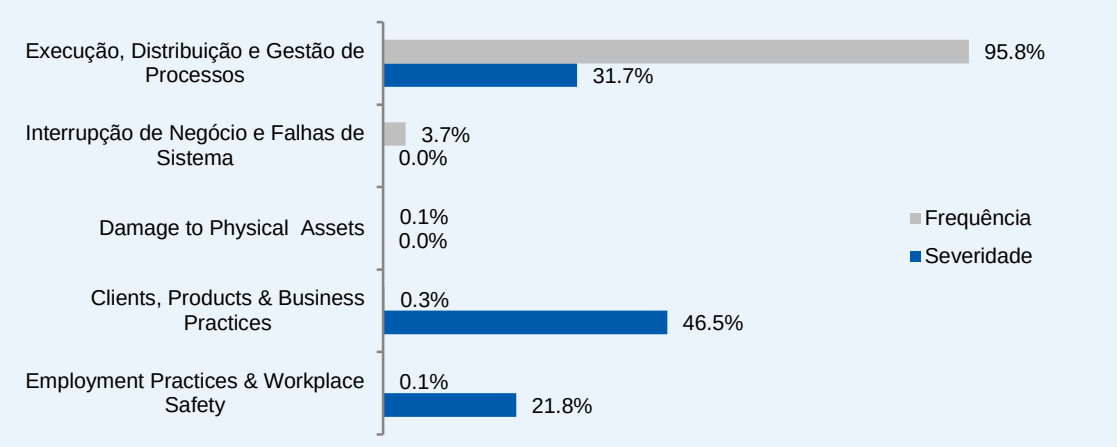
Em 2016 as perdas acima de 5.000 euros representaram menos de 2% do total de eventos reportados, correspondendo a mais de 80% do total das perdas por eventos de risco operacional registadas no período.



Fonte: Haitong Bank.

Os eventos de risco operacional são devidamente reportados, permitindo a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das acções de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as Categorias de Risco do Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, linhas de negócio e tipologias de Risco de Basileia.

Em 2016, a grande maioria dos eventos ocorreu na tipologia de "Execução, Distribuição e Gestão de Processos", enquanto as perdas apresentam um padrão bastante disperso, salientando-se as categorias de "Clientes, Produtos & Práticas de Negócio" e "Gestão de Recursos Humanos e Segurança no Local de Trabalho".



Fonte: Haitong Bank

8.4. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco actual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos activos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de activo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao seu valor de mercado;
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os activos e/ou refinanciar a dívida que está a maturar, na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser reflectida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de activos incorrendo em perdas significativas.

PRÁTICAS DE GESTÃO

A gestão da liquidez e do financiamento constituem um elemento crítico para persecução dos objectivos estratégicos do Haitong Bank, assim como representam, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental da robustez e resiliência da instituição.

O Haitong Bank assume a responsabilidade primária pela gestão do seu risco de liquidez. A gestão de liquidez e a estratégia de *funding* do Haitong Bank são da responsabilidade do Comité de Gestão de Capital, Activos e Passivos (CALM), que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada em articulação com a Comissão Executiva e os departamentos de Tesouraria de todas as unidades do Haitong Bank.

Visando dotar o Banco de protecção face a variações não esperadas, a gestão do risco de liquidez assenta num modelo de organização sólido e tem como objectivo assegurar uma estrutura de financiamento adequada, tanto ao nível da sua composição, como do perfil de maturidades, em consonância com os seguintes princípios:

- Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações à medida que se vencem, atempadamente e a um custo razoável;
- Cumprimento dos requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- Total alinhamento com o apetite de risco de liquidez;
- Disponibilidade de um *buffer* de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de *stress* que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em condições de *stress*;
- Desenvolvimento de uma base diversificada de investidores e manutenção do acesso a múltiplas fontes de financiamento, a par da minimização do custo de financiamento;

- Promover a adequação entre a estrutura de financiamento e os fundos necessários para financiar a actividade do Banco, nomeadamente em termos de vencimentos, contrapartes e diversificação dos instrumentos de financiamento; e
- Existência e desenvolvimento contínuo de um *framework* interno adequado para a identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

RÁCIO DE COBERTURA DE LIQUIDEZ (30 DIAS)

O Rácio de Cobertura de Liquidez previsto na CRD IV (Directiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de activos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de *stress*.

Em Outubro de 2014, a Comissão Europeia publicou o Regulamento Delegado (EU) 2015/61 que regula o Rácio de Cobertura de Liquidez no âmbito da Directiva CRD IV, que entrou em vigor em Outubro de 2016. A partir de 1 de Outubro de 2016 o Regulamento Delegado exige o cumprimento faseado do rácio de cobertura de liquidez, que é de 70% nesta data e irá aumentar até 100% em Janeiro de 2018, conforme indicado na tabela abaixo.

Rácio Mínimo de Cobertura de Liquidez

	Outubro de 2016	Janeiro de 2017	Janeiro de 2018
Rácio de Cobertura de Liquidez	70%	80%	100%

A 31 de Dezembro de 2016 o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 328%, muito acima do rácio mínimo regulamentar previsto, quer para Dezembro de 2016 quer para 2018, e que traduz a sólida posição do Banco em qualquer cenário de *stress* de liquidez de curto prazo.

Rácio de Cobertura de Liquidez

(milhares de euros)

	Dez-16
Activos líquidos de alta qualidade	279.874
Saídas líquidas a 30 dias	85.216
Rácio de Cobertura de Liquidez	328%

8.5. GESTÃO DO CAPITAL

Ao nível da gestão do capital o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objectivos e políticas de apetite de risco definidos pela Comissão Executiva, sendo por isso um elemento crítico na abordagem da instituição para a sua gestão estável e sustentada.

PRÁTICAS DE GESTÃO

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objectivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes princípios:

- Monitorização permanente dos requisitos regulamentares de capital;
- Revisão anual do apetite de risco;
- Objectivos de negócio devidamente mensurados no planeamento de capital.

Em complemento aos requisitos regulamentares, o Haitong Bank executa numa base anual uma auto-avaliação interna e prospectiva de todos os riscos materiais (incluindo os risco não cobertos pelo Pilar 1) a que a instituição está exposta (o exercício ICAAP).

Como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank mantém o Plano de Recuperação que, por um lado, estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e, por outro, identifica a lista de acções e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

SOLVABILIDADE

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD IV (Directiva 2013/36/EU). De acordo com estas molduras legais, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos activos ponderados pelo risco e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phased-in*). O período de transição faseado prolongar-se-á até ao final de 2017 para a maioria dos elementos, com excepção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados anteriormente a 1 de Janeiro de 2014 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respectivamente.

Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD IV permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos activos ponderados pelo risco em 1 de Janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em Novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como "Outras Instituições de Importância Sistémica" (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). Esta reserva para as entidades O-SII será vinculativa a partir de 1 de Janeiro de 2018. De acordo com esta decisão do Banco de Portugal, o Haitong Bank encontra-se, nesta data, fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da actividade creditícia em Portugal. No dia 1 de Janeiro de 2017 o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco. Esta decisão aplica-se ao primeiro trimestre de 2017 e será sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

As estimativas dos rácios de solvabilidade determinadas à luz dos métodos Padrão previstos no regime de Basileia III, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	Dez-16		Dez-15 Publicado		Dez-15 Reexpresso	
	Período transitório	Implementação plena	Período transitório	Implementação plena	Período transitório	Implementação plena
Fundos Próprios Principais de Nível 1	7,1%	5,3%	10,5%	8,9%	9,9%	8,2%
Fundos Próprios de Nível 1	9,6%	8,2%	10,5%	9,0%	9,9%	8,3%
Fundos Próprios Totais	9,7%	8,4%	10,6%	9,3%	10,0%	8,5%

Fonte: Haitong Bank.

ALAVANCAGEM

A regulamentação CRR/CRDIV introduziu complementarmente o rácio de alavancagem não baseado no risco. Este rácio de alavancagem, que compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição, tem como objectivo evitar o acumular de endividamento excessivo no sector bancário. Assim, o Regulador definiu um limite prévio aos existentes requisitos de capital decorrente dos activos ponderados pelo risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco. É expectável a aplicação vinculativa do rácio de alavancagem a partir de 2018, tendo sido definido para efeitos de "teste" o mínimo de 3%.

No final de Dezembro de 2016, o rácio de alavancagem do Haitong Bank ascendeu a 6,1%. Esta estimativa baseia-se na nossa actual interpretação das regras regulamentares, que poderá evoluir à medida que a sua aplicação for discutida com o Regulador.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Reexpresso
Juros e proveitos similares	5	271 135	251 514
Juros e custos similares	5	214 025	207 070
Margem financeira		**57 110**	**44 444**
Rendimentos de serviços e comissões	6	52 684	94 274
Encargos com serviços e comissões	6	(7 497)	(11 803)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(27 581)	74 940
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	995	3 080
Resultados de reavaliação cambial	9	26 365	(61 930)
Resultados na alienação de outros activos	10	10 752	95
Outros resultados operacionais	11	(3 958)	(9 062)
Proveitos operacionais		**108 870**	**134 038**
Custos com pessoal	12	92 955	80 785
Gastos gerais administrativos	14	56 569	53 694
Depreciações e amortizações	24 e 25	6 415	6 610
Provisões líquidas de anulações	32	2 380	(22 020)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	49 269	66 414
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 20	4 780	6 081
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 26 e 27	1 231	53 777
Custos operacionais		**213 599**	**245 341**
Resultados de associadas	26	166	(1 143)
Resultado antes de impostos		**(104 563)**	**(112 446)**
Impostos			
Correntes	33	(7 109)	26 606
Diferidos	33	(2 662)	(46 512)
		(9 771)	**(19 906)**
Resultado líquido do exercício		**(94 792)**	**(92 540)**
Atribuível aos accionistas do Banco		**(96 181)**	**(98 328)**
Atribuível aos interesses que não controlam	37	**1 389**	**5 788**
		(94 792)	**(92 540)**
Resultados por acção básicos (em euros)	15	-1,13	-1,49
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	-1,13	-1,49

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos exercícios findos em 31 de Dezembro 2016 e 2015

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015 Reexpresso
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos accionistas do Banco	(96 181)	(98 328)
Atribuível aos interesses que não controlam	1 389	5 788
	(94 792)	**(92 540)**
Outro rendimento integral do exercício		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	(2 626)	(7 989)
	(2 626)	**(7 989)**
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio líquidas de impostos	7 451	(66 049)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	(721)	346
	6 730	**(65 703)**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	14 903	(1 492)
Transferências de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	3 774	(734)
Impostos diferidos	(7 058)	1 409
	11 619	**(817)**
Total do rendimento integral do exercício	**(79 069)**	**(167 049)**
Atribuível aos accionistas do Banco	**(90 923)**	**(158 603)**
Atribuível aos interesses que não controlam	**11 854**	**(8 446)**
	(79 069)	**(167 049)**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Reexpresso	01.01.2015 Reexpresso
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	37 550	117 684	1 524
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	104 254	38 960	49 067
Activos financeiros detidos para negociação	18	1 494 915	1 346 489	1 468 473
Activos financeiros disponíveis para venda	19	790 346	457 198	543 923
Aplicações em instituições de crédito	20	853 687	258 795	34 308
Crédito a clientes	21	841 095	1 035 158	1 549 218
Derivados para gestão de risco	22	18 273	15 236	25 754
Activos não correntes detidos para venda	23	3 600	3 600	3 600
Outros activos tangíveis	24	11 853	12 164	15 493
Activos intangíveis	25	26 013	26 279	77 396
Investimentos em associadas	26	6 591	10 343	26 878
Activos por impostos correntes	33	11 286	10 029	5 173
Activos por impostos diferidos	33	145 618	145 933	100 230
Outros activos	27	409 666	626 915	532 442
Total de Activo		**4 754 747**	**4 104 783**	**4 433 479**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	28	60 000	61 139	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 042 681	502 350	621 548
Recursos de outras instituições de crédito	29	1 974 169	1 632 522	1 397 284
Recursos de clientes	30	735 708	567 038	448 912
Responsabilidades representadas por títulos	31	341 567	547 266	1 072 210
Derivados para gestão de risco	22	32 907	116 397	33 939
Provisões	32	8 815	10 810	47 075
Passivos por impostos correntes	33	4 111	4 370	17 728
Passivos por impostos diferidos	33	1 628	194	717
Passivos subordinados	34	-	215	37 096
Outros passivos	35	202 638	301 705	266 849
Total de Passivo		**4 404 224**	**3 744 006**	**4 004 466**
Capital Próprio				
Capital	36	426 269	426 269	326 269
Prémios de emissão	36	8 796	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	36	83 731	3 731	3 731
Reservas de justo valor	37	(2 312)	(11 919)	(11 639)
Outras reservas e resultados transitados	37	(111 455)	(5 453)	200 725
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		(96 181)	(98 328)	(145 958)
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		**308 848**	**323 096**	**381 924**
Interesses que não controlam	37	41 675	37 681	47 089
Total de Capital Próprio		**350 523**	**360 777**	**429 013**
Total de Passivo e Capital Próprio		**4 754 747**	**4 104 783**	**4 433 479**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Publicado)	**326 269**	**8 796**	**3 731**	**(11 639)**	**200 560**	**(138 493)**	**389 224**	**48 379**	**437 603**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:									
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	165	-	165	42	207
Movimentos com Impacto no Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	-	(7 465)	(7 465)	(1 332)	(8 797)
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**165**	**(7 465)**	**(7 300)**	**(1 290)**	**(8 590)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Reexpresso)	**326 269**	**8 796**	**3 731**	**(11 639)**	**200 725**	**(145 958)**	**381 924**	**47 089**	**429 013**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(280)	-	-	(280)	(537)	(817)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	-	(7 989)	-	(7 989)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	346	-	346	-	346
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(52 352)	-	(52 352)	(13 697)	(66 049)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(98 328)	(98 328)	5 788	(92 540)
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**(280)**	**(59 995)**	**(98 328)**	**(158 603)**	**(8 446)**	**(167 049)**
Aumento de capital	100 000	-	-	-	-	-	100 000	-	100 000
Constituição de reservas	-	-	-	-	(145 958)	145 958	-	-	-
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 36)	-	-	-	-	(225)	-	(225)	-	(225)
Transacções com interesses que não controlam (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	(962)	(962)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reexpresso)	**426 269**	**8 796**	**3 731**	**(11 919)**	**(5 453)**	**(98 328)**	**323 096**	**37 681**	**360 777**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	9 607	-	-	9 607	2 012	11 619
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 626)	-	(2 626)	-	(2 626)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	(721)	-	(721)	-	(721)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(1 002)	-	(1 002)	8 453	7 451
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(96 181)	(96 181)	1 389	(94 792)
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**9 607**	**(4 349)**	**(96 181)**	**(90 923)**	**11 854**	**(79 069)**
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 36)	-	-	80 000	-	**-**	**-**	80 000	-	80 000
Constituição de reservas	-	-	-	-	(98 328)	98 328	-	-	-
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 36)	-	-	-	-	(231)	-	(231)	-	(231)
Transacções com interesses que não controlam (ver Nota 37)	-	-	-	-	(3 094)	-	(3 094)	(7 860)	(10 954)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**426 269**	**8 796**	**83 731**	**(2 312)**	**(111 455)**	**(96 181)**	**308 848**	**41 675**	**350 523**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos exerccios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		179 126	320 655
Juros e custos pagos		(206 603)	(221 844)
Serviços e comissões recebidas		52 761	95 141
Serviços e comissões pagas		(7 784)	(13 745)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(147 184)	(133 221)
		(129 684)	**46 986**
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em Bancos Centrais		80 129	(116 159)
Recursos de Bancos Centrais		(1 139)	31
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		377 617	15 024
Aplicações em instituições de crédito		(575 370)	(222 505)
Recursos de instituições de crédito		348 542	186 284
Crédito a clientes		147 429	422 589
Recursos de clientes e outros empréstimos		161 863	103 698
Derivados para gestão de risco		(127 397)	3 991
Outros activos e passivos operacionais		144 739	(74 275)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**426 729**	**365 664**
Impostos sobre os lucros pagos		(17 809)	(17 651)
		408 920	**348 013**
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(3 301)	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		12 681	2 183
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(736 592)	(175 520)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		485 559	189 914
Compra de imobilizações		(6 985)	(5 245)
Venda de imobilizações		2 859	131
		(245 779)	**11 463**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		-	100 000
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		31 141	115 777
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(200 893)	(547 980)
Reembolso de passivos subordinados		(215)	(36 192)
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 36)		80 000	-
Juros de outros instrumentos de capital		(231)	(225)
Dividendos de acções ordinárias pagos por subsidiárias		(7 653)	(962)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**(97 851)**	**(369 582)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**65 289**	**(10 106)**
Caixa e equivalentes no início do exercício		38 974	49 080
Caixa e equivalentes no fim do exercício		104 263	38 974
		65 289	**(10 106)**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	9	14
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	104 254	38 960
Total		**104 263**	**38 974**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de Agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espirito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda, Reino Unido, México e Estados Unidos.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong Internacional Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Haitong Bank SA	**1983**	**-**	**Portugal**	**Banca**	**100%**	**Integral**
Haitong Investment Ireland PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
Lusitania Capital, S.A.P.I. de C.V., SOFOM, E.N.R.	2013	2013	México	Sociedade Financeira	100%	Integral
MCO2 - Sociedade gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	2008	2008	Portugal	Gestora de Fundos	25%	Eq. Patrimonial
Haitong Capital - SCR, S.A.	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
Salgar Investments	2007	2007	Espanha	Produção de móveis casa-de-banho	25%	Eq. Patrimonial
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Private Equity	46%	Eq. Patrimonial
WindPart, Lda	2013	2013	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Integral (a)
Haitong (UK) Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Haitong Securities (UK) Limited	2000	2010	Reino Unido	Banca de investimento	100%	Integral
Noble Advisory India Private Ltd	2008	2010	Índia	Prestação de serviços de research	100%	Integral
Clear Info-Analytic Private Ltd	2004	2010	Índia	Prestação de serviços de research	100%	Integral
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
Haitong do Brasil Participações Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Negocios, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
Haitong do Brasil DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Securities do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
Haitong Securities USA	2015	2015	E.U.A.	Corretagem	100%	Integral

a) Estas empresas foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações, sem impacto relevante nas contas. O processo de simplificação manteve-se ao longo de 2016, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

Empresas Subsidárias

- Em Janeiro de 2016 a Haitong Securities USA LLC foi adicionada ao scope de empresas consolidadas no Haitong Bank, S.A., apesar de ter sido constituída em 30 de Setembro de 2015. O Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente a realização de capital inicial desta sociedade, no montante de 300 000 dólares.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities USA LLC, a que correspondeu um investimento de 10 000 milhares de dólares.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities India Private Limited, a que correspondeu um investimento de 344 748 milhares de rupias indianas. O Haitong Bank, S.A. subscreveu 13 725 289 acções, passando assim a deter 19 635 252 acções da empresa.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. concluiu a liquidação da sua sucursal de Nova Iorque, tendo devolvido a respectiva licença ao New York Department of Financial Services, e passado a desenvolver as suas actividades através do escritório de representação.
- Em Maio de 2016, o Haitong Bank, S.A. completou a aquisição de 1 477 491 acções detidas pelo accionista minoritário da Haitong Securities India Private Limited, pelo montante global de INR 245 795 160.
- Em Julho de 2016 concretizou-se a dissolução da Haitong & Company (UK) Limited.

- Em Setembro de 2016, o Haitong Bank, S.A., foi autorizado a iniciar funções de corretagem através da subsidiária Haitong Securities USA LLC, por conseguinte, fechou o escritório de representação de Nova Iorque.

- Em Outubro de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities USA LLC, a que correspondeu um investimento de 3 438 milhares de dólares.

- Em Outubro de 2016, foi alterada a denominação social do Espirito Santo Investimentos, S.A., para Haitong Negócios, S.A..

- Em Dezembro de 2016, o Haitong Bank, S.A. vendeu a participação na Haitong Securities India Private Limited, de 19 635 252 acções, tendo recebido 11 365 milhares de dólares.

Empresas Associadas (ver nota 26)

- Em Março de 2016 foi efectuada uma distribuição de capital do Fundo Espírito Santo IBERIA I, tendo sido atribuído ao Haitong Capital - SCR, S.A. o montante de 1 573 milhares de euros.

- Em Julho de 2016 foi efectuada uma distribuição de capital do Fundo Espírito Santo IBERIA I, tendo sido atribuído ao Haitong Capital - SCR, S.A. o montante de 173 milhares de euros.

- Em Dezembro de 2016, a Haitong Capital – SCR, S.A. vendeu 20% da participação na Coporgest – Companhia Portuguesa de Gestão e Desenvolvimento Imobiliário, S.A., pelo valor de 1 993 milhares de euros.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016						
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros Investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (b)	Total	Mais/(menos valias) em vendas/ liquidações
Empresas subsidiárias							
Haitong Securities USA	275	11 925	12 200	-	-	-	-
Haitong Securities India Private Limited	3 301	4 570	7 871	10 853	-	10 853	7 706
WindPart, Lda	-	-	-	-	813	813	-
	3.576	**16.495**	**20.071**	**10.853**	**813**	**11.666**	**7.706**
Empresas associadas							
Coporgest, SA	-	-	-	1 993	-	1 993	933
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	-	-	-	1 746	1 746	-
	-	**-**	**-**	**1 993**	**1 746**	**3 739**	**933**
Total	**3 576**	**16 495**	**20 071**	**12 846**	**2 559**	**15 405**	**8 639**

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos
(b) Reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

(milhares de euros)

	31.12.2015					
	Aquisições			Vendas		
	Valor de aquisição (a)	Outros Investimentos (b)	Total	Valor de venda (a)	Outros Reembolsos (c)	Total
Empresas subsidiárias						
Haitong (UK) Limited	-	45 484	45 484	-	-	-
Espírito Santo Investment Sp, Z.o.o	-	-	-	-	34	34
FI Multimercado Treasury	7 342	-	7 342	-	6 999	6 999
Haitong do Brasil DTVM S.A.	-	1 641	1 641	-	-	-
	7 342	**47 125**	**54 467**	**-**	**7 033**	**7 033**
Empresas associadas						
2B Capital Luxembourg SCA Sicar	-	-	-	2 183	-	2 183
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	-	-	-	108	108
	-	**-**	**-**	**2 183**	**108**	**2 291**
Total	**7 342**	**47 125**	**54 467**	**2 183**	**7 141**	**9 324**

(a) Nos casos do fundo FI Multimercado Treasury os valores de aquisição e de venda, referem-se a subscrições e resgates, respectivamente
(b) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos
(c) Reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2016.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2016 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2015.

Contudo, e tal como descrito na Nota 44, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2016, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, f oram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2016 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

Adicionalmente, as normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 44.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de Março de 2017.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combinations*, o Grupo mensura o goodwill como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o goodwill está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As

demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos Financeiros Derivados

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os derivados contratados com o objectivo de efectuar

a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura. Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 27) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de

imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu

reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (accounting mismatch); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços

de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade, e (iii) desvalorização de 30% ou desvalorização consecutiva durante um ano.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.13. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	5 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro Equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.14. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei nº 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de Dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2012, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras

contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo Haitong Bank assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Benefícios de Empregados – Novo Acordo Coletivo de Trabalho

Até Junho de 2016, nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho – ACT do sector bancário subscrito pelas várias instituições financeiras, era devido o pagamento de um prémio de antiguidade no mês em que os Colaboradores (da actividade doméstica) completassem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço no sector bancário, de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

Em 14 de Junho de 2016 foi celebrado com os sindicatos do sector um novo ACT. A sua publicação no Boletim do Trabalho e do Emprego ocorreu no dia 8 de Agosto de 2016, tendo entrado em vigor no dia seguinte.

Com a entrada em vigor do novo ACT, o prémio de antiguidade foi eliminado, estando, no entanto, previsto o pagamento da parte proporcional do prémio de antiguidade para o aniversário em curso referente aos 15, 25 ou 30 anos de antiguidade bancária e correspondente ao tempo de bom e efectivo serviço no sector bancário na data da entrada em vigor do novo ACT. O novo ACT prevê o pagamento de um prémio de final de carreira correspondente a 1,5 vezes do valor da retribuição mensal efectiva auferida pelo Colaborador no momento da cessação do contrato de trabalho por passagem à situação de reforma.

O novo ACT mantém inalterado o regime de pensões e o regime complementar de saúde (SAMS) aplicável aos trabalhadores e reformados do setor bancário, tendo, contudo, estabelecido novas regras de financiamento dos SAMS a cargo das instituições de crédito. Com estas alterações, o valor dos encargos com os SAMS relativamente aos reformados e pensionistas passam de um valor percentual sobre o valor da pensão para um valor per capita fixo por tipo de beneficiário (reformado ou pensionista de sobrevivência).

Com o novo ACT, as promoções obrigatórias por antiguidade foram eliminadas, mantendo-se apenas a próxima promoção para os colaboradores que tenham sido promovidos até 31 de Dezembro de 2014.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com items que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é

separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Reporte por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.23. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade e valorização dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos;

(iii) Desvalorização de 30% ou desvalorização consecutiva durante um ano.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e activos e passivos ao justo valor através de resultados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e o da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre a existência de indicadores de imparidade, as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Por outro lado, o Banco regista impostos diferidos de acordo com a política descrita na Nota 2.17, sendo os ativos por impostos diferidos registados apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Grupo com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da actividade do Grupo e ao timing de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, incluindo as medidas descritas na Nota 43, regime fiscal aplicável em anos futuros e a realização de operações atualmente previstas pelo Banco, que foram considerados os mais adequados pelo Conselho de Administração do Banco face à informação disponível na data de aprovação das demonstrações financeiras. Não obstante, a utilização de pressupostos diferentes ao nível das variáveis anteriormente referidas poderia originar conclusões diferentes das que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Project Finance e Securitização

A Direcção de *Project Finance* e Securitização tem como objectivo originar, executar e participar em operações relacionadas com a estruturação, montagem e angariação de financiamento para projectos de investimento em regime de *project finance*, assim como monitorizar, acompanhar e gerir a carteira de operações nas quais o Banco participa.

Cabe ainda a esta Direcção prestar assessoria financeira a clientes no desenvolvimento de operações e projectos de *project finance.*

Acquisition Finance e Outros Financiamentos

A Direcção de Acquisition Finance e Outros Financiamentos tem como objectivo prestar serviços relacionados com a estruturação e/ou montagem, tomada firme e sindicação do financiamento de operações de aquisição de empresas de média e grande dimensão ou dos seus principais activos. Estas operações podem ser realizadas para corporate clients ou para investidores de cariz financeiro.

Para além de operações de aquisição, estruturam-se também operações para corporate clients, desde que elas sejam de dimensão relevante para colocação em mercado e tenham alguma complexidade associada.

Adicionalmente, esta Direcção tem também como objectivo desenvolver negócio de trade finance, nomeadamente através da emissão de garantias bancárias.

Fusões e Aquisições

A Direcção de Fusões e Aquisições tem como objectivo prestar assessoria financeira a clientes em operações de compra, venda ou fusões entre empresas, gerando negócio e consequentemente valor para o Banco.

Adicionalmente, esta Direcção tem também como objectivo realizar projectos de cariz mais específico, tais como avaliações, reestruturações e estudos de viabilidade que fortaleçam a relação com os seus clientes, permitindo a continuidade de negócio.

Mercado de Capitais

A Direcção de Mercado de Capitais tem como objectivo angariar mandatos para colocação de produtos de dívida e equity, direccionados para o mercado e proceder à organização, estruturação e montagem das respectivas operações.

Adicionalmente, esta Direcção promove potenciais sinergias com as restantes áreas de negócio e geografias do Banco, especialmente nas oportunidades emergentes de *cross-border deals*.

Renda Fixa

A Direcção de Renda Fixa tem como objectivo disponibilizar um serviço de execução de ordens profissional e diferenciado, focado na oferta de valores mobiliários de renda fixa, produtos sobre divisas e mercadorias, de emitentes sedeados na China e em mercados emergentes, denominados em USD, EUR e RMB, destinado a investidores internacionais e sempre em cumprimento com a legislação aplicável.

Disponibilizam ainda uma plataforma de suporte ao Investment Banking do Grupo, através da distribuição de novas emissões e fornece aos seus investidores internacionais acesso aos mercados de dívida chineses e *Dim Sum*.

Global Markets

Esta Direcção tem como missão a optimização da relação risco / retorno da carteira própria de taxa de juro, câmbio, acções e outros instrumentos financeiros do Banco.

Acções *(Brokerage)*

A Direcção de Acções tem como objectivo disponibilizar um serviço de execução de ordens, focado na oferta de acções e títulos de capital de emitentes europeus, americanos e de mercados emergentes, destinados a investidores europeus.

Disponibilizam ainda uma plataforma de suporte ao *Investment Banking* do Grupo, através da distribuição de novas emissões de capital.

Tesouraria

A Direcção de Tesouraria tem como objectivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de *funding* actuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como o nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direcção de Tesouraria tem também como objectivo gerir a carteira própria de tesouraria do Banco de forma eficaz e eficiente.

Private Equity

Este segmento tem por objecto apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Assessoria em estrutura de capitais

A Direcção de Assessoria em Estrutura de Capitais tem como objectivo acompanhar e gerir financiamentos que apresentem *triggers* de imparidade, visando maximizar os valores de recuperação de tais créditos para o Banco e prestar serviços de assessoria e aconselhamento de qualidade para estruturação de dívida de empresas em que o Banco não seja credor.

Centro corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento Estratégico, Contabilidade, Controlo de Risco, Clientes, entre outras.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (Assessoria Financeira a Médias Empresas, Gestão de Activos, Clientes Particulares, *Wealth Management*, Sindicação de créditos e outros centros de proveitos).

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA´s (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do Haitong Bank. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda.

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Polónia e Nova Iorque e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

31.12.2016	Project Finance e Securitização	Acquisition Finance e Outros Financiamentos	Assessoria em Estrutura de Capitais	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Renda Fixa	Acções	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	7 632	5 211	(2 388)	-	243	(11 382)	(30)	36 219	124	5 364	-	16 117	57 110
Serviço a Clientes	9 930	2 513	19	11 374	10 635	2 055	10 016	1 720	1 470	(650)	-	(3 444)	45 638
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	**17 562**	**7 724**	**(2 369)**	**11 374**	**10 878**	**(9 327)**	**9 986**	**37 939**	**1 594**	**4 714**	**-**	**12 673**	**102 748**
Resultados Op Financeiras e diversos	1 534	2 656	165	(218)	(46)	12 672	(230)	(22 306)	1 221	(24 094)	-	34 934	6 288
Proveitos Operacionais Intersegmentos	-	-	143	(277)	-	(1 113)	(108)	(1 998)	-	19 841	-	(16 488)	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	**19 096**	**10 380**	**(2 061)**	**10 879**	**10 832**	**2 232**	**9 648**	**13 635**	**2 815**	**461**	**-**	**31 119**	**109 036**
Custos Operativos	**3 971**	**1 870**	**816**	**12 854**	**4 958**	**8 384**	**20 405**	**4 209**	**2 187**	**1 539**	**80 469**	**14 277**	**155 939**
Custos com Pessoal	2 117	1 171	445	8 711	3 453	4 933	11 830	1 669	1 178	722	46 702	10 024	92 955
Gastos gerais administrativos	1 716	645	359	3 694	1 356	3 014	8 017	2 158	1 005	756	29 932	3 917	56 569
Depreciações e Amortizações	138	54	12	449	149	437	558	382	4	61	3 835	336	6 415
RESULTADO BRUTO	**15 125**	**8 510**	**(2 877)**	**(1 975)**	**5 874**	**(6 152)**	**(10 757)**	**9 426**	**628**	**(1 078)**	**(80 469)**	**16 842**	**(46 903)**
Imparidade e Provisões	**2 015**	**(6 948)**	**(47 631)**	**457**	**(6)**	**(162)**	**164**	**(1 056)**	**(989)**	**(905)**	**(1 495)**	**(1 104)**	**(57 660)**
Imparidade de crédito	(3 392)	(5 110)	(40 939)	-	-	-	-	-	(498)	-	670	-	(49 269)
Imparidade de títulos	3	(1 548)	-	-	-	-	-	(1 601)	(537)	(1 059)	-	(38)	(4 780)
Provisões líquidas e outras imparidades	5 404	(290)	(6 692)	457	(6)	(162)	164	545	46	154	(2 165)	(1 066)	(3 611)
Resultado antes de impostos	**17 140**	**1 562**	**(50 508)**	**(1 518)**	**5 868**	**(6 314)**	**(10 593)**	**8 370**	**(361)**	**(1 983)**	**(81 964)**	**15 738**	**(104 563)**
Activo Líquido	658 756	165 407	68 428	-	50	190 342	42 433	2 363 303	2 117	833 977	429 934	-	4 754 747
Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 187 032	217 191	1	4 404 224
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 591	6 591
Investimentos em activos													
tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 366	-	4 366
intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 619	-	2 619

(milhares de euros)

31.12.2015	Project Finance e Securitização	Acquisition Finance e Outros Financiamentos	Assessoria em Estrutura de Capitais	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Renda Fixa	Acções	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	9 269	8 980	(7 956)	-	(98)	2 380	272	(4 906)	239	2 604	-	33 660	44 444
Serviço a Clientes	14 864	4 765	(268)	21 285	13 225	1 921	21 359	5 200	3 160	954	-	(159)	86 306
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	**24 133**	**13 745**	**(8 224)**	**21 285**	**13 127**	**4 301**	**21 631**	**294**	**3 399**	**3 558**	**-**	**33 501**	**130 750**
Resultados Op Financeiras e diversos	(256)	506	(493)	(217)	(23)	17 888	962	21 988	3 933	(10 322)	-	(31 821)	2 145
Proveitos Operacionais Intersegmentos	858	-	-	(600)	121	(6 219)	(1 427)	(4)	-	1 366	-	5 905	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	**24 735**	**14 251**	**(8 717)**	**20 468**	**13 225**	**15 970**	**21 166**	**22 278**	**7 332**	**(5 398)**	**-**	**7 585**	**132 895**
Custos Operativos	**4 444**	**1 751**	**791**	**10 025**	**5 039**	**6 061**	**29 945**	**4 684**	**2 213**	**1 439**	**71 889**	**2 808**	**141 089**
Custos com Pessoal	2 232	1 170	383	6 684	3 103	3 107	17 075	2 012	1 105	738	41 466	1 710	80 785
Gastos gerais administrativos	1 976	521	387	3 059	1 804	2 628	12 251	2 299	1 104	627	26 021	1 017	53 694
Depreciações e Amortizações	236	60	21	282	132	326	619	373	4	74	4 402	81	6 610
RESULTADO BRUTO	**20 291**	**12 500**	**(9 508)**	**10 443**	**8 186**	**9 909**	**(8 779)**	**17 594**	**5 119**	**(6 837)**	**(71 889)**	**4 777**	**(8 194)**
Imparidade e Provisões	**1 082**	**(19 516)**	**(53 584)**	**1 722**	**(10)**	**(344)**	**951**	**1 765**	**(872)**	**(422)**	**(34 679)**	**(345)**	**(104 252)**
Imparidade de crédito	1 282	(12 339)	(53 066)	(23)	-	-	(105)	-	-	28	(2 166)	(25)	(66 414)
Imparidade de títulos	564	(4 263)	-	-	-	-	-	(97)	(668)	(771)	-	(697)	(5 932)
Provisões líquidas e outras imparidades	(764)	(2 914)	(518)	1 745	(10)	(344)	1 056	1 862	(204)	321	(32 513)	377	(31 906)
Resultado antes de impostos	**21 373**	**(7 016)**	**(63 092)**	**12 165**	**8 176**	**9 565**	**(7 828)**	**19 359**	**4 247**	**(7 259)**	**(106 568)**	**4 432**	**(112 446)**
Activo Líquido	786 677	199 944	108 228	-	-	32 177	246 135	1 882 517	-	522 798	326 307	-	4 104 783
Passivo	-	-	-	-	-	-	-	236 313	-	3 190 614	317 079	-	3 744 006
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10 343	10 343
Investimentos em activos													
tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	31.12.2016				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	(90 452)	(8 751)	2 896	126	(96 181)
Activo líquido	1 601 511	612 788	2 540 448	-	4 754 747
Investimentos em associadas	6 591	-	-	-	6 591
Investimentos em activos					
tangíveis	999	1 094	2 273	-	4 366
intangíveis	1 667	399	553	-	2 619

(milhares de euros)

	31.12.2015				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	(121 988)	6 831	18 431	(1 602)	(98 328)
Activo líquido	1 597 929	610 505	1 894 074	2 275	4 104 783
Investimentos em associadas	10 343	-	-	-	10 343
Investimentos em activos					
tangíveis	726	659	120	-	1 505
intangíveis	2 622	261	857	-	3 740

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	41 787	-	41 787	64 401	-	64 401
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	73 588	-	73 588	15 600	-	15 600
Juros de derivados para gestão de risco	-	12 463	12 463	-	30 624	30 624
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	17 983	-	17 983	7 598	-	7 598
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	125 238	125 238	-	133 176	133 176
Outros juros e proveitos similares	76	-	76	115	-	115
	133 434	**137 701**	**271 135**	**87 714**	**163 800**	**251 514**
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	115 538	-	115 538	93 166	-	93 166
Juros de derivados para gestão de risco	-	10 841	10 841	-	7 759	7 759
Juros de responsabilidades representadas por títulos	6 073	16 153	22 226	19 323	33 711	53 034
Juros de recursos de clientes	63 923	-	63 923	50 848	-	50 848
Juros de passivos subordinados	125	-	125	350	-	350
Outros juros e custos similares	1 372	-	1 372	1 913	-	1 913
	187 031	**26 994**	**214 025**	**165 600**	**41 470**	**207 070**
	(53 597)	**110 707**	**57 110**	**(77 886)**	**122 330**	**44 444**

A rubrica de juros de crédito inclui 13 317 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 26 500 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com sinais de imparidade.

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19 os juros de derivados de cobertura e os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.6 e 2.8.

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	23 585	53 521
Por garantias prestadas	3 213	5 525
Por operações realizadas com títulos	25 886	35 228
	52 684	**94 274**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	2 138	2 431
Por operações realizadas com títulos	3 512	8 912
Por garantias recebidas	675	389
Outros custos com serviços e comissões	1 172	71
	7 497	**11 803**
	45 187	**82 471**

NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	218 614	318 146	(99 532)	278 690	346 712	(68 022)
De outros emissores	9 598	6 284	3 314	13 476	8 156	5 320
Acções	5 965	4 020	1 945	15 243	15 550	(307)
	234 177	**328 450**	**(94 273)**	**307 409**	**370 418**	**(63 009)**
Instrumentos financeiros derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	2 052 291	2 160 507	(108 216)	2 812 026	2 674 225	137 801
Contratos sobre taxas de juro	853 076	667 008	186 068	1 848 116	1 851 479	(3 363)
Contratos sobre acções/índices	27 610	31 925	(4 315)	207 305	205 364	1 941
Contratos sobre créditos	-	1 561	(1 561)	2 151	5 821	(3 670)
Outros	4 039	-	4 039	4 951	-	4 951
	2 937 016	**2 861 001**	**76 015**	**4 874 549**	**4 736 889**	**137 660**
Instrumentos financeiros derivados para gestão de risco						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	8 934	(8 934)	1 388	-	1 388
Contratos sobre taxas de juro	1 372	-	1 372	11 286	14 121	(2 835)
Contratos sobre acções/índices	8 220	-	8 220	-	7 338	(7 338)
Contratos sobre créditos	1 074	42 602	(41 528)	-	80 200	(80 200)
	10 666	**51 536**	**(40 870)**	**12 674**	**101 659**	**(88 985)**
	3 181 859	**3 240 987**	**(59 128)**	**5 194 632**	**5 208 966**	**(14 334)**
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Responsabilidades representadas por títulos	39 172	7 625	31 547	90 491	1 217	89 274
	39 172	**7 625**	**31 547**	**90 491**	**1 217**	**89 274**
	3 221 031	**3 248 612**	**(27 581)**	**5 285 123**	**5 210 183**	**74 940**

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor desta rubrica inclui um efeito negativo de 898 milhares de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver Nota 31).

NOTA 8 - RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	31.12.2016			31.12.2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	7	(7)	14	3 046	(3 032)
De outros emissores	16	94	(78)	977	303	674
Acções	1 080	-	1 080	5 458	2	5 456
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	18	(18)
	1 096	**101**	**995**	**6 449**	**3 369**	**3 080**

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	103 113	(76 748)	26 365	82 953	(144 883)	(61 930)
	103 113	**(76 748)**	**26 365**	**82 953**	**(144 883)**	**(61 930)**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3..

NOTA 10 – RESULTADOS NA ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Activos não financeiros	46	(2)
Alienação de crédito a clientes	1 854	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	8 852	97
	10 752	**95**

NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Outros serviços de clientes	450	3 839
Impostos directos e indirectos	(5 824)	(5 639)
Outros resultados de exploração	1 416	(7 262)
	(3 958)	**(9 062)**

Os impostos directos e indirectos incluem 1 593 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (31 de Dezembro de 2015: 1 611 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2016 não ocorreram custos relativos a Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (2 727 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2015) na rubrica de Outros resultados de exploração, tendo sido reconhecidos custos de 1 293 milhares de euros (1 441 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2015) relativos às Contribuições para o Fundo de Resolução.

NOTA 12 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Vencimentos e salários		
Remunerações	68 863	61 847
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	(891)	207
Prémios de carreira (ver Nota 13)	583	-
Impacto da alteração das regras dos SAMS (ver Nota 13)	(1 454)	-
Custos com pensões de reforma (ver Nota 13)	1 724	1 243
Outros encargos sociais obrigatórios	13 003	11 241
Outros custos	11 127	6 247
	92 955	**80 785**

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank são como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2016			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 020	29 022	32 042
Prémios de antiguidade	161	776	937
Remunerações variáveis	456	8 376	8 832
Total	**3 637**	**38 174**	**41 811**
2015			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 223	21 706	24 929
Prémios de antiguidade	69	90	159
Remunerações variáveis	15	6 471	6 486
Total	**3 307**	**28 267**	**31 574**

Considera-se na categoria de outro pessoal chave da gestão os Directores Executivos e os Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2016 o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração, em 31 de Dezembro de 2015 ascendia a 315 mil euros.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Funções directivas	442	381
Funções de chefia	4	4
Funções específicas	212	252
Funções administrativas	45	53
Funções auxiliares	21	12
	724	**702**

NOTA 13 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

No âmbito do segundo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de Pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2012, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consistiu numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificaram-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos.

Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. (50%) e a Mercer Portugal (50%), sendo a política de investimento definida pela Mercer Portugal.

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

Benefícios de Empregados – Novo Acordo Coletivo de Trabalho

Até Junho de 2016, nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho – ACT do sector bancário subscrito pelas várias instituições financeiras, era devido o pagamento de um prémio de antiguidade no mês em que os Colaboradores (da actividade doméstica) completassem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço no sector bancário, de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

Em 14 de Junho de 2016 foi celebrado com os sindicatos do sector um novo ACT. A sua publicação no Boletim do Trabalho e do Emprego ocorreu no dia 8 de Agosto de 2016, tendo entrado em vigor no dia seguinte.

Com a entrada em vigor do novo ACT, o prémio de antiguidade foi eliminado, estando, no entanto, previsto o pagamento da parte proporcional do prémio de antiguidade para o aniversário em curso referente aos 15, 25 ou 30 anos de antiguidade bancária e correspondente ao tempo de bom e efectivo serviço no sector bancário na data da entrada em vigor do novo ACT. O novo ACT prevê o pagamento de um prémio de final de carreira correspondente a 1,5 vezes do valor da retribuição mensal efectiva auferida pelo Colaborador no momento da cessação do contrato de trabalho por passagem à situação de reforma.

O novo ACT mantém inalterado o regime de pensões e o regime complementar de saúde (SAMS) aplicável aos trabalhadores e reformados do setor bancário, tendo, contudo, estabelecido novas regras de financiamento dos SAMS a cargo das instituições de crédito. Com estas alterações, o valor dos encargos com os SAMS relativamente aos reformados e pensionistas passam de um valor percentual sobre o valor da pensão para um valor per capita fixo por tipo de beneficiário (reformado ou pensionista de sobrevivência).

Com o novo ACT, as promoções obrigatórias por antiguidade foram eliminadas, mantendo-se apenas a próxima promoção para os colaboradores que tenham sido promovidos até 31 de Dezembro de 2014.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2016	31.12.2015
Pressupostos Financeiros		
Taxa de rendimento esperado	2.10%	2.50%
Taxa de desconto	2.10%	2.50%
Taxa de crescimento de pensões	0.50%	0.50%
Taxa de crescimento salarial	1.00%	1.00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 -2 anos	TV 73/77 - 2 anos
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada como referência a 31 de Dezembro de 2016 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Os participantes nos planos de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Activos	183	189
Reformados	26	22
Sobreviventes	7	7
TOTAL	**216**	**218**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	7 460	7 101
Activos	63 275	63 643
	70 735	**70 744**
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	**67 349**	**70 744**
Excesso de cobertura/(Valores a entregar ao fundo)	(3 386)	-
Activos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 35)	**(3 386)**	**-**
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	31 641	27 346

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades inicial	**70 744**	**63 867**
Custo do serviço corrente	1 724	1 243
Custo dos juros	1 763	1 590
Contribuições dos participantes	129	127
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(1 718)	8 827
- Alteração de pressupostos	5 937	4 008
- (Ganhos)/perdas de experiência	(7 655)	4 819
Pensões pagas pelo fundo	(453)	(268)
Impacto da alteração das regras dos SAMS (ver nota 12)	(1 454)	-
Transferência de responsabilidades	-	(4 642)
Responsabilidades final	**70 735**	**70 744**

Tendo por base a situação em 31 de Dezembro de 2016, a análise de sensibilidade a alterações nos pressupostos actuariais, revela os seguintes impactos:

- Um aumento na taxa de desconto em 40 pontos base faria reduzir as responsabilidades em cerca de 6 097 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 6 716 milhares de euros;

- Aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 4 369 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 4 117 milhares de euros;

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial dos fundos	**70 744**	**63 002**
Rendimento real do fundo	(4 250)	(779)
Contribuições do Grupo	1 179	13 304
Contribuições dos empregados	129	127
Pensões pagas pelo fundo	(453)	(268)
Transferência de responsabilidades	-	(4 642)
Saldo final dos fundos	**67 349**	**70 744**

No início de 2017, o Banco realizou uma contribuição extraordinária para o fundo de 3 324 milhares de euros, passando o valor do mesmo para 70 673 milhares de euros, o que representa um nível de financiamento das responsabilidades de 99,9%.

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	% Carteira	
	2016	2015
Obrigações	15,00%	55,30%
Acções	5,80%	26,70%
Investimento alternativo	0,00%	2,60%
Fundos Mistos	0,00%	0,00%
Imobiliário	0,90%	1,90%
Liquidez	78,30%	13,50%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais acumulados reflectidos em outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Desvios actuariais acumulados em 1 de Janeiro	**27 346**	**16 454**
- Alteração de pressupostos actuariais	5 937	4 008
- (Ganhos)/perdas de experiência	(1 642)	6 884
Desvios actuariais acumulados em 31 de Dezembro	**31 641**	**27 346**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Custo do serviço corrente	1 724	1 243
Custo / (Proveitos) de juros	-	304
Custos do exercício	**1 724**	**1 547**

A partir de 1 de Janeiro de 2014, na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos / proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	**-**	**(865)**
Custo do exercício	(1 724)	(1 547)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(4 295)	(10 892)
Contribuições do Grupo	1 179	13 304
Impacto da alteração das regras dos SAMS	1 454	-
Saldo final	**(3 386)**	**-**

A evolução das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Responsabilidades	(70 735)	(70 744)	(63 867)	(57 179)	(42 472)
Saldo dos fundos	67 349	70 744	63 002	54 455	50 870
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**(3 386)**	**-**	**(865)**	**(2 724)**	**8 398**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(7 655)	177	(7 097)	2 931	(472)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	6 013	6 707	(834)	(1 441)	(2 275)

Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de antiguidade são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades iniciais	**2 171**	**2 162**
Custo do exercício (Ver Nota 12)	(891)	207
Prémios pagos	(1 280)	(198)
Responsabilidades finais (ver Nota 35)	**-**	**2 171**

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Conforme anteriormente descrito, o prémio de antiguidade foi eliminado em 2016, na sequência da entrada em vigor do novo acordo ACT do sector bancário. A responsabilidade com prémios de antiguidade, em 31 de Dezembro de 2015, encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

Prémios de carreira

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de carreira são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades iniciais	**-**	**-**
Custo do exercício (Ver Nota 12)	583	-
Responsabilidades finais (ver Nota 35)	**583**	**-**

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémio de carreira foi introduzida em 2016, na sequência da entrada em vigor do novo ACT do sector bancário.

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

NOTA 14 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas e alugueres	9 756	9 614
Publicidade e publicações	1 158	743
Comunicações e expedição	11 921	12 557
Deslocações e representação	6 401	5 970
Conservação e reparação	1 574	1 610
Seguros	729	334
Judiciais e contencioso	790	464
Serviços especializados		
Informática	6 048	5 506
Mão de obra eventual	327	327
Trabalho independente	3 174	2 743
Outros serviços especializados	10 245	9 031
Outros custos	4 446	4 795
	56 569	**53 694**

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até um ano	730	1 106
De um a cinco anos	1 960	1 968
	2 690	**3 074**

Os honorários realtivos ao exercício de 2016 e 2015 acordados com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e pelos auditores, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	218	104
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	360	519
Outros serviços de garantia de fiabilidade	280	311
Consultoria fiscal	-	39
Outros serviços que não revisão legal das contas	40	213
Valor total dos serviços acordados	**898**	**1 186**

NOTA 15 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco [1]	(96 412)	(98 328)
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	**85 254**	**66 023**
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	**-1,13**	**-1,49**

[1] Corresponde ao resultado líquido do período ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 16 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	9	14
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	37 489	117 515
Outros bancos centrais	52	155
	37 541	**117 670**
	37 550	**117 684**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 37 milhões de euros (31 de Dezembro de 2015: 118 milhões de euros) que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2016 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,00% (31 de Dezembro de 2015: 0,05%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2016 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2016 a 24 de Janeiro de 2017, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 930 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 500 milhares de euros).

NOTA 17 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	69 647	4 586
	69 647	**4 586**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	34 607	34 374
	34 607	**34 374**
	104 254	**38 960**

NOTA 18 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 018 507	951 300
De outros emissores	93 124	50 065
Acções	9 666	1 185
	1 121 297	1 002 550
Derivados	373 618	343 939
	1 494 915	**1 346 489**
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Vendas a descoberto	782 215	186 190
Derivados	260 466	316 160
	1 042 681	**502 350**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	1 370	4 255
De 3 meses a um ano	34 005	771 641
De um a cinco anos	392 842	76 540
Mais de cinco anos	683 414	148 929
Duração indeterminada	9 666	1 185
	1 121 297	**1 002 550**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	12 959	1 005 548	1 018 507	4 506	946 794	951 300
De outros emissores	57 592	35 532	93 124	32 159	17 906	50 065
Acções	9 666	-	9 666	1 185	-	1 185
Total valor de balanço	**80 217**	**1 041 080**	**1 121 297**	**37 850**	**964 700**	**1 002 550**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição à dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro é apresentada na Nota 42.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		1 090	15 137		19 791	606
- compras	466 614			443 003		
- vendas	471 113			441 690		
Currency Swaps		1 731	62		597	2 263
- compras	189 013			232 044		
- vendas	187 066			233 254		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	1 167 325			721 544		
- vendas	1 043 862			763 825		
Currency Interest Rate Swaps		1 555	1 555		-	-
- compras	38 194			-		
- vendas	38 194			-		
Currency Options		697	698		2 501	2 258
- compras	59 952			248 468		
- vendas	66 442			227 512		
	3 727 775	**5 073**	**17 452**	**3 311 340**	**22 889**	**5 127**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements		-	-		715	625
- compras	-			552 238		
- vendas	-			552 238		
Interest Rate Swaps		346 822	224 823		299 671	293 672
- compras	5 023 952			6 340 627		
- vendas	5 023 952			6 340 627		
Interest Rate Caps & Floors		9 793	9 819		11 701	11 690
- compras	449 525			891 264		
- vendas	459 525			901 264		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	1 950 667			1 692 356		
- vendas	1 637 584			3 195 939		
Interest Rate Options		2 679	2 679		-	-
- compras	2 292 523			-		
- vendas	2 291 503			-		
	19 129 231	**359 294**	**237 321**	**20 466 553**	**312 087**	**305 987**
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps		2 754	2 702		955	1 160
- compras	7 364			1 814		
- vendas	7 364			1 814		
Equity / Index Options		2 918	2 838		6 536	3 595
- compras	19 634			24 123		
- vendas	15 470			24 123		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- compras	12 988			-		
- vendas	20 567			-		
	83 387	**5 672**	**5 540**	**51 874**	**7 491**	**4 755**
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps		3 579	153		1 472	291
- compras	89 407			72 221		
- vendas	23 000			42 833		
	112 407	**3 579**	**153**	**115 054**	**1 472**	**291**
Total	**23 052 800**	**373 618**	**260 466**	**23 944 821**	**343 939**	**316 160**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Nocional			Nocional		
	Venda	Compra	Justo Valor (líquido)	Venda	Compra	Justo Valor (líquido)
Até 3 meses	3 685 889	3 173 422	2 710	3 157 531	1 285 665	(2 231)
De 3 meses a um ano	1 647 980	1 404 936	(9 110)	2 358 373	1 748 020	13 175
De um a cinco anos	3 727 950	4 704 848	117 466	4 517 846	5 070 104	20 654
Mais de cinco anos	2 223 823	2 483 952	2 086	2 691 369	3 115 913	(3 819)
	11 285 642	**11 767 158**	**113 152**	**12 725 119**	**11 219 702**	**27 779**

NOTA 19 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	514 765	1 042	(1 034)	-	514 773
De outros emissores	277 178	2 868	(5 960)	(31 936)	242 150
Acções	14 643	108	-	(8 158)	6 593
Outros títulos de rendimento variável	33 183	1 949	(1 535)	(6 767)	26 830
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**839 769**	**5 967**	**(8 529)**	**(46 861)**	**790 346**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	194 553	28	(7 899)	-	186 682
De outros emissores	279 134	159	(14 451)	(22 796)	242 046
Acções	14 162	166	-	(7 806)	6 522
Outros títulos de rendimento variável	29 779	955	(1 847)	(6 939)	21 948
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**517 628**	**1 308**	**(24 197)**	**(37 541)**	**457 198**

(1) Custo de aquisição para acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	37 541	41 525
Dotações	4 769	6 429
Utilizações	(385)	(5 674)
Reversões	-	(497)
Diferenças de câmbio e outras	4 936	(4 242)
Saldo a final	**46 861**	**37 541**

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 335 964 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (100 224 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015), ver nota 38.

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	539 921	150 608
De 3 meses a um ano	522	5 375
De um a cinco anos	154 784	214 804
Mais de cinco anos	61 695	57 941
Duração indeterminada	33 424	28 470
	790 346	**457 198**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	289 742	225 031	514 773	20 231	166 451	186 682
De outros emissores	50 394	191 756	242 150	62 323	179 723	242 046
Acções	2 931	3 662	6 593	516	6 006	6 522
Outros títulos de rendimento variável	4 457	22 373	26 830	1 128	20 820	21 948
Total valor de balanço	**347 524**	**442 822**	**790 346**	**84 198**	**373 000**	**457 198**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição à dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro é apresentada na Nota 42.

NOTA 20 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	-	39 976
Outras aplicações	4	-
	4	**39 976**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	-	1 008
Operações com acordo de revenda	732 875	190 602
Aplicações de muito curto prazo	48 234	2 219
Outras aplicações	87 993	40 387
	869 102	**234 216**
	869 106	**274 192**
Perdas por imparidade	(15 419)	(15 397)
	853 687	**258 795**

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	505 119	192 221
De 3 meses a um ano	363 987	81 971
	869 106	**274 192**

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	15 397	15 216
Dotações	965	149
Reversões	(954)	-
Diferenças de câmbio e outras	11	32
Saldo final	**15 419**	**15 397**

NOTA 21 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	83	50
Empréstimos	354 599	410 939
Outros créditos	1 953	45 894
A particulares		
Habitação	320	358
	356 955	**457 241**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	507 762	692 156
Operações com acordo de revenda	19 780	-
Outros créditos	3 246	5 176
A particulares		
Outros créditos	1	34
	530 789	**697 366**
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	5 796	25 993
Há mais de 90 dias	203 504	189 407
	209 300	**215 400**
	1 097 044	**1 370 007**
Perdas por imparidade do crédito	(255 949)	(334 849)
	841 095	**1 035 158**

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	69 862	83 584
De 3 meses a um ano	89 779	178 840
De um a cinco anos	184 722	266 304
Mais de cinco anos	543 381	625 879
Duração indeterminada	209 300	215 400
	1 097 044	**1 370 007**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	334 849	283 780
Dotações	116 687	132 125
Utilizações	(135 623)	(14 787)
Reversões	(67 418)	(65 711)
Transferências	3 226	1 116
Diferenças de câmbio e outras	4 228	(1 674)
Saldo final	**255 949**	**334 849**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2016							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	510 554	246 410	586 123	9 534	1 096 677	255 944	840 733
Crédito a particulares - Habitação	-	-	320	5	320	5	315
Crédito a particulares - Outro	-	-	47	-	47	-	47
Total	**510 554**	**246 410**	**586 490**	**9 539**	**1 097 044**	**255 949**	**841 095**

(milhares de euros)

31.12.2015							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	565 608	324 341	804 007	10 503	1 369 615	334 844	1 034 771
Crédito a particulares - Habitação	-	-	358	5	358	5	353
Crédito a particulares - Outro	-	-	34	-	34	-	34
Total	**565 608**	**324 341**	**804 399**	**10 508**	**1 370 007**	**334 849**	**1 035 158**

O Grupo efectua a renegociação de um crédito tendo em vista a maximização da recuperação do mesmo. Um crédito é renegociado de acordo com critérios selectivos, baseados na análise das circunstâncias em que o mesmo se encontra em situação de vencido, ou quando existe um risco elevado de que tal venha a acontecer, na verificação de que o cliente efectuou um esforço razoável de cumprimento das condições contratuais anteriormente acordadas e é expectável que tenha capacidade para cumprir os novos termos acordados. A renegociação normalmente inclui a extensão da maturidade, alteração dos períodos de pagamento definidos e/ ou alteração dos *covenants* dos contratos. Sempre que possível, a renegociação é acompanhada pela obtenção de novos colaterais. Os créditos renegociados são ainda objecto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expetativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, actualizadas à taxa de juro original efectiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Em 31 de Dezembro de 2016, o crédito bruto inclui 605 479 milhares de euros de crédito renegociado (759 536 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015). Em 31 de Dezembro de 2016, as perdas por imparidade reconhecidas relativamente aos créditos renegociados em balanço ascendem a 245 982 milhares de euros (324 914 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015). O juro reconhecido na demonstração dos resultados ascende a 21 532 milhares de euros (23 309 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015).

Com o objectivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliados periodicamente.

Seguidamente apresenta-se o valor do crédito e respectivos colaterais.

(milhares de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor do Crédito	Justo valor do colateral	Valor do Crédito	Justo valor do colateral
Crédito à Habitação				
Hipotecas	320	1 219	358	1 219
	320	**1 219**	**358**	**1 219**
Outro crédito a particulares				
Não Colaterizado	47	-	33	-
	47	**-**	**33**	**-**
Crédito a empresas				
Hipotecas	106 809	54 772	118 573	57 666
Penhor	11 428	9 830	13 318	8 325
Não Colaterizado	978 440	-	1 237 725	-
	1 096 677	**64 602**	**1 369 616**	**65 991**
Total	**1 097 044**	**65 821**	**1 370 007**	**67 210**

A distribuição de Crédito a clientes por tipo de taxas é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Taxa fixa	274 281	483 591
Taxa variável	822 763	886 416
	1 097 044	**1 370 007**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe das exposições e imparidade constituída apresenta-se como segue:

	Exposição 31.12.2016						Imparidade 31.12.2016		
Segmento	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Project Finance	652 719	517 613	-	122 683	135 106	135 106	(22 888)	(4 747)	(18 141)
Aquisition Finance	421 550	276 311	-	202 450	145 239	145 240	(232 452)	(114 132)	(118 320)
Outros	22 775	22 775	-	-	-	-	(609)	(609)	-
Total	**1 097 044**	**816 699**	**-**	**325 133**	**280 345**	**280 346**	**(255 949)**	**(119 488)**	**(136 461)**

	Exposição 31.12.2015						Imparidade 31.12.2015		
Segmento	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Project Finance	823 565	635 806	-	154 063	187 759	176 801	(67 282)	(3 665)	(63 617)
Aquisition Finance	543 517	308 927	-	194 081	234 590	234 590	(267 555)	(109 976)	(157 579)
Outros	2 925	2 925	-	-	-	-	(12)	(12)	-
Total	**1 370 007**	**947 658**	**-**	**348 144**	**422 349**	**411 391**	**(334 849)**	**(113 653)**	**(221 196)**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe das exposições e imparidade constituída por data de antiguidade das prestações vencidas apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Da Exposição Total 31.12.2016						
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30				
Segmento	Exposição total	Sem indícios	Com indícios[1]	Sub-total	Dias de atraso <=90[2]	Dias de atraso >90
Project Finance	652 719	319 750	197 863	517 613	5 362	129 744
Aquisition Finance	421 550	60 386	215 925	276 311	6 273	138 966
Outros	22 775	22 277	498	22 775	-	-
Total	**1 097 044**	**402 413**	**414 286**	**816 699**	**11 635**	**268 710**

(milhares de euros)

Da imparidade Total 31.12.2016					
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
Segmento	Imparidade Total	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <=90[2]	Dias de atraso >90
Project Finance	(22 888)	(1 599)	(3 148)	(536)	(17 605)
Aquisition Finance	(232 452)	(302)	(113 830)	(2 740)	(115 580)
Outros	(609)	(111)	(498)	-	-
Total	**(255 949)**	**(2 012)**	**(117 476)**	**(3 276)**	**(133 185)**

[1] Os Indícios correspondem aos Triggers de Imparidade. A listagem de Triggers do Grupo é a seguinte:
Trigger 0 – Clientes/Contratos em default
Trigger 1 – Clientes com crédito vencido
Trigger 2 – Clientes em contencioso na CRC
Trigger 3 – Créditos Reestruturados por Dificuldades Financeiras
Trigger 4 – Créditos renegociados vivos
Trigger 5 – Clientes com rating / scoring de risco elevado
Trigger 6 – Clientes pertencentes ao segmento comercial DAEC
Trigger 7 – Clientes com Credito Abatido no Sistema Bancario
Trigger 8 – Clientes com trigger de imparidade no exercício anterior
Trigger 9 - Ad-Hoc

[2] Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

(milhares de euros)

Da Exposição Total 31.12.2015						
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30				
Segmento	Exposição total	Sem indícios	Com indícios	Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90
Project Finance	823 565	454 051	181 755	635 806	28 788	158 971
Aquisition Finance	543 517	78 505	230 422	308 927	30 590	204 000
Outros	2 925	2 925	-	2 925	-	-
Total	**1 370 007**	**535 481**	**412 177**	**947 658**	**59 378**	**362 971**

(milhares de euros)

Da imparidade Total 31.12.2015					
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
Segmento	Imparidade Total	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90
Project Finance	(67 282)	(2 270)	(1 395)	(168)	(63 449)
Aquisition Finance	(267 555)	(393)	(109 583)	(5 349)	(152 230)
Outros	(12)	(12)	-	-	-
Total	**(334 849)**	**(2 675)**	**(110 978)**	**(5 517)**	**(215 679)**

(1) Os Indícios correspondem aos Triggers de Imparidade. A listagem de Triggers do Grupo é a seguinte:
Trigger 0 – Clientes/Contratos em default
Trigger 1 – Clientes com crédito vencido
Trigger 2 – Clientes em contencioso na CRC
Trigger 3 – Créditos Reestruturados por Dificuldades Financeiras
Trigger 4 – Créditos renegociados vivos
Trigger 5 – Clientes com rating / scoring de risco elevado
Trigger 6 – Clientes pertencentes ao segmento comercial DAEC
Trigger 7 – Clientes com Credito Abatido no Sistema Bancario
Trigger 8 – Clientes com trigger de imparidade no exercício anterior
Trigger 9 - Ad-Hoc

(2) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção é como se segue:

(milhares de euros)

31.12.2016									
	Project Finance			Aquisition Finance			Outros		
Ano de produção	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2005 e anteriores	13	192 435	(13 115)	4	2 377	(10)	2	370	(1)
2006	12	76 549	(641)	5	11 099	(4 547)	-	-	-
2007	5	47 776	(630)	3	50 991	(50 914)	-	-	-
2008	4	19 083	(95)	5	33 016	(31 826)	-	-	-
2009	8	21 512	(108)	1	16 411	(82)	1	498	(498)
2010	12	64 021	(320)	4	3 857	(3 271)	1	2 127	(11)
2011	9	20 404	(102)	14	46 360	(35 755)	-	-	-
2012	-	-	-	8	33 514	(19 651)	-	-	-
2013	41	30 558	(768)	9	49 229	(20 507)	-	-	-
2014	16	13 687	(621)	14	21 216	(4 815)	-	-	-
2015	21	141 011	(6 354)	22	78 941	(47 286)	-	-	-
2016	6	25 683	(134)	30	74 539	(13 788)	6	19 780	(99)
Total	**147**	**652 719**	**(22 888)**	**119**	**421 550**	**(232 452)**	**10**	**22 775**	**(609)**

(milhares de euros)

31.12.2015									
	Project Finance			Aquisition Finance			Outros		
Ano de produção	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	10	157 833	(789)	4	3 651	(19)	7	2 925	(12)
2005	3	10 430	(4 669)	-	-	-	-	-	-
2006	21	232 862	(59 087)	4	14 934	(534)	-	-	-
2007	9	73 321	(795)	7	62 636	(57 529)	-	-	-
2008	4	45 857	(229)	3	22 079	(9 466)	-	-	-
2009	8	19 739	(99)	5	26 971	(8 766)	-	-	-
2010	13	64 420	(322)	5	4 958	(3 299)	-	-	-
2011	10	19 367	(97)	24	115 946	(87 020)	-	-	-
2012	1	283	(116)	24	85 297	(47 745)	-	-	-
2013	46	33 494	(173)	25	63 263	(17 044)	-	-	-
2014	16	11 586	(110)	35	82 503	(17 242)	-	-	-
2015	22	154 373	(796)	30	61 279	(18 891)	-	-	-
Total	**163**	**823 565**	**(67 282)**	**166**	**543 517**	**(267 555)**	**7**	**2 925**	**(12)**

Seguidamente apresenta-se o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade para 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por segmento, sector e geografia:

a) Por segmento

(milhares de euros)

	31.12.2016							
	Project Finance		Aquisition Finance		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	181 862	(20 534)	334 559	(232 017)	498	(498)	516 919	(253 049)
Colectiva	470 857	(2 354)	86 991	(435)	22 277	(111)	580 125	(2 900)
Total	**652 719**	**(22 888)**	**421 550**	**(232 452)**	**22 775**	**(609)**	**1 097 044**	**(255 949)**

(milhares de euros)

	31.12.2015							
	Project Finance		Aquisition Finance		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	185 054	(64 089)	407 459	(266 875)	518	-	593 031	(330 964)
Colectiva	638 511	(3 193)	136 058	(680)	2 407	(12)	776 976	(3 885)
Total	**823 565**	**(67 282)**	**543 517**	**(267 555)**	**2 925**	**(12)**	**1 370 007**	**(334 849)**

b) Por sector de actividade

(milhares de euros)

	31.12.2016				31.12.2015			
	Avaliação				Avaliação			
	Individual		Colectiva		Individual		Colectiva	
Sector de Atividade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Actividades Financeiras	114 767	(107 936)	75 965	(380)	121 380	(98 273)	27 705	(139)
Construção e Obras Públicas	102 952	(24 615)	25 686	(128)	57 189	(19 229)	139 721	(699)
Energia	75 333	(12 958)	174 850	(874)	25 914	(11 390)	241 906	(1 210)
Insfrastruturas de Transporte	13 785	(6 570)	155 775	(779)	23 765	(4 788)	173 106	(866)
Transporte e Comunicações	30 486	(8 552)	11 817	(59)	25 088	(1 088)	28 609	(143)
Outros sectores industriais	47 192	(24 536)	23 619	(118)	55 392	(13 653)	34 176	(169)
Promoção Imobiliária	9 366	(3 607)	588	(3)	63 176	(55 466)	12 784	(64)
Serviços	82 922	(47 628)	8 874	(44)	126 438	(74 670)	13 832	(69)
Comércio	-	-	69 910	(350)	50 490	(18 829)	33 024	(165)
Outros sectores	40 116	(16 647)	33 041	(165)	44 199	(33 578)	72 113	(361)
Total	**516 919**	**(253 049)**	**580 125**	**(2 900)**	**593 031**	**(330 964)**	**776 976**	**(3 885)**

c) Por geografia

(milhares de euros)

	31.12.2016				31.12.2015			
	Avaliação				Avaliação			
	Individual		Colectiva		Individual		Colectiva	
Geografia	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Portugal	154 138	(95 957)	327 858	(1 639)	245 454	(108 456)	337 938	(1 690)
Espanha	188 667	(139 584)	153 234	(766)	296 049	(210 258)	144 642	(723)
Brasil	110 883	(7 375)	30 924	(155)	45 974	(8 245)	138 862	(694)
México	-	-	-	-	-	-	54 681	(273)
Estados Unidos	56 866	(4 829)	42 305	(211)	-	-	65 104	(326)
Reino Unido	-	-	-	-	33	-	28 233	(141)
Polónia	6 365	(5 304)	25 804	(129)	5 521	(4 005)	7 516	(38)
Total	**516 919**	**(253 049)**	**580 125**	**(2 900)**	**593 031**	**(330 964)**	**776 976**	**(3 885)**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	759 535	774 323
Créditos reestruturados no período	49 563	135 527
Juros corridos da carteira reestruturada	3 368	(3 250)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(151 502)	(150 298)
Vendas de crédito	(75 650)	(36 137)
Outros	20 165	39 370
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	**605 479**	**759 535**

O Haitong Bank utiliza os sistemas de rating internos no apoio à decisão na monitorização do risco de crédito. O perfil médio de risco de crédito manteve-se semelhante ao verificado no ano anterior.

	Dezembro 2016	Dezembro 2015
[aaa; a-]	0%	1%
[bbb+; bbb-]	5%	10%
[bb+; bb-]	50%	37%
[b+; b-]	31%	44%
[ccc+; lccc]	15%	8%

Nota: Em percentagem da carteira não default com notações de risco.

NOTA 22 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	13 329	8 624
Contratos sobre acções/índices	384	847
Outros contratos	4 560	5 765
	18 273	**15 236**
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	12 760	10 471
Contratos sobre acções/índices	14 122	22 803
Outros contratos	6 025	83 123
	32 907	**116 397**
	(14 634)	**(101 161)**

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

a) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.4, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura.

As operações de cobertura em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2016									
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado				Passivo associado			
		Nocional		Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
		Venda	Compra						
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	206 071	-	(1 605)	(41 528)	(18 775)	38 245	214 574	201 942
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	97 808	97 808	(13 738)	8 977	9 868	(6 753)	79 825	96 605
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Swap	171 576	172 693	569	(7 744)	(661)	(1 657)	18 343	19 521
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Option	-	1 433	140	(757)	(166)	966	1 473	1 452
		475 455	**271 934**	**(14 634)**	**(41 052)**	**(9 734)**	**30 801**	**314 215**	**319 520**

(milhares de euros)

31.12.2015								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	391 482	(78 437)	(78 990)	61 176	81 246	311 694	372 868
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	135 872	(21 956)	(21 912)	17 697	7 434	111 734	129 431
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Swap	190 418	(1 848)	942	(1 640)	(103)	31 444	29 804
Responsabilidades representadas por títulos	Fx Option	1 800	-	(81)	20	(47)	1 719	1 739
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Option	11 460	1 080	(18)	(819)	(662)	10 369	9 550
		731 032	**(101 161)**	**(100 059)**	**76 434**	**87 868**	**466 960**	**543 392**

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo é positiva e o respectivo valor acumulado em 31 de Dezembro de 2016 ascende a 2 110 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: positiva em 365 milhares de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2016			
	Outros derivados p/ gestão de risco		
	Nocional		Justo Valor
	Venda	Compra	
Até 3 meses	21 807	21 807	(774)
De 3 meses a um ano	22 498	23 931	(3 600)
De um a cinco anos	427 725	222 771	(11 317)
Mais de cinco anos	3 425	3 425	1 057
	475 455	**271 934**	**(14 634)**

(milhares de euros)

31.12.2015			
	Outros derivados p/ gestão de risco		
	Nocional		Justo Valor
	Venda	Compra	
Até 3 meses	17 770	21 791	629
De 3 meses a um ano	70 844	36 370	(10 411)
De um a cinco anos	569 897	255 058	(90 514)
Mais de cinco anos	61 061	27 166	(865)
	719 572	**340 385**	**(101 161)**

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Subsidiárias adquiridas para revenda	3 600	3 600
	3 600	**3 600**

Os activos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, os activos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo.

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata das subsidiárias classificadas com disponíveis para venda. No entanto, face às condições actuais do mercado não tem sido possível concretizar as alienações no prazo inicialmente previsto. O Grupo continua a desenvolver todos os esforços com vista a concretização do plano de alienação estabelecido.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Imóveis		
De serviço próprio	1 256	643
Beneficiações em edifícios arrendados	13 412	12 769
	14 668	**13 412**
Equipamento		
Equipamento informático	14 830	13 816
Instalações interiores	3 835	4 001
Mobiliário e material	4 060	4 127
Máquinas e ferramentas	1 964	1 926
Material de transporte	766	421
Equipamento de segurança	402	382
Outros	166	147
	26 023	**24 820**
	40 691	**38 232**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	46	37
Equipamento	242	687
	288	**724**
	40 979	**38 956**
Depreciação acumulada	(29 126)	(26 792)
	11 853	**12 164**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**13 938**	**25 392**	**362**	**39 692**
Adições	242	576	687	1 505
Abates / vendas	(18)	(465)	-	(483)
Transferências	-	22	-	22
Variação cambial e outros movimentos	(750)	(705)	(325)	(1 780)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**13 412**	**24 820**	**724**	**38 956**
Adições	1 408	2 230	728	4 366
Abates / vendas	(642)	(1 309)	(177)	(2 128)
Transferências	64	452	(486)	30
Variação cambial e outros movimentos	426	(170)	(501)	(245)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**14 668**	**26 023**	**288**	**40 979**
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**6 702**	**17 497**	**-**	**24 199**
Depreciações do exercício	1 117	3 035	-	4 152
Abates / vendas	(18)	(403)	-	(421)
Variação cambial e outros movimentos	(701)	(437)	-	(1 138)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**7 100**	**19 692**	-	**26 792**
Depreciações do exercício	1 087	2 443	-	3 530
Abates / vendas	(264)	(1 002)	-	(1 266)
Variação cambial e outros movimentos	75	(5)	-	70
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**7 998**	**21 128**	**-**	**29 126**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2016	**6 670**	**4 895**	**288**	**11 853**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	**6 312**	**5 128**	**724**	**12 164**

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Goodwill	9 859	11 063
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	35 950	30 286
Outras	916	916
	36 866	**31 202**
Imobilizações em curso	1 343	4 458
	48 068	**46 723**
Amortização acumulada	(22 055)	(19 722)
Perdas por imparidade	-	(722)
	(22 055)	**(20 444)**
	26 013	**26 279**

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Subsidiárias		
Haitong Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	9 859	9 858
Outros	-	1 205
	9 859	**11 063**
Perdas por imparidade	**-**	**(722)**
	9 859	**10 341**

Anualmente o Banco procede a análise da imparidade do *goodwill* seguindo o disposto no IAS 36 – Imparidade de Activos.

O valor recuperável da Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. foi determinado com base na metodologia dos cash-flows descontados com base (i) no *business plan* da empresa os próximos 6 anos e (ii) uma taxa de desconto de 13,7%. Com base nestes pressupostos o Conselho de Administração considera não haver lugar ao reconhecimento de imparidade relativamente ao *goodwill* desta empresa em 31 de Dezembro de 2016.

Não obstante a análise efectuada com base nos pressupostos descritos, o valor recuperável do investimento na Haitong Capital, depende da capacidade desta empresa e do Grupo de executar as medidas necessárias com vista a permitir a realização do plano de negócios. O Banco efectuou uma análise com vista a determinar o nível de execução do plano de negócios que implicaria que o valor recuperável estimado da Haitong Capital seria igual ao respectivo valor de balanço e concluiu que este é o caso se esta empresa for apenas capaz de executar o referido plano de negócios em cerca de 80%.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**64 032**	**26 309**	**916**	**6 033**	**97 290**
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	1 167	-	2 573	3 740
Abates / vendas	-	(229)	-	-	(229)
Utilizações	(55 752)	-	-	-	(55 752)
Transferências	-	3 098	-	(3 120)	(22)
Variação cambial	2 783	(59)	-	(1 028)	1 696
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**11 063**	**30 286**	**916**	**4 458**	**46 723**
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	1 360	-	1 259	2 619
Abates / vendas	-	(64)	-	(96)	(160)
Utilizações	(1 514)	-	-	-	(1 514)
Transferências	-	4 750	-	(4 780)	(30)
Variação cambial	(45 982)	(382)	-	502	(45 862)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**(36 433)**	**35 950**	**916**	**1 343**	**1 776**
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**-**	**16 660**	**916**	**-**	**17 576**
Amortizações do exercício	-	2 458	-	-	2 458
Abates / vendas	-	(255)	-	-	(255)
Variação cambial e outros movimentos	-	(57)	-	-	(57)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**-**	**18 806**	**916**	**-**	**19 722**
Amortizações do exercício	-	2 885	-	-	2 885
Abates / vendas	-	(64)	-	-	(64)
Variação cambial e outros movimentos	-	(488)	-	-	(488)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**-**	**21 139**	**916**	**-**	**22 055**
Imparidade					
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**2 318**	**-**	**-**	**-**	**2 318**
Perdas por imparidade	54 282	-	-	-	54 282
Utilizações	(55 752)	-	-	-	(55 752)
Variação cambial	(126)	-	-	-	(126)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**722**	**-**	**-**	**-**	**722**
Perdas por imparidade	539	-	-	-	539
Utilizações	(1 514)	-	-	-	(1 514)
Variação cambial	253	-	-	-	253
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2016	**(36 433)**	**14 811**	**-**	**1 343**	**(20 279)**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	**10 341**	**11 480**	**-**	**4 458**	**26 279**

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado líquido	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fundo Espírito Santo IBERIA I	7 703	12 606	116	134	7 587	12 472	1 719	592	487	(1 702)
Salgar Investments	45 971	43 509	13 322	11 951	32 649	31 558	28 415	31 482	1 644	410

(milhares de euros)

	Custo da participação		% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fundo Espírito Santo IBERIA I	5 098	6 845	46%	46%	3 824	6 068	224	(782)
Salgar Investments	8 173	8 173	25%	25%	8 173	8 173	-	-
Outras	738	1 238	-	-	524	1 906	(58)	(361)
	14 009	**16 256**			**12 521**	**16 147**	**166**	**(1 143)**
Imparidade					**(5 930)**	**(5 804)**		
					6 591	**10 343**		

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	10 343	26 878
Alienações e outros reembolsos	(2 806)	(15 738)
Resultado de associadas	166	(1 143)
Outro rendimento integral de associadas	(721)	346
Imparidade do exercício	(126)	-
Alteração do perímetro de consolidação	(265)	-
Saldo final	**6 591**	**10 343**

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	173 537	286 541
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	226	205
Sector público administrativo	44 331	28 491
Devedores por operações sobre Futuros	11 844	17 051
Outros devedores diversos	23 677	39 789
	253 615	372 077
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(13 808)	(13 107)
	239 807	**358 970**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	23 690	6 963
Outros activos	14 744	5 880
	38 434	**12 843**
Proveitos a receber	**-**	**298**
Despesas com custo diferido	**6 293**	**6 006**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	2 531	6 354
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	47 357	225 328
Outras operações a regularizar	75 244	17 116
	125 132	**248 798**
	409 666	**626 915**

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem operações realizadas com títulos registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6., a aguardar liquidação.

A 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de outras operações a regularizar inclui o montante de 30 372 milhares de euros respeitantes a valores a receber por vendas de operações de crédito.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	13 107	15 701
Dotações	6 750	11 053
Utilizações	(1 127)	(746)
Reversões	(6 184)	(11 558)
Transferências	971	(1 116)
Diferenças de câmbio e outras	291	(227)
Saldo final	**13 808**	**13 107**

NOTA 28 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica inclui uma operação de Mercado Monetário Interbancário com o Banco de Portugal com o montante de 60 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 61 100 milhares de euros) e sem juro corrido à data (31 de Dezembro de 2015: 39 milhares de euros), com vencimento em Setembro de 2018.

NOTA 29 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
No país		
Mercado monetário interbancário	51 497	-
Recursos a muito curto prazo	12 809	-
Depósitos	1 884	337
Operações com acordo de recompra	13 757	15 215
Outros recursos	7	-
	79 954	**15 552**
No estrangeiro		
Depósitos	-	30
Empréstimos	948 500	750 000
Operações com acordo de recompra	874 296	805 057
Outros recursos	71 419	61 883
	1 894 215	**1 616 970**
	1 974 169	**1 632 522**

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	1 055 579	807 178
De 3 meses a um ano	39	-
De um a cinco anos	861 317	770 970
Mais de cinco anos	57 234	54 374
	1 974 169	**1 632 522**

NOTA 30 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	19 469	9 349
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	682 366	426 845
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	32 285	129 053
Emprestimos	-	486
Outros Depósitos	1 580	1 291
Outros	8	14
	33 873	**130 844**
	735 708	**567 038**

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Exigível à vista	19 477	9 548
Exigível a prazo		
Até 3 meses	215 607	228 236
De 3 meses a um ano	346 326	218 649
De um a cinco anos	151 280	110 605
Mais de 5 anos	3 018	-
	716 231	557 490
	735 708	**567 038**

NOTA 31 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Euro Medium Term Notes	316 369	483 238
Outras Obrigações	25 198	64 028
	341 567	**547 266**

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 40.

Esta rubrica inclui 314 215 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 466 960 milhares de euros) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 22).

Durante o exercício de 2016 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 31 141 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 115 777 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 200 893 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 547 980 milhares de euros). Adicionalmente, os resultados gerados pela reavaliação das responsabilidades ascenderam a 31 547 milhares de euros (ver Nota 7).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	20 731	32 548
De 3 meses a um ano	23 907	109 010
De um a cinco anos	295 872	339 706
Mais de cinco anos	1 057	66 002
	341 567	**547 266**

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição		31.12.2016 Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA IPCA LF IPCA BRINTLLFI138		BRL	2013	2 312	2018	IPCA 100% + 6,00%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI195		BRL	2013	89	2017	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1A6		BRL	2014	399	2018	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1B4		BRL	2014	690	2018	IPCA 100% + 8,25%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1C2		BRL	2014	111	2018	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1D0		BRL	2014	177	2018	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1E8		BRL	2014	305	2017	CDI 117%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1G3		BRL	2014	431	2017	CDI 117,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1I9		BRL	2014	213	2017	CDI 117%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1L3		BRL	2015	138	2018	CDI 111,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1M1		BRL	2015	320	2017	CDI 114%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1N9		BRL	2015	3 496	2017	CDI 100% + 2,10%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI1O7		BRL	2016	322	2018	CDI 114%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI1P4		BRL	2016	115	2018	CDI 114%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1Q2		BRL	2016	632	2018	CDI 113%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1R0		BRL	2016	786	2018	CDI 113%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1S8		BRL	2016	3 080	2018	CDI 113%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI1T6		BRL	2016	61	2018	CDI 113%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI1U4		BRL	2016	307	2018	CDI 113%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1V2		BRL	2016	1 344	2018	CDI 113%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1W0		BRL	2016	209	2018	CDI 112%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI1X8		BRL	2016	88	2018	CDI 112%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI1Y6		BRL	2016	585	2018	CDI 112%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI1Z3		BRL	2016	4 386	2018	CDI 112,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLFI203		BRL	2016	1 169	2018	CDI 112%
HT_BR	COE BRINTLOE0031		BRL	2016	227	2017	PRÉ 14,80%
HT_BR	COE BRINTLOE0064		BRL	2016	413	2017	PRÉ 14,57%
HT_BR	COE BRINTLOE0072		BRL	2016	651	2017	PRÉ 14,26%
HT_BR	COE BRINTLOE0080		BRL	2016	711	2017	PRÉ 14,86%
HT_BR	COE BRINTLOE00A9		BRL	2016	171	2017	PRÉ 14,71%
HT_BR	COE BRINTLOE00B7		BRL	2016	101	2017	PRÉ 14,71%
HT_BR	COE BRINTLOE00C5		BRL	2016	491	2017	PRÉ 13,43%
HT_BR	COE BRINTLOE00D3		BRL	2016	81	2017	PRÉ 13,69%
HT_BR	COE BRINTLOE00E1		BRL	2016	587	2017	PRÉ 13,20%
HTIIP PLC	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017		EUR	2005	2 152	2017	Range accrual
HTIIP PLC	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	7 181	2017	b)
HTIIP PLC	ESIP FIXED AMOUNT + AMORT NOV22	a)	EUR	2009	1 057	2022	Fixed Amounts
HTIIP PLC	ESIP UTILIT FINANCIALS SHS DEC18	a)	EUR	2011	1 758	2018	c)
HTIIP PLC	ESIP UTILITIES SHS DEC2018	a)	EUR	2011	445	2018	d)
HTIIP PLC	ESIP PORTUGUESE REP CLN DEC2021	a)	EUR	2011	34 902	2021	6% + Republica Portuguesa CLN
HTIIP PLC	ESIP EMPRES CHINESAS FEB2017 EQL	a)	EUR	2012	960	2017	e)
HTIIP PLC	ESIP APR2019 RECOV BASKET LINKED	a)	EUR	2012	71	2019	f)
HTIIP PLC	ESIP APR2020 BES PROTECCAO LKD	a)	EUR	2012	656	2020	Inflation Linked
HTIIP PLC	ESIP EUR BRL SEP2017	a)	EUR	2012	2 428	2017	EUR/BRL Linked
HTIIP PLC	ESIP BRAZILIAN NOTES IV OCT2017	a)	EUR	2012	1 211	2017	EUR/BRL Linked
HTIIP PLC	ESIP BASKET OCT2019 EQL2	a)	EUR	2012	1 550	2019	REP e BSCH Linked
HTIIP PLC	ESIP AUTOCALL JAN20 EQL	a)	EUR	2013	494	2020	g)
HTIIP PLC	ESIP 4Y AUTOCALL FEB2017 EQL	a)	EUR	2013	8 140	2017	h)
HTIIP PLC	ESIP TURKISH LIRA FXL MAR2018	a)	EUR	2013	1 213	2018	EUR/TRY Linked
HTIIP PLC	ESIP CLN GALP MAR2018	a)	EUR	2013	4 212	2018	EUR GALP CLN Linked
HTIIP PLC	ESIP USD CLN GALP MAR2018	a)	USD	2013	5 747	2018	USD GALP CLN Linked
HTIIP PLC	ESIP MAY18 BULLISH ES AFRICA LKD	a)	EUR	2013	1 243	2018	Espirito Santo Africa Linked
HTIIP PLC	ESIP 4Y LEVERAGE EURIBOR AUG2017	a)	EUR	2013	2 200	2017	j)
HTIIP PLC	ESIP USD TARN USDTRY JUL2018	a)	USD	2013	252	2018	k)
HTIIP PLC	ESIP CLN TELECOM ITALIA SEP2018	a)	EUR	2013	12 862	2018	5.90% + Telecom Italia CLN
HTIIP PLC	ESIP CLN THYSSENKRUPP SEP2018	a)	EUR	2013	10 638	2018	5.50% + THYSSENKRUPP CLN
HTIIP PLC	ESIP CLN THYSSENKRUPP DEC18	a)	EUR	2013	4 633	2018	5.5% + Thyssenkrupp CLN
HTIIP PLC	ESIP CLN BRITISH AIRWAYS DEC18	a)	EUR	2013	7 391	2018	6% + British Airways CLN
HTIIP PLC	ESIP CLN COMPORTA OCT2020	a)	EUR	2013	0	2020	m)
HTIIP PLC	ESIP 4Y BULLISH EUROSTOX NOV2017	a)	EUR	2013	1 473	2017	Indexado ao indice SX5E
HTIIP PLC	ESIP EUR 6Y CLN EDP DEC19	a)	EUR	2013	704	2019	6.25% + EDP CLN
HTIIP PLC	ESIP CLN BRITISH AIR DEC18	a)	EUR	2013	1 753	2018	5.35% + British Airways CLN
HTIIP PLC	ESIP EUR 6Y CLN BKT 0 REC DEC19	a)	EUR	2013	647	2019	7.15% + n)
HTIIP PLC	ESIP 5Y AIR FRANCE CLN MAR2019	a)	EUR	2014	1 062	2019	6.25% + Air France CLN
HTIIP PLC	ESIP 3Y AC WO SANT. TELEF. JAN17	a)	EUR	2014	1 052	2017	l)
HTIIP PLC	ESIP EUR 6Y CLN BKT 0 RECO DEC19	a)	EUR	2014	782	2019	6.1% + r)
HTIIP PLC	ESIP 3Y AUTOCALL FEB2017 EQL	a)	EUR	2014	1 854	2017	p)
HTIIP PLC	ESIP 5Y FTD EUROPE MAR2019	a)	EUR	2014	9 024	2019	6% + q)
HTIIP PLC	ESIP 3Y AC WO BANKS JAN2017	a)	EUR	2014	967	2017	o)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN BRISA MAR2019	a)	EUR	2014	7 838	2019	5.65% + Brisa CLN
HTIIP PLC	ESIP 6Y CLN BASKET 0 REC MAR20	a)	EUR	2014	309	2020	5.5% + q)
HTIIP PLC	ESIP APR2019 PT EDP GALP LINKED	a)	EUR	2014	4 176	2019	v)
HTIIP PLC	ESIP PT EDP GALP LINKED APR17	a)	EUR	2014	1 933	2017	u)
HTIIP PLC	ESIP PT EDP GALP LINKED APR17 5	a)	USD	2014	532	2017	u)
HTIIP PLC	ESIP 7Y SAN GDF SANOFI LKD APR21	a)	EUR	2014	403	2021	ab)

(milhares de euros)

Entidade	Descrição		31.12.2016 Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HTIIP PLC	ESIP 7Y SAN GDF LINKED APR21 2	a)	EUR	2014	355	2021	5.5% + t)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN2019 4	a)	EUR	2014	2 940	2019	6% + y)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN PETROBRAS JUN2019 7	a)	EUR	2014	6 330	2019	4.75% + Petrobras CLN
HTIIP PLC	ESIP APR2019 PT EDP GALP LINKED6	a)	EUR	2014	4 521	2019	v)
HTIIP PLC	ESIP APR2019 PT EDP GALP LINKED7	a)	EUR	2014	3 775	2019	v)
HTIIP PLC	ESIP 3Y IBEX PSI20 LINKED APR17	a)	EUR	2014	1 057	2017	i)
HTIIP PLC	ESIP MAY2019 PT EDP GALP LINKED	a)	EUR	2014	4 091	2019	u)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN2020 5	a)	EUR	2014	99	2020	6.75% + z)
HTIIP PLC	ESIP MAY19 BASKET LKD	a)	EUR	2014	4 506	2019	ac)
HTIIP PLC	ESIP MAY19 PSI IBEX FTSEMIB LKD	a)	EUR	2014	4 631	2019	ad)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN PETROBRAS USD JUN19	a)	USD	2014	915	2019	5.15% + Petrobras CLN
HTIIP PLC	ESIP MAY19 BASKET LKD 5	a)	EUR	2014	2 768	2019	ac)
HTIIP PLC	ESIP MAY19 BASKET LKD 4	a)	EUR	2014	1 387	2019	ac)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN THYSSEN EUR JUN19 10	a)	EUR	2014	4 730	2019	4.35% + ThyssenKrupp AG CLN
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN BASKET EUR JUN19 11	a)	EUR	2014	4 360	2019	5.9% + t)
HTIIP PLC	ESIP 6Y CLN AIR.MIT.THY.PG JUN20	a)	EUR	2014	1 531	2020	5.5% + aa)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN BASKET EUR JUN19 13	a)	EUR	2014	3 210	2019	6% + x)
HTIIP PLC	ESIP 4Y SAN & TEF MAY2018	a)	EUR	2014	4 881	2018	l)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN BASKET EUR JUN19 12	a)	EUR	2014	263	2019	6.5% + w)
HTIIP PLC	ESIP 3Y AUTOC REP+GALP MAY2017	a)	EUR	2014	1 105	2017	s)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN PEUGEOT JUN19 15	a)	EUR	2014	1 885	2019	4.15% + Peugeot CLN
HTIIP PLC	ESIP DUAL SONAE EQL JAN2017	a)	EUR	2014	200	2017	Indexado a acção da Sonae
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN19 16	a)	EUR	2014	1 782	2019	5% + ae)
HTIIP PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020	a)	EUR	2014	887	2020	5.6% + af)
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN GALP JUN20	a)	EUR	2015	3 050	2020	4.15% + GALP CLN
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN ARC MIT JUN20	a)	EUR	2015	15 767	2020	4.4% + ARCELORMITTAL CLN
HTIIP PLC	ESIP 3Y CLN ALTICE JUN2018	a)	EUR	2015	2 121	2018	4% + ALTICE CLN
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN ARCELORMITT 4 JUN20	a)	EUR	2015	8 245	2020	4.4% + ARCELORMITTAL CLN
HTIIP PLC	ESIP 5Y CLN ALTICE JUN20	a)	EUR	2015	8 139	2020	5.35% + ALTICE CLN
HTIIP PLC	ESIP 3Y SX5E JUN2018	a)	EUR	2015	933	2018	SX5E Linked
HTIIP PLC	ESIP JUL2018 FIX TO FLOAT	a)	EUR	2015	4 033	2018	2.5% e Euribor6m + 1%
HTIIP PLC	ESIP BASKET CLN JUL2020	a)	EUR	2015	7 929	2020	3% e ag)
HTIIP PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020 USD II	a)	USD	2015	457	2020	5.6% + aj)
HTIIP PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020 EUR IV	a)	EUR	2015	3 499	2020	3% e 4.65% ai)
HTIIP PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020 EUR III	a)	EUR	2015	960	2020	5.25% + ah)
HTIIP PLC	ESIP DUAL EQL AUG2017	a)	EUR	2015	812	2017	6% e ak)
HTIIP PLC	HIIP DUAL CLN BASKET SEP2020 EUR III	a)	EUR	2015	4 258	2020	3% e 5.4% ai)
HTIIP PLC	HIIP BASKET CLN SEP2020 EUR	a)	EUR	2015	8 709	2020	5.8% + al)
HTIIP PLC	HIIP CLN FIAT DEC2020 (MTN-S-884)	a)	EUR	2015	1 408	2020	4.55% + Fiat CLN
HTIIP PLC	HIIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-885)	a)	EUR	2015	4 228	2020	5% + am)
HTIIP PLC	HIIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-886)	a)	EUR	2015	3 994	2020	5% + an)
HTIIP PLC	HIIP EQL BASKET NOV2017 (MTN-S-887)	a)	EUR	2015	1 093	2017	4% e aq)
HTIIP PLC	HIIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-888)	a)	EUR	2015	5 669	2020	4.5% + an)
HTIIP PLC	HIIP ENERGY METALS DEC18 (MTN-S-889)	a)	EUR	2015	974	2018	ap)
HTIIP PLC	HIIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-890)	a)	EUR	2015	5 353	2020	4.5% + ao)
HTIIP PLC	HIIP CLN BRASIL DEC2018 (MTN-S-891)	a)	EUR	2016	5 196	2018	4.5% + CLN Republic Brazil
HTIIP PLC	HIIP CRUDE OIL FEB2019 (MTN-S-893)	a)	EUR	2016	4 347	2019	Crude Oil
HTIIP PLC	HIIP CLN MITTAL DEC2020 (MTN-S-895)	a)	EUR	2016	729	2020	9.70% + CLN ArcelorMittal
HTIIP PLC	HIIP CRUDE OIL USD MAR2019 (MTN-S-896)	a)	USD	2016	966	2019	Crude Oil
HTIIP PLC	HIIP CRUDE OIL MAR2019 (MTN-S-894)	a)	EUR	2016	1 544	2019	Crude Oil
HTIIP PLC	HIIP CLN BASKET JUN2019 (MTN-S-897)	a)	USD	2016	1 841	2019	4.8% + eg)
					341 567		

a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido
b) Indexado a Cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
c) Indexado a Cabaz de Acções Telefonica, Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telecom
d) Indexado a Cabaz de Acções Telefonica, Iberdrola, ENI spa e Deutsche Telecom.
e) Indexado a Cabaz de Acções China Life Insurance Co, Petrochina Co e China Mobile LTD
f) Indexado a Cabaz de Acções Telefonica, BNP Paribas, Vodafone Group PLC e E.ON
g) Indexado a Cabaz de Acções Repsol, BSCH, Nestle.
h) Indexado a Cabaz de Acções EDP, Portugal Telecom e GALP.
i) Indexado a Cabaz de Indices PSI20 e IBEX.
j) Indexado à euribor a 3 meses.
k) 8.5% + USD/TRY FX Linked
l) Indexado a Cabaz de Acções Santander e Telefonica.
m) 7% + Indexado a obrigação da Comporta
n) Indexado a Credito sobre Telecom Italia, PT, Peugeot, EDP e ThyssenKrupp.
o) Indexado a Cabaz de Acções Barclays, BBVA e UBS.
p) Indexado a Cabaz de Acções Amadarko Petroleum Corp, Halliburion Co e Ebay Inc.
q) Indexado a Credito sobre EDP, Telefonica, ThyssenKrupp, British Airways e Peugeot.
r) Indexado a Credito sobre EDP, PT, Telecom Italia, Fiat Spa e British Airways.
s) Indexado a Cabaz de Acções REPSOL e GALP
t) Indexado a Crédito sobre ThyssenKruppAG, Peugeot, Arcelor e AirFrance
u) Indexado a Cabaz de EDP e GALP
v) Indexado a Cabaz de Acções PT, EDP, GALP
w) Indexado a Credito sobre WindAcquisition, Peugeot, PetroleoBrasileiro e Arcelor
x) Indexado a Credito sobre Peugeot, Arcelor, Brisa e PetroleoBrasileiro
y) Indexado a Credito sobre AirFrance, Brisa, TelecomItalia e Arcelor
z) Indexado a Credito sobre AirFrance, Brisa, Arcelor, TelecomItalia e ThyssenKruppAG
aa) Indexado a Credito sobre PT, Arcelor, Peugeot e ThyssenKruppAG
ab) Indexado a Cabaz de Acções Santander, GDF Suez e Sanofi
ac) Indexado a Cabaz de Acções ProcterGamble, Vodafone, McDonald's, Pfizer
ad) Indexado a Cabaz de Indices IBEX, PSI20 e FTSEMIB
ae) Indexado a Credito sobre Melia Hotels International, Peugeot e ArcelorMittal
af) Indexado a Credito sobre Petrobras, Arcelor Mittal, ThyssenKrupp, Renault e Peugeot
ag) 5.25% indexado a Credito sobre Bombardier, Peugeot, Galp, ArcelorMittal
ah) Indexado a Credito sobre ArcelorMittal, Stena, Galp, Peugeot
ai) Indexado a Credito sobre Stena, Peugeot, Galp, ArcelorMittal
aj) Indexado a Credito sobre ArcelorMittal, Open Joint Stock Company, New mont Mining Corporation, Royal Caribbean Cruises
ak) Indexado a Cabaz de Acções Roche HLD, BMW, Cie Financiere Richemont, Nike
al) Indexado a Credito sobre Stena, Jaguar Land Rover, Rallye, ArcelorMittal
am) Indexado a Credito sobre Fiat Chrysler, Jaguar Land Rover, Peugeot, ThyssenKrupp
an) Indexado a Credito sobre sobre Dell, Tesco, Virgin Media Finance, Galp
ao) Indexado a Credito sobre sobre Dell, Tesco, Virgin Media Finance, ThyssenKrupp
ap) Indexado a Cabaz composto pelos índices S&P GSCI Industrial Metals, S&P GSCI Energy
aq) Indexado a Cabaz composto pelos índices EuroStoxx50, Standard and Poors 500, Nikkei225

NOTA 32 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**44 143**	**2 932**	**47 075**
Dotações	3 334	3 074	6 408
Utilizações	(3 546)	-	(3 546)
Reversões	(27 934)	(494)	(28 428)
Diferenças de câmbio e outras	(10 188)	(511)	(10 699)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**5 809**	**5 001**	**10 810**
Dotações	3 768	15 313	19 081
Reversões	(1 939)	(14 762)	(16 701)
Transferências	-	(4 197)	(4 197)
Diferenças de câmbio e outras	(470)	292	(178)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**7 168**	**1 647**	**8 815**

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

NOTA 33 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2015 e 2016 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente a uma taxa média que resulta da aplicação dos escalões de Derrama Estadual prevista na Lei nº 2/2014, de 10 de Janeiro.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para os exercícios de 2016 e 2015, o imposto diferido foi apurado às taxas de 27,08% e 27,7% respectivamente, que correspondem às taxas estimadas de recuperação dos impostos diferidos activos, atendendo à descida da taxa de IRC para 21%, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e que foi mantida para o exercício de 2016, bem como, considerando o anteprojecto de alteração do regime fiscal associado a provisões e imparidades.

Para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2012, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012;

- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (17 anos), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são recuperáveis nos prazos de 10 e 17 anos.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2016 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro ou seis anos em caso de existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Regime Especial aplicável aos Activos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos (READ) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de Agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos activos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- apuramento de resultado líquido negativo;

- liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 5 869 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 6 456 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2016.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido negativo com referência a 31 de Dezembro de 2016, deverá em 2017, e após aprovação das contas, converter em créditos tributários os impostos diferidos abrangidos pelo regime em causa, na proporção entre o resultado líquido e os capitais próprios, bem como, proceder à constituição de uma reserva especial e de direitos de conversão em acções representativas do capital social atribuíveis ao Estado Português.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de acções ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido aos accionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de Novembro.

O montante dos activos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de Agosto, o READ deixou de ser aplicado aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	20%
Madrid	30%
Varsóvia	19%

As subsidiárias no estrangeiro, nomeadamente as localizadas no Brasil, Irlanda e Estados Unidos, encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor nos respectivos países. No caso da Irlanda, os lucros aí obtidos são sujeitos a uma taxa nominal de 12,5%, sendo que nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%. Nos Estados Unidos, os lucros são objecto de tributação à taxa nominal de 48,95%.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o rendimento	5 417	10 029	(4 111)	(4 370)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	5 869	-	-	-
Imposto corrente activo/(passivo)	**11 286**	**10 029**	**(4 111)**	**(4 370)**

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos financeiros derivados	448	10 891	(5 804)	-	(5 356)	10 891
Activos financeiros disponíveis para venda	5 906	14 235	(1 513)	(160)	4 393	14 075
Crédito a clientes	86 746	92 695	-	-	86 746	92 695
Provisões	7 998	2 274	-	-	7 998	2 274
Pensões	9 227	8 544	(3)	(3)	9 224	8 541
Outros	508	414	(1 676)	(565)	(1 168)	(151)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	412	-	1 487	-	1 899
Prejuízos fiscais reportáveis	42 153	18 489	-	-	42 153	18 489
Imposto diferido activo/(passivo)	**152 986**	**147 954**	**(8 996)**	**759**	**143 990**	**148 713**
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(7 368)	(2 021)	7 368	(953)	-	(2 974)
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	**145 618**	**145 933**	**(1 628)**	**(194)**	**143 990**	**145 739**

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis (ver Nota 3.5).

O Grupo não reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	145 739	99 512
Reconhecido em resultados	2 662	46 512
Reconhecido em reservas de justo valor	(7 058)	1 409
Reconhecido em outras reservas	121	2 903
Variação cambial e outros	2 526	(4 597)
Saldo final (Activo/(Passivo))	**143 990**	**145 739**

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2016 e 2015 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	16 247	-	(26 347)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	975	7 058	(2 082)	(1 409)
Crédito a clientes	4 573	-	(13 371)	-
Provisões	(4 101)	-	9 933	-
Pensões	(533)	(121)	(6 324)	(2 121)
Outros	3 641	-	(1 670)	-
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	412	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(23 876)	-	(6 651)	(782)
	(2 662)	6 937	(46 512)	(4 312)
Impostos Correntes	(7 109)	(1 153)	26 606	(27 169)
Total do imposto reconhecido	**(9 771)**	**5 784**	**(19 906)**	**(31 481)**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		(104 563)		**(112 447)**
Taxa de imposto do Haitong Bank	21.0		21.0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		(21 958)		(23 614)
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	0.1	(77)	(1.9)	2 174
Diferença de taxa associada ao reconhecimento de imposto diferido activo sobre PFR	0.0	-	(2.1)	2 348
Dividendos excluídos de tributação	0.3	(359)	0.0	(17)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	0.0	29	0.1	(76)
Mais-valias não tributadas	(1.2)	1 257	7.1	(7 962)
Proveitos não tributáveis	(0.4)	399	0.0	-
Imposto sobre lucros das sucursais	0.3	(364)	0.0	-
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no exercício	(5.9)	6 182	(11.3)	12 689
Benefícios fiscais	0.1	(74)	0.5	(617)
Diferenças resultantes de consolidação	0.0	-	0.0	(2)
Custos não dedutíveis	(2.1)	2 247	(3.5)	3 939
Outros	(2.8)	2 947	7.8	(8 768)
	9.4	**(9 771)**	**17.7**	**(19 906)**

No seguimento da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi sucessivamente prorrogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro. A 31 de Dezembro de 2016 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1.593 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 1 611 milhares de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

NOTA 34 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rúbrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	-	215
	-	**215**

Em 31 de Dezembro de 2016 o Grupo não apresentava passivos subordinados. As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2015 são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)

			31.12.2015				
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
HTBK	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	EUR	2003	215	215	Indexada à CMS	2033
					215		

Durante os exercícios de 2016 e 2015 o Grupo não emitiu qualquer passivo subordinado, tendo em 2016 sido reembolsados 215 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 36 192 milhares de euros).

NOTA 35 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	4 981	5 484
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	83 587	21 150
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	41 572	39 419
Credores por fornecimento de bens	1 685	1 457
Outros credores	2 131	3 732
	133 956	**71 242**
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	-	2 171
Prémios de final de carreira (ver Nota 13)	583	-
Outros custos a pagar	14 384	14 535
	14 967	**16 706**
Receitas com proveito diferido	**284**	**920**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	28 504	194 552
Operações cambiais a liquidar	-	1 491
Outras operações a regularizar	21 541	16 794
	50 045	**212 837**
Pensões de reforma (Nota 13)	**3 386**	**-**
	202 638	**301 705**

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 36 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista de 100% do capital do Banco, e a constituição do Novo Banco,S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social do Haitong Bank ascende a 426 269 milhares de euros e encontra-se representado por 85 253 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detido pelo Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 encontram-se em circulação 3 731 milhares de euros destas obrigações. No exercício de 2016 o Grupo efectuou o pagamento de juros no montante de 231 milhares de euros os quais foram registados com uma dedução de reservas (225 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015).

Em Maio de 2016, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 ("Additional Tier 1"), no montante global de 80 000 milhares de euros, designados "Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments". Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

NOTA 37 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Reexpresso)	**(17 757)**	**6 118**	**(11 639)**	**39 878**	**(15 384)**	**(80 185)**	**256 416**	**200 725**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	-	-	(7 989)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Alterações de justo valor	(1 689)	1 409	(280)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(52 352)	-	(52 352)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(145 958)	(145 958)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	346	346
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reexpresso)	**(19 446)**	**7 527**	**(11 919)**	**39 878**	**(23 373)**	**(132 537)**	**110 579**	**(5 453)**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 626)	-	-	(2 626)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(231)	(231)
Alterações de justo valor	16 665	(7 058)	9 607	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(1 002)	-	(1 002)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(98 328)	(98 328)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(721)	(721)
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(3 094)	(3 094)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**(2 781)**	**469**	**(2 312)**	**39 878**	**(25 999)**	**(133 539)**	**8 205**	**(111 455)**

Na sequência da adesão ao READ, e atento o apuramento de um resultado líquido negativo com referência a 31 de Dezembro de 2015, e conforme referido na Nota 33, foi constituída, no ano de 2016, uma reserva especial no valor de 6 456 milhares de euros, por contrapartida de reserva livre.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	**(11 919)**	**(11 639)**
Variação de justo valor	12 891	(955)
Alienações do exercício	(995)	(3 080)
Imparidade reconhecida no exercício	4 769	2 346
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(7 058)	1 409
Saldo final	**(2 312)**	**(11 919)**

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	27 225	188	20 016	2 163
Haitong Securities do Brasil S.A.	5 320	(231)	4 440	(4)
FI Multimercado Treasury	4 456	1 617	-	-
WindPart, Lda	1	(4)	6 859	3 018
Outras	4 673	(181)	6 366	611
	41 675	**1 389**	**37 681**	**5 788**

O movimento de Interesses que não controlam nos anos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Interesses que não controlam em 1 de Janeiro	**37 681**	**47 088**
Alterações de perímetro de consolidação	(207)	-
Dividendos distribuídos	(7 653)	(962)
Variação da reserva de justo valor	2 012	(537)
Variação cambial e outros	8 453	(13 696)
Resultado líquido do exercício	1 389	5 788
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro	**41 675**	**37 681**

NOTA 38 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	220 021	269 354
Activos financeiros dados em garantia	321 940	85 767
	541 961	**355 121**
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	15 880	48 211
	15 880	**48 211**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 60 000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2016 (em 2015 não existem operações) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 237 965 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 83 854 milhares de euros) sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 297 965 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2016 (31 de Dezembro de 2015: 83 854 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 155 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 1 813 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 100 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 23 720 milhares de euros.

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	552 660	681 400
Outras responsabilidades por prestação de serviços	2 184 969	3 039 800
	2 737 629	**3 721 200**

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor de outras responsabilidades por prestação de serviços inclui 2 027 532 milhares de euros relativos a crédito sindicado sob gestão (2 806 642 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015) e 157 437 milhares de euros referentes a gestão discricionária (233 158 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015).

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank era réu em dois processos relacionados com o aumento de capital do BES ocorrido em Junho de 2014. Num deles, o Tribunal decidiu extinguir a instância por "deserção", decisão que já foi confirmada pelo Tribunal da Relação de Lisboa. No outro, o Tribunal decidiu também extinguir a instância por "deserção", mas os Autores ainda podem recorrer, embora se antecipe que a decisão de 1ª Instância será confirmada pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

O Haitong Bank é réu em 78 processos quase todos relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES (Rioforte e ESI – Espirito Santo International) (2 deles dizem respeito a emissões de *notes* pela filial do Haitong Bank na Irlanda (a HIIP) que tinham como activo subjacente obrigações emitidas pela Espírito Santo Financial Portugal (ESFP)), que deram entrada nos tribunais em 2015 e 2016.

Na nota 38 relativa às contas de 2015, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma e em condições reforçadas, como se passa a expor.

Quanto às acções relacionadas com emissões de papel comercial do GES, é verdade que o Haitong Bank (então denominado BESI - Banco Espírito Santo de Investimento) desempenhou o papel de agente administrativo em diversas emissões, tendo tratado da integração das mesmas na Central de Valores Mobiliários, e de agente pagador, cabendo-lhe tratar dos pagamentos de juros e de capital a favor dos titulares destes valores mobiliários (naturalmente, no pressuposto de receber, da entidade emitente, os fundos necessários para o efeito). Porém, estas emissões foram objecto de oferta particular, não tendo o BESI participado na colação das mesmas nem estabelecido quaisquer contactos com os investidores. Sendo as respectivas notas informativas inequívocas no sentido de que a responsabilidade pela informação nelas contidas cabe exclusivamente às respectivas sociedades emitentes. Quanto aos 2 mencionados processos relacionados com emissões da HIIP, estas correspondem a credit linked notes, cuja remuneração e reembolso se encontravam dependentes de factos (nomeadamente a insolvência) associados à entidade emitente do activo subjacente, no caso a ESFP que, como se sabe, foi declarada insolvente, caso em que os investidores devem receber o próprio activo subjacente ou o produto da sua venda. As condições destas emissões constam claramente dos seus documentos informativos, além de que o BESI não procedeu à colocação destas emissões junto dos investidores.

Esta opinião foi entretanto corroborada por diversas decisões judiciais.

Assim, em 4 dos processos relativos ao papel comercial do GES, os Tribunais decidiram absolver totalmente o Haitong Bank, sem necessidade de realizar julgamento, com base em argumentos essencialmente idênticos aos expostos supra. Podem ser interpostos recursos destas decisões. Contudo, a sua fundamentação reforça o entendimento de que o Haitong Bank será absolvido em todos estes processos.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social ("PIS") e para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportados em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objecto de discussão judicial e entregam ao Fisco directamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objecto desta discussão. Os valores objecto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos outros activos, e são informados ao Fisco Brasileiro nas respectivas declarações. É entendimento do Grupo, com base em pareceres dos seus consultores legais, que não é provável que a decisão judicial venha a ser desfavorável, razão pela qual o Grupo não regista qualquer provisão para esta contingência. Em 31 de Dezembro de 2016, o valor acumulado das referidas contribuições não liquidado, mas depositado pelo Grupo ascendia a 39 452 milhares de euros.

Pelo exposto, o Haitong Bank não constituiu qualquer provisão derivada da existência dos referidos processos judiciais.

Fundo de Resolução

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução ('FR'), o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma. Assim, e desde a sua constituição, o Banco procedeu à contribuição inicial para o FR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei e às contribuições periódicas de 2013 e 2014, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida.

O Fundo de Resolução emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: "esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota."

Subsequentemente, após a emissão do referido comunicado do FR, no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de *"…eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências."*. De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância associado a este processo é elevado, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou em eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Adicionalmente, o Banco de Portugal determinou, em 19 e 20 de Dezembro de 2015, uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF'), não estando igualmente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas com este processo.

Nessa conformidade, à data de 31 de Dezembro de 2016, não existe qualquer estimativa relativamente ao

valor das eventuais perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo ou das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF e da forma como as mesmas poderão vir a afectar FR. Não obstante, face às medidas anunciadas em Setembro de 2016 é expectativa do Banco que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao BANIF.

Em 2015, e no âmbito da constituição do Fundo de Resolução Europeu, o Banco teve de efectuar uma contribuição inicial no valor de 1 006 milhares de euros. O Fundo de Resolução Europeu não cobre as situações em curso, a 31 de Dezembro de 2015, junto do Fundo de Resolução Nacional.

Em 28 de Setembro de 2016 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado no qual é indicado que a maturidade do empréstimo que se vencia em 31 de Dezembro de 2017 seria ajustada de forma a garantir a capacidade do Fundo para cumprir intergralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências a que se encontra exposto, nem necessidade de proceder à cobrança de contribuições extraordinárias.

Em Fevereiro de 2017, o contrato de empréstimo foi aditado.

NOTA 39 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016					31.12.2015				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas Associadas										
COPORGEST	7 606	1	7 551	134	-	6 961	1	161	169	-
FUNDO ESPIRITO SANTO IBERIA	-	-	-	-	-	-	-	-	2 433	-
MCO2 S G FUNDOS INVEST MOB SA	-	-	-	-	-	550	-	-	-	-
TOTAL	**7 606**	**1**	**7 551**	**134**	**-**	**7 511**	**1**	**161**	**2 602**	**-**

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido ou suprimentos. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o montante global dos activos e passivos do Grupo Haitong Bank que se referem a operações realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016						
	Crédito	Títulos	Outros	Total	Passivos	Proveitos	Custos
Accionistas							
HAITONG SECURITIES	-	-	996	996	-	2 317	-
Subsidiárias e associadas de accionistas							
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	12 278	949	13 227	-	1 810	-
HAITONG INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED	-	-	-	-	140 622	-	1 434
HAITONG UNITRUST FINANCIAL & LEASING	16 834	-	-	16 834	-	436	-
HAITONG INTERNATIONAL INVESTMENT (SINGAPORE) PTE, LTD	-	-	-	-	-	7 706	-
HAITONG UNITRUST INTERNATIONAL LEASING C	21 010	-	-	21 010	-	27	-
TOTAL	**37 844**	**12 278**	**1 945**	**52 067**	**140 622**	**12 296**	**1 434**

O saldo apresentado com a entidade relacionada Haitong International Investment (Singapore) PTE, Ltd diz respeito à venda da subsidiária Haitong Securities India Private Limited, conforme descrito na Nota 1.

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	Crédito	Títulos	Outros	Total	Passivos	Proveitos	Custos
Accionistas							
HAITONG SECURITIES	-	-	-	-	-	1 763	-
Subsidiárias e associadas de accionistas							
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	-	9 440	-
Empresas do Grupo Novo Banco	-	-	-	-	-	46 485	10 831
Outros							
ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	315	-	-	315	-	-	-
TOTAL	**315**	**-**	**-**	**315**	**-**	**57 688**	**10 831**

NOTA 40 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor					
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2016						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	37 550	-	-	-	37 550	37 550
Disponibilidades em outras instituições de crédito	104 254	-	-	-	104 254	104 254
Activos financeiros detidos para negociação	-	83 230	1 382 966	28 719	1 494 915	1 494 915
Activos financeiros disponíveis para venda	473	342 742	353 597	93 534	790 346	790 346
Aplicações em instituições de crédito	853 687	-	-	-	853 687	853 687
Crédito a clientes	841 095	-	-	-	841 095	801 420
Derivados para gestão de risco	-	-	18 273	-	18 273	18 273
Activos financeiros	**1 837 059**	**425 972**	**1 754 836**	**122 253**	**4 140 120**	**4 100 445**
Recursos de Bancos Centrais	60 000				60 000	60 000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	32 443	1 010 238	-	1 042 681	1 042 681
Recursos de outras instituições de crédito	1 974 169	-	-	-	1 974 169	1 974 169
Recursos de clientes	735 708	-	-	-	735 708	735 708
Responsabilidades representadas por títulos	27 352	-	314 215	-	341 567	341 709
Derivados para gestão de risco	-	-	32 907	-	32 907	32 907
Passivos financeiros	**2 797 229**	**32 443**	**1 357 360**	**-**	**4 187 032**	**4 187 174**
31 de Dezembro de 2015						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	117 684	-	-	-	117 684	117 684
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 960	-	-	-	38 960	38 960
Activos financeiros detidos para negociação	-	37 850	1 297 976	10 663	1 346 489	1 346 489
Activos financeiros disponíveis para venda	2 253	84 198	262 429	119 431	468 311	468 311
Aplicações em instituições de crédito	258 795	-	-	-	258 795	258 795
Crédito a clientes	1 041 341	-	-	-	1 041 341	1 004 697
Derivados para gestão de risco	-	-	15 236	-	15 236	15 236
Activos financeiros	**1 459 033**	**122 048**	**1 575 641**	**130 094**	**3 286 816**	**3 250 172**
Recursos de Bancos Centrais	61 139				61 139	61 139
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	502 350	-	502 350	502 350
Recursos de outras instituições de crédito	1 632 522	-	-	-	1 632 522	1 632 522
Recursos de clientes	567 038	-	-	-	567 038	567 038
Responsabilidades representadas por títulos	80 306	-	466 960	-	547 266	547 925
Derivados para gestão de risco	-	-	116 397	-	116 397	116 397
Passivos subordinados	-	-	215	-	215	215
Passivos financeiros	**2 341 005**	**-**	**1 085 922**	**-**	**3 426 927**	**3 427 586**

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo Haitong Bank, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações

disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2016 pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	130 094	170 804
Aquisições	26 361	29 862
Saídas	(12 126)	(51 982)
Transferências	(20 166)	4 021
Variações de valor	(1 910)	(22 611)
Saldo final	**122 253**	**130 094**

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2016, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas *swap:*

(%)

	31.12.2016			31.12.2015		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0.41	0.70	0.22	-0.35	0.27	0.45
1 month	-0.42	0.77	0.25	-0.23	0.43	0.50
3 months	-0.36	1.00	0.36	-0.17	0.51	0.59
6 months	-0.38	0.97	0.53	-0.10	0.61	0.75
1 year	-0.28	1.14	0.55	-0.06	0.87	0.85
3 years	-0.10	1.66	0.69	0.06	1.40	1.30
5 years	0.08	1.97	0.87	0.33	1.72	1.59
7 years	0.33	2.16	1.04	0.62	1.95	1.80
10 years	0.67	2.35	1.24	1.00	2.19	1.99
15 years	1.06	2.52	1.43	1.40	2.42	2.16
20 years	1.21	2.59	1.48	1.57	2.53	2.20
25 years	1.25	2.61	1.46	1.60	2.59	2.18
30 years	1.27	2.61	1.44	1.61	2.62	2.16

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit ao final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices de crédito, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Indice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2015						
CDX USD Main	**25**	-	60.46	88.32	110.25	126.93
iTraxx Eur Main	**24**	-	51.50	77.28	96.30	113.75
iTraxx Eur Senior Financial	**24**	-	-	76.86	-	106.81
Year 2016						
CDX USD Main	**27**	-	34.23	67.47	95.14	113.58
iTraxx Eur Main	**26**	-	43.70	72.32	94.63	111.62
iTraxx Eur Senior Financial	**26**	-	-	93.44	-	-

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)

	31.12.2016			31.12.2015		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	--	24.82	80.81	--	42.65	39.66
3 anos	--	37.27	--	--	45.92	53.36
5 anos	164.92	40.83	97.10	148.15	46.21	54.11
7 anos	94.34	40.85	90.36	82.95	43.92	51.72
10 anos	71.96	38.35	--	55.66	40.48	47.70
15 anos	62.39	35.58	--	41.68	35.58	42.18

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas *(at the money)* para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	31.12.2016	31.12.2015	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,05410	1,08870	10,31	10,53	10,84	10,63	10,52
EUR/GBP	0,85618	0,73395	9,83	10,27	10,85	10,81	10,79
EUR/CHF	1,07390	1,08350	5,34	6,13	7,12	7,36	7,48
EUR/PLN	4,41030	4,26390	6,66	7,08	7,55	7,72	7,84
EUR/CNY	7,32020	7,06080	-	-	-	-	-
USD/BRL a)	3,25444	3,96041	15,99	16,22	16,32	16,40	16,43

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		
	31.12.2016	31.12.2015	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita (%)
DJ Euro Stoxx 50	3 291	3 268	0,70	10,87	13,25	16,43
PSI 20	4 679	5 313	(11,93)	11,45	13,71	17,46
IBEX 35	9 352	9 544	(2,01)	13,54	14,99	-
DAX	11 481	10 743	6,87	11,22	13,32	16,09
S&P 500	2 239	2 044	9,54	7,60	10,23	11,51
BOVESPA	60 227	43 350	38,93	25,02	23,92	23,62

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 41 – REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A demonstração de alterações do capital próprio e o balanço em 1 de Janeiro de 2015 e as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas em conformidade com as IFRS.

Os efeitos, na demonstração de alterações do capital próprio em 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, da correcção de erros, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

Descrição (montantes líquidos do efeito fiscal, quando aplicável)	31.12.2015					01.01.2015		
	Capital próprio (sem resultado líquido)	Resultado líquido	Sub-Total	Interesses minoritários	Total	Capital próprio (sem interesses minoritários)	Interesses minoritários	Total
Demonstrações financeiras publicadas	**427 064**	**(35 402)**	**391 662**	**39 181**	**430 843**	**389 224**	**48 379**	**437 603**
Reexpressão por erros:								
Imparidade no Goodwill na Haitong UK	-	(54 001)	(54 001)	-	(54 001)	-	-	-
Insuficiência de imparidade de crédito	-	(5 175)	(5 175)	-	(5 175)	-	-	-
Insuficiência de imparidade de títulos	(3 686)	(1 204)	(4 890)	(1 222)	(6 112)	(5 162)	(1 290)	(6 452)
Outras situações corrigidas	(1 954)	(2 546)	(4 500)	(278)	(4 778)	(2 138)	-	(2 138)
Total de ajustamentos	**(5 640)**	**(62 926)**	**(68 566)**	**(1 500)**	**(70 066)**	**(7 300)**	**(1 290)**	**(8 590)**
Demonstrações financeiras reexpressas	**421 424**	**(98 328)**	**323 096**	**37 681**	**360 777**	**381 924**	**47 089**	**429 013**

Assim, as principais diferenças decorrentes de erros com impacto nas demonstrações financeiras da Grupo são as seguintes:

- **Imparidade no Goodwill na Haitong UK:** Imparidade total do Goodwill reconhecido com a subsidiária Haitong UK, decorrente do facto de aquando da aquisição do Haitong Bank (anteriormente designado BESI) pela Haitong Securities ter originado uma alteração do modelo de negócio, que estava subjacente ao apuramento do Goodwill inicial.
- **Insuficiência de imparidade de crédito:** Insuficiência em exposições do Grupo, cujos eventos subjacentes à necessidade de reconhecimento de imparidade ocorreram em 2015
- **Insuficiência de imparidade de títulos:** Na sequência da análise de imparidade de títulos no exercício de 2016, foi apurada uma insuficiência, cujos eventos subjacentes à necessidade de reconhecimento de imparidade ocorreram em 2014.
- **Outras situações corrigidas:** Resultam de outras situações identificadas respeitantes a exercícios anteriores.

Os efeitos, no balanço em 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, da correcção dos erros corrigidos, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2015			01.01.2015		
	Publicado	Erros	Reexpresso	Publicado	Erros	Reexpresso
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	117 684	-	117 684	1 524	-	1 524
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 960	-	38 960	49 067	-	49 067
Activos financeiros detidos para negociação	1 346 489	-	1 346 489	1 468 473	-	1 468 473
Activos financeiros disponíveis para venda	468 311	(11 113)	457 198	554 680	(10 757)	543 923
Aplicações em instituições de crédito	258 795	-	258 795	34 308	-	34 308
Crédito a clientes	1 041 341	(6 183)	1 035 158	1 549 218	-	1 549 218
Derivados para gestão de risco	15 236	-	15 236	25 754	-	25 754
Activos não correntes detidos para venda	3 600	-	3 600	3 600	-	3 600
Outros activos tangíveis	12 164	-	12 164	15 493	-	15 493
Activos intangíveis	80 280	(54 001)	26 279	77 396	-	77 396
Investimentos em associadas	10 343	-	10 343	26 878	-	26 878
Activos por impostos correntes	10 029	-	10 029	5 173	-	5 173
Activos por impostos diferidos	139 906	6 027	145 933	97 414	2 816	100 230
Outros activos	629 444	(2 529)	626 915	532 441	1	532 442
Total de Activo	**4 172 582**	**(67 799)**	**4 104 783**	**4 441 419**	**(7 940)**	**4 433 479**
Passivo		-				
Recursos de bancos centrais	61 139	-	61 139	61 108	-	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	502 350	-	502 350	621 548	-	621 548
Recursos de outras instituições de crédito	1 632 522	-	1 632 522	1 397 284	-	1 397 284
Recursos de clientes	567 038	-	567 038	448 912	-	448 912
Responsabilidades representadas por títulos	547 266	-	547 266	1 072 210	-	1 072 210
Derivados para gestão de risco	116 397	-	116 397	33 939	-	33 939
Provisões	8 543	2 267	10 810	46 425	650	47 075
Passivos por impostos correntes	4 370	-	4 370	17 728	-	17 728
Passivos por impostos diferidos	194	-	194	717	-	717
Passivos subordinados	215	-	215	37 096	-	37 096
Outros passivos	301 705	-	301 705	266 849	-	266 849
Total de Passivo	**3 741 739**	**2 267**	**3 744 006**	**4 003 816**	**650**	**4 004 466**
Capital Próprio						
Capital	426 269	-	426 269	326 269	-	326 269
Prémios de emissão	8 796	-	8 796	8 796	-	8 796
Outros instrumentos de capital	3 731	-	3 731	3 731	-	3 731
Reservas de justo valor	(11 919)	-	(11 919)	(11 639)	-	(11 639)
Outras reservas e resultados transitados	187	(5 640)	(5 453)	200 560	165	200 725
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	(35 402)	(62 926)	(98 328)	(138 493)	(7 465)	(145 958)
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	**391 662**	**(68 566)**	**323 096**	**389 224**	**(7 300)**	**381 924**
Interesses que não controlam	39 181	(1 500)	37 681	48 379	(1 290)	47 089
Total de Capital Próprio	**430 843**	**(70 066)**	**360 777**	**437 603**	**(8 590)**	**429 013**
Total de Passivo e Capital Próprio	**4 172 582**	**(67 799)**	**4 104 783**	**4 441 419**	**(7 940)**	**4 433 479**

Os efeitos, na demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2015, da correcção de erros, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2015		
	Publicado	Erros	Reexpresso
Juros e proveitos similares	251 514	-	251 514
Juros e custos similares	207 070	-	207 070
Margem financeira	**44 444**	**-**	**44 444**
Rendimentos de serviços e comissões	94 274	-	94 274
Encargos com serviços e comissões	(11 803)	-	(11 803)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	77 887	(2 947)	74 940
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3 080	-	3 080
Resultados de reavaliação cambial	(61 930)	-	(61 930)
Resultados na alienação de outros activos	95	-	95
Outros resultados operacionais	(9 062)	-	(9 062)
Proveitos operacionais	**136 985**	**(2 947)**	**134 038**
Custos com pessoal	80 785	-	80 785
Gastos gerais administrativos	53 694	-	53 694
Depreciações e amortizações	6 610	-	6 610
Provisões líquidas de anulações	(23 637)	1 617	(22 020)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	60 231	6 183	66 414
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 495	3 586	6 081
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(224)	54 001	53 777
Custos operacionais	**179 954**	**65 387**	**245 341**
Resultados de associadas	(1 143)	-	(1 143)
Resultado antes de impostos	**(44 112)**	**(68 334)**	**(112 446)**
Impostos			
Correntes	26 606	-	26 606
Diferidos	(41 729)	(4 783)	(46 512)
	(15 123)	**(4 783)**	**(19 906)**
Resultado líquido do exercício	**(28 989)**	**(63 551)**	**(92 540)**
Atribuível aos accionistas do Banco	**(35 402)**	**(62 926)**	**(98 328)**
Atribuível aos interesses que não controlam	6 413	(625)	5 788
	(28 989)	**(63 551)**	**(92 540)**

Os efeitos, na demonstração do rendimento integral consolidado em 31 de Dezembro de 2015, da correcção de erros, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2015		
	Publicado	Erros	Reexpresso
Resultado líquido do exercício			
Atribuível aos accionistas do Banco	(35 402)	(62 926)	(98 328)
Atribuível aos interesses que não controlam	6 413	(625)	5 788
	(28 989)	**(63 551)**	**(92 540)**
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Desvios actuariais líquidos de impostos	(7 989)	-	(7 989)
	(7 989)	**-**	**(7 989)**
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Diferenças de câmbio líquidas de impostos	(68 124)	2 075	(66 049)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	346	-	346
	(67 778)	**2 075**	**(65 703)**
Activos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	(1 492)	-	(1 492)
Transferências de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(734)	-	(734)
Impostos diferidos	1 409	-	1 409
	(817)	**-**	**(817)**
Total do rendimento integral do exercício	**(105 573)**	**(61 476)**	**(167 049)**
Atribuível aos accionistas do Banco	**(97 337)**	**(61 266)**	**(158 603)**
Atribuível aos interesses que não controlam	**(8 236)**	**(210)**	**(8 446)**
	(105 573)	**(61 476)**	**(167 049)**

NOTA 42 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo Haitong Bank.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps, forwards* e

opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análise, em base diária, o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo Haitong Bank ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	995 482	415 425
Activos financeiros detidos para negociação	1 485 249	1 345 304
Activos financeiros disponíveis para venda	756 923	439 841
Crédito a clientes	841 095	1 041 341
Derivados para gestão de risco	18 273	15 236
Outros activos	232 629	342 903
Garantias e avales prestados	220 021	269 354
Compromissos irrevogáveis	15 880	48 211
Risco de Crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	-	1
Total	**4 565 552**	**3 917 616**

Concentração de riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016						
	Crédito a clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade			Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	12 267	-	90	-	906	3	3
Indústrias extractivas	-	-	-	-	3 686	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	9 828	-	408	-	2 329	-	-
Indústrias transformadoras - Curtumes e Calçado	-	197	-	98	-	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	14 186	-	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	2 168	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Quimicos e de Borracha	9 155	16 907	5 809	16 062	422	4 045	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	9 571	-	77	-	691	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	10 341	118	52	-	1 065	18 884	103
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	14 781	-	120	-	8 927	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	521	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	243 531	6 652	7 374	6 458	34 423	4 019	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	21 790	5 362	1 420	536	1 356	-	-
Construção	41 314	87 324	4 143	20 600	20 863	3 938	-
Promoção imobiliária	2 846	-	1 584	-	68	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	67 937	1 974	350	-	5 807	-	-
Transportes e armazenagem	180 804	26 983	8 572	7 368	88 371	5 980	-
Actividades de edição	9 741	-	2 435	-	-	150	-
Actividades de telecomunicação	4 077	-	20	-	3 843	826	499
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	-	22 370	22 370
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	176 644	96 068	-
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	68 553	47 098	59 805	47 095	20 492	93 190	9 493
Outras actividades financeiras e de seguros	74 288	793	623	793	40 864	45 701	13 718
Actividades imobiliárias	7 108	-	2 026	-	4 013	477	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7 841	56	798	56	26 628	25 303	600
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5 905	-	4 010	-	-	-	-
Viagens	-	15 520	-	15 520	-	-	-
Actividades de Aluguer	38 488	-	25 790	-	4 975	1 327	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	1 018 641	514 773	-
Administração Pública Regional e Local	4 044	-	20	-	57	(1)	-
Actividades de saúde humana e apoio social	19 764	-	99	-	12 969	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	18 809	316	15 576	138	-	154	75
Outras actividades de serviços	4 591	-	24	-	-	-	-
Crédito à Habitação	370	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**887 744**	**209 300**	**141 225**	**114 724**	**1 494 915**	**837 207**	**46 861**

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	Crédito a clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade			Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7 598	-	66	-	3 807	3	3
Indústrias extractivas	-	-	-	-	192	42 424	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	37 048	199	4 980	199	13 892	5 375	-
Indústrias transformadoras - Curtumes e Calçado	2 723	-	14	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	365	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Quimicos e de Borracha	3 367	24 914	361	6 985	692	5 286	186
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	5 898	-	696	-	179	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	24 817	-	5 582	-	61	13 340	68
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	15 609	-	125	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	1 744	-	9	-	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	262 222	5 598	9 290	3 309	33 200	3 749	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	17 217	5 959	86	81	-	-	-
Construção	159 863	37 047	7 438	12 490	23 201	6 021	2 779
Promoção imobiliária	5 706	-	29	-	136	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	81 995	1 519	18 499	495	10 170	-	-
Transportes e armazenagem	226 333	8 376	5 061	1 745	88 677	11 649	-
Alojamento, restauração e similares	-	12 930	-	12 932	-	-	-
Actividades de edição	9 856	640	-	52	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	170	-	6	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	15 859	-	79	-	977	436	-
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	-	15 831	15 831
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	133 703	101 840	-
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	125 786	4 212	95 116	2 160	28 617	32 208	8 306
Outras actividades financeiras e de seguros	18 464	623	512	623	7 551	37 902	9 693
Actividades imobiliárias	43 048	27 207	30 379	25 123	8 384	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	16 109	3 741	5 612	1 172	26 247	26 402	600
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	172	-	2	-	-	4 284	-
Viagens	7 703	15 520	39	15 520	-	-	-
Actividades de Aluguer	620	63 773	137	49 074	-	1 141	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	949 918	186 681	-
Administração Pública Regional e Local	4 534	-	23	-	1 048	(1)	-
Actividades de saúde humana e apoio social	20 588	-	103	-	15 472	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	426	-	42	-	-	168	75
Outras actividades de serviços	38 744	3 143	17 034	1 571	-	-	-
Crédito à Habitação	358	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	33	-	2	-	-	-	-
TOTAL	**1 154 610**	**215 401**	**201 322**	**133 531**	**1 346 489**	**494 739**	**37 541**

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo Haitong Bank utiliza um VaR com recurso à Simulação Histórica, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

(milhões de euros)

	31.12.2016				31.12.2015			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	2,54	3,82	10,82	2,54	1,78	3,36	5,50	1,78
Risco taxa de juro	1,85	1,69	2,78	1,85	1,16	1,76	0,39	1,16
Acções	0,73	1,02	0,47	0,73	0,10	0,60	0,05	0,10
Spread de Crédito	2,16	4,04	4,30	2,16	2,12	4,27	7,71	2,12
Covariância	-2,59	-2,01	-3,39	-2,59	-0,71	-1,23	-0,41	-0,71
Total	**4,69**	**8,55**	**14,98**	**4,69**	**4,45**	**8,76**	**13,24**	**4,45**

O Grupo Haitong Bank encerrou o ano com um VaR de 4,69 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um acréscimo de cerca de 5% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo Haitong Bank calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2016						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	38	38	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	958	86	486	363	23	-	-
Crédito a clientes	1 097	232	332	432	48	26	27
Títulos	790	56	613	22	1	80	18
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	174	-	174	-	-	-	-
Fora de balanço	269	-	13	37	16	162	41
Total	**3 326**	**412**	**1 618**	**854**	**88**	**268**	**86**
Recursos de bancos centrais	60	-	-	-	-	60	-
Recursos de outras instituições de crédito	1 974	69	992	-	-	913	-
Depósitos	703	21	534	23	104	21	-
Repo´s com clientes	32	19	-	-	-	13	-
Titulos emitidos	342	(24)	53	7	17	288	1
Outros intrumentos equiparáveis a capital	84	-	-	-	-	-	84
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	84	-	84	-	-	-	-
Fora de Balanço	268	-	73	114	-	81	-
Total	**3 547**	**85**	**1 736**	**144**	**121**	**1 376**	**85**
GAP (Activos - Passivos)	**(221)**	**327**	**(118)**	**710**	**(33)**	**(1 108)**	**1**

(milhões de euros)

	31.12.2015						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	118	118	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	313	27	204	82	-	-	-
Crédito a clientes	1 370	556	360	379	32	25	18
Títulos	495	38	246	24	5	164	18
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	287	-	287	-	-	-	-
Fora de balanço	337	182	9	-	10	5	131
Total	**2 920**	**921**	**1 106**	**485**	**47**	**194**	**167**
Recursos de bancos centrais	61	-	-	-	-	61	-
Recursos de outras instituições de crédito	1 633	10	1 610	-	-	13	-
Depósitos	438	5	380	10	24	19	-
Repo´s com clientes	129	56	19	43	8	1	2
Titulos emitidos	547	(28)	38	27	60	408	42
Outros intrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	21	14	7	-	-	-	-
Fora de Balanço	336	87	103	144	2	-	-
Total	**3 169**	**144**	**2 157**	**224**	**94**	**502**	**48**
GAP (Activos - Passivos)	**(249)**	**777**	**(1 051)**	**261**	**(47)**	**(308)**	**119**

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

(milhões de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb
Em 31 de Dezembro	19,0	(19,0)	7,4	(7,4)
Média do exercício	14,6	(14,6)	12,4	(12,4)
Máximo para o exercício	21,7	(1,6)	15,4	(7,4)
Mínimo para o exercício	1,6	(21,7)	7,4	(15,4)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	779 813	73 588	9,44%	150 363	15 600	10,37%
Crédito a clientes	995 259	41 787	4,20%	1 289 863	64 401	4,99%
Aplicações em títulos	1 447 088	143 221	9,90%	1 275 561	140 774	11,04%
Contas caução	268 896	76	0,03%	249 150	115	0,05%
Activos financeiros	**3 491 056**	**258 672**	**7,41%**	**2 964 937**	**220 890**	**7,45%**
Recursos monetários	1 646 190	115 538	7,02%	1 425 720	93 166	6,53%
Recursos de clientes	714 661	63 923	8,94%	431 065	50 848	11,80%
Responsabilidades representadas por títulos	417 218	20 729	4,97%	767 201	30 519	3,98%
Outros recursos	852 274	1 372	0,16%	530 612	1 913	0,36%
Passivos financeiros	**3 630 343**	**201 562**	**5,55%**	**3 154 598**	**176 446**	**5,59%**
Resultado Financeiro		**57 110**	**1,86%**		**44 444**	**1,86%**

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2016			31.12.2015		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	36 765	(56 521)	(19 756)	66 385	(89 481)	(23 096)
GBP	LIBRA ESTERLINA	12 454	(58 399)	(45 945)	94 146	(615)	93 531
BRL	REAL BRASILEIRO	169 135	(164 844)	4 291	144 808	(124 871)	19 937
JPY	YEN	385	-	385	545	-	545
CHF	FRANCO SUICO	316	-	316	333	(7)	326
PLN	ZLOTI POLACO	(37 307)	54 590	17 283	14 040	(482)	13 558
NOK	COROA NORUEGUESA	11	-	11	-	-	-
CAD	DOLAR CANADIANO	4 300	(4 793)	(493)	2 372	(4 499)	(2 127)
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	6	-	6	6	-	6
CZK	COROA CHECA	20	-	20	-	-	-
INR	RUPIA INDIANA	-	-	-	11 778	-	11 778
CNY	YUAN RENMINBI	37 743	-	37 743	-	-	-
	OUTRAS	282	-	282	245	1	246
		224 110	**(229 967)**	**(5 857)**	**334 658**	**(219 954)**	**114 704**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a exposição do Grupo a dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016		
	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	282	272 786	273 068
Espanha	110	-	110
Grécia	-	16 957	16 957
Irlanda	-	-	-
Itália	-	-	-
Hungria	-	-	-
	392	**289 743**	**290 135**

(milhares de euros)

	31.12.2015		
	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	1 369	3 209	4 578
Espanha	1 102	-	1 102
Grécia	-	14 919	14 919
	2 471	**18 128**	**20 599**

A 31 de Dezembro de 2016, para além da exposição acima apresentada o Grupo dispõe de protecção comprada em *Credit Default Swaps* sobre dívida pública portuguesa no montante de 70 000 milhares de dólares.

Excepto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016				
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda					
Portugal	**272 700**	**272 775**	**11**	**272 786**	**36**
Maturidade até 1 ano	272 500	272 582	5	272 587	44
Maturidade superior 1 ano	200	193	6	199	(8)
Grécia	**24 000**	**16 345**	**612**	**16 957**	**(985)**
Maturidade superior 1 ano	24 000	16 345	612	16 957	(985)
	296 700	**289 120**	**623**	**289 743**	**(949)**
Activos Financeiros de Negociação					
Portugal	268	279	3	282	-
Espanha	95	107	3	110	-
	363	**386**	**6**	**392**	**-**

(milhares de euros)

	31.12.2015				
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda					
Portugal	**3 000**	**3 071**	**138**	**3 209**	**28**
Maturidade até 1 ano	2 300	2 317	128	2 445	10
Maturidade superior 1 ano	700	754	10	764	18
Grécia	**24 000**	**14 308**	**611**	**14 919**	**(2 575)**
Maturidade superior 1 ano	24 000	14 308	611	14 919	(2 575)
	27 000	**17 379**	**749**	**18 128**	**(2 547)**
Activos Financeiros de Negociação					
Portugal	1 312	1 357	12	1 369	-
Espanha	1 045	1 091	11	1 102	-
	2 357	**2 448**	**23**	**2 471**	**-**

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal e previstas na CRD IV (Directiva 2013/36/UE).

Em 31 de Dezembro de 2016, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2016						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	37 541	-	-	-	-	-	37 541
Disponibilidades em outras instituições de crédito	105 496	-	-	-	-	-	105 496
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	1 019 154	2 215	28 195	68 929	30 112	-	1 148 605
Activos financeiros disponíveis para venda	365 115	365 947	4 159	39 488	51 088	-	825 797
Aplicações em instituições de crédito	162 235	447 683	209 152	9 952	796	-	829 818
Crédito a clientes	20 164	32 279	26 159	121 419	447 267	193 808	841 095
Instrumentos Derivados	394 291	362 216	290 526	885 299	123 669	-	2 056 002
	2 103 996	1 210 340	558 191	1 125 088	652 931	193 808	5 844 353
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	60 000	-	-	60 000
Recursos de outras instituições de crédito	771 535	203 402	39	940 163	57 234	-	1 972 373
Recursos de clientes	110 760	115 597	315 877	141 259	2 915	-	686 408
Responsabilidades representadas por títulos	25 433	24 303	37 595	314 039	3 770	-	405 140
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	782 215	-	-	-	-	-	782 215
Instrumentos Derivados	303 401	358 787	288 887	770 763	118 354	-	1 840 192
Provisões	4 937	-	-	-	-	-	4 937
	1 998 282	702 090	642 399	2 226 224	182 272	-	5 751 266

Em 31 de Dezembro de 2015, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	117 657	-	-	-	13	-	117 670
Disponibilidades em outras instituições de crédito	35 645	-	-	-	1 247	-	36 893
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	4 135	1 706	773 405	84 231	148 183	-	1 011 661
Activos financeiros disponíveis para venda	74 831	105 407	27 756	239 489	75 883	-	523 366
Aplicações em instituições de crédito	69 368	103 664	81 174	-	921	-	255 126
Crédito a clientes	16 876	48 769	181 612	173 293	492 054	128 737	1 041 341
Instrumentos Derivados	470 218	706 681	263 611	802 450	151 151	-	2 394 111
	788 730	966 227	1 327 558	1 299 464	869 452	128 737	5 380 167
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	61 100	-	-	61 100
Recursos de outras instituições de crédito	655 571	94 513	8 326	812 849	56 444	-	1 627 702
Recursos de clientes	72 936	169 608	181 959	101 067	-	-	525 570
Responsabilidades representadas por títulos	63 373	28 585	94 926	477 908	61 047	-	725 839
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	186 190	-	-	-	-	-	186 190
Instrumentos Derivados	201 832	705 361	230 369	747 110	163 377	-	2 048 049
Provisões	3 908	-	-	-	-	-	3 908
	1 183 810	998 067	515 580	2 200 034	280 867	-	5 178 358

Indicadores de Liquidez Consolidados

A 31 de Dezembro de 2016, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 329%, estamos assim acima do rácio mínimo regulamentar previsto, quer para Dezembro de 2016, como para Dezembro de 2018.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas, falhas dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método "Standard" tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método "The Standardized Approach" – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank S.A. para 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015:

	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2015 - Reexpresso	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	7,1%	5,3%	10,5%	8,9%	9,9%	8,2%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	9,6%	8,2%	10,5%	9,0%	9,9%	8,3%
Rácio Fundos Próprios Totais	9,7%	8,4%	10,6%	9,3%	10,0%	8,5%

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no ponto "8.5. Gestão do Capital – Solvabilidade" do Relatório de Gestão.

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o apuramento de resultados acumulados a Dezembro de 2016, foi decidido pela Comissão Executiva nas primeiras semanas de 2017, tomar medidas que permitissem inverter o ciclo que estava a acontecer até então. Assim, e para além de um novo posicionamento no mercado, com claras alterações estratégicas com o que até então vinha a ser feito, foi ainda, após as indicações e a aprovação do accionista, decidido avançar com um programa de redução de colaboradores em diversas geografias.

NOTA 44 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO GRUPO

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à atividade do Grupo Haitong Bank e refletidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2016, foram as seguintes:

- Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados: Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Fevereiro de 2015. A emenda clarificou em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2010-2012 - Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Fevereiro de 2015. Estes melhoramentos envolveram a clarificação de alguns aspetos relacionados com (i) IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; (ii) IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; (iii) IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; (iv) IAS 16 – Ativos fixos tangíveis; e (v) IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e (vi) IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e (vii) IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2012-2014 – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Estes melhoramentos envolveram a clarificação de alguns aspetos relacionados com: (i) IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; (iii) IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e (iv) IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.

- Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos: Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio estabelecer a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

- Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras: “Disclosure Iniciative” - Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações

especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:

- uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;
- uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;
- informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e
- outra informação na quarta secção

- Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: Métodos de depreciação aceitáveis – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio estabelecer a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.

- Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospetivamente

- Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas- Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo Haitong Bank no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS MAS AINDA NÃO EFECTIVAS PARA O GRUPO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2018. Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

- IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2018. Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais destas normas mas dada a natureza das actividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 14 – Ativos regulados: Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados.

- IFRS 16 – Locações: Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

- Emendas à IFRS 10: Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

- Emendas à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento: Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas.

- Emendas à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa: Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.

- Emendas à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes: Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.

- Emendas à IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com caraterísticas de liquidação compensada.

- Emendas à IFRS 4 – Contratos de seguro: Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2014-2016 – Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: (i) IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; (ii) IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; (iii) IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou *joint ventures* detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.

- IFRIC 22: Transacções em moeda estrangeira e adiantamentos. Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo Haitong Bank no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Grupo não antecipa impactos na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Haitong Bank, S.A.

Exercício de 2016

Ao Accionista do Haitong Bank, S.A.,

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração do Haitong Bank (doravante, Haitong).

Durante o exercício de 2016 o Conselho Fiscal do Haitong, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do Haitong, nomeadamente:

(i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;

(ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;

(iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;

(iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;

(v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong; e

(vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes. Neste âmbito, em termos institucionais, o Conselho Fiscal dialogou com duas entidades, a Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC, S.A.), relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento do Relatório Adicional emitido pelo Revisor Oficial de Contas dirigido a este Conselho Fiscal sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2016, documentos com os quais concorda.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no nosso entender cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do Haitong no exercício de 2016, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal destaca ainda os seguintes aspectos:

- A reexpressão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Haitong com referência ao ano de 2015, as quais estão devidamente explicitadas na nota 41 dos respectivos anexos. Esta reexpressão contém a regularização do valor do *goodwill* associado à participada Haitong (UK) Limited, situação que havíamos já referido no nosso relatório referente ao exercício de 2015;

- A qualificação da opinião do Revisor Oficial de Contas, sob a forma de uma ênfase, evidenciando a necessidade de reforçar a solvabilidade do Haitong para que a sua continuidade não possa ser colocada em risco. Esse reforço está dependente do aumento de capital tendo o accionista já manifestado a intenção de concretizar esse aumento, no montante de 418,5 milhões de euros, tal como está divulgado no Relatório de Gestão. A expectativa do Conselho de Administração é de que a sua realização ocorra no primeiro semestre de 2017; e

- A descrição das matérias relevantes de auditoria e outras matérias em termos individuais e consolidados que se encontram relatadas na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.

Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2016, no montante de 151.280.504,05 euros.

Lisboa, 26 de Abril de 2017

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2016, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e

- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 26 de Abril de 2017

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Haitong Bank, S.A. ("Banco") e suas subsidiárias ("Grupo"), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4.754.747 m.euros e um total de capital próprio de 350.523 m.euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos acionistas do Banco de 96.181 m.euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Haitong Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no Relatório de Gestão, na data de aprovação das demonstrações financeiras do Banco era expetativa do Conselho de Administração que o acionista viesse a aprovar um reforço de capital, permitindo reforçar a solvabilidade do Banco e promover o crescimento da sua atividade. Em 30 de março de 2017, a Haitong Securities Company Limited, detentor indireto da totalidade do capital do Banco, anunciou publicamente a aprovação da subscrição de um aumento de capital do Banco de 418,5 milhões de euros, dos quais 80 milhões de euros através de conversão em capital de instrumentos financeiros subordinados já registados como instrumentos de capital próprio (Nota 36). Este aumento de capital deverá ser precedido das aprovações regulamentares requeridas, sendo expetativa do Conselho de Administração do Banco que a operação seja concretizada até ao final do primeiro semestre de 2017.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados**
Imparidade de Goodwill (Notas 2.2, 3.4 e 25)	
Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo tem registado na rubrica "Ativos intangíveis" *Goodwill* no montante de 9.859 m.euros relativo à aquisição da participação financeira na subsidiária Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.. Conforme divulgado na Nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 2016 foi registada imparidade total para o *Goodwill* gerado na aquisição da subsidiária Haitong (UK) Limited no montante de 54.001 m.euros, no âmbito da reexpressão descrita nessa nota. O *Goodwill* é sujeito a testes anuais de imparidade, baseados em projeções de resultados futuros das unidades às quais se encontra afeto. A estimativa dos resultados futuros e a determinação da taxa a que devem ser descontados implica um grau elevado de julgamento por parte do órgão de gestão. Por este motivo, esta foi considerada uma matéria relevante na nossa auditoria.	Analisámos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para o *Goodwill*. Analisámos a razoabilidade dos testes de imparidade ao *Goodwill* preparados pelo Banco, nomeadamente através da análise crítica das projeções de resultados futuros e dos principais pressupostos assumidos pelo órgão de gestão e de análises de sensibilidade às variáveis mais críticas. No nosso trabalho envolvemos especialistas internos em avaliação de empresas. Revimos as divulgações relacionadas com a imparidade do *Goodwill*, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
Imparidade individual de crédito a clientes (Notas 2.5, 3.3, 21 e 42)	
Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da rubrica "Crédito a clientes" ascende a 841.095 m.euros, líquido de imparidade no montante de 255.949 m.euros. O Grupo determina as perdas por imparidade para o crédito concedido de acordo com as metodologias descritas na Nota 2.5. do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Face às características da carteira de crédito do Grupo, uma parte muito significativa dos clientes é objeto de análise individual de imparidade. Dado a determinação da imparidade através de análise individual envolver a realização pelo Grupo de estimativas que incorporam um nível de julgamento significativo, nomeadamente no que respeita à identificação de indícios de imparidade e à estimativa do valor recuperável, esta foi considerada uma matéria relevante na nossa auditoria.	Analisámos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para o crédito concedido através de análise individual. Para uma amostra de clientes, analisámos a razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos do Banco sobre a situação económica e financeira desses clientes, perspetivas sobre a evolução da sua atividade e valorização dos colaterais existentes. Revimos as divulgações relacionadas com a imparidade de crédito, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Notas 2.17, 3.5 e 33)	
Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo tem registados ativos por impostos diferidos no montante de 145.618 m.euros, essencialmente relacionados com: (i) diferenças temporárias relativas a imparidade de crédito a clientes (86.746 m.euros) e benefícios de empregados (9.227 m.euros); (ii) prejuízos fiscais reportáveis (42.153 m.euros), dos quais 31.432 m.euros originados pela atividade individual do Banco essencialmente em 2015 e 2016, cuja utilização pode ser efetuada num prazo de 12 anos, não podendo exceder 70% do lucro tributável em cada um desses anos. Nos termos do IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados até ao limite que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento. O Banco preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis futuros para avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Esta estimativa é por natureza julgamental e depende dos pressupostos assumidos pelo órgão de gestão para estimar a evolução dos resultados antes de impostos e da sua interpretação da legislação fiscal. Nesta medida, a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está dependente da capacidade do Banco gerar os resultados estimados nas projeções. Eventuais desvios face aos pressupostos utilizados na estimativa de resultados futuros ou alterações na interpretação da legislação fiscal podem ter impactos relevantes na recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Atendendo à materialidade dos ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco e à necessidade de utilização de estimativas para determinar a sua recuperabilidade, esta área foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.	Analisámos as atividades de controlo interno relevantes implementadas pelo Banco no âmbito da análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Analisámos os principais pressupostos considerados pelo Banco para estimar a evolução dos resultados antes de impostos no período abrangido pela sua análise. Revimos a interpretação da legislação fiscal relevante considerada pelo Banco na estimativa de lucros tributáveis futuros. Para este efeito, envolvemos os nossos especialistas internos nesta área. Analisámos a razoabilidade da avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos preparada pelo Banco, tendo em consideração o entendimento dos pressupostos e a revisão da interpretação da legislação fiscal acima descritos. Analisámos as divulgações relacionadas com os impostos diferidos, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Provisão para contingências legais (Notas 2.18 e 38)	
Conforme divulgado na Nota 38 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2016 existem vários processos judiciais contra o Banco, incluindo processos no âmbito das emissões de papel comercial por entidades do Grupo Espírito Santo e de obrigações pelo Banco Espírito Santo, S.A. Tendo em consideração a relevância dos montantes envolvidos, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.	Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pelo Banco ao nível do processo de quantificação de provisões para contingências legais. Obtivemos informação dos advogados externos que acompanham os processos, incluindo a descrição dos litígios e a quantificação de eventuais responsabilidades. Discutimos com o Departamento Jurídico do Banco o atual estado dos processos e expetativas quanto ao seu desfecho. Revimos as divulgações relacionadas com as contingências legais.
Fundo de Resolução (Nota 38)	
Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Fundo de Resolução passou a deter a totalidade do capital social do Novo Banco, S.A. e da Oitante, S.A.. Neste âmbito contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário (em que o Banco não participa) e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes. Para reembolsar estes empréstimos e para fazer face a outras responsabilidades que possa vir assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo do Banco) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2016 o empréstimo de 3.900.000 m.euros concedido pelo Estado e o empréstimo do sindicato bancário, já após um primeiro aditamento aos contratos iniciais, tinham vencimento em 31 de dezembro de 2017, embora fosse público desde setembro de 2016 que os contratos estavam a ser renegociados, incluindo a extensão da sua maturidade.	Analisámos as comunicações públicas do Fundo de Resolução e do Ministério das Finanças de 28 de setembro de 2016 e a comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, relativas às novas condições dos empréstimos ao Fundo de Resolução e ao correspondente impacto na sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro. Procedemos à leitura do último Relatório e Contas do Fundo de Resolução que se refere ao exercício de 2015. Revimos o enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução, com base na informação disponível na data de aprovação das demonstrações financeiras. Revimos as divulgações constantes nas demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, apresentadas na Nota 38.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Fundo de Resolução (Nota 38)	
Conforme comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, as condições dos empréstimos que obteve para financiamento das medidas de resolução do BES e do Banif foram de facto renegociadas no primeiro trimestre de 2017, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir ao Fundo de Resolução capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 refletem a expetativa do Banco de que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif.	

Outras matérias

Conforme mencionado na secção abaixo "Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares - Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014", fomos nomeados revisores oficiais de contas do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de novembro de 2016 para término do mandato em curso, que terminou no final de 2016. As demonstrações financeiras consolidadas comparativas relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2015 são apresentadas pelo Banco de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras consolidadas, sem considerar os efeitos decorrentes da reexpressão descrita na Nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 29 de março de 2016, continha quatro ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de novembro de 2016 para término do mandato em curso, que terminou no final de 2016.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco em 26 de abril de 2017.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 26 de abril de 2017

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC

Esta página foi deixada intencionalmente em branco

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração dos Resultados Individuais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Reexpresso
Juros e proveitos similares	4	20 539	28 948
Juros e custos similares	4	31 226	33 831
Margem financeira		**(10 687)**	**(4 883)**
Rendimentos de instrumentos de capital	5	3 537	3 849
Rendimentos de serviços e comissões	6	34 566	65 473
Encargos com serviços e comissões	6	(3 961)	(6 210)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(15 180)	16 374
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	1 079	(2 431)
Resultados de reavaliação cambial	9	(21 915)	(26 487)
Resultados na alienação de outros activos	10	(5 836)	(8)
Outros resultados operacionais	11	2 001	(4 044)
Proveitos operacionais		**(16 396)**	**41 633**
Custos com pessoal	12	44 567	38 985
Gastos gerais administrativos	14	32 623	30 576
Depreciações e amortizações	24 e 25	4 775	4 692
Provisões líquidas de anulações	32	9 310	7 796
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	32 779	40 073
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 20	38	1 016
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26 e 27	32 434	130 681
Custos operacionais		**156 526**	**253 819**
Resultado antes de impostos		**(172 922)**	**(212 186)**
Impostos			
Correntes	33	(3 615)	(3 896)
Diferidos	33	(18 026)	(27 685)
		(21 641)	**(31 581)**
Resultado líquido do exercício		**(151 281)**	**(180 605)**
Resultados por acção básicos (em euros)	15	-1.78	-2.74
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	-1.78	-2.74

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração Individual do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro 2016 e 2015

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015 Reexpresso
Resultado líquido do exercício	**(151 281)**	**(180 605)**
Outro rendimento integral do exercício		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	(2 626)	(7 989)
	(2 626)	**(7 989)**
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	1 664	(2 620)
Transferências de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(1 052)	3 298
Impostos diferidos	(60)	1 911
	552	**2 589**
Total do rendimento integral do exercício	**(153 355)**	**(186 005)**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Reexpresso	01.01.2015 Reexpresso
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	37 529	117 663	1 198
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	88 759	19 311	27 824
Activos financeiros detidos para negociação	18	393 967	499 583	698 419
Activos financeiros disponíveis para venda	19	426 782	159 904	148 185
Aplicações em instituições de crédito	20	34 804	142 651	97 657
Crédito a clientes	21	398 312	392 613	550 354
Derivados para gestão de risco	22	-	34	60
Activos não correntes detidos para venda	23	3 600	3 600	3 600
Outros activos tangíveis	24	5 308	7 345	9 222
Activos intangíveis	25	12 204	13 585	13 261
Investimentos em subsidiárias e associadas	26	236 581	267 231	362 456
Activos por impostos correntes	33	6 174	5 947	604
Activos por impostos diferidos	33	129 337	111 367	81 772
Outros activos	27	412 114	652 705	581 878
Total de Activo		**2 185 471**	**2 393 539**	**2 576 490**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	28	60 000	61 139	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	18	295 683	420 817	644 151
Recursos de outras instituições de crédito	29	901 262	812 577	780 070
Recursos de clientes	30	279 765	135 609	49 970
Responsabilidades representadas por títulos	31	103 092	212 439	370 251
Derivados para gestão de risco	22	-	59	94
Provisões	32	88 225	106 738	11 559
Passivos por impostos correntes	33	2 615	2 784	12 457
Passivos subordinados	34	-	215	60 230
Outros passivos	35	154 920	267 680	128 471
Total de Passivo		**1 885 562**	**2 020 057**	**2 118 361**
Capital Próprio				
Capital	36	426 269	426 269	326 269
Prémios de emissão	36	8 796	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	36	83 731	3 731	3 731
Reservas de justo valor	37	(3 161)	(3 713)	(6 302)
Outras reservas e resultados transitados	37	(64 445)	119 004	156 672
Resultado líquido do exercício		(151 281)	(180 605)	(31 037)
Total de Capital Próprio		**299 909**	**373 482**	**458 129**
Total de Passivo e Capital Próprio		**2 185 471**	**2 393 539**	**2 576 490**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Total	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Publicado)	**326 269**	**8 796**	**3 731**	**(6 302)**	**156 672**	**150 370**	**(28 900)**	**460 266**
Movimentos com Impacto no Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2 137)	(2 137)
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2 137)**	**(2 137)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Reexpresso)	**326 269**	**8 796**	**3 731**	**(6 302)**	**156 672**	**150 370**	**(31 037)**	**458 129**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	2 589	-	2 589	-	2 589
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	(7 989)	-	(7 989)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(180 605)	(180 605)
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**2 589**	**(7 989)**	**(5 400)**	**(180 605)**	**(186 005)**
Aumento de capital	100 000	-	-	-	-	-	-	100 000
Constituição de reservas	-	-	-	-	(31 037)	(31 037)	31 037	-
Reserva de Fusão	-	-	-	-	1 274	1 274	-	1 274
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 37)	-	-	-	-	(225)	(225)	-	(225)
Outros movimentos	-	-	-	-	309	309	-	309
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reexpresso)	**426 269**	**8 796**	**3 731**	**(3 713)**	**119 004**	**115 291**	**(180 605)**	**373 482**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	552	-	552	-	552
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 626)	(2 626)	-	(2 626)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(151 281)	(151 281)
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**552**	**(2 626)**	**(2 074)**	**(151 281)**	**(153 355)**
Aumento de Capital	-	-	80 000	-	-	-	-	80 000
Constituição de reservas	-	-	-	-	(180 605)	(180 605)	180 605	-
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 37)	-	-	-	-	(231)	(231)	-	(231)
Outros movimentos	-	-	-	-	13	13	-	13
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**426 269**	**8 796**	**83 731**	**(3 161)**	**(64 445)**	**(67 606)**	**(151 281)**	**299 909**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Reexpresso
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		(77 883)	35 192
Juros e custos pagos		(33 046)	(33 512)
Serviços e comissões recebidas		35 912	64 189
Serviços e comissões pagas		(4 701)	(7 082)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(73 056)	(84 212)
		(152 774)	**(25 425)**
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(38 038)	(16 843)
Aplicações em instituições de crédito		104 570	(46 539)
Recursos de Bancos Centrais		(1 139)	31
Recursos de instituições de crédito		87 773	23 476
Crédito a clientes		17 499	198 739
Recursos de clientes e outros empréstimos		140 229	84 303
Derivados para gestão de risco		1	(18)
Outros activos e passivos operacionais		36 089	76 514
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**194 210**	**294 238**
Impostos sobre os lucros pagos		3 219	(3 197)
		197 429	**291 041**
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(3 301)	(44 348)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		10 853	-
Dividendos recebidos		3 537	3 849
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(316 612)	(95 952)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		145 215	77 507
Compra de imobilizações		(4 073)	(4 010)
Venda de imobilizações		2 163	(28)
		(162 218)	**(62 982)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		-	100 000
Aumento de capital de subsidiárias		(16 770)	-
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 36)		80 000	-
Emissão de obrigações		103 092	210 165
Reembolso de obrigações		(211 773)	(370 047)
Reembolso de passivos subordinados		(215)	(60 000)
Juros de outros instrumentos de capital		(231)	(225)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**(45 897)**	**(120 107)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**(10 686)**	**107 952**
Caixa e equivalentes no início do exercício		136 974	29 022
Caixa e equivalentes no fim do exercício		126 288	136 974
		(10 686)	**107 952**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15 a 16	37 529	117 663
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16 a 17	88 759	19 311
Total		**126 288**	**136 974**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE

O Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de Agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espirito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento. A denominação social do Banco foi alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda, Reino Unido e México.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong Internacional Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 7 de Dezembro de 2015, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Até 2015 as demonstrações financeiras eram preparadas de acordo com as NCA e os impactos desta alteração encontram-se identificadas na Nota 41.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2016.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de Março de 2017.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 27) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Imparidade

Em conformidade com as IFRS, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, (ii) para títulos de

dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade, (iii) desvalorização de 30% ou desvalorização consecutiva durante um ano.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima

descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

2.8. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro Equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei nº 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de Dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2011, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de

cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Benefícios de Empregados – Novo Acordo Coletivo de Trabalho

Até Junho de 2016, nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho – ACT do sector bancário subscrito pelas várias instituições financeiras, era devido o pagamento de um prémio de antiguidade no mês em que os Colaboradores (da actividade doméstica) completassem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço no sector bancário, de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

Em 14 de Junho de 2016 foi celebrado com os sindicatos do sector um novo ACT. A sua publicação no Boletim do Trabalho e do Emprego ocorreu no dia 8 de Agosto de 2016, tendo entrado em vigor no dia seguinte.

Com a entrada em vigor do novo ACT, o prémio de antiguidade foi eliminado, estando, no entanto, previsto o pagamento da parte proporcional do prémio de antiguidade para o aniversário em curso referente aos 15, 25 ou 30 anos de antiguidade bancária e correspondente ao tempo de bom e efectivo serviço no sector bancário na data da entrada em vigor do novo ACT. O novo ACT prevê o pagamento de um prémio de final de carreira correspondente a 1,5 vezes do valor da retribuição mensal efectiva auferida pelo Colaborador no momento da cessação do contrato de trabalho por passagem à situação de reforma.

O novo ACT mantém inalterado o regime de pensões e o regime complementar de saúde (SAMS) aplicável aos trabalhadores e reformados do setor bancário, tendo, contudo, estabelecido novas regras de financiamento dos SAMS a cargo das instituições de crédito. Com estas alterações, o valor dos encargos com os SAMS relativamente aos reformados e pensionistas passam de um valor percentual sobre o valor da pensão para um valor per capita fixo por tipo de beneficiário (reformado ou pensionista de sobrevivência).

Com o novo ACT, as promoções obrigatórias por antiguidade foram eliminadas, mantendo-se apenas a próxima promoção para os colaboradores que tenham sido promovidos até 31 de Dezembro de 2014.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de

administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.24. Investimentos em subsidiárias e associadas

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas subsidiárias e associadas.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade e valorização dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos;

(iii) Desvalorização de 30% ou desvalorização consecutiva durante um ano.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e activos e passivos ao justo valor através de resultados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e do contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre a existência de indicadores de imparidade, as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

Por outro lado, o Banco regista impostos diferidos de acordo com a política descrita na Nota 2.16, sendo os ativos por impostos diferidos registados apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Grupo com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da actividade do Grupo e ao timing de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, incluindo as medidas descritas na Nota 43, o regime fiscal aplicável em anos futuros e a realização de operações atualmente previstas pelo Banco, que foram considerados os mais adequados pelo Conselho de Administração do Banco face à informação disponível na data de aprovação das demonstrações financeiras. Não obstante, a utilização de pressupostos diferentes ao nível das variáveis anteriormente referidas poderia originar conclusões diferentes das que estiveram na base da

preparação destas demonstrações financeiras.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6. Perdas por imparidade em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas são analisados periodicamente com vista à identificação de sinais de imparidade. Caso existam, a imparidade é determinada de acordo com as regras definidas na IAS 36. Na ausência de um valor de mercado disponível, o valor recuperável é determinado normalmente com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento. Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

NOTA 4 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	12 550	-	12 550	17 471	-	17 471
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 301	3 301	-	2 600	2 600
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	948	-	948	1 305	-	1 305
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	3 622	-	3 622	7 259	-	7 259
Juros de derivados para gestão de risco	-	42	42	-	199	199
Outros juros e proveitos similares	76	-	76	114	-	114
	17 196	**3 343**	**20 539**	**26 149**	**2 799**	**28 948**
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	8 511	-	8 511	16 168	-	16 168
Juros de recursos de clientes	2 085	-	2 085	523	-	523
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	19 191	-	19 191	14 978	-	14 978
Juros de derivados para gestão de risco	-	33	33	-	173	173
Juros de passivos subordinados	125	-	125	430	-	430
Outros juros e custos similares	1 281	-	1 281	1 559	-	1 559
	31 193	**33**	**31 226**	**33 658**	**173**	**33 831**
	(13 997)	**3 310**	**(10 687)**	**(7 509)**	**2 626**	**(4 883)**

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.18 os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5 e 2.7.

NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos de instrumentos de capital		
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	3 537	3 849
	3 537	**3 849**
	3 537	**3 849**

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	14 979	40 348
Por garantias prestadas	3 465	5 172
Por operações realizadas por uma conta de terceiros	16 122	19 953
	34 566	**65 473**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 620	1 930
Por operações realizadas por terceiros	1 419	3 821
Por garantias recebidas	671	388
Outros custos com serviços e comissões	251	71
	3 961	**6 210**
	30 605	**59 263**

NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4 850	4 207	643	14 097	13 170	927
De outros emissores	5 198	2 511	2 687	4 377	1 903	2 474
Acções	4 185	3 926	259	5 238	4 366	872
	14 233	**10 644**	**3 589**	**23 712**	**19 439**	**4 273**
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	5 013	15 021	(10 008)	10 828	5 655	5 173
Contratos sobre taxas de juro	39 715	40 966	(1 251)	632 047	642 310	(10 263)
Contratos sobre acções/índices	25 591	29 684	(4 093)	202 789	217 028	(14 239)
Contratos sobre créditos	43 676	47 110	(3 434)	73 444	86 094	(12 650)
Outros	-	-	-	44 022	-	44 022
	113 995	**132 781**	**(18 786)**	**963 130**	**951 087**	**12 043**
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (1)						
Responsabilidades representadas por títulos	128	111	17	67	9	58
	128	**111**	**17**	**67**	**9**	**58**
	128 356	**143 536**	**(15 180)**	**986 909**	**970 535**	**16 374**

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

NOTA 8 - RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	7	(7)	14	3 046	(3 032)
De outros emissores	6	-	6	626	6	620
Instrumentos de Capital	1 080	-	1 080	-	2	(2)
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	17	(17)
	1 086	**7**	**1 079**	**640**	**3 071**	**(2 431)**

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	89 949	111 864	(21 915)	66 183	92 670	(26 487)
	89 949	**111 864**	**(21 915)**	**66 183**	**92 670**	**(26 487)**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – RESULTADOS NA ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Resultados na alienação de outros activos		
Activos não financeiros	41	(42)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 26)	(5 877)	34
	(5 836)	**(8)**
	(5 836)	**(8)**

NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Outros serviços de clientes	128	972
Impostos directos e indirectos	(4 223)	(3 440)
Outros resultados de exploração	6 096	(1 576)
	2 001	**(4 044)**

Os impostos directos e indirectos incluem 1 593 milhares de euros relativos do custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (31 de Dezembro de 2015: 1 611 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2016, não ocorreram custos relativos a Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (4 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2015) na rúbrica Outros Resultados de exploração, tendo sido reconhecidos custos de 1 293 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo de Resolução (1 441 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2015).

NOTA 12 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Vencimentos e salários		
Remunerações	30 781	26 645
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	(891)	207
Prémios de carreira (ver Nota 13)	583	-
Impacto da alteração das regras dos SAMS (Ver Nota 13)	(1 454)	-
Custos com pensões de reforma (ver Nota 13)	1 724	1 243
Outros encargos sociais obrigatórios	8 542	6 972
Outros custos	5 282	3 918
	44 567	**38 985**

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Haitong Bank são como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2016			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	2 444	14 451	16 895
Prémios de antiguidade	161	733	894
Remunerações variáveis	295	3 925	4 220
Total	**2 900**	**19 109**	**22 009**
2015			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	2 629	11 856	14 485
Prémios de antiguidade	69	90	159
Remunerações variáveis	-	3 780	3 780
Total	**2 698**	**15 726**	**18 424**

Considera-se na categoria de outro pessoal chave da gestão os Directores Executivos e os Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2016 não apresenta crédito concedido aos Órgãos de Administração, em 31 de Dezembro de 2015 ascendia a 315 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Haitong Bank analisa-se como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Funções directivas	243	234
Funções de chefia	4	4
Funções específicas	141	133
Funções administrativas	30	32
Funções auxiliares	15	10
	433	**413**

NOTA 13 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

No âmbito do segundo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de Pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se

encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2012, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consistiu numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificaram-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos.

Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. (50%) e a Mercer Portugal (50%), sendo a política de investimento definida pela Mercer Portugal.

De acordo com a política definida na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

Benefícios de Empregados – Novo Acordo Coletivo de Trabalho

Até Junho de 2016, nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho – ACT do sector bancário subscrito pelas várias instituições financeiras, era devido o pagamento de um prémio de antiguidade no mês em que os Colaboradores (da actividade doméstica) completassem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço no sector bancário, de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

Em 14 de Junho de 2016 foi celebrado com os sindicatos do sector um novo ACT. A sua publicação no Boletim do Trabalho e do Emprego ocorreu no dia 8 de Agosto de 2016, tendo entrado em vigor no dia seguinte.

Com a entrada em vigor do novo ACT, o prémio de antiguidade foi eliminado, estando, no entanto, previsto o pagamento da parte proporcional do prémio de antiguidade para o aniversário em curso referente aos 15, 25 ou 30 anos de antiguidade bancária e correspondente ao tempo de bom e efectivo serviço no sector bancário na data da entrada em vigor do novo ACT. O novo ACT prevê o pagamento de um prémio de final de carreira correspondente a 1,5 vezes do valor da retribuição mensal efectiva auferida pelo Colaborador no momento da cessação do contrato de trabalho por passagem à situação de reforma.

O novo ACT mantém inalterado o regime de pensões e o regime complementar de saúde (SAMS) aplicável aos trabalhadores e reformados do setor bancário, tendo, contudo, estabelecido novas regras de financiamento dos SAMS a cargo das instituições de crédito. Com estas alterações, o valor dos encargos com os SAMS relativamente aos reformados e pensionistas passam de um valor percentual sobre o valor da pensão para um valor per capita fixo por tipo de beneficiário (reformado ou pensionista de sobrevivência).

Com o novo ACT, as promoções obrigatórias por antiguidade foram eliminadas, mantendo-se apenas a próxima promoção para os colaboradores que tenham sido promovidos até 31 de Dezembro de 2014.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2016	31.12.2015
Pressupostos Financeiros		
Taxas de rendimento esperado	2.10%	2.50%
Taxa de desconto	2.10%	2.50%
Taxa de crescimento de pensões	0.50%	0.50%
Taxa de crescimento salarial	1.00%	1.00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 2 anos	TV 73/77 - 2 anos
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A referência a 31 de Dezembro de 2016 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Os participantes nos planos de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Activos	183	189
Reformados	26	22
Sobreviventes	7	7
TOTAL	**216**	**218**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	7 460	7 101
Activos	63 275	63 643
	70 735	**70 744**
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	**67 349**	**70 744**
Excesso de cobertura/(Valores a entregar ao fundo)	(3 386)	-
Activos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 35)	**(3 386)**	**-**
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	31 641	27 346

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades inicial	**70 744**	**63 867**
Custo do serviço corrente	1 724	1 243
Custo dos juros	1 763	1 590
Contribuições dos participantes	129	127
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(1 718)	8 827
- Alteração de pressupostos	5 937	4 008
- (Ganhos)/perdas de experiência	(7 655)	4 819
Pensões pagas pelo fundo	(453)	(268)
Impacto da alteração das regras dos SAMS (ver nota 12)	(1 454)	-
Transferência de responsabilidades	-	(4 642)
Responsabilidades final	**70 735**	**70 744**

Tendo por base a situação em 31 de Dezembro de 2016, e para certas alterações nos pressupostos actuariais, verificar-se-iam os seguintes impactos:

- Um aumento na taxa de desconto em 40 pontos base faria reduzir as responsabilidades em cerca de 6 097 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 6 716 milhares de euros;
- Aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 4 369 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 4 117 milhares de euros;

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial dos fundos	**70 744**	**63 002**
Rendimento real do fundo	(4 250)	(779)
Contribuições do Banco	1 179	13 304
Contribuições dos empregados	129	127
Pensões pagas pelo fundo	(453)	(268)
Transferência de responsabilidades	-	(4 642)
Saldo final dos fundos	**67 349**	**70 744**

No início de 2017, o Banco realizou uma contribuição extraordinária para o fundo de 3 324 milhares de euros, passando o valor do mesmo para 70 673 milhares de euros, o que representa um nível de financiamento das responsabilidades de 99.9%.

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	% Carteira	
	2016	2015
Obrigações	15,00%	55,30%
Acções	5,80%	26,70%
Investimento alternativo	0,00%	2,60%
Fundos Mistos	0,00%	0,00%
Imobiliário	0,90%	1,90%
Liquidez	78,30%	13,50%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo. A evolução dos desvios actuariais acumulados reflectidos em outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Desvios actuariais acumulados em 1 de Janeiro	**27 346**	**16 454**
- Alteração de pressupostos actuariais	5 937	4 008
- (Ganhos)/perdas de experiência	(1 642)	6 884
Desvios actuariais acumulados em 31 de Dezembro	**31 641**	**27 346**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Custo do serviço corrente	1 724	1 243
Custo / (Proveitos) de juros	-	304
Custos do exercício	**1 724**	**1 547**

A partir de 1 de Janeiro de 2014, na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos / proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	**-**	**(865)**
Custo do exercício	(1 724)	(1 547)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(4 295)	(10 892)
Contribuições do Banco	1 179	13 304
Impacto da alteração das regras dos SAMS	1 454	-
Saldo final	**(3 386)**	**-**

A evolução das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Responsabilidades	(70 735)	(70 744)	(63 867)	(57 179)	(42 472)
Saldo dos fundos	67 349	70 744	63 002	54 455	50 870
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**(3 386)**	**-**	**(865)**	**(2 724)**	**8 398**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(7 655)	177	(7 097)	2 931	(472)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	6 013	6 707	(834)	(1 441)	(2 275)

Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de antiguidade são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades iniciais	**2 171**	**2 162**
Custo do exercício (Ver Nota 12)	(891)	207
Prémios pagos	(1 280)	(198)
Responsabilidades finais (ver Nota 35)	**-**	**2 171**

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Conforme anteriormente descrito, o prémio de antiguidade foi eliminado em 2016, na sequência da entrada em vigor do novo acordo ACT do sector bancário. A responsabilidade com prémios de antiguidade, em 31 de Dezembro de 2015, encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

Prémios de carreira

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades iniciais	**-**	**-**
Custo do exercício (Ver Nota 12)	583	-
Responsabilidades finais (ver Nota 35)	**583**	**-**

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémio de carreira foi introduzida em 2016, na sequência da entrada em vigor do novo ACT do sector bancário.

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

NOTA 14 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas e alugueres	6 127	6 292
Publicidade e publicações	701	314
Comunicações e expedição	5 782	5 658
Deslocações e representação	3 840	4 102
Conservação e reparação	1 202	1 288
Seguros	635	238
Judiciais e contencioso	187	59
Serviços especializados		
Informática	3 849	3 882
Mão de obra eventual	135	226
Trabalho independente	2 856	2 582
Outros serviços especializados	5 259	3 692
Outros custos	2 050	2 243
	32 623	**30 576**

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até um ano	698	1 062
De um a cinco anos	1 930	1 906
	2 628	**2 968**

Os honorários acordados para o exercício de 2016 e 2015 com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e pelos auditores externos, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Revisão legal das contas anuais	218	83
Outros serviços de garantia de fiabilidade	153	604
Consultoria fiscal	-	39
Outros serviços que não revisão legal das contas	40	184
Valor total dos serviços acordados	**411**	**910**

NOTA 15 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Resultado líquido do exercício [1]	(151 512)	(180 830)
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	**85 254**	**66 023**
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	**-1.78**	**-2.74**

[1] Corresponde ao resultado líquido do período ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 16 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	7	7
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	37 489	117 515
Outros bancos centrais no estrangeiro	33	141
	37 522	**117 656**
	37 529	**117 663**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 37 milhões de euros (31 de Dezembro de 2015: 118 milhões de euros) que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2016 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,00% (31 de Dezembro de 2015: 0,05%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2016 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2016 a 24 de Janeiro de 2017, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 930 milhares de euros.

NOTA 17 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	69 203	3 100
	69 203	**3 100**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	19 556	16 211
	19 556	**16 211**
	88 759	**19 311**

NOTA 18 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	8 008	2 090
De outros emissores	66 086	31 131
Acções	9 666	1 185
	83 760	34 406
Derivados	310 207	465 177
	393 967	**499 583**
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos		
Vendas a descoberto	12 674	-
Derivados	283 009	420 817
	295 683	**420 817**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	1 041	5 870
De 3 meses a um ano	24 709	5 975
De um a cinco anos	40 995	14 356
Mais de cinco anos	7 349	7 020
Duração indeterminada	9 666	1 185
	83 760	**34 406**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Banco, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Banco reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	8 008	-	8 008	2 090	-	2 090
De outros emissores	34 589	31 497	66 086	15 402	15 729	31 131
Acções	9 666	-	9 666	1 185	-	1 185
Total valor de balanço	**52 263**	**31 497**	**83 760**	**18 677**	**15 729**	**34 406**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição à dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro é apresentada na Nota 42.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		1 091	4 190		3 365	583
- compras	206 689			243 982		
- vendas	211 215			242 675		
Currency Swaps		1 731	62		597	2 263
- compras	189 013			232 045		
- vendas	187 066			233 255		
Currency Interest Rate Swaps		12 772	12 772		1 216	1 216
- compras	48 912			15 794		
- vendas	48 912			15 794		
Currency Options		293	294		546	465
- compras	22 465			67 945		
- vendas	27 536			68 724		
	941 808	**15 887**	**17 318**	**1 120 214**	**5 724**	**4 527**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements		-	-		715	625
- compras	-			552 238		
- vendas	-			552 238		
Interest Rate Swaps		251 663	226 511		327 976	288 767
- compras	5 000 534			6 585 805		
- vendas	5 000 534			6 585 805		
Interest Rate Caps & Floors		8 861	8 862		10 778	10 778
- compras	449 525			891 264		
- vendas	459 525			901 264		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	6 010			-		
- vendas	84 170			-		
Future Options	-	-	-		-	-
- compras	-	-	-	-	-	-
- vendas	-			5 950		
	11 000 298	**260 524**	**235 373**	**16 074 564**	**339 469**	**300 170**
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps		17 096	17 044		24 596	24 801
- compras	192 773			263 351		
- vendas	192 773			263 351		
Equity / Index Options		2 800	2 800		7 404	4 463
- compras	15 470			26 733		
- vendas	15 470			26 733		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- compras	12 988			-		
- vendas	20 567			-		
	450 041	**19 896**	**19 844**	**580 168**	**32 000**	**29 264**
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps		13 900	10 474		87 984	86 856
- compras	295 479			471 888		
- vendas	229 071			432 668		
	524 550	**13 900**	**10 474**	**904 556**	**87 984**	**86 856**
Total	**12 916 697**	**310 207**	**283 009**	**18 679 502**	**465 177**	**420 817**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	610 599	522 246	(1 341)	727 604	723 452	2 742
De 3 meses a um ano	572 613	562 630	(365)	1 012 875	1 012 876	354
De um a cinco anos	3 289 165	3 350 519	25 461	4 911 581	4 938 321	32 616
Mais de cinco anos	2 004 462	2 004 463	3 443	2 676 397	2 676 396	8 648
	6 476 839	**6 439 858**	**27 198**	**9 328 457**	**9 351 045**	**44 360**

NOTA 19 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	290 692	44	(993)	-	289 743
De outros emissores	137 650	-	(3 437)	-	134 213
Acções	1 870	8	-	(1 768)	110
Outros títulos de rendimento variável	6 883	5	-	(4 172)	2 716
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**437 095**	**57**	**(4 430)**	**(5 940)**	**426 782**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	21 932	28	(2 576)	-	19 384
De outros emissores	139 399	71	(2 706)	-	136 764
Acções	2 482	48	-	(1 953)	577
Outros títulos de rendimento variável	7 524	-	-	(4 345)	3 179
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**171 337**	**147**	**(5 282)**	**(6 298)**	**159 904**

(1) Custo de aquisição para acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo a 1 de janeiro	6 298	7 841
Dotações	27	867
Utilizações	(385)	(2 410)
Saldo final	**5 940**	**6 298**

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 335 964 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (100 224 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015).

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	365 108	97 471
De 3 meses a um ano	522	17 116
De um a cinco anos	17 924	538
Mais de cinco anos	40 401	41 023
Duração indeterminada	2 827	3 756
	426 782	**159 904**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	289 743	-	289 743	19 384	-	19 384
De outros emissores	5 646	128 567	134 213	-	136 764	136 764
Acções	60	50	110	516	61	577
Outros títulos de rendimento variável	-	2 716	2 716	-	3 179	3 179
Total valor de balanço	**295 449**	**131 333**	**426 782**	**19 900**	**140 004**	**159 904**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição à dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro é apresentada na Nota 42.

NOTA 20 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	6 718	-
Operações com acordo de revenda	-	39 976
	6 718	**39 976**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	24 182	102 075
Outras aplicações	19 323	15 997
	43 505	**118 072**
	50 223	**158 048**
Perdas por imparidade	(15 419)	(15 397)
	34 804	**142 651**

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	42 720	157 128
De 3 meses a um ano	796	-
Mais de cinco anos	6 707	920
	50 223	**158 048**

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo a 1 de Janeiro	15 397	15 216
Dotações	965	149
Reversões	(954)	-
Diferenças de câmbio e outras	11	32
Saldo final	**15 419**	**15 397**

NOTA 21 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	83	50
Empréstimos	344 399	403 244
Outros créditos	1 953	45 894
A particulares		
Habitação	320	358
	346 755	**449 546**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	48 430	94 893
Operações com acordo de revenda	19 780	-
Outros créditos	3 246	5 141
	71 456	**100 034**
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	54	17 555
Há mais de 90 dias	144 094	55 840
	144 148	**73 395**
	562 359	**622 975**
Perdas por imparidade do crédito	(164 047)	(230 362)
	398 312	**392 613**

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	26 315	56 331
De 3 meses a um ano	18 607	55 366
De um a cinco anos	104 776	117 711
Mais de cinco anos	268 513	320 172
Duração indeterminada	144 148	73 395
	562 359	**622 975**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo a 1 de Janeiro	230 362	277 372
Dotações	81 622	59 543
Utilizações	(41 318)	(674)
Reversões	(48 843)	(19 470)
Transferências	(59 240)	(86 484)
Diferenças de câmbio e outras	1 464	75
Saldo final	**164 047**	**230 362**

O Banco efectua a renegociação de um crédito tendo em vista a maximização da recuperação do mesmo. Um crédito é renegociado de acordo com critérios selectivos, baseados na análise das circunstâncias em que o mesmo se encontra em situação de vencido, ou quando existe um risco elevado de que tal venha a acontecer, na verificação de que o cliente efectuou um esforço razoável de cumprimento das condições contratuais anteriormente acordadas e é expectável que tenha capacidade para cumprir os novos termos acordados. A renegociação normalmente inclui a extensão da maturidade, alteração dos períodos de pagamento definidos e/ou alteração dos covenants dos contractos. Sempre que possível, a renegociação é acompanhada pela obtenção de novos colaterais. Os créditos renegociados são ainda objecto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, actualizadas à taxa de juro original efectiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Em 31 de Dezembro de 2016, o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 123 871 milhares de euros de crédito renegociado (222 250 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015). Em 31 de Dezembro de 2016, as perdas por imparidade reconhecidas relativamente aos créditos renegociados em balanço ascendem a 159 818 milhares de euros (157 067 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015). O juro reconhecido na demonstração dos resultados ascende a 7 697 milhares de euros (6 688 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015).

A distribuição de Crédito a clientes por tipo de taxas é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Taxa fixa	141 364	137 537
Taxa variável	420 995	485 438
	562 359	**622 975**

NOTA 22 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	-	10
Outros contratos	-	24
	-	**34**
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	-	10
Outros contratos	-	49
	-	**59**
	-	**(25)**

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

No exercício de 2016 não existiram operações de derivados de cobertura. As operações de cobertura verificadas em 2015 maturaram antes de 31 de Dezembro de 2016.

a) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.3, 2.5 e 2.7 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura.

A 31 de Dezembro de 2016 não existiam operações de cobertura de justo valor activas. As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2015 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2015									
		Derivado				Passivo associado			
		Nocional							
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Compra	Venda	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	1 647	3 293	(25)	(24)	(1)	26	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Swap	3 294	3 294	-	(1)	-	32	-	-
		4 941	**6 587**	**(25)**	**(25)**	**(1)**	**58**	**-**	**-**

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2015, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2015			
	Outros derivados p/ gestão de risco		
	Nocional		
	Compra	Venda	Justo Valor
Até 3 meses	4 941	6 587	(25)
	4 941	**6 587**	**(25)**

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Subsidiárias adquiridas para revenda	3 600	3 600
	3 600	**3 600**

Os activos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, os activos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo.

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata das subsidiárias classificadas como disponíveis para venda. No entanto, face às condições actuais do mercado não tem sido possível concretizar as alienações no prazo inicialmente previsto. O Banco continua a desenvolver todos os esforços com vista a concretização do plano de alienação estabelecido.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Imóveis		
De serviço próprio	-	642
Beneficiações em edifícios arrendados	6 141	7 618
	6 141	**8 260**
Equipamento		
Equipamento informático	12 050	11 069
Instalações interiores	3 361	3 949
Mobiliário e material	3 064	3 411
Máquinas e ferramentas	1 020	1 077
Material de transporte	68	115
Equipamento de segurança	286	373
Outros	167	146
	20 016	**20 140**
	26 157	**28 400**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	-	37
Equipamento	242	687
	242	**724**
	26 399	**29 124**
Depreciação acumulada	(21 091)	(21 779)
	5 308	**7 345**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**8 133**	**19 897**	**363**	**28 393**
Adições	127	303	687	1 117
Abates / vendas	-	(60)	-	(60)
Variação cambial e outros movimentos	-	-	(326)	(326)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**8 260**	**20 140**	**724**	**29 124**
Adições	58	1 219	728	2 005
Abates / vendas	(2 177)	(1 829)	(213)	(4 219)
Transferências	-	486	(486)	-
Variação cambial e outros movimentos	-	-	(511)	(511)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**6 141**	**20 016**	**242**	**26 399**
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**4 663**	**14 508**	**-**	**19 171**
Depreciações do exercício	558	2 113	-	2 671
Abates / vendas	-	(63)	-	(63)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**5 221**	**16 558**	**-**	**21 779**
Depreciações do exercício	515	1 674	-	2 189
Abates / vendas	(1 316)	(1 561)	-	(2 877)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**4 420**	**16 671**	**-**	**21 091**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2016	**1 721**	**3 345**	**242**	**5 308**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	**3 039**	**3 582**	**724**	**7 345**

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	29 087	27 056
Outras	916	916
	30 003	**27 972**
Imobilizações em curso	1 302	2 460
	31 305	**30 432**
Amortização acumulada	(19 101)	(16 847)
	(19 101)	**(16 847)**
	12 204	**13 585**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**23 002**	**916**	**4 209**	**28 127**
Adições:				
Adquiridas a terceiros	1 030	-	1 855	2 885
Abates / vendas	(14)	-	-	(14)
Transferências	3 039	-	(3 039)	-
Variação cambial	(1)	-	(565)	(566)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**27 056**	**916**	**2 460**	**30 432**
Adições:				
Adquiridas a terceiros	1 354	-	714	2 068
Abates / vendas	(1 014)	-	(115)	(1 129)
Transferências	1 691	-	(1 691)	-
Variação cambial	-	-	(66)	(66)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**29 087**	**916**	**1 302**	**31 305**
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**13 950**	**916**	**-**	**14 866**
Amortizações do exercício	2 021	-	-	2 021
Abates / vendas	(39)	-	-	(39)
Variação cambial e outros movimentos	(1)	-	-	(1)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**15 931**	**916**	**-**	**16 847**
Amortizações do exercício	2 586	-	-	2 586
Abates / vendas	(349)	-	-	(349)
Variação cambial e outros movimentos	17	-	-	17
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**18 185**	**916**	**-**	**19 101**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2016	**10 902**	**-**	**1 302**	**12 204**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	**11 125**	**-**	**2 460**	**13 585**

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2016				31.12.2015			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação
Empresas Associadas								
MCO2 - SOC. GESTORA DE FUNDOS DE INV MOBILIARIO, S.A.	7 375	25.00%	100.00	738	7 375	25.00%	100.00	738
Empresas Subsidiárias								
HAITONG (UK) LIMITED	164 031 379	100.00%	1.17	171 520	164 031 379	100.00%	1.36	171 520
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	101 870 930	80.00%	0.58	174 496	101 870 930	80.00%	0.46	174 496
HAITONG SECURITIES INDIA PRIVATE LIMITED	-	0.00%	0.00	-	4 432 472	75.00%	0.01	8 859
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	5 000 000	100.00%	5.00	42 660	5 000 000	100.00%	5.00	42 660
HAITONG INVESTMENT IRELAND PUBLIC LIMITED COMPANY	164 994	100.00%	5.00	825	164 994	100.00%	5.00	825
LUSITANIA CAPITAL SAPI DE CV SOFOM ENR	1 000 000	100.00%	0.05	59	1 000 000	100.00%	0.05	59
HAITONG SECURITIES USA	1 000 000	100.00%	948.68	12 200				
				402 498				**399 157**
Perdas por imparidade				(165 917)				(131 926)
				236 581				**267 231**

Em 31 de Dezembro de 2016 as perdas por imparidade incluem o montante 165 383 milhares de euros relativo à Haitong (UK) Limited.

No decorrer do exercício de 2016, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

Empresas Subsidiárias

- Em Janeiro de 2016 a Haitong Securities USA LLC foi adicionada ao scope de empresas consolidadas no Haitong Bank, S.A., apesar de ter sido constituída em 30 de Setembro de 2015. O Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente a realização de capital inicial desta sociedade, no montante de 300 000 dólares.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities USA LLC, a que correspondeu um investimento de 10 000 milhares de dólares.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities India Private Limited, a que correspondeu um investimento de 344 748 milhares de rupias indianas. O Haitong Bank, S.A. subscreveu 13 725 289 acções, passando assim a deter 19 635 252 acções da empresa.
- Em Março de 2016, o Haitong Bank, S.A. concluiu a liquidação da sua sucursal de Nova Iorque, tendo devolvido a respectiva licença ao New York Department of Financial Services, e passado a desenvolver as suas actividades através do escritório de representação.
- Em Maio de 2016, o Haitong Bank, S.A. completou a aquisição de 1 477 491 acções detidas pelo accionista minoritário da Haitong Securities India Private Limited, pelo montante global de INR 245 795 160.
- Em Julho de 2016 concretizou-se a dissolução da Haitong & Company (UK) Limited.
- Em Setembro de 2016, o Haitong Bank, S.A., foi autorizado a iniciar funções de corretagem através da subsidiária Haitong Securities USA LLC, por conseguinte, fechou o escritório de representação de Nova Iorque.
- Em Outubro de 2016, o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Haitong Securities USA LLC, a que correspondeu um investimento de 3 438 milhares de dólares.
- Em Outubro de 2016, foi alterada a denominação social do Espirito Santo Investimentos, S.A., para Haitong Negócios, S.A..
- Em Dezembro de 2016, o Haitong Bank, S.A. vendeu a participação na Haitong Securities India Private Limited, de 19 635 252 acções, tendo recebido 11 365 milhares de dólares.

O movimento de imparidade verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	131 926	3 995
Dotações	33 991	131 392
Utilizações	-	(3 461)
Saldo final	**165 917**	**131 926**

Anualmente o Banco procede à análise da imparidade das participações financeiras seguindo o disposto no IAS 36 – Imparidade de activos.

O valor recuperável da Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. foi determinado com base na metodologia dos cash-flows descontados com base (i) no business plan da empresa os próximos 5,5 anos e (ii) uma taxa de desconto de 13,7%. Com base nestes pressupostos o Conselho de Administração considera (não haver lugar ao reconhecimento de imparidade relativamente ao custo da participação desta empresa) em 31 de Dezembro de 2016.

O Banco efectuou uma análise de sensibilidade ao valor recuperável da Haitong Capital (i) fazendo variar em cerca de 65% as receitas previstas no business plan dos próximos 5,5 anos e (ii) mantendo as restantes variáveis inalteradas. Com base nesta análise de sensibilidade, não foi identificada perda de imparidade em relação a esta participação.

Não obstante a análise efectuada com base nos pressupostos descritos, o valor recuperável do investimento na Haitong Capital, depende da capacidade desta empresa e do Grupo de executar as medidas necessárias com vista a permitir a realização do plano de negócios.

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	129 851	232 502
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	150 711	150 550
Sector público administrativo	3 870	192
Devedores por operações sobre Futuros	11 844	17 051
Outros devedores diversos	22 379	32 694
	318 655	432 989
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(7 525)	(8 408)
	311 130	**424 581**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	23 215	6 650
Outros activos	8 306	5 515
	31 521	**12 165**
Proveitos a receber	**799**	**2 217**
Despesas com custo diferido	**4 810**	**4 070**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	2 579	4 004
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	35 735	187 391
Outras operações a regularizar	25 540	18 277
	63 854	**209 672**
	412 114	**652 705**

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem operações realizadas com títulos registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5., a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros Activos são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo a 1 de Janeiro	8 408	10 711
Dotações	4 449	10 847
Utilizações	(339)	(582)
Reversões	(6 006)	(11 558)
Transferências	971	(1 113)
Diferenças de câmbio e outras	42	103
Saldo final	**7 525**	**8 408**

NOTA 28 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica inclui uma operação de Mercado Monetário Interbancário com o Banco de Portugal com o montante de 60 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 61 100 milhares de euros) e sem juro corrido à data (31 de Dezembro de 2015: 39 milhares de euros), com vencimento em Setembro de 2018.

NOTA 29 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
No país		
Mercado monetário interbancário	51 497	-
Recursos a muito curto prazo	12 809	-
Depósitos	1 884	337
Operações com acordo de recompra	12 380	15 215
Outros recursos	7	-
	78 577	**15 552**
No estrangeiro		
Depósitos	12 580	47 016
Empréstimos	810 000	750 000
Outros recursos	105	9
	822 685	**797 025**
	901 262	**812 577**

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	138 886	47 362
De um a cinco anos	762 376	765 215
	901 262	**812 577**

NOTA 30 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	20 649	9 850
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	243 717	105 049
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	13 810	19 367
Outros Depósitos	1 580	1 291
Outros	9	52
	15 399	**20 710**
	279 765	**135 609**

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Exigível à vista	20 658	9 902
Exigível a prazo		
Até 3 meses	152 893	51 160
De 3 meses a um ano	104 269	74 347
De um a cinco anos	1 945	200
	259 107	125 707
	279 765	**135 609**

NOTA 31 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades representados por títulos		
Euro Medium Term Notes	103 092	211 787
Obrigações de caixa	-	652
	103 092	**212 439**

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 40.

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica incluía 1 622 milhares de euros (0 a 31 de Dezembro de 2016) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 22).

Durante o exercício de 2015 o Banco procedeu à emissão de novos títulos no valor de 210 165 milhares de euros (não procedeu à emissão de novos títulos durante o exercício de 2016), tendo sido reembolsados 370 milhares de euros milhares de euros (31 de Dezembro de 2016: 108 695 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	-	2 274
De um a cinco anos	103 092	210 165
	103 092	**212 439**

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

				31.12.2016		
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT BANK	HTB FLOATING RATE DEC18 (HTB-S-892)	EUR	2015	103 092	2018	Euribor3m + 3.95%
				103 092		

(milhares de euros)

					31.12.2015		
Entidade	Descrição		Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT BANK	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016		EUR	2006	652	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
HT BANK	BESI MAR2016 FTD CRD LKD USD	a)	USD	2013	1 622	2016	Taxa Fixa 6% + Indexada ao evento de crédito
HT BANK	HTB FLOATING RATE DEC18 (HTB-S-892)		EUR	2015	210 165	2018	Euribor3m + 3.95%
					212 439		

a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido

NOTA 32 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**11 559**	**-**	**11 559**
Dotações	1 250	15 254	16 504
Reversões	(8 214)	(494)	(8 708)
Tranferências	(76)	87 972	87 896
Diferenças de câmbio e outras	(64)	(449)	(513)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**4 455**	**102 283**	**106 738**
Dotações	2 512	21 560	24 072
Reversões	-	(14 762)	(14 762)
Utilizações	-	(86 730)	(86 730)
Transferências	-	58 269	58 269
Diferenças de câmbio e outras	126	512	638
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	**7 093**	**81 132**	**88 225**

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

NOTA 33 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2015 e 2016 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente a uma taxa média que resulta da aplicação dos escalões de Derrama Estadual prevista na Lei nº 2/2014, de 10 de Janeiro.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para os exercícios de 2016 e 2015, o imposto diferido foi apurado às taxas de 27,08% e 27,7% respectivamente, que correspondem às taxas estimadas de recuperação dos impostos diferidos activos, atendendo à descida da taxa de IRC para 21%, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e que foi mantida

para o exercício de 2016, bem como, considerando o anteprojecto de alteração de regime fiscal associado a provisões e imparidade.

Para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2012, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (17 anos), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são recuperáveis nos prazos de 10 e 17 anos.

As declarações de autoliquidação, do Banco, relativas aos exercícios de 2016 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro ou seis anos em caso de existência de prejuízos Version 6 (10/03/2017) fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras individuais.

Regime Especial aplicável aos Activos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos (READ) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de Agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos activos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- apuramento de resultado líquido negativo;
- liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 5 869 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 6 456 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2016.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido negativo com referência a 31 de Dezembro de 2016, deverá em 2017, e após aprovação das contas, converter em créditos tributários os impostos diferidos abrangidos pelo regime em causa, na proporção entre o resultado líquido e os capitais próprios, bem como, proceder à constituição de uma reserva especial e de direitos de conversão em acções representativas do capital social atribuíveis ao Estado Português.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que

conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de acções ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido aos accionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de Novembro.

O montante dos activos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de Agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	20%
Madrid	30%
Varsóvia	19%

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o rendimento	305	5 947	(2 615)	(2 784)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	5 869	-	-	-
Imposto corrente activo/(passivo)	**6 174**	**5 947**	**(2 615)**	**(2 784)**

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Líquido	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Activos financeiros disponíveis para venda	1 213	1 423	1 213	1 423
Crédito a clientes	86 746	92 694	86 746	92 694
Provisões	714	-	714	-
Fundo de Pensões	9 227	8 544	9 227	8 544
Outros	4	-	4	-
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	412	-	412
Prejuízos fiscais reportáveis	31 432	8 294	31 432	8 294
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	**129 337**	**111 367**	**129 337**	**111 367**

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo a 1 de Janeiro	111 367	81 772
Reconhecido em resultados	18 026	27 685
Reconhecido em reservas de justo valor	(210)	(992)
Reconhecido em outras reservas	150	2 903
Variação cambial e outros	4	(1)
Saldo final (Activo/(Passivo))	**129 337**	**111 367**

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2016 e 2015 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Activos financeiros disponíveis para venda	-	210	-	992
Crédito a clientes	4 573	-	(14 445)	-
Provisões	(715)	-	74	-
Fundo de Pensões	(533)	(150)	(6 324)	(2 121)
Outros	(4)	-	-	-
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	412	-	(1 147)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(21 759)	-	(5 843)	(782)
	(18 026)	**60**	**(27 685)**	**(1 911)**
Impostos Correntes	(3 615)	-	(3 896)	-
Total do imposto reconhecido	**(21 641)**	**60**	**(31 581)**	**(1 911)**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		**(172 923)**		**(212 186)**
Taxa de imposto do Haitong Bank	21.0		21.0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		(36 314)		(44 559)
Mais/menos-valias não tributadas	(0.7)	1 269	(13.0)	27 583
Proveitos não tributáveis	0.0	-	1.4	(2 966)
Imposto sobre lucros das sucursais	0.2	(364)	0.0	-
Tributação autónoma	(1)	1 136	(0.4)	906
Alterações de estimativas	0.0	-	2.8	(5 995)
Benefícios fiscais	0.0	-	0.0	(1)
Custos não dedutíveis	(5.2)	8 933	(0.4)	933
Impacto de redução de taxa	(1.3)	2 241	0.0	-
Outros	(0.8)	1 458	3.5	(7 482)
	12.5	**(21 641)**	**14.9**	**(31 581)**

No seguimento da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi sucessivamente prorrogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro. A 31 de Dezembro de 2016 o Banco reconheceu como custo do exercício o valor de 1.593 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 1 611 milhares de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

NOTA 34 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rúbrica Passivos Subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	-	215
	-	**215**

Em 31 de Dezembro de 2015, as principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)

		31.12.2015					
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
HTBK	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	EUR	2003	215	215	Indexada à CMS	2033
					215		

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o Banco não emitiu qualquer passivo subordinado, tendo sido reembolsados 215 milhares de euros em 2016 e 60 000 milhares de euros em 2015.

NOTA 35 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	3 256	3 574
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	3 100	7 297
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	39 932	39 419
Credores por fornecimento de bens	1 568	1 445
Outros credores	6 388	297
	54 244	**52 032**
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	-	2 171
Prémios de final de carreira (ver Nota 13)	583	-
Outros custos a pagar	8 261	9 192
	8 844	**11 363**
Receitas com proveito diferido	**82**	**659**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	21 355	185 217
Operações cambiais a liquidar	383	97
Outras operações a regularizar	66 626	18 312
	88 364	**203 626**
Pensões de reforma (Nota 13)	**3 386**	**-**
	154 920	**267 680**

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

As rúbricas de Outras operações a regularizar inclui valores a regularizar decorrentes do exercício execução de garantias prestadas à subsidiária na Irlanda (ver Nota 39).

NOTA 36 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista de 100% do capital do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social do Haitong Bank ascende a 426 269 milhares de euros e encontra-se representado por 85 253 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detido pelo Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e pari passu relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 encontram-se em circulação 3 731 milhares de euros destas obrigações. No exercício de 2016 o Grupo efectuou o pagamento de juros no montante de 231 milhares de euros os quais foram registados com uma dedução de reservas (225 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015).

Em Maio de 2016, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 80 000 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

NOTA 37 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Reexpresso)	**(8 716)**	**2 414**	**(6 302)**	**39 878**	**(15 383)**	**132 177**	**156 672**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	-	(7 989)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Alterações de justo valor	3 580	(991)	2 589	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(31 037)	(31 037)
Reserva de Fusão	-	-	-	-	-	1 274	1 274
Outros movimentos	-	-	-	-	-	309	309
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reexpresso)	**(5 136)**	**1 423**	**(3 713)**	**39 878**	**(23 372)**	**102 498**	**119 004**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 626)	-	(2 626)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(231)	(231)
Alterações de justo valor	761	(209)	552	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(180 605)	(180 605)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	13	13
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**(4 375)**	**1 214**	**(3 161)**	**39 878**	**(25 998)**	**(78 325)**	**(64 445)**

Na sequência da adesão ao READ, e atento o apuramento de um resultado líquido negativo com referência a 31 de Dezembro de 2015, e conforme referido na Nota 33, foi constituída, no ano de 2016, uma reserva especial no valor de 6 456 milhares de euros, por contrapartida de reserva livre.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo a 1 de Janeiro	**(3 714)**	**(6 302)**
Variação de justo valor	1 814	282
Alienações do exercício	(1 079)	2 431
Imparidade reconhecida no exercício	27	867
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(209)	(992)
Saldo final	**(3 161)**	**(3 714)**

NOTA 38 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	631 842	1 038 622
Activos financeiros dados em garantia	321 940	85 767
	953 782	**1 124 389**
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	4 921	34 018
	4 921	**34 018**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 60 000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2016 (em 2015 não existem operações) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 237 965 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 83 854 milhares de euros) sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 297 965 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2016 (31 de Dezembro de 2015: 83 854 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 155 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 1 813 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2015: 100 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra no montante de 23 720 milhares de euros (em 2015 não existem operações).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão.

Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	552 660	681 400
Outras responsabilidades por prestação de serviços	1 608 690	2 190 649
	2 161 350	**2 872 049**

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor de outras responsabilidades por prestação de serviços inclui 1 451 252 milhares de euros relativos a crédito sindicado sob gestão (1 957 750 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015) e 157 437 milhares de euros referentes a gestão discricionária (232 899 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015).

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank era réu em dois processos relacionados com o aumento de capital do BES ocorrido em Junho de 2014. Num deles, o Tribunal decidiu extinguir a instância por “deserção”, decisão que já foi confirmada pelo Tribunal da Relação de Lisboa. No outro, o Tribunal decidiu também extinguir a instância por “deserção”, mas os Autores ainda podem recorrer, embora se antecipe que a decisão de 1ª

Instância será confirmada pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

O Haitong Bank é réu em 78 processos quase todos relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES (Rioforte e ESI – Espirito Santo International) (2 deles dizem respeito a emissões de *notes* pela filial do Haitong Bank na Irlanda (a HIIP) que tinham como activo subjacente obrigações emitidas pela Espírito Santo Financial Portugal (ESFP)), que deram entrada nos tribunais em 2015 e 2016.

Na nota 38 relativa às contas de 2015, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma e em condições reforçadas, como se passa a expor.

Quanto às acções relacionadas com emissões de papel comercial do GES, é verdade que o Haitong Bank (então denominado BESI - Banco Espírito Santo de Investimento) desempenhou o papel de agente administrativo em diversas emissões, tendo tratado da integração das mesmas na Central de Valores Mobiliários, e de agente pagador, cabendo-lhe tratar dos pagamentos de juros e de capital a favor dos titulares destes valores mobiliários (naturalmente, no pressuposto de receber, da entidade emitente, os fundos necessários para o efeito). Porém, estas emissões foram objecto de oferta particular, não tendo o BESI participado na colação das mesmas nem estabelecido quaisquer contactos com os investidores. Sendo as respectivas notas informativas inequívocas no sentido de que a responsabilidade pela informação nelas contidas cabe exclusivamente às respectivas sociedades emitentes. Quanto aos 2 mencionados processos relacionados com emissões da HIIP, estas correspondem a *credit linked notes*, cuja remuneração e reembolso se encontravam dependentes de factos (nomeadamente a insolvência) associados à entidade emitente do activo subjacente, no caso a ESFP que, como se sabe, foi declarada insolvente, caso em que os investidores devem receber o próprio activo subjacente ou o produto da sua venda. As condições destas emissões constam claramente dos seus documentos informativos, além de que o BESI não procedeu à colocação destas emissões junto dos investidores.

Esta opinião foi entretanto corroborada por diversas decisões judiciais.

Assim, em 4 dos processos relativos ao papel comercial do GES, os Tribunais decidiram absolver totalmente o Haitong Bank, sem necessidade de realizar julgamento, com base em argumentos essencialmente idênticos aos expostos supra. Podem ser interpostos recursos destas decisões. Contudo, a sua fundamentação reforça o entendimento de que o Haitong Bank será absolvido em todos estes processos.

Pelo exposto, o Haitong Bank não constituiu qualquer provisão derivada da existência dos referidos processos judiciais.

Fundo de Resolução

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução ('FR'), o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma. Assim, e desde a sua constituição, o Banco procedeu à contribuição inicial para o FR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei e às contribuições periódicas de 2013 e 2014, nos termos do artigo 4º do Decreto- Lei.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida.

O Fundo de Resolução emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: "esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial

afigura-se, desta forma, remota."

Subsequentemente, após a emissão do referido comunicado do FR, no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de "…eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências.". De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância associado a este processo é elevado, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou em eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Adicionalmente, o Banco de Portugal determinou, em 19 e 20 de Dezembro de 2015, uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF'), não estando igualmente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas com este processo.

Nessa conformidade, à data de 31 de Dezembro de 2016, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor das eventuais perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo ou das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF e da forma como as mesmas poderão vir a afectar o FR. Não obstante, face às medidas anunciadas em Setembro de 2016 é expectativa do Banco que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao BANIF.

Em 2015, e no âmbito da constituição do Fundo de Resolução Europeu, o Banco teve de efectuar uma contribuição inicial no valor de 1 006 milhares de euros. O Fundo de Resolução Europeu não cobre as situações em curso, a 31 de Dezembro de 2015, junto do Fundo de Resolução Nacional.

Em 28 de Setembro de 2016 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado no qual é indicado que a maturidade do empréstimo que se vencia em 31 de Dezembro de 2017 seria ajustada de forma a garantir a capacidade do Fundo para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências a que se encontra exposto, nem necessidade de proceder à cobrança de contribuições extraordinárias.

Em Fevereiro de 2017, o contrato de empréstimo foi aditado.

NOTA 39 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Haitong Bank com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016					31.12.2015				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas Associadas										
MCO2 S G FUNDOS INVEST MOB SA	-	-	-	-	-	550	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**550**	**-**	**-**	**-**	**-**

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido ou suprimentos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o montante global dos activos e passivos do Haitong Bank que se referem a operações realizadas com subsidiárias do Haitong Bank resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016							
	Activos							
	Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Outros (a)	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Subsidiárias								
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	-	-	174 497	174 497	714	-	-	-
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	42 686	42 686	656	10 166	3	33
HAITONG (UK) LIMITED	-	-	168 773	168 773	-	-	-	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PUBLIC LIMITED COMPANY	102	7 641	260 205	267 948	503 553	862 555	63 642	43 066
HAITONG SECURITIES INDIA PRIVATE LIMITED	-	-	2 274	2 274	-	3 134	(31)	374
HAITONG SECURITIES (UK) LIMITED	-	-	220	220	-	4	-	-
LUSITANIA CAPITAL, S.A.P.I. DE C.V., SOFOM, E.N.R.	6 715	-	12 199	18 914	-	-	72	-
HAITONG SECURITIES USA LLC								
TOTAL	**6 817**	**7 641**	**660 854**	**675 312**	**504 923**	**875 859**	**63 686**	**43 473**

(a) Inclui custo de aquisição das participadas.

(milhares de euros)

	31.12.2015							
	Activos							
	Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Outros (a)	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Subsidiárias								
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	-	17 137	174 503	191 640	2 693	-	(2)	1 133
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	42 760	42 760	656	8 001	4	47
HAITONG (UK) LIMITED	-	-	171 520	171 520	-	-	-	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PUBLIC LIMITED COMPANY	102 075	8 231	381 081	491 387	866 231	102 422	298 919	209 808
HAITONG SECURITIES INDIA PRIVATE LIMITED	-	-	8 859	8 859	-	-	-	-
HAITONG SECURITIES (UK) LIMITED	-	-	82	82	-	21 145	-	636
LUSITANIA CAPITAL, S.A.P.I. DE C.V., SOFOM, E.N.R.	-	-	164	164	-	4	38	-
OUTRAS	-	-	-		-	4	3	1
TOTAL	**102 075**	**25 368**	**778 969**	**906 412**	**869 580**	**131 576**	**298 962**	**211 625**

(a) Inclui custo de aquisição das participadas.

NOTA 40 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2016						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	37 529	-	-	-	37 529	37 529
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88 759	-	-	-	88 759	88 759
Activos financeiros detidos para negociação	-	52 263	317 847	23 857	393 967	393 967
Activos financeiros disponíveis para venda	50	295 449	128 566	2 717	426 782	426 782
Aplicações em instituições de crédito	34 804	-	-	-	34 804	34 804
Crédito a clientes	398 312	-	-	-	398 312	384 669
Activos financeiros	**559 454**	**347 712**	**446 413**	**26 574**	**1 380 153**	**1 366 510**
Recursos de Bancos Centrais	60 000				60 000	60 000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	295 683	-	295 683	295 683
Recursos de outras instituições de crédito	901 262	-	-	-	901 262	901 262
Recursos de clientes	279 765	-	-	-	279 765	279 765
Responsabilidades representadas por títulos	103 092	-	-	-	103 092	103 120
Passivos financeiros	**1 344 119**	**-**	**295 683**	**-**	**1 639 802**	**1 639 830**
31 de Dezembro de 2015						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	117 663	-	-	-	117 663	117 663
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19 311	-	-	-	19 311	19 311
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	18 677	473 409	7 497	499 583	499 583
Activos financeiros disponíveis para venda	60	19 900	112 934	27 010	159 904	159 904
Aplicações em instituições de crédito	142 651	-	-	-	142 651	142 651
Crédito a clientes	469 116	-	-	-	469 116	451 530
Derivados para gestão de risco	-	-	34	-	34	34
Activos financeiros	**748 801**	**38 577**	**586 377**	**34 507**	**1 408 262**	**1 390 676**
Recursos de Bancos Centrais	61 139				61 139	61 139
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	420 817	-	420 817	420 817
Recursos de outras instituições de crédito	812 577	-	-	-	812 577	812 577
Recursos de clientes e outros empréstimos	135 609	-	-	-	135 609	135 609
Responsabilidades representadas por títulos	212 439	-	-	-	212 439	212 467
Derivados para gestão de risco	-	-	59	-	59	59
Passivos subordinados	-	-	215	-	215	215
Passivos financeiros	**1 221 764**	**-**	**421 091**	**-**	**1 642 855**	**1 642 883**

Os Activos e Passivos ao justo valor do Haitong Bank, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Haitong Bank utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2016 pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo a 1 de Janeiro	34 507	28 015
Aquisições	23 857	7 497
Alienações	(7 497)	(134)
Transferências	(23 830)	3 180
Variações de valor	(463)	(4 051)
Saldo a 31 de Dezembro	**26 574**	**34 507**

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2016, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas *swap*:

(%)

	31.12.2016			31.12.2015		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0,41	0,70	0,22	-0,35	0,27	0,45
1 mês	-0,42	0,77	0,25	-0,23	0,43	0,50
3 meses	-0,36	1,00	0,36	-0,17	0,51	0,59
6 meses	-0,38	0,97	0,53	-0,10	0,61	0,75
1 ano	-0,28	1,14	0,55	-0,06	0,87	0,85
3 anos	-0,10	1,66	0,69	0,06	1,40	1,30
5 anos	0,08	1,97	0,87	0,33	1,72	1,59
7 anos	0,33	2,16	1,04	0,62	1,95	1,80
10 anos	0,67	2,35	1,24	1,00	2,19	1,99
15 anos	1,06	2,52	1,43	1,40	2,42	2,16
20 anos	1,21	2,59	1,48	1,57	2,53	2,20
25 anos	1,25	2,61	1,46	1,60	2,59	2,18
30 anos	1,27	2,61	1,44	1,61	2,62	2,16

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit ao final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices de crédito, que se entende como representativa do comportamento dos spreads de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Indice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2016						
CDX USD Main	**25**	-	34.23	67.47	95.14	113.58
iTraxx Eur Main	**24**	-	43.70	72.32	94.63	111.62
iTraxx Eur Senior Financial	**24**	-	-	93.44	-	-

Indice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2015						
CDX USD Main	**25**	-	60.46	88.32	110.25	126.93
iTraxx Eur Main	**24**	-	51.50	77.28	96.30	113.75
iTraxx Eur Senior Financial	**24**	-	-	76.86	-	106.81

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)

	31.12.2016			31.12.2015		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	-	24.82	80.81	-	42.65	39.66
3 anos	-	37.27	-	-	45.92	53.36
5 anos	164.92	40.83	97.10	148.15	46.21	54.11
7 anos	94.34	40.85	90.36	82.95	43.92	51.72
10 anos	71.96	38.35	-	55.66	40.48	47.70
15 anos	62.39	35.58	-	41.68	35.58	42.18

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	31.12.2016	31.12.2015	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1.05410	1.08870	10.31	10.53	10.84	10.63	10.52
EUR/GBP	0.85618	0.73395	9.83	10.27	10.85	10.81	10.79
EUR/CHF	1.07390	1.08350	5.34	6.13	7.12	7.36	7.48
EUR/PLN	4.41030	4.26390	6.66	7.08	7.55	7.72	7.84
EUR/CNY	7.32020	7.06080	-	-	-	-	-
USD/BRL a)	3.25444	3.96041	15.99	16.22	16.32	16.40	16.43

A) Calculado com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		
	31.12.2016	31.12.2015	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita (%)
DJ Euro Stoxx 50	3 291	3 268	0.7	10.87	13.25	16.43
PSI 20	4 679	5 313	-11.9	11.45	13.71	17.46
IBEX 35	9 352	9 544	-2.0	13.54	14.99	-
DAX	11 481	10 743	6.9	11.22	13.32	16.09
S&P 500	2 239	2 044	9.5	7.60	10.23	11.51
BOVESPA	60 227	43 350	38.9	25.02	23.92	23.62

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 41 – REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A demonstração de alterações do capital próprio e o balanço em 1 de Janeiro de 2015 e as demonstrações individuais dos resultados, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas em conformidade com as IFRS.

Os efeitos, na demonstração de alterações do capital próprio em 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, da correcção de erros e da conversão de NCA para IFRS, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

Descrição (montantes líquidos do efeito fiscal, quando aplicável)	31 de dezembro de 2015			1 de janeiro de 2015		
	Capital próprio (sem resultado líquido)	Resultado líquido	Total	Capital próprio (sem resultado líquido)	Resultado líquido	Total
Demonstrações financeiras publicadas	**556,224**	**(43,177)**	**513,047**	**489,166**	**(28,900)**	**460,266**
Reexpressão por erros:						
Imparidade na participação na Haitong UK	-	(131,392)	(131,392)	-	-	-
Insuficiência de imparidade de crédito	-	(4,786)	(4,786)	-	-	-
Outras situações corrigidas	(2,137)	(1,250)	(3,387)	-	(2,137)	(2,137)
Reexpressão por conversão NCA para IFRS:						
Reclassificação de provisões para riscos gerais de crédito para imparidade de crédito	-	-	-	-	-	-
Total de ajustamentos	**(2,137)**	**(137,428)**	**(139,565)**	**-**	**(2,137)**	**(2,137)**
Demonstrações financeiras reexpressas	**554,087**	**(180,605)**	**373,482**	**489,166**	**(31,037)**	**458,129**

Assim, as principais diferenças decorrentes de erros com impacto nas demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

- **Imparidade na participação Haitong UK:** Imparidade reconhecido com a subsidiária Haitong UK, decorrente do facto de aquando da aquisição do Haitong Bank (anteriormente designado BESI) pela Haitong Securities ter originado uma alteração do modelo de negócio, que estava subjacente ao apuramento da valorização da participação.
- **Insuficiência de imparidade de crédito:** Insuficiência em exposições do Banco, cujos eventos subjacentes à necessidade de reconhecimento de imparidade ocorreram em 2015.
- **Outras situações corrigidas:** Resultam de outras situações identificadas respeitantes a exercícios anteriores.

Adicionalmente, o Banco proceder à reclassificação das provisões com riscos gerais de crédito, para imparidade de crédito, na sequência da transição das NCA para IFRS. Este ajustamento não teve impacto em resultados.

Os efeitos, no balanço em 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, da correcção de erros, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31 de dezembro de 2015				1 de janeiro de 2015			
	Publicado	Erros	Conversão NCA para IFRS	Reexpresso	Publicado	Erros	Conversão NCA para IFRS	Reexpresso
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	117 663	-	-	117 663	1 198	-	-	1 198
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19 311	-	-	19 311	27 824	-	-	27 824
Activos financeiros detidos para negociação	499 583	-	-	499 583	698 419	-	-	698 419
Activos financeiros disponíveis para venda	159 904	-	-	159 904	148 185	-	-	148 185
Aplicações em instituições de crédito	142 651	-	-	142 651	97 657	-	-	97 657
Crédito a clientes	469 116	(6 125)	(70 378)	392 613	628 228	(1)	(77 873)	550 354
Derivados para gestão de risco	34	-	-	34	60	-	-	60
Activos não correntes detidos para venda	3 600	-	-	3 600	3 600	-	-	3 600
Outros activos tangíveis	7 345	-	-	7 345	9 222	-	-	9 222
Activos intangíveis	13 585	-	-	13 585	13 261	-	-	13 261
Investimentos em subsidiárias e associadas	398 623	(131 392)	-	267 231	362 456	-	-	362 456
Activos por impostos correntes	5 947	-	-	5 947	604	-	-	604
Activos por impostos diferidos	111 582	(215)	-	111 367	83 259	(1 487)	-	81 772
Outros activos	652 705	-	-	652 705	581 878	-	-	581 878
Total de Activo	**2 601 649**	**(137 732)**	**(70 378)**	**2 393 539**	**2 655 851**	**(1 488)**	**(77 873)**	**2 576 490**
Passivo								
Recursos de bancos centrais	61 139	-	-	61 139	61 108	-	-	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	420 817	-	-	420 817	644 151	-	-	644 151
Recursos de outras instituições de crédito	812 577	-	-	812 577	780 070	-	-	780 070
Recursos de clientes	135 609	-	-	135 609	49 970	-	-	49 970
Responsabilidades representadas por títulos	212 439	-	-	212 439	370 251	-	-	370 251
Derivados para gestão de risco	59	-	-	59	94	-	-	94
Provisões	175 284	1 832	(70 378)	106 738	88 782	650	(77 873)	11 559
Passivos por impostos correntes	2 784	-	-	2 784	12 457	-	-	12 457
Passivos subordinados	215	-	-	215	60 230	-	-	60 230
Outros passivos	267 679	1	-	267 680	128 472	(1)	-	128 471
Total de Passivo	**2 088 602**	**1 833**	**(70 378)**	**2 020 057**	**2 195 585**	**649**	**(77 873)**	**2 118 361**
Capital Próprio								
Capital	426 269	-	-	426 269	326 269	-	-	326 269
Prémios de emissão	8 796	-	-	8 796	8 796	-	-	8 796
Outros instrumentos de capital	3 731	-	-	3 731	3 731	-	-	3 731
Reservas de justo valor	(3 713)	-	-	(3 713)	(6 302)	-	-	(6 302)
Outras reservas e resultados transitados	121 141	(2 137)	-	119 004	156 672	-	-	156 672
Resultado líquido do exercício	(43 177)	(137 428)	-	(180 605)	(28 900)	(2 137)	-	(31 037)
Total de Capital Próprio	**513 047**	**(139 565)**	**-**	**373 482**	**460 266**	**(2 137)**	**-**	**458 129**
Total de Passivo e Capital Próprio	**2 601 649**	**(137 732)**	**(70 378)**	**2 393 539**	**2 655 851**	**(1 488)**	**(77 873)**	**2 576 490**

Os efeitos, na demonstração dos resultados individual em 31 de Dezembro de 2015, da correcção dos erros corrigidos, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31 de dezembro de 2015			
	Publicado	Erros	Conversão NCA para IFRS	Reexpresso
Juros e proveitos similares	28 948	-	-	28 948
Juros e custos similares	33 831	-	-	33 831
Margem financeira	**(4 883)**	**-**	**-**	**(4 883)**
Rendimentos de instrumentos de capital	3 849	-	-	3 849
Rendimentos de serviços e comissões	65 473	-	-	65 473
Encargos com serviços e comissões	(6 210)	-	-	(6 210)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	16 374	-	-	16 374
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2 431)	-	-	(2 431)
Resultados de reavaliação cambial	(26 487)	-	-	(26 487)
Resultados na alienação de outros activos	(8)	-	-	(8)
Outros resultados operacionais	(4 044)	-	-	(4 044)
Proveitos operacionais	**41 633**	**-**	**-**	**41 633**
Custos com pessoal	38 985	-	-	38 985
Gastos gerais administrativos	30 576	-	-	30 576
Depreciações e amortizações	4 692	-	-	4 692
Provisões líquidas de anulações	(867)	1 182	7 481	7 796
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	41 428	6 126	(7 481)	40 073
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1 016	-	-	1 016
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(711)	131 392	-	130 681
Custos operacionais	**115 119**	**138 700**	**-**	**253 819**
Resultado antes de impostos	**(73 486)**	**(138 700)**	**-**	**(212 186)**
Impostos				
Correntes	(3 896)	-	-	(3 896)
Diferidos	(26 413)	(1 272)	-	(27 685)
	(30 309)	**(1 272)**	**-**	**(31 581)**
Resultado líquido do exercício	**(43 177)**	**(137 428)**	**-**	**(180 605)**

Os efeitos, na demonstração do rendimento integral individual em 31 de Dezembro de 2015, da correcção dos erros corrigidos, podem apresentar-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31 de dezembro de 2015			
	Publicado	Erros	Conversão NCA para IFRS	Reexpresso
Resultado líquido do exercício	**(43 177)**	**(137 428)**	**-**	**(180 605)**
Outro rendimento integral do exercício				
Itens que não serão reclassificados para resultados				
Desvios actuariais líquidos de impostos	(7 989)	-	-	(7 989)
	(7 989)	**-**	**-**	**(7 989)**
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Ganhos e perdas no exercício	(2 620)	-	-	(2 620)
Transferências de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	3 298	-	-	3 298
Impostos diferidos	1 911	-	-	1 911
	2 589	**-**	**-**	**2 589**
Total do rendimento integral do exercício	**(48 577)**	**(137 428)**	**-**	**(186 005)**

NOTA 42 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Haitong Bank.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente

objecto de análise, em base diária, o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Haitong Bank ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	161 085	279 618
Activos financeiros detidos para negociação	384 301	498 398
Activos financeiros disponíveis para venda	423 956	156 148
Crédito a clientes	398 312	469 116
Derivados para gestão de risco	-	34
Outros activos	282 263	420 203
Garantias e avales prestados	631 842	1 038 622
Compromissos irrevogáveis	4 921	34 018
Risco de Crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	-	1
Total	**2 286 680**	**2 896 158**

Concentração de riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016						
	Crédito a clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade			Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido			
Indústrias extractivas	-	-	-	-	1	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	62	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	11 884	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Quimicos e de Borracha	5 411	16 907	3 860	16 062	8	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	-	-	-	-	637	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	10 116	-	51	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	-	-	-	8 927	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	118 123	6 652	6 708	6 458	14 246	-	-
Construção	9 771	39 655	1 644	12 429	-	-	-
Promoção imobiliária	-	-	-	-	68	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-	-	-	-	14	-	-
Transportes e armazenagem	159 886	26 983	6 391	7 368	83 107	-	-
Actividades de edição	9 741	-	2 435	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	4 077	-	20	-	3 843	-	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	210 617	93 044	-
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	31 681	47 098	27 041	47 095	2 002	19 152	1 168
Outras actividades financeiras e de seguros	36 444	793	434	793	29 912	7 879	4 172
Actividades imobiliárias	7 108	-	2 026	-	4 013	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 564	56	198	56	3 648	22 855	600
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5 905	-	4 010	-	-	-	-
Viagens	-	5 950	-	5 950	-	-	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	8 008	289 742	-
Administração Pública Regional e Local	4 044	-	20	-	-	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	-	-	-	-	12 970	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	12 970	54	12 973	23	-	50	-
Crédito a Particulares	370	-	2	-	-	-	-
TOTAL	**418 211**	**144 148**	**67 813**	**96 234**	**393 967**	**432 722**	**5 940**

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	Crédito a clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade			Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	-	-	-	2 941	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	12	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Quimicos e de Borracha	108	16 907	17	4 884	153	612	186
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	17 613	-	4 794	-	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	133 893	4 865	28 172	4 865	18 036	-	-
Construção	32 682	6 043	5 219	4 135	-	-	-
Promoção imobiliária	-	-	-	-	136	-	-
Transportes e armazenagem	203 920	8 376	35 972	3 130	81 412	-	-
Alojamento, restauração e similares	-	309	-	309	-	-	-
Actividades de edição	9 856	640	1 574	52	-	-	-
Act. cinematográficas, vídeo, produção de programas TV, de gravação de som e de edição de música	170	-	32	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	5 708	-	912	-	837	-	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	359 035	110 265	-
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	78 740	2 466	66 298	2 038	7 019	1 268	1 168
Outras actividades financeiras e de seguros	16 914	623	3 056	623	4 055	10 193	4 344
Actividades imobiliárias	37 148	27 208	30 955	25 123	8 384	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	234	8	234	8	-	24 430	600
Viagens	7 703	5 950	1 230	5 950	-	-	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	2 090	19 384	-
Administração Pública Regional e Local	4 533	-	724	-	-	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	-	-	-	-	15 473	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	-	-	50	-
Crédito à Habitação	358	-	56	-	-	-	-
TOTAL	**549 580**	**73 395**	**179 245**	**51 117**	**499 583**	**166 202**	**6 298**

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à Simulação Histórica, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

(milhões de euros)

	31.12.2016				31.12.2015			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	1.43	2.76	8.19	0.86	0.93	1.99	3.31	1.13
Risco taxa de juro	0.57	0.35	0.56	0.20	0.25	0.80	1.28	0.45
Acções	0.73	0.75	0.47	0.42	0.10	0.41	1.29	0.16
Spread de Crédito	1.81	1.85	1.96	2.16	0.97	0.34	0.20	0.24
Covariância	-0.73	-1.11	-0.98	-0.76	-0.36	-0.76	-1.77	-0.52
Total	**3.81**	**4.59**	**10.22**	**2.88**	**1.89**	**2.78**	**4.31**	**1.46**

O Haitong Bank encerrou o ano com um VaR de 3.81 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um acréscimo de cerca de 102% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo Haitong Bank calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2016						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	38	38	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	139	112	4	-	23	-	-
Crédito a clientes	562	169	82	300	11	-	-
Títulos	433	9	366	22	1	18	17
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	130	-	130	-	-	-	-
Fora de balanço	527	1	85	151	16	233	41
Total	**1 829**	**329**	**667**	**473**	**51**	**251**	**58**
Recursos de bancos centrais	60	-	-	-	-	60	-
Recursos de outras instituições de crédito	901	27	124	-	-	750	-
Depósitos	266	21	142	21	79	3	-
Repo´s com clientes	14	1	-	-	-	13	-
Titulos emitidos	103	-	103	-	-	-	-
Outros intrumentos equiparáveis a capital	84	-	-	-	-	-	84
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	3	-	3	-	-	-	-
Fora de Balanço	527	-	85	150	16	233	43
Total	**1 958**	**49**	**457**	**171**	**95**	**1 059**	**127**
GAP (Activos - Passivos)	**(129)**	**280**	**210**	**302**	**(44)**	**(808)**	**(69)**

(milhões de euros)

	31.12.2015						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	118	118	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	177	35	142	-	-	-	-
Crédito a clientes	623	217	152	236	18	-	-
Títulos	166	9	100	41	-	1	15
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	233	-	233	-	-	-	-
Fora de balanço	665	271	112	139	12	-	131
Total	**1 982**	**650**	**739**	**416**	**30**	**1**	**146**
Recursos de bancos centrais	61	-	-	-	-	61	-
Recursos de outras instituições de crédito	813	49	751	-	-	13	-
Depósitos	116	11	98	-	7	-	-
Repo´s com clientes	19	-	19	-	-	-	-
Titulos emitidos*	213	-	213	-	-	-	-
Outros intrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	7	-	7	-	-	-	-
Fora de Balanço	665	271	112	139	12	-	131
Total	**1 898**	**331**	**1 200**	**139**	**19**	**74**	**135**
GAP (Activos - Passivos)	**84**	**319**	**(461)**	**277**	**11**	**(73)**	**11**

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

(milhões de euros)

	31.12.2016		31.12.2015	
	Aumento paralelo de 100 pb	Decréscimo paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Decréscimo paralelo de 100 pb
Em 31 de Dezembro	21.7	(21.7)	4.1	(4.1)
Média do exercício	19.5	(19.5)	(0.2)	0.2
Máximo para o exercício	22.2	(13.6)	4.1	2.6
Mínimo para o exercício	13.6	(22.2)	(2.6)	(4.1)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	247 803	948	0.38%	194 142	1 305	0.67%
Crédito a clientes	458 267	12 550	2.74%	478 991	17 471	3.65%
Aplicações em títulos	336 310	6 923	2.06%	227 981	9 859	4.32%
Contas caução	216 995	76	0.04%	191 081	115	0.06%
Activos financeiros	**1 259 375**	**20 497**	**1.63%**	**1 092 195**	**28 750**	**2.63%**
Recursos monetários	898 523	19 191	2.14%	766 827	14 978	1.95%
Recursos de clientes	238 949	2 085	0.87%	63 491	523	0.82%
Responsabilidades representadas por títulos	202 507	8 627	4.26%	345 022	16 572	4.80%
Outros recursos	324 229	1 281	0.40%	418 250	1 560	0.37%
Passivos financeiros	**1 664 208**	**31 184**	**1.87%**	**1 593 590**	**33 633**	**2.11%**
Resultado Financeiro		**(10 687)**	**-0.25%**		**(4 883)**	**0.52%**

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2016			31.12.2015		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	17 375	(62 439)	(45 064)	181 559	(156 593)	24 966
GBP	LIBRA ESTERLINA	6 301	(58 399)	(52 098)	144 585	-	144 585
BRL	REAL BRASILEIRO	2 990	(164 844)	(161 854)	20 816	(169 981)	(149 165)
JPY	YEN	361	-	361	285	-	285
CHF	FRANCO SUICO	315	-	315	290	-	290
PLN	ZLOTI POLACO	(35 645)	54 590	18 945	14 886	(482)	14 404
NOK	COROA NORUEGUESA	11	-	11	-	-	-
CAD	DOLAR CANADIANO	3 577	(4 793)	(1 216)	10 002	(12 900)	(2 898)
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	(1)	-	(1)	1	-	1
CZK	COROA CHECA	20	-	20	-	-	-
INR	RUPIA INDIANA	-	-	-	11 778	-	11 778
CNY	YUAN RENMINBI	37 434	-	37 434	-	-	
	OUTRAS	283	-	283	(50)	1	(49)
		33 021	**(235 885)**	**(202 864)**	**384 152**	**(339 955)**	**44 197**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a exposição do Haitong Bank a dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2016		
	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	-	272 786	272 786
Espanha	53	-	53
Grécia	-	16 957	16 957
	53	**289 743**	**289 796**

(milhares de euros)

	31.12.2015		
	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	-	3 209	3 209
Espanha	54	-	54
Grécia	-	14 919	14 919
	54	**18 128**	**18 182**

A 31 de Dezembro de 2016, para além da exposição acima apresentada o Banco dispõe de protecção comprada em *Credit Default Swaps* sobre dívida pública portuguesa no montante de 70 000 milhares de dólares.

Excepto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

31.12.2016					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda					
Portugal	**272 700**	**272 775**	**11**	**272 786**	**36**
Maturidade até 1 ano	272 500	272 582	5	272 587	44
Maturidade superior 1 ano	200	193	6	199	(8)
Grécia	**24 000**	**16 345**	**612**	**16 957**	**(985)**
Maturidade superior 1 ano	24 000	16 345	612	16 957	(985)
	296 700	**289 120**	**623**	**289 743**	**(949)**
Activos Financeiros de Negociação					
Espanha	45	51	2	53	-
	45	**51**	**2**	**53**	**-**

(milhares de euros)

31.12.2015					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda					
Portugal	**3 000**	**3 071**	**138**	**3 209**	**28**
Maturidade até 1 ano	2 300	2 317	128	2 445	10
Maturidade superior 1 ano	700	754	10	764	18
Grécia	**24 000**	**14 308**	**611**	**14 919**	**(2 575)**
Maturidade superior 1 ano	24 000	14 308	611	14 919	(2 575)
	27 000	**17 379**	**749**	**18 128**	**(2 547)**
Activos Financeiros de Negociação					
Espanha	45	52	2	54	-
	45	**52**	**2**	**54**	**-**

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo regras exigidas pelo Banco de Portugal e previstas na CRD IV (Directiva 2013/36/UE).

Em 31 de Dezembro de 2016, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2016						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	37 522	-	-	-	-	-	37 522
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90 006	-	-	-	-	-	90 006
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	9 743	2 012	27 415	50 895	4 138	-	94 203
Activos financeiros disponíveis para venda	2 827	365 861	4 080	34 736	51 088	-	458 591
Aplicações em instituições de crédito	30 889	3 421	-	-	796	-	35 106
Crédito a clientes	19 776	4 555	18 816	66 428	246 641	42 095	398 312
Instrumentos Derivados	443 849	171 594	72 836	147 751	65 290	-	901 321
	634 612	547 444	123 147	299 810	367 952	42 095	2 015 061
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	60 000	-	-	60 000
Recursos de outras instituições de crédito	27 158	111 500	0	762 756	-	-	901 414
Recursos de clientes	121 413	54 951	99 296	3 159	-	-	278 819
Responsabilidades representadas por títulos	-	2 469	7 543	260 132	-	-	270 144
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	12 674	-	-	-	-	-	12 674
Instrumentos Derivados	314 523	167 613	66 761	135 176	60 093	-	744 166
Provisões	3 876	-	-	-	-	-	3 876
	479 644	336 532	173 601	1 221 223	60 093	-	2 271 093

Em 31 de Dezembro de 2015, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	117 657	-	-	-	-	-	117 657
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19 299	-	-	-	-	-	19 299
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	3 489	3 868	6 962	20 529	3 664	-	38 511
Activos financeiros disponíveis para venda	3 756	98 610	21 368	15 509	56 470	-	195 713
Aplicações em instituições de crédito	142 048	-	-	-	921	-	142 969
Crédito a clientes	-	22 303	47 675	93 701	280 046	44 986	488 710
Instrumentos Derivados	411 413	244 857	74 036	229 664	87 524	-	1 047 494
	697 662	369 637	150 041	359 403	428 625	44 986	2 050 354
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	61 100	-	-	61 100
Recursos de outras instituições de crédito	47 384	-	0	763 209	-	-	810 593
Recursos de clientes	27 045	100 799	7 300	-	-	-	135 143
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 961	7 543	270 764	-	-	283 269
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	24 213	-	-	-	-	-	24 213
Instrumentos Derivados	183 538	243 734	66 449	201 344	81 643	-	776 707
Provisões	2 555	-	-	-	-	-	2 555
	284 735	349 493	81 292	1 296 417	85 684	-	2 097 622

Indicadores de Liquidez Individuais

A 31 de Dezembro de 2016, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 568%, estamos assim acima do rácio mínimo regulamentar previsto, quer para Dezembro de 2016, como para Dezembro de 2018.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas, falhas dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método "Standard" tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método "The Standardized Approach" – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Haitong Bank para 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015:

	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2015 - Reexpresso	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	7,6%	6,7%	15,7%	15,4%	11,0%	10,6%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	10,7%	9,9%	15,7%	15,4%	11,0%	10,6%
Rácio Fundos Próprios Totais	10,7%	9,9%	15,7%	15,4%	11,0%	10,6%

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no ponto "8.5. Gestão do Capital - Solvabilidade" do Relatório de Gestão.

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o apuramento de resultados acumulados a Dezembro de 2016, foi decidido pela Comissão Executiva nas primeiras semanas de 2017, tomar medidas que permitissem inverter o ciclo que estava a acontecer até então. Assim, e para além de um novo posicionamento no mercado, com claras alterações estratégicas com o que até então vinha a ser feito, foi ainda, após as indicações e a aprovação do accionista, decidido avançar com um programa de redução de colaboradores em diversas geografias.

NOTA 44 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO BANCO

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à actividade do Haitong Bank e reflectidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2016, foram as seguintes:

- Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados: Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Fevereiro de 2015. A emenda clarificou em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2010-2012 - Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Fevereiro de 2015. Estes melhoramentos envolveram a clarificação de alguns aspetos relacionados com (i) IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; (ii) IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; (iii) IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de

ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; (iv) IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e (v) IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e (vi) IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e (vii) IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2012-2014 – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Estes melhoramentos envolveram a clarificação de alguns aspetos relacionados com: (i) IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; (iii) IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e (iv) IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.

- Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos: Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio estabelecer a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

- Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras: “Disclosure Iniciative” - Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:

  - uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;

  - uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;

  - informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e

  - outra informação na quarta secção

- Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: Métodos de depreciação aceitáveis – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio estabelecer a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo

intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.

- Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Esta emenda veio introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospetivamente

- Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas- Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2016. Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Haitong Bank no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS MAS AINDA NÃO EFECTIVAS PARA O BANCO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2018. Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

- IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes – Aplicável na UE nos exercícios iniciados ou após 1 de Janeiro de 2018. Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

O Banco iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais destas normas mas dada a natureza das actividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 14 – Ativos regulados: Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados.

- IFRS 16 – Locações: Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os

contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

- Emendas à IFRS 10: Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
- Emendas à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento: Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
- Emendas à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa: Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.
- Emendas à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes: Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
- Emendas à IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com caraterísticas de liquidação compensada.
- Emendas à IFRS 4 – Contratos de seguro: Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2014-2016 – Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: (i) IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; (ii) IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; (iii) IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
- IFRIC 22: Transações em moeda estrangeira e adiantamentos. Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Estas normas não foram ainda adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Haitong Bank no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Haitong Bank, S.A.

Exercício de 2016

Ao Accionista do Haitong Bank, S.A.,

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração do Haitong Bank (doravante, Haitong).

Durante o exercício de 2016 o Conselho Fiscal do Haitong, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do Haitong, nomeadamente:

(i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;

(ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;

(iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;

(iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;

(v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong; e

(vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes. Neste âmbito, em termos institucionais, o Conselho Fiscal dialogou com duas entidades, a Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC, S.A.), relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento do Relatório Adicional emitido pelo Revisor Oficial de Contas dirigido a este Conselho Fiscal sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2016, documentos com os quais concorda.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no nosso entender cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do Haitong no exercício de 2016, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal destaca ainda os seguintes aspectos:

- A reexpressão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Haitong com referência ao ano de 2015, as quais estão devidamente explicitadas na nota 41 dos respectivos anexos. Esta reexpressão contém a regularização do valor do *goodwill* associado à participada Haitong (UK) Limited, situação que havíamos já referido no nosso relatório referente ao exercício de 2015;

- A qualificação da opinião do Revisor Oficial de Contas, sob a forma de uma ênfase, evidenciando a necessidade de reforçar a solvabilidade do Haitong para que a sua continuidade não possa ser colocada em risco. Esse reforço está dependente do aumento de capital tendo o accionista já manifestado a intenção de concretizar esse aumento, no montante de 418,5 milhões de euros, tal como está divulgado no Relatório de Gestão. A expectativa do Conselho de Administração é de que a sua realização ocorra no primeiro semestre de 2017; e

- A descrição das matérias relevantes de auditoria e outras matérias em termos individuais e consolidados que se encontram relatadas na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.

Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2016, no montante de 151.280.504,05 euros.

Lisboa, 26 de Abril de 2017

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2016, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e

- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 26 de Abril de 2017

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Haitong Bank, S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.185.471 m.euros e um total de capital próprio de 299.909 m.euros, incluindo um resultado líquido negativo de 151.281 m.euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras individuais que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Haitong Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no Relatório de Gestão, na data de aprovação das demonstrações financeiras do Banco era expetativa do Conselho de Administração que o acionista viesse a aprovar um reforço de capital, permitindo reforçar a solvabilidade do Banco e promover o crescimento da sua atividade. Em 30 de março de 2017, a Haitong Securities Company Limited, detentor indireto da totalidade do capital do Banco, anunciou publicamente a aprovação da subscrição de um aumento de capital do Banco de 418,5 milhões de euros, dos quais 80 milhões de euros através de conversão em capital de instrumentos financeiros subordinados já registados como instrumentos de capital próprio (Nota 36). Este aumento de capital deverá ser precedido das aprovações regulamentares requeridas, sendo expetativa do Conselho de Administração do Banco que a operação seja concretizada até ao final do primeiro semestre de 2017.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras individuais do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados**
Imparidade em investimentos em subsidiárias e associadas (Notas 2.24, 3.6 e 26)	
Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica "Investimentos em subsidiárias e associadas", apresenta um saldo de 236.581 m.euros líquido de imparidade no montante de 165.917 meuros. Conforme divulgado na Nota 26 do anexo às demonstrações financeiras individuais, em 2016 foi registada imparidade para o investimento na subsidiária Haitong (UK) Limited no montante de 165.383 m.euros (do qual, 131.392 m.euros no âmbito da reexpressão descrita na Nota 41). Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade, baseados sobretudo em projeções de resultados futuros das participadas. A estimativa dos resultados futuros e a determinação da taxa a que devem ser descontados implica um grau elevado de julgamento por parte do órgão de gestão. Por este motivo, esta foi considerada uma matéria relevante na nossa auditoria.	Analisámos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para os investimentos em subsidiárias e associadas. Analisámos a razoabilidade dos testes de imparidade preparados pelo Banco para as participações em que identificou indícios de imparidade, nomeadamente através da análise crítica das projeções de resultados futuros e dos principais pressupostos assumidos pelo órgão de gestão e de análises de sensibilidade às variáveis mais críticas. No nosso trabalho envolvemos especialistas internos em avaliação de empresas. Revimos as divulgações relacionadas com os investimentos em subsidiárias e associadas, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Imparidade individual de crédito a clientes (Notas 2.4, 3.3, 21 e 42)	
Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da rubrica "Crédito a clientes" ascende a 398.312 m.euros, líquido de imparidade no montante de 164.047 m.euros, estando ainda registadas provisões de 81.132 m.euros para garantias e compromissos assumidos pelo Banco (em conjunto, "perdas por imparidade de crédito"). O Banco determina as perdas por imparidade para o crédito concedido de acordo com as metodologias descritas na Nota 2.4. do anexo às demonstrações financeiras individuais. Face às características da carteira de crédito do Banco, uma parte muito significativa dos clientes é objeto de análise individual de imparidade. Dado a determinação da imparidade através de análise individual envolver a realização pelo Banco de estimativas que incorporam um nível de julgamento significativo, nomeadamente no que respeita à identificação de indícios de imparidade e à estimativa do valor recuperável, esta foi considerada uma matéria relevante na nossa auditoria.	Analisámos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para o crédito concedido através de análise individual. Para uma amostra de clientes, analisámos a razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos do Banco sobre a situação económica e financeira desses clientes, perspetivas sobre a evolução da sua atividade e valorização dos colaterais existentes. Revimos as divulgações relacionadas com a imparidade de crédito, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Notas 2.16, 3.4 e 33)	
Em 31 de dezembro de 2016 o Banco tem registados ativos por impostos diferidos no montante de 129.337 m.euros, essencialmente relacionados com: (i) diferenças temporárias relativas a imparidade de crédito a clientes (86.746 m.euros) e benefícios de empregados (9.227 m.euros); (ii) prejuízos fiscais reportáveis (31.432 m.euros), originados essencialmente em 2015 e 2016, cuja utilização pode ser efetuada num prazo de 12 anos, não podendo exceder 70% do lucro tributável em cada um desses anos. Nos termos do IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados até ao limite que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento. O Banco preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis futuros para avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Esta estimativa é por natureza julgamental e depende dos pressupostos assumidos pelo órgão de gestão para estimar a evolução dos resultados antes de impostos e da sua interpretação da legislação fiscal.	Analisámos as atividades de controlo interno relevantes implementadas pelo Banco no âmbito da análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Analisámos os principais pressupostos considerados pelo Banco para estimar a evolução dos resultados antes de impostos no período abrangido pela sua análise. Revimos a interpretação da legislação fiscal relevante considerada pelo Banco na estimativa de lucros tributáveis futuros. Para este efeito, envolvemos os nossos especialistas internos nesta área. Analisámos a razoabilidade da avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos preparada pelo Banco, tendo em consideração o entendimento dos pressupostos e a revisão da interpretação da legislação fiscal acima descritos. Analisámos as divulgações relacionadas com os impostos diferidos, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Notas 2.16, 3.4 e 33)	
Nesta medida, a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está dependente da capacidade do Banco gerar os resultados estimados nas projeções. Eventuais desvios face aos pressupostos utilizados na estimativa de resultados futuros ou alterações na interpretação da legislação fiscal podem ter impactos relevantes na recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Atendendo à materialidade dos ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras individuais do Banco e à necessidade de utilização de estimativas para determinar a sua recuperabilidade, esta área foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.	
Provisão para contingências legais (Notas 2.17 e 38)	
Conforme divulgado na Nota 38 do anexo às demonstrações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2016 existem vários processos judiciais contra o Banco, incluindo processos no âmbito das emissões de papel comercial por entidades do Grupo Espírito Santo e de obrigações pelo Banco Espírito Santo, S.A. Tendo em consideração a relevância dos montantes envolvidos, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.	Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pelo Banco ao nível do processo de quantificação de provisões para contingências legais. Obtivemos informação dos advogados externos que acompanham os processos, incluindo a descrição dos litígios e a quantificação de eventuais responsabilidades. Discutimos com o Departamento Jurídico do Banco o atual estado dos processos e expetativas quanto ao seu desfecho. Revimos as divulgações relacionadas com as contingências legais.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Fundo de Resolução (Nota 38)	
Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Fundo de Resolução passou a deter a totalidade do capital social do Novo Banco, S.A. e da Oitante, S.A.. Neste âmbito contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário (em que o Banco não participa) e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes. Para reembolsar estes empréstimos e para fazer face a outras responsabilidades que possa vir assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo do Banco) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2016 o empréstimo de 3.900.000 m.euros concedido pelo Estado e o empréstimo do sindicato bancário, já após um primeiro aditamento aos contratos iniciais, tinham vencimento em 31 de dezembro de 2017, embora fosse público desde setembro de 2016 que os contratos estavam a ser renegociados, incluindo a extensão da sua maturidade. Conforme comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, as condições dos empréstimos que obteve para financiamento das medidas de resolução do BES e do Banif foram de facto renegociadas no primeiro trimestre de 2017, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir ao Fundo de Resolução capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 refletem a expetativa do Banco de que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif.	Analisámos as comunicações públicas do Fundo de Resolução e do Ministério das Finanças de 28 de setembro de 2016 e a comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, relativas às novas condições dos empréstimos ao Fundo de Resolução e ao correspondente impacto na sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro. Procedemos à leitura do último Relatório e Contas do Fundo de Resolução que se refere ao exercício de 2015. Revimos o enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução, com base na informação disponível na data de aprovação das demonstrações financeiras. Revimos as divulgações constantes nas demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, apresentadas na Nota 38.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade do Banco a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 2.24 do anexo às demonstrações financeiras individuais, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral (nem da aplicação do método da equivalência patrimonial), o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado. Na Nota 26 do anexo às demonstrações financeiras individuais é dada informação adicional sobre as entidades subsidiárias e associadas.

Conforme mencionado na secção abaixo "Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares - Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014", fomos nomeados revisores oficiais de contas do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de novembro de 2016 para término do mandato em curso, que terminou no final de 2016. As demonstrações financeiras individuais comparativas relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2015 são apresentadas pelo Banco de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras individuais, sem considerar os efeitos decorrentes da reexpressão descrita na Nota 41 do anexo às demonstrações financeiras individuais, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 29 de março de 2016, continha quatro ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras individuais

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras individuais, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras individuais do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras individuais, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras individuais auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de novembro de 2016 para término do mandato em curso, que terminou no final de 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras individuais devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras individuais devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente corn o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco em 26 de abril de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Lisboa, 26 de abril de 2017

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC

ANEXOS

ANEXO I

PARTICIPAÇÕES ACCIONISTAS E OBRIGACIONISTAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(anexo a que se refere o número 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas / Obrigacionistas	Títulos	Nº Títulos à data de 31/12/2015	Movimentos em 2016				Nº Títulos à data de 31/12/2016
			Data	Aquisições	Alienações	Preço Unitário (EUR)	
Hiroki Miyazato	-	-	-	-	-	-	-
Pan Guangtao	Haitong Securities Company Limited - H Share 6837.HK	0	01-03-2016	102.600		1,32	
			07-09-2016		102.600	1,6	0
Mo Yiu Poon	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre acções	2.100.474	08-06-2016	700.000			
			16-06-2016	818 (2)			
			01-11-2016	265(3)			2.801.557
	Haitong International Securities Group Limited - Acções atribuídas	0	18-04-2016	283.599			283.599
Christian Georges Jacques Minzolini	-	-	-	-	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins	-	-	-	-	-	-	-
Alan do Amaral Fernandes	-	-	-	-	-	-	-
Lin Yong	Haitong International Securities Group Limited - Acções ordinárias	4.200.454	01-11-2016	62.917 (1)			4.263.371
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre acções	0	08-06-2016	800.000			
			16-06-2016	236(2)			
			01-11-2016	75(3)			800.311
	Haitong International Securities Group Limited - Acções atribuídas	0	18-04-2016	520.045			520.045
David Charles Denholm Hobley	-	-	-	-	-	-	-
Vincent Marie Camerlynck	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel Macedo Pereira	-	-	-	-	-	-	-
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	-	-	-	-	-	-	-
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-	-
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-	-	-	-	-	-

Notas
(1) - Dividendo de acções
(2) - Ajuste de opções sobre acções devido à atribuição de acções ordinárias no contexto da distribuição anual de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, sob a forma de acções
(3) - Ajuste de opções sobre acções devido à atribuição de acções no contexto da distribuição semestral de dividendos relativos ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016, sob a forma de acções

ANEXO II

PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS

(anexo a que se refere o número 4 do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	% do Capital Social
Haitong International Holdings Limited	100%

ANEXO III

ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

(n.º 4 do Artigo 245º A do Código dos Valores Mobiliários)

- **Participações qualificadas no capital social da sociedade**

  A sociedade Haitong International Holdings Limited, sociedade constituída em Hong Kong, subsidiária da Haitong Securities Co., Ltd., detém a totalidade do capital social do Banco com direito a voto.

- **Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos**

  O capital social do Banco é integralmente representado por acções ordinárias.

- **Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial**

  Podem participar nas Assembleias-gerais do Banco os Accionistas, ou conjuntos de accionistas, que sejam titulares de um mínimo de cem acções, até aos cinco dias anteriores à data da Assembleia-geral em causa, a cada um dos quais corresponderá um voto.

- **Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

  Os membros dos órgãos de administração são eleitos em Assembleia-geral de Accionistas. Não existem regras específicas para a substituição de Administradores, que se deverá processar nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

  Não se encontram consagradas regras específicas para alterações aos Estatutos do Banco, que deverão ser são feitas nos termos gerais previstos no Código das sociedades.

- **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital**

  O Conselho de Administração não possui actualmente quaisquer poderes quanto à deliberação de aumentos de capital social.

- **Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

- Sistema de Controlo Interno

O Banco mantém e opera um sistema de controlo interno populado pelas áreas de controlo interno relevantes, detalhadas no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal.

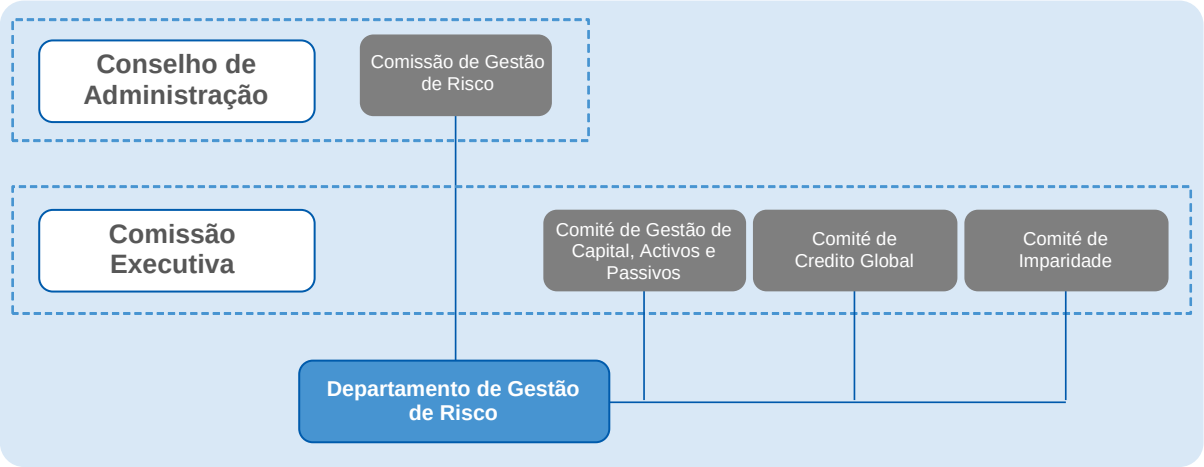
A cada uma das áreas de controlo interno definidas no Aviso 5/2008 encontram-se acometidas as respectivas funções de controlo que são (por ordem alfabética) a função de Auditoria Interna, a função de *Compliance* e a função de Gestão de Risco (incluindo o Risco Operacional).

- Sistema de controlo dos riscos

Cabe ao Conselho de Administração a definição do apetite de risco e do modelo de controlo dos riscos que assegura que o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos seus objectivos.

A função de gestão de risco é independente das áreas de negócio e supervisiona todos os riscos materiais a que as várias unidades do Banco estão expostas, incorporando de forma consistente os conceitos de risco, capital e liquidez na estratégia e nas decisões de negócio do Grupo.

O esquema que descreve a estrutura de Comités relevantes para a função de gestão de risco no Banco é o seguinte:



A função de Gestão de Risco encontra-se amplamente detalhada no Capítulo 8. Gestão de Risco, no Relatório de Gestão.

ANEXO IV

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL

(Instruções nº 23/2011 e nº 32/2013 do Banco de Portugal)

Indicadores de Referência do Banco de Portugal (Consolidado)	2016	2015	
		Reexpresso	Publicado
SOLVABILIDADE			
Fundos Próprios / (Requisitos de Fundos Próprios x 12,5)	9,7%	10,0%	10,6%
Fundos Próprios de Base / (Requisitos de Fundos Próprios x 12,5)	9,6%	9,9%	10,5%
Core Tier I / (Requisitos de Fundos Próprios x 12,5)	7,1%	9,9%	10,5%
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	18,6%	15,1%	15,1%
Crédito com Incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido	10,7%	7,1%	7,5%
Crédito em Risco / Crédito Total	44,1%	36,6%	36,6%
Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido	27,7%	16,7%	17,2%
Crédito reestruturado / Crédito Total	55,2%	55,4%	55,4%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito Total	11,2%	18,8%	18,8%
RENDIBILIDADE			
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios	-23,8%	-28,3%	-10,9%
Produto Bancário / Activo Líquido médio	2,5%	3,4%	3,5%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido médio	-2,3%	-2,9%	-1,1%
EFICIÊNCIA			
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário	141,0%	104,9%	102,6%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	84,0%	60,1%	58,8%
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO			
(Crédito Total - Provisões para Crédito) / Depósitos de Clientes	119,6%	280,1%	281,8%

Indicadores de Referência do Banco de Portugal (Individual)	2016	2015	
		Reexpresso	Publicado
SOLVABILIDADE			
Fundos Próprios / (Requisitos de Fundos Próprios x 12,5)	10,7%	11,0%	15,7%
Fundos Próprios de Base / (Requisitos de Fundos Próprios x 12,5)	10,7%	11,0%	15,7%
Core Tier I / (Requisitos de Fundos Próprios x 12,5)	7,6%	11,0%	15,7%
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	25,6%	11,7%	11,7%
Crédito com Incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido	12,0%	4,7%	5,8%
Crédito em Risco / Crédito Total	41,6%	33,7%	33,7%
Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido	18,1%	11,1%	12,2%
Crédito reestruturado / Crédito Total	48,4%	46,3%	46,3%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito Total	6,8%	12,6%	12,6%
RENDIBILIDADE			
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios	-34,3%	-48,0%	-16,2%
Produto Bancário / Activo Líquido médio	-0,6%	1,7%	1,7%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido médio	-6,6%	-8,4%	-2,9%
EFICIÊNCIA			
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário	-553,7%	171,7%	171,7%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	-301,1%	90,2%	90,2%
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO			
(Crédito Total - Provisões para Crédito) / Depósitos de Clientes	149,0%	274,0%	339,8%

ANEXO V

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES COM A CATEGORIA DE *SENIOR MANAGING DIRECTORS* E COLABORADORES AFECTOS A ÁREAS DE CONTROLO

1) Montante anual da componente fixa das remunerações pagas pelo Haitong Bank, S.A., ou sociedades por si dominadas, a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2016:

Conselho de Administração

(euros)

Membros Executivos do Conselho de Administração	Haitong Bank e Sucursais	Subsidiárias e Filiais	Total
Hiroki Miyazato *	553.652	0	553.652
Mo Yiu Poon *	344.960	0	344.960
Christian Georges Jacques Minzolini	461.163	0	461.163
Paulo José Lameiras Martins	448.333	0	448.333
Alan do Amaral Fernandes	0	342.162	342.162
Total	**1.808.108**	**342.162**	**2.150.270**

* Durante o ano de 2016, estes membros do Conselho de Administração receberam ainda um abono para fazer face à sua permanência fora do local de residência habitual, por períodos superiores a 10 dias por mês.

(euros)

Ex-Membros Executivos do Conselho de Administração	Haitong Bank e Sucursais	Subsidiárias e Filiais	Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi a) *	638.264	0	638.264
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde b) *	252.969	133.334	386.303
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz c)	68.134	155.003	223.137
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro d)	116.508	0	116.508
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria e)	345.918	0	345.918
Félix Aguirre Cabanyes f)	320.827	0	320.827
Total	**1.742.621**	**288.337**	**2.030.958**

a) Deixou de ser Administrador em 9 de Dezembro de 2016.
b) Deixou de ser Administrador em 15 de Dezembro de 2016
c) Deixou de ser Administrador em 31 de Maio de 2016.
d) Deixou de ser Administrador em 30 de Abril de 2016.
e) Deixou de ser Administrador em 15 de Dezembro de 2016.
f) Deixou de ser Administrador em 31 de Dezembro de 2016
* Durante o ano de 2016, estes membros do Conselho de Administração receberam ainda um abono para fazer face à sua permanência fora do local de residência habitual, por períodos superiores a 10 dias por mês.

Durante o ano de 2016, o Haitong Bank, S.A. procedeu à liquidação dos Prémios de Antiguidade aos colaboradores efectivos em Portugal, de acordo com o disposto no ACT, que entrou em vigor em Agosto.

(euros)

Membros Não Executivos Independentes do Conselho de Administração	Haitong Bank e Sucursais	Subsidiárias e Filiais	Total
David Hobley*	31.250	0	31.250
Vincent CamerLynck**	8.333	0	8.333
Total	**39.583**	**0**	**39.583**

* referente ao período de Julho a Dezembro de 2016

** referente ao período de Dezembro de 2016

Nota: Os demais membros não executivos (e não independentes) que desempenham funções na Haitong Securities Group e na Haitong International Securities não estão autorizados, de acordo com as regras locais, a auferir remunerações pelo seu cargo no Haitong Bank.

Os membros dos Órgãos de Fiscalização do Haitong Bank, S.A. não auferiram qualquer remuneração variável durante o exercício de 2016, tendo auferido as seguintes remunerações fixas:

Conselho Fiscal

(euros)

Membros do Conselho Fiscal	Haitong Bank e Sucursais Remuneração Total
José Manuel Macedo Pereira	12.000
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	9.000
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	9.000
Total	**30.000**

O membro suplente do Conselho Fiscal, Paulo Ribeiro da Silva não auferiu quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Haitong Bank, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2016.

Revisor Oficial de Contas

(euros)

Revisor Oficial de Contas	Haitong Bank e Sucursais Remuneração Total
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados	85.239

2) Montantes e tipos de remuneração variável dos membros dos Órgãos de Administração:

a) Remuneração variável relativa ao exercício de 2016:

Não houve atribuição de remuneração variável relativa ao exercício de 2016.

b) Remuneração variável relativa a exercícios anteriores (paga):

Não houve pagamento de remuneração variável relativa a exercícios anteriores.

c) Remuneração variável relativa a exercícios anteriores (devida e não paga):

(euros)

Membros Executivos do Conselho de Administração	Numerário relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Montante em espécie relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Numerário relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Montante em espécie relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Numerário relativo ao exercício de 2015 a ser pago em 2019	Montante em espécie relativo ao exercício de 2015 a ser pago em 2019	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2015 a ser pago em 2019
Hiroki Miyazato									
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi									
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde									
Mo Yiu Poon									
Christian Georges Jacques Minzolini			35.000						
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz									
Paulo José Lameiras Martins			35.000						
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro									
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria									
Félix Aguirre Cabanyes									
Alan do Amaral Fernandes			35.000						
Total			**105.000**						

NOTA: Todos os pagamentos das importâncias diferidas estão dependentes da verificação dos pressupostos de desempenho do Banco nos termos da Política de Remuneração em vigor.

d) Remuneração variável relativa a exercícios anteriores cancelada:

Por não se terem verificado as condições previstas no "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos Membros Executivos da Administração do Haitong Bank, S.A.", a remuneração variável de médio prazo foi cancelada

3) Colaboradores com a categoria de *Senior Managing Directors* e Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo do Banco ou sociedades por si dominadas:

a) Montante anual das componentes fixa e variável das remunerações pagas pelo Haitong Bank, S.A., ou sociedades por si dominadas, aos Colaboradores com a categoria de *Senior Managing Directors* e Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo durante o exercício de 2016:

(euros

Colaboradores	Remuneração Fixa	Rem. Variável Paga durante 2016 relativa ao exercício de 2015	Rem. Variável Paga durante 2016 relativa a outros exercícios	Haitong Bank e Sucursais Remuneração Total
Senior Managing Directors	8.177.847	2.609.563		10.787.410
Função de Controlo de Risco	2.425.803	279.288		2.705.091
Função de *Compliance*	1.521.363	177.747		1.699.110
Função de Auditoria Interna	556.410	25.281		581.692

b) Remuneração variável relativa a exercícios anteriores:

(euros)

Colaboradores	Numerário relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Montante em espécie relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Numerário relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Montante em espécie relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Numerário relativo ao exercício de 2015 a ser pago em 2019	Montante em espécie relativo ao exercício de 2015 a ser pago em 2019	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2015 a ser pago em 2019
Senior Managing Directors Função de Controlo de Risco Função de *Compliance* Função de Auditoria Interna	31.417		420.000						
Total Agregado	**31.417**		**420.000**						

Por não se terem verificado as condições previstas no "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros", a remuneração variável de médio prazo foi cancelada.

4) Número de novas contratações de Colaboradores com a categoria de *Senior Managing Directors* e Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo do Banco ou sociedades por si dominadas:

Novas contratações de Colaboradores	Nº
Senior Managing Directors	0
Função de Controlo de Risco	6
Função de *Compliance*	6
Função de Auditoria Interna	2

5) Montante dos pagamentos efectuados ou devidos anualmente em virtude do términus do mandato como membro dos Órgãos de Administração ou da rescisão antecipada do contrato de trabalho com Colaboradores com a categoria de *Senior Managing Directors* e Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo do Banco ou sociedades por si dominadas, o número de beneficiários desses pagamentos e o maior pagamento atribuído:

(euros)

Saídas de Colaboradores		Montantes
Membros dos Órgãos de Administração	2	468.686
Senior Managing Directors	3	887.953
Função de Controlo de Risco	6	52.695
Função de *Compliance*	3	0
Função de Auditoria Interna	0	0

O maior pagamento ocorrido foi de 530.000 euros.

HAITONG BANK, S.A.
Edifício Quartzo - Rua Alexandre Herculano Nº. 38 - 1269-180 Lisboa - Portugal
Capital Social: 426 269 000 euros
Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Colectiva Nº 501 385 932